

CONSCIÊNCIA E TERRITORIALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE
FORMAÇÃO DA VIA CAMPESINA

AMÉRICA DO SUL

ÂNDREA FRANCINE BATISTA

**CONSCIÊNCIA E
TERRITORIALIZAÇÃO CONTRA-
-HEGEMÔNICA**

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO
Responsável pela publicação desta obra

Bernardo Maçano Fernandes
Clifford Andrew Welch
Eduardo Paulon Girardi
Janaína Francisca de Souza Campos Vinha
João Osvaldo Rodrigues Nunes
Maria Nalva Rodrigues Araújo
Nashieli Cecília Rangel Loera
Noêmia Ramos Vieira
Paulo Roberto Raposo Alentejano
Pedro Ivan Christoffoli
Rafael Litvin Villas Boas
Sílvia Beatriz Adoue

ÂNDREA FRANCINE BATISTA

**CONSCIÊNCIA E
TERRITORIALIZAÇÃO
CONTRA-HEGEMÔNICA**

UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE
FORMAÇÃO DA VIA CAMPESINA
AMÉRICA DO SUL

**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

© 2014 Editora Unesp

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.culturaacademica.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. Catalogação na Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

B324c

Batista, Andréa Francine

Consciência e territorialização contra-hegemônica [recurso eletrônico]: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul / Ándrea Francine Batista. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

recurso digital

Formato: ePDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-608-4 (recurso eletrônico)

1. Trabalhadores rurais - América do Sul - Condições sociais - História. 2. Economia agrícola - América do Sul - História. 3. Livros eletrônicos. I. Título.

14-18662

CDD: 331.544098

CDU: 32(8)

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

*À classe trabalhadora.
A todos e todas que incondicionalmente entregam suas vidas
à causa socialista e acendem fogueiras com mãos de primavera...*

Yo vengo a ofrecer mi corazón

*¿Quién dijo que todo está perdido?
yo vengo a ofrecer mi corazón,
tanta sangre que se llevó el río,
yo vengo a ofrecer mi corazón.
No será tan fácil, ya sé qué pasa,
no será tan simple como pensaba,
como abrir el pecho y sacar el alma,
una cuchillada del amor.
Luna de los pobres siempre abierta,
yo vengo a ofrecer mi corazón,
como un documento inalterable
yo vengo a ofrecer mi corazón.
Y uniré las puntas de un mismo lazo,
y me iré tranquilo, me iré despacio,
y te daré todo, y me darás algo,
algo que me alivie un poco más.
Cuando no haya nadie cerca o lejos,
yo vengo a ofrecer mi corazón.
cuando los satélites no alcancen,
yo vengo a ofrecer mi corazón.
Y hablo de países y de esperanzas,
hablo por la vida, hablo por la nada,
hablo de cambiar ésta, nuestra casa,
de cambiarla por cambiar, nomás.
¿Quién dijo que todo está perdido?
yo vengo a ofrecer mi corazón.*

(Fito Paez e Mercedes Sosa)

AGRADECIMENTOS

A Sérgio e Cecília, faróis de minha vida.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e à Cloc – Via Campesina por ensinar, nas árduas e diárias batalhas, a convicção da luta socialista.

Ao estimado orientador Eduardo Paulon Girardi, à estimada coordenadora Leonilde Servolo Medeiros, e a todos os educadores e educadoras que acompanharam este trabalho, contribuindo com importantes reflexões teórico-metodológicas.

Aos educadores, educadoras e militantes/dirigentes das organizações sociais do campo da Cloc – Via Campesina que gentilmente contribuíram com as entrevistas e reflexões sobre aspectos-chaves deste trabalho.

Aos companheiros e companheiras de turma que, de maneira coletiva, forjaram as condições objetivas e subjetivas para a realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas e siglas 13

Apresentação 19

1 Territorialização do capital no campo na América do Sul 23

2 Via Campesina Sudamérica: resistência e territorialização
contra-hegemônica 63

3 Políticas de formação da Via Campesina na América do Sul 93

4 Territorialização, organização e consciência 157

5 O papel político-pedagógico da Via Campesina na América do
Sul 231

Considerações finais 289

Referências 301

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Conceitos e terminologias

ABCD – ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus

ADM – Archer Daniels Midland

Agra – Aliança para a Revolução Verde em África

Alba – Aliança Bolivariana para las Américas

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Cafta-RD – Tratado de Livre-Comércio de Centro-América e República Dominicana

CCI – Comissão Coordenadora Internacional

Codelco – Corporación Nacional del Cobre (Chile)

CPP – Coordenação Político Pedagógica

Eia/Rima – Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FMI – Fundo Monetário Internacional

Iirsa – Integración de Infra-estructura Regional Sudamérica

JBS – José Batista Sobrinho (fundador da JBS)

OGM – Organismo Geneticamente Modificado

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização não governamental

Raom – Reforma Agrária Orientada pelo Mercado

TCNs – Corporações Transnacionais

TDR – Territorialização – desterritorialização – reterritorialização

TLC – Tratado de Livre-Comércio

TLCAN – Tratado de Libre Comercio de América del Norte

VS – Versus

Instituições políticas

Fipa – Federación Internacional de Productores Agropecuários

Fundayacucho – Fundación Gran Mariscal de Ayacucho (Venezuela)

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MPPEs – Ministerio del Poder Popular para la Educación Superior (Venezuela)

Organizações sociais e partidos

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

Cefuria – Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araújo

Celam – Consejo Episcopal Latinoamericano

CGT – Confederação geral do trabalho (Itália)

FSLN – Frente Sandinista de Liberación Nacional (Nicarágua)

NEP – Núcleo de Educação Popular

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCI – Partido Comunista Italiano

PSI – Partido Socialista Italiano

Organizações sociais do campo, escolas e institutos

Acadei – Asociación Campesina de Desarrollo Integrado (Paraguai)

Anamuri – Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (Chile)

Anap – Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (Cuba)

Apenoc – Asociación de Productores Noroeste de Córdoba (Argentina)

ATC – Asociación de Trabajadores del Campo (Nicarágua)

C-Condem – El Corporación Coordinadora Nacional para la Defensa del Ecosistema Manglar del Ecuador (Ecuador)

CAI – Consejo Asesor Indígena (Argentina)

- Canez** – Coordenadora Agrária Nacional Ezequiel Zamora (Venezuela)
- CAPC** – Conselho Andino de Produtores de Coca da Bolívia (Bolívia)
- CCP** – Confederação Campesina do Peru (Peru)
- Cioac** – Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos (México)
- Cloc** – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo
- CNA** – Coordenadora Nacional Agrária (Colômbia)
- CNA-Peru** – Confederação Nacional Agrária (Peru)
- CNC-EA** – Coordenadora Nacional Camponesa Eloy Alfaro (Equador)
- CNMCIQB-BS (Bartolinas)** – Confederação Nacional de Mulheres Campesinas, Indígenas e Originárias da Bolívia – Bartolina Sisa (Bolívia)
- CNPA** – Coordinadora Nacional Plan de Ayala (México)
- Cocitra** – Coordenadora de Organizaciones Camponesas, Indígenas e Trabajadores Rurales da Argentina (Argentina)
- Conamuri** – Coordinadora de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (Paraguai)
- Confeunassc** – Confederación Nacional del Seguro Social Campesino (Equador)
- Conic** – Coordinadora Nacional Indígena e Campesina (Guatemala)
- CPE** – Coordinadora Campesino Europea
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra (Brasil)
- CSCIB** – Confederação Sindical de Comunidades Interculturais da Bolívia
- CSUTCB** – Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia
- Ecuadorunari** – “Ecuador Runakunapak Rikcharimuy” (Kichwa: Movimento de los Indígenas del Ecuador). Também chamado Confederação dos Povos de Nacionalidade Kichwa do Equador
- Elaa** – Escola Latino-americana de Agroecologia (Brasil)
- ENA** – Escuela Nacional de Agroecología (Equador)
- ENFF** – Escola Nacional Florestan Fernandes (Brasil)
- Feab** – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
- FEI** – Confederação de Povos, Organizaciones Camponesas e Indígenas do Equador
- Femucarinap** – Federação Nacional de Mulheres Campesinas, Artesãs, Indígenas, Nativas e Assalariadas do Peru.

Fenacle – Federação Nacional de Trabalhadores Agroindustriais, Camponeses e Indígenas livres do Equador

Fenacoa – Federação Nacional de Cooperativas Agropecuárias

Fenocin – Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras del Ecuador

Fensuagro – Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (Colômbia)

Fipa – Federación Internacional de Productores Agropecuários

FMC – Federación de Mujeres Cubanas (Cuba)

FNCEZ – Frente Nacional Camponesa Ezequiel Zamora (Venezuela)

Iala – Instituto de Agreocologia Latino-americano

LVC – La Vía Campesina

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens (Brasil)

MAP – Movimiento Agrario y Popular (Paraguai)

MCNOC – Mesa Coordinadora de Organizaciones Campesinas (Paraguai)

MCP – Movimiento Campesino Paraguayo

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas (Brasil)

MNCI – Movimento Nacional Camponês e Indígena (Argentina)

Mocase – Movimiento Campesino de Santiago del Estero (Argentina)

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores (Brasil)

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil)

MST-B – Movimento de Trabalhadores Sem Terra Da Bolívia

NEP – Núcleo de Educação Popular 13 de Maio (Brasil)

OLT – Organización de Lucha por la Tierra (Paraguai)

Onai – Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas (Paraguai)

PJR – Pastoral da Juventude Rural (Brasil)

Poriajhu – Unión de Campesinos Poriajhú (Argentina)

Ranquil – Confederação Nacional Sindical Camponesa e do Agro Ranquil (Chile)

RMRU – Rede de Mulheres Rurais do Uruguai

Serpucó – Servicio de Cultura Popular (Argentina)

Unag – Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos

Unicam-Suri – Universidad Campesina- Sistemas Rurales Indoamericanos

VC – Via Campesina

VCI – Via Campesina Internacional

Universidades e instituições de educação e investigação

Ceget – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho

Nera – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

UBV – Universidade Bolivariana de Venezuela

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Unellez – Universidad Nacional Experimental de los Llanos Occidentales
Ezequiel Zamora (Venezuela)

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e
Cultura

Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

APRESENTAÇÃO

O presente livro é fruto de uma investigação de mestrado realizada no programa de pós-graduação em Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente, no período de 2011 a 2013.

O tema deste trabalho – a saber, a formação política em organizações sociais do campo – advém de nossa prática militante de acompanhamento e coordenação desses processos, os quais possibilitaram em grande medida as inquietações, indagações e reflexões que se expressam no corpo deste trabalho. Partindo dessa prática reflexiva, a necessidade de aprofundamento teórico tornava-se cada vez mais provocante e desafiadora. Essa investigação se fundamenta sobre essa *práxis*.

O objetivo central da pesquisa foi analisar a política de formação da Via Campesina Internacional por meio das experiências concretas construídas na América do Sul e considerando essas experiências como parte de um processo de territorialização contra-hegemônica do capital, que se efetiva por meio da luta promovida pela organização dos diferentes sujeitos do campo.

Esse processo envolve, sem dúvida nenhuma, o terreno da consciência e da ideologia, o que muitos autores designam como território imaterial, como será desenvolvido nos capítulos que seguem.

No Capítulo 1, intitulado "Territorialização do capital no campo na América do Sul", apontamos elementos do desenvolvimento da produção capitalista no campo nos últimos anos, consequências da política neoliberal na região sul-americana. Nesse capítulo, analisamos aspectos do agrone-

gócio, do hidronegócio, da mineração e desmatamento relacionados a megaprojetos de infraestrutura para circulação de mercadorias, forjando um domínio hegemônico do capital no campo em tempos de sua própria crise estrutural. Também apontamos algumas das principais consequências que essa hegemonia provoca como a desterritorialização dos sujeitos do campo, seja na forma de expropriação, exploração ou subsunção deles à ordem estabelecida.

No Capítulo 2, situamos historicamente o surgimento da articulação internacional de organizações do campo, a Via Campesina Internacional, e a partir de suas linhas políticas, organização e estratégia, analisamos os processos de resistência e construção de uma territorialização contra hegemonia do capital no campo. Pretendemos evidenciar a existência e o contraste entre dois projetos para o campo. Um deles, nos marcos do desenvolvimento do capital e da produção inconsequente de mercadorias a partir da exploração dos trabalhadores do campo e da subsunção de camponeses, indígenas e afrodescendentes às suas leis (Capítulo 1). Outro, proveniente das contradições e consequências do próprio sistema, no qual os trabalhadores e trabalhadoras organizados propõem um novo modelo para o campo baseado na soberania alimentar e na agroecologia.

No Capítulo 3, com o nome "Políticas de formação da Via Campesina na América do Sul", retratamos a sistematização das experiências de formação organizadas pela Via Campesina América do Sul em sua trajetória de vinte anos de existência. Buscamos, através de um mapeamento inicial, traçar elementos político-pedagógicos singulares que perpassam essas experiências, identificando assim aspectos da política de formação da VCI. Esse mapeamento foi realizado pela identificação das experiências e do agrupamento delas por características similares, mesmo que a denominação desses agrupamentos não seja utilizada pela VCI. São eles: cursos livres ou informais e atividades de formação política; cursos livres ou informais e atividades de formação político-profissional; escolas e institutos de formação político-profissional em agroecologia. Para a exposição desse capítulo, partimos do pressuposto de que as políticas de formação da VCI fazem parte da sua estratégia na construção de uma territorialização contra a hegemonia do capital.

O Capítulo 4 deste trabalho é denominado "Territorialização, organização e consciência". Nesse capítulo, discutimos os conceitos de território,

territorialização e territorialidade como conceitos geográficos que perpassam pela análise do objeto de investigação, ou seja, a construção hegemônica do capital no campo *versus* a luta contra-hegemônica da Via Campesina na América do Sul. Também nesse capítulo, abordamos conceitos, como a concepção de Antonio Gramsci sobre: Estado e sociedade civil; hegemonia; organização política como intelectual coletivo; formação política e intelectual orgânico. Esses conceitos aportam para uma leitura crítica dessa luta contra-hegemônica do capital no campo realizada pela Via Campesina Internacional desde o enfrentamento, a organização e a formação.

O Capítulo 5 relaciona os aspectos da luta e da organização às políticas de formação da VC como aspectos chaves na construção da consciência de classe, pressuposto limiar do avanço para uma luta por mudanças estruturais.

Nas Considerações Finais desta obra, apontamos de maneira sintética as principais reflexões a respeito do papel das políticas de formação da VC enquanto elemento estratégico para a luta contra a hegemonia do capital e suas consequências para os sujeitos coletivos do campo. Assinalamos também nessa parte do trabalho algumas inquietações que necessitam ser aprofundadas, as quais seriam bases para outras possíveis investigações.

Desde o primeiro momento da realização deste trabalho, desenvolvemos a expectativa de que pudesse aportar, de alguma maneira, para a *práxis* coletiva da Via Campesina Internacional e seu papel histórico na luta de classes. Compreendemos, entretanto, que ele é insuficiente para uma leitura crítica de todo o seu processo, dados os desafios que lhe são colocados. Nesse sentido, deixamos este breve estudo para a crítica da história.

1

TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO NA AMÉRICA DO SUL

A partir da década de 1980, o capital no campo vem se reterritorializando na América Latina sob as bases dos mesmos critérios: aumento da produtividade para exportação de produtos agrícolas e de recursos naturais. Consequência de uma política neoliberal, consolidou-se a matriz do agro-hidronegócio¹ e da mineração, que, relacionada a gigantescos projetos de infraestrutura, tornou-se hegemônica e, assim, passou a desterritorializar os diferentes sujeitos do campo pela expropriação, exploração e a subsunção de formas não capitalistas de produção.

Vale recordar de antemão que, para a divisão internacional do trabalho estabelecida, cabe aos países da América Latina exportar matérias-primas (minerais e agrícolas). Mercadorias como minério de ferro, alumínio, gás, petróleo, soja, celulose e etanol, que são altamente demandantes de água e energia, são produzidas em larga escala e estão no centro das prioridades. Uma combinação de exploração e expropriação dos recursos naturais na forma capitalista de produção vem territorializando-se de tal maneira que, nos últimos anos, os antigos latifúndios improdutivos passam a ser grandes propriedades com elevado nível de produtividade sob o domínio de transnacionais e multinacionais.

Essas características marcam a atuação do capital no campo na forma do agronegócio, da mineração, do chamado hidronegócio e da construção de megaprojetos de integração para circulação de mercadorias. Estas, fundadas em processo de crescente desterritorialização dos povos do campo e

1 Conceito utilizado pelo autor Thomaz Junior (2010).

das florestas como o caso de camponeses, indígenas e quilombolas. Marca-se assim um novo momento histórico dos conflitos territoriais causados pelo capital no campo e cuja resposta são processos de resistência e de luta contra-hegemônica.

A atual territorialização hegemônica do capital ocorre essencialmente pelo domínio das relações econômicas de produção capitalistas, da política e da ideologia. Esse processo não é novo, mas encontra novas formas e configurações. Desde a acumulação primitiva de capital, o sistema expropriou terra e território de diversos grupos do campo num processo de desterritorialização. Quando não diretamente expropriando, em diferentes circunstâncias, subsumiu camponeses e comunidades tradicionais à lógica do grande capital.

A produção capitalista no campo

A história da expropriação do homem em relação à natureza está vinculada à história da separação do produtor ou trabalhador dos meios de produção e das suas condições de trabalho, ou, como afirma Quaini, “em termos geográficos pode ser expressa como progressiva dissociação do homem em relação ao território, após a transformação do território de valor de uso em valor de troca ou mercadoria” (Quaini, 2002, p.66).

A produção capitalista no campo se efetivou historicamente a partir da expropriação de recursos naturais e dos sujeitos do campo; da renda da terra; da renda produto e renda trabalho; da extração de mais-valia pela jornada de trabalho e pelo assalariamento no campo; e da subsunção de formas não capitalistas à produção ou ao próprio mercado capitalista. Todas essas formas estiveram diretamente articuladas às diferentes condições naturais, assim como o desenvolvimento de tecnologias que marcaram a acumulação capitalista de maneira desigual e combinada nos mais diferentes países e regiões.

Nos últimos anos, o capital no campo tem se reconfigurado na forma do agro-hidronegócio (Thomaz Junior, 2010) e da mineração. Em consequência, mas também como matriz, estão sendo levados a cabo grandes projetos de integração para circulação de mercadorias. Todos esses setores estão marcados pelo domínio de empresas transnacionais vinculadas à agri-

cultura e aos diferentes recursos naturais como o caso da mineração, água e biodiversidade, sendo o papel fundamental do Estado no auxílio desse processo de territorialização do capital.

Em se tratando do agronegócio, segundo Campos (2009), num primeiro momento, o termo, que vem do inglês *agrobusiness*, estaria relacionado literalmente a negócios que envolvem produtos agrícolas e agropecuários. O termo *agrobusiness* é advindo da década de 1950, nos Estados Unidos, onde se aprimorou a crescente integração de atividades agropecuárias, agroindústrias e setores de serviços.

Entretanto, hoje esse conceito representa toda uma política de aperfeiçoamento da exploração capitalista no campo, representa a hegemonia do capital no campo assim como seus fortes impactos aos trabalhadores do campo, camponeses, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Nesse sentido, do “ponto de vista da divisão de classes sociais, o agronegócio é atrelado às classes dominantes nas diferentes escalas”, que evidentemente “escamoteiam esse caráter” se apresentando como aspectos “meramente econômicos”, quando em verdade atuam também na “esfera política” e ideológica, “incidindo sobre decisões governamentais desde a escala local até a escala nacional” (Campos, 2009, p.28).

Assim, podemos afirmar que o agronegócio, como política econômica para o campo, vem se territorializando de maneira incisiva nos diferentes países “destinados” à produção primária na geoeconomia mundial sob a hegemonia do capital. As características gerais dessa territorialização estão relacionadas a um amplo processo de desterritorialização de formas não capitalistas de produção.

Essa desterritorialização envolve a questão da produção de alimentos, da expropriação e/ou expulsão dos mais diferentes sujeitos do campo, da transferência “de técnicas e tecnologias que se dirigem para os lugares em que o processo de valorização do valor” seja mais acelerado; das “identidades socioculturais”, entre outras. Um processo impregnado de conflito, pois o agronegócio “não é apenas uma articulação de capitais, mas também de técnicas associadas aos processos de trabalho dos distintos segmentos capitalistas que compõem”, numa intrínseca relação de poder (Campos, 2009, p.37).

No seu processo de territorialização o agronegócio se apropria dos espaços que já contam com uma densa configuração territorial, adequando o uso da mesma às suas demandas. Esse é o caso de lugares ou mesmo de regiões que já têm tradição de produção agrícola, mas que, à medida que foram apropriados pelo agronegócio, intensificaram e diversificaram o uso de técnicas, de informação e de métodos científicos nos processos produtivos, [...] ampliaram a integração com segmentos a montante e jusante da produção em escala mundial. No caso do Brasil, esse tipo de territorialização é mais comum nas regiões sul e sudeste e parte do centro-oeste que já haviam passado por um processo de modernização da agricultura. Mas o processo de territorialização também inclui a apropriação de espaço com baixa densidade técnica e demográfica, que constituíam “lugares de reserva” de produção e consumo agropecuários globalizados. (Campos, 2009, p.39)

Para Campos, esses elementos vinculam-se a uma estratégia política, na qual o agronegócio promove “várias ações para obter apoio e criar um ambiente institucional favorável à sua territorialização”, entre os quais, a eleição de empresários para cargos públicos, o financiamento de campanhas eleitorais de diferentes partidos formando uma base “de apoio multiescalar – desde o município até a nacional” (Campos, 2009, p.43). Nesses espaços, realizam investimentos com recursos públicos ou impedem aprovação de medidas que contrariam seus interesses.

Outra estratégia política promovida pelo agronegócio é a apropriação de espaços da mídia (rádio, televisão, jornais etc.), assim como universidades e centros de pesquisa (públicas ou privadas) promovendo programas de educação tecnológica, de graduação e pós-graduação em agronegócio, assim como grupos de estudo e laboratórios para desenvolver pesquisas em diferentes áreas do conhecimento de acordo com seus interesses.

Esses elementos, Campos (2009) analisa como uma “tríplice aliança entre agronegócio, latifúndio [arcaico] e Estado”, que, de maneira articulada, efetiva seu domínio em seu processo de territorialização hegemônica do capital, mesmo que este último se encontre num período de crise estrutural.

Para Garcia (2013), a intrínseca relação entre capital e Estado é uma característica da hegemonia capitalista. Afirma a autora que, por trás de uma grande empresa, existe sempre um Estado forte que a financia.

Detrás de una gran empresa hay siempre un Estado fuerte, que la financia y estructura el campo jurídico y político para que ella actúe. Y detrás de un Estado hegemónico hay siempre empresas multinacionales que actúan dentro y fuera del país, llevando su marca y creando su imagen junto a la imagen del país potencia. En algunos casos, la relación entre empresas y Estado se explicita con la penetración de agentes de las empresas en el aparato estatal, influenciando políticas públicas directamente. Esa relación dinámica entre capital y Estado es característica de la hegemonía capitalista, en la que los intereses de las clases dominantes son presentados como intereses universales. (Garcia apud Zubizarreta, 2012, p.189)

O agronegócio também se caracteriza pelo controle das transnacionais nos diferentes territórios e territorialidades, onde as empresas atuantes controlam toda a cadeia de produção envolvendo desde sementes, tecnologias, insumos, agrotóxicos, créditos bancários etc., destinados a aumentar a produtividade. Juntamente, segue a especialização e o monocultivo da produção destinados à celulose, agrocombustíveis, soja e milho para produção de ração animal, óleos e farinhas. A produção em larga escala, por consequência, assume a função de destruição da biodiversidade com o crescimento do uso de agrotóxicos, a transgenia, alterações de códigos florestais para expandir a produção, e a compra e venda de créditos de carbono.

Na sequência, pretendemos apontar algumas características-chave dessa hegemonia do capital no campo, na forma do agronegócio em pleno momento histórico de crise estrutural do capital.

Agronegócio

O sistema do agronegócio tem como principais agentes hegemônicos as empresas, grande parte transnacionais, com destaque para Bunge, Louis Dreyfus, Cargill e ADM, na produção de óleos, conservas e farinhas; Monsanto e Syngenta na produção de adubos, fertilizantes e agrotóxicos; Sadia e JBS na produção de carnes; Cosan e Shell na produção de etanol; Nestlé e Danone em laticínios; Klabin e Fibria na produção de celulose.

A revista *Exame* publicou, em julho de 2012, as cinquenta maiores empresas com sede no Brasil. A Bunge Alimentos encontra-se em primeiro lugar com cerca de 19.319,9 milhões de dólares em venda (critério considerado para classificá-las). Das elencadas nessa revista, catorze são do ramo

de produção de óleo, farinha e conservas, e dez de produção de adubos, fertilizantes e agrotóxicos. Seguem, na tabela abaixo (Tabela 1), alguns dados quanto ao volume de vendas de algumas das empresas transnacionais do agronegócio no ano de 2011.

Tabela 1 – Classificação de empresas quanto ao volume de vendas em 2011²

Lugar	Empresa	Sede	Segmento	Vendas (em US\$ milhões)
1ª	Bunge Alimentos	Gaspar (SC)	Óleos, farin. e conservas	19.319,9
2ª	Cargill	São Paulo (SP)	Óleo, farin. e conservas	19.093,2
3ª	JBS	São Paulo (SP)	Carne bovina	13.420,5
4ª	BRF/Sadia	Itajaí (SC)	Aves e suínos	12.859,8
5ª	BRF	Itajaí (SC)	Aves e suínos	12.831,0
6ª	ADM	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservas	9.903,0
7ª	Copersucar Cooperativa	São Paulo (SP)	Açúcar e álcool	8.000,0
8ª	Unilever	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservantes	7.295,5
9ª	Louis Dreyfus	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservas	6.824,4
10ª	Basf	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	5.755,1
11ª	Coamo	Campo Mourão (PR)	Atacado e com. exterior	5.703,3
12ª	Souza Cruz	Rio de Janeiro (RJ)	Fumo	5.675,1
13ª	Nestlé	São Paulo (SP)	Leite e derivados	5.240,4
14ª	Suzano	Salvador (BA)	Madeira e celulose	4.800,0
15ª	Heringer	Viana (ES)	Adubos e defensivos	4.833,5
16ª	CNH	Contagem (MG)	Máq., equip. e ferram.	4.824,6
17ª	Marfrig	São Paulo (SP)	Carne bovina	4.576,6
18ª	Bunge Fertilizantes	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	4.473,6
19ª	Bayer	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	4.410,7
20ª	Amaggi	Cuiabá (MT)	Atacado e com. Exterior	4.129,7
21ª	Copersucar	São Paulo (SP)	Açúcar e álcool	3.969,6

Continua

2 Esta tabela encontra-se no artigo “O agronegócio na América do Sul: movimentos sociais e espacialização das transnacionais do grupo ABCD”, escrito por Ândrea Francine Batista e Julciane Anzilago, publicado no livro digital *Ensaio sobre a Questão Agrária*.

Tabela 1 – *Continuação*

22 ^a	Klabin	São Paulo (SP)	Madeira e celulose	3.888,6
23 ^a	Syngenta	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	3.840,0
24 ^a	Fibria	São Paulo (SP)	Madeira e celulose	3.753,9
25 ^a	Aurora	Chapecó (SC)	Aves e suínos	3.614,1
26 ^a	Kraft Foods	Curitiba (PR)	Óleos, farin. e conservas	3.574,9
27 ^a	Frigorífico Minerva	Barretos (SP)	Carne bovina	3.565,0
28 ^a	DuPont	Barueri (SP)	Adubos e defensivos	3.436,1
29 ^a	Mosaic	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	3.292,4
30 ^a	Pepsico	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservas	3.185,4
31 ^a	Vale Fertilizantes	Uberaba (MG)	Adubos e defensivos	2.985,1
32 ^a	Cooxupé	Guaxupé (MG)	Café	2.984,8
33 ^a	Duratex	São Paulo (SP)	Madeira e celulose	2.907,3
34 ^a	Yara	Porto Alegre (RS)	Adubos e defensivos	2.831,6
35 ^a	C. Vale	Palotina (PR)	Aves e suínos	2.754,4
36 ^a	Seara	Itajaí (SC)	Aves e suínos	2.743,5
37 ^a	Cosan Açúcar e Álcool	Barra Bonita (SP)	Açúcar e álcool	2.623,1
38 ^a	Ultrafertil	Cubatão (SP)	Adubos e defensivos	2.328,5
39 ^a	Cosan	São Paulo (SP)	Açúcar e álcool	2.271,3
40 ^a	Noble	São Paulo (SP)	Algodão e grãos	2.106,4
41 ^a	Caramuru	Itumbiara (GO)	Óleos, farin. e conservas	2.039,1
42 ^a	Itambé	Belo Horizonte (MG)	Leite e derivados	1.984,5
43 ^a	Camera	Santa Rosa (RS)	Óleos, farin. e conservas	1.907,6
44 ^a	Usaçúcar	Maringá (PR)	Açúcar e álcool	1.906,6
45 ^a	Ajinomoto	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservas	1.900,0
46 ^a	Granol	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservas	1.889,1
47 ^a	Cocamar	Maringá (PR)	Óleos, farin. e conservas	1.861,1
48 ^a	Lar	Medianeira (PR)	Algodão e grãos	1.849,2
49 ^a	M. Dias Branco	Eusébio (CE)	Óleos, farin. e conservas	1.829,9
50 ^a	Bianchini	Porto Alegre (RS)	Óleos, farin. e conservas	1.791,2

Fonte: *Exame* (jul. 2012).

Já na edição de julho de 2013, a revista *Exame*, edição especial 40 anos, aponta as empresas que mais venderam e as que mais lucraram no ano de 2012 (Tabela 2). Mesmo que algumas reportagens apontem a estagnação do desenvolvimento do agronegócio de um ano a outro, o valor em vendas líquidas permanece num alto patamar, assim como o predomínio de muitas delas entre as cinquenta maiores empresas do ramo.

Tabela 2 – Classificação das empresas quanto ao volume de venda em 2012

Lugar em 2012	Lugar em 2011	Empresa	Sede	Segmento	Vendas líquidas (em US\$ milhões)
1ª	2ª	Cargill	São Paulo (SP)	Óleos, farinhas e conservantes	11.914,9
2ª	1ª	Bunge	Gaspar (SC)	Óleos, farinhas e conservantes	11.099,4
3ª	3ª	JBS	São Paulo (SP)	Carne bovina	8.281,4
4ª	5ª	BRF	Itajaí (SC)	Aves e suínos	7.193,8
5ª	6ª	ADM	Vitória (ES)	Óleos, farinhas e conservantes	5.440,0
6ª	7ª	Copersucar-Cooperativa	São Paulo (SP)	Açúcar e álcool	4.887,5
7ª	9ª	Louis Dreyfus	São Paulo (SP)	Óleos, farinhas e conservantes	4.740,7
8ª	8ª	Unilever	São Paulo (SP)	Óleos, farinhas e conservantes	3.432,5
9ª	11ª	Coamo	Campo Mourão (PR)	Óleos, farinhas e conservantes	3.395,8
10ª	10ª	Basf	São Paulo (SP)	Aduos e defensivos	3.302,8
11ª	12ª	Souza Cruz	Rio de Janeiro (RJ)	Fumo	3.071,9
12ª	20ª	Amaggi	Cuiabá (MT)	Atacado e comércio exterior	2.853,3
13ª	19ª	Bayer	São Paulo (SP)	Aduos e defensivos	2.774,3
14ª	15ª	Heringer	Viana (ES)	Aduos e defensivos	2.679,1
15ª	–	Raízen Energia	Barra Bonita (SP)	Açúcar e álcool	2.649,8

Continua

Tabela 2 – Continuação

16ª	16ª	CNH/ Cse New Holland	Contagem (MG)	Máquinas equipamentos e ferramentas	2.628,7
17ª	23ª	Syngenta	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	2.577,3
18ª	14ª	Suzano	Salvador (BA)	Madeira e celulose	2.516,6
19ª	18ª	Bunge Fertilizantes	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	2.398,3
20ª	13ª	Nestlé	São Paulo (SP)	Leites e derivados	2.322,0
21ª	17ª	Marfrig	São Paulo (SP)	Carne bovina	2.292,2
22ª	21ª	Copersucar	São Paulo (SP)	Açúcar e álcool	2.223,9
23ª	28ª	Dupont	Barueri (SP)	Sementes	2.133,6
24ª	25ª	Aurora Alimentos	Chapecó (SC)	Aves e suínos	2.097,8
25ª	22ª	Klabin	São Paulo (SP)	Madeira e celulose	2.038,8
26ª	24ª	Fibria	São Paulo (SP)	Madeira e celulose	1.931,4
27ª	–	Mondelez Brasil	Curitiba (PR)	Óleos, farinhas e conservantes	1.913,0
28ª	27ª	Frigorífico Minerva	Barretos (SP)	Carne bovina	1.897,3
29ª	34ª	Yara	Porto Alegre (RS)	Adubos e defensivos	1.881,2
30ª	29ª	Mosaic	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	1.710,3
31ª	30ª	Pepsico	São Paulo (SP)	Óleos, farinhas e conservantes	1.640,6
32ª	33ª	Duratex	São Paulo (SP)	Madeira e celulose	1.638,2
33ª	35ª	C. Vale	Palotina (PR)	Aves e suínos	1.600,6
34ª	–	Fosfertil	Uberaba (MG)	Adubos e Defensivos	1.539,6
35ª	36ª	Seara	Itajaí (SC)	Aves e suínos	1.484,1
36ª	41ª	Caramuru	Itumbiara (GO)	Óleos, farinhas e conservantes	1.373,3
37ª	49ª	M. Dias Branco	Eusébio (CE)	Óleos, farinhas e conservantes	1.287,3

Continua

Tabela 2 – Continuação

38ª	40ª	Noble	São Paulo (SP)	Algodão e celulose	1.272,7
39ª	–	Fiagril	Lucas do Rio Verde (MT)	Atacado e comércio exterior	1.223,5
40ª	–	Goiasfertil	Cubatão (SP)	Adbus e defensivos	1.186,2
41ª	46ª	Granol	São Paulo (SP)	Óleos, farinhas e conservantes	1.144,1
42ª	48ª	Lar	Medianeira (PR)	Algodão e celulose	1.113,4
43ª	47ª	Cocamar	Maringá (PR)	Óleos, farinhas e conservantes	1.075,3
44ª	32ª	Cooxupé	Guaxupé (MG)	Café	1.053,9
45ª	–	Comigo	Rio Verde (GO)	Algodão e celulose	1.045,1
46ª	44ª	Usaçucar	Maringá (PR)	Açúcar e álcool	1.003,0
47ª	–	Cooperativa agrária	Guarapuava (PR)	Algodão e celulose	995,4
48ª	42ª	Itambé	Belo Horizonte (MG)	Leite e derivados	984,7
49ª	45ª	Ajinomoto	São Paulo (SP)	Óleos, farinhas e conservantes	961,3
50ª	–	Biosev	São Paulo (SP)	Açúcar e álcool	902,5

Fonte: *Exame* (jul. 2013).

Entre os anos de 2011 e 2012, houve pouca alteração entre as dez primeiras colocadas. No ano de 2010, segundo notícia on-line da revista *Exame*,³ estavam entre as dez primeiras colocadas. Dentre os três últimos anos analisados, as empresas do agronegócio que se mantêm entre as dez primeiras colocadas quanto ao valor de venda em dólares são: Bunge, Cargill, Unilever, Copersucar-Cooperativa, BRF, JBS e ADM, empresas atuantes nos segmentos de derivados da soja, açúcar, etanol e carnes.

A Bunge, holandesa, está instalada em diversos municípios brasileiros, e também na Argentina, no Paraguai e no Uruguai. Tem fábricas, plantas de processamento, terminais portuários e escritórios, e atua produzindo óleo e farinha de soja, girassol, açúcar e bioenergia. A Cargill, estadunidense,

3 Ou também em reportagem sobre as dez maiores do agronegócio do Brasil, disponível em <<http://http://pratoslimpos.org.br/>>. Acesso em: 20 set. 2010.

atua no Brasil desde 1965. Tem fábricas, armazéns, escritórios e terminais portuários em 141 municípios brasileiros (Exame, 2013, p.101). Atua no ramo da soja, açúcar, cacau, etanol, amidos e adoçantes, algodão, trigo e milho. Está também na Argentina, na Bolívia, no Paraguai, no Uruguai, na Colômbia, no Peru, na Venezuela.

A Unilever é anglo-holandesa e atua no Brasil, na Argentina, no Chile e na Colômbia. A Copersucar-Cooperativa, brasileira, exporta etanol para Trinidad e Tobago e açúcar para Venezuela, Colômbia, Peru, Chile, Argentina e Uruguai. O grupo JBS, brasileiro, tem instalações no Brasil, na Argentina, no Paraguai, no Chile e no Uruguai, com unidades de abate de bovinos, unidades de carnes em conserva, unidade de vegetais, confinamentos, plantas industriais de laticínios, indústrias de couro, unidade fabril de colágeno e unidade de biodiesel. Segundo a revista *Carta Capital* (Ribeiro, 2013), numa reportagem de março de 2013, o grupo JBS, presidido por Joesley Batista, entrou também no ramo da mídia comprando o Canal Rural do grupo gaúcho de comunicação RBS, dono do diário *Zero Hora* de Porto Alegre e das transmissoras da Rede Globo no sul do país. O Canal Rural é um grupo especializado em transmissões de leilões de gado.

A empresa ADM, americana, atua no Brasil, na Argentina, na Bolívia e no Paraguai na produção de derivados da soja, girassol e insumos. A empresa BRF (Brasil Foods) atua no Brasil e na Argentina nos segmentos de carnes (aves, suínos e bovinos), alimentos processados de carnes, lácteos, margarinas, massas, pizzas e vegetais congelados, com as marcas Sadia, Perdigão, Batavo, Elegê, Qualy, entre outras.

Dentre outras empresas que estão entre as primeiras cinquenta colocadas, está a Dreyfus, que atua na Argentina, no Chile, no Paraguai, no Peru, no Uruguai e no Brasil na produção de grãos e oleaginosas, café, fertilizantes, biosev e sucos. Também a Syngenta, atuando no Chile e Brasil no ramo de sementes e cana-de-açúcar. Em Holambra, São Paulo, encontra-se o Seed Care Institute, considerado o mais moderno laboratório de tratamento de sementes da América Latina, de propriedade da Syngenta.

No ramo do etanol, a Raízen, controlada pela Consan-Shell, segundo reportagem de março de 2013 disponibilizada no site da *Brasilagro* (Batista, 2013), tem previsão de investimento em etanol celulósico, e irá instalar sua primeira usina em Piracicaba (São Paulo). A perspectiva da empresa é um crescimento de moagem de cana em toda a região centro-sul do Brasil.

Ainda referindo-se ao agronegócio, a revista *Exame* (2013) aponta que, em relação às dez empresas que mais lucraram no ano de 2012 estão a Souza Cruz, a JBS, Klabin, Bayer, Cargill, entre outras. Baseados nos dados encontrados na referente revista, reproduzimos a seguir (Tabela 3) os principais dados das dez empresas que mais lucraram nesse ano.

Tabela 3 – Classificação das empresas quanto ao lucro líquido em 2012

Ordem de lucro	Entre as 400 maiores empresas do agronegócio	Empresa	Segmento	Controle acionário	Lucro líquido ajustado U\$
1ª	11ª	Souza Cruz	Fumo	Inglês	789,5
2ª	3ª	JBS	Carne bovina	Brasileiro	374,4
3ª	25ª	Klabin	Adubos e celulose	Brasileiro	328,8
4ª	13ª	Bayer	Adubos e defensivos	Alemão	231,2
5ª	1ª	Cargill	Óleo, farinhas e conservantes	Estadunidense	187,1
6ª	23ª	Dupont	Sementes	Estadunidense	179,4
7ª	32ª	Duratex	Madeira e celulose	Brasileiro	172,7
8ª	9ª	Coamo	Atacado e comércio exterior	Brasileiro	145,7
9ª	37ª	M. Dias Branco	Óleo farinhas e conservas	Brasileiro	141,2
10ª	72ª	Alto Alegre	Açúcar e álcool	Brasileiro	126,1

Fonte: *Exame* (jul. 2013).

A empresa Souza Cruz, com sede no Rio de Janeiro, foi considerada, em 2012, a mais produtiva do setor.

Destas empresas, seis são brasileiras, duas estadunidenses, uma alemã, e uma inglesa. Duas estão no ramo de adubos e defensivos; três no ramo de óleos, farinhas e conservantes; um no ramo de madeira e celulose; um no ramo de açúcar e álcool; um no ramo de carnes; um no ramo de fumo. A Klabin, por exemplo, atuante na área de papel e celulose, somente na fábrica de Telêmaco Borba (Paraná) teve um lucro de 200 milhões de reais (*Exame*, 2013, p.103). Se analisarmos a totalidade das empresas que mais lucraram no ano passado no Brasil, para além do agronegócio, observa-se que a Petrobras ficou em primeiro lugar e em segundo ficou a Ambev (*Exame*, 2013, p.65). Como esses rankings levam em consideração o lucro,

devemos lembrar que, quanto maior o lucro, também maior será a extração da mais-valia. Sendo assim, quanto maior o lucro das empresas, maior a exploração do homem e da natureza exercido por ela.

No setor do agronegócio, o investimento em tecnologias pelas empresas e estabelecimentos capitalistas para aumentar a lucratividade é um imperativo. Um exemplo do investimento em inovações tecnológicas é a empresa de gestão de colheitas Enalt, que vem desenvolvendo um sistema de colheitas acompanhadas por GPS, no qual os sensores de precisão acoplados à maquinaria agrícola dos setores de cana-de-açúcar, papel e celulose recebem em tempo real as informações – agricultura de precisão. Essa empresa tem sua sede em São Carlos (São Paulo) e entre seus principais clientes estão outras, como a Odebrecht (Exame, 2013, p.223).

Em relação a investimentos e inovações tecnológicas, a revista *Exame* (2013) menciona também as principais empresas que investiram alto em 2012 para ampliação de suas estruturas e operações no Brasil para aumentar as vendas e o lucro. Dentre as cem empresas com maiores investimentos, mencionamos como destaque: Petrobras, Vale, Suzano, JBS, BRF, Klabin, Duratex, Mineração Paragominas, Bunge, Souza Cruz e Cargill (Exame, 2013, p.410-3). O Quadro 1 a seguir sintetiza os investimentos por empresa e sua colocação por ordem de valor de investimento.

Quadro 1 – Classificação das empresas quanto aos investimentos realizados em 2012

Ordem por valor de investimento	Empresa	Segmento	Controle Acionário	Investimento
1ª	Petrobras	Energia	Estatal	Exploração e produção de campos do pré-sal e pós-sal, e, melhora de infraestrutura, logística e tecnologia.
2ª	Vale do Rio Doce	Mineração	Brasileiro	Expansão das operações integradas de minério de ferro em Carajás (PA).
5ª	Suzano	Papel e celulose	Brasileiro	Construção de fábrica em Imperatriz (MA) e manutenção de reserva florestal no Piauí, parte do projeto de expansão no Nordeste.

Continua

Quadro 1 – *Continuação*

18ª	JBS	Bens e consumo	Brasileiro	Não informado.
35ª	BRF	Aves e suínos	Brasileiro	Expansão da capacidade do complexo industrial em Lucas do Rio Verde (MT) e construção de fábrica em Vitória de Santo Antão (PE).
44ª	Klabin	Papel e celulose	Brasileiro	Máquinas para fabricação de papéis para sacos industriais com capacidade de 80.000 toneladas por ano, na cidade de Correia Pinto (SC).
47ª	Duratex	Madeira	Brasileiro	Implantação de fábrica de placas de MDF em Itapetininga (SP), e aquisição de unidade de fabricação de válvulas industriais de bronze Lupatech em Jacaré (SP).
67ª	Mineração Paragominas	Mineração	Norueguês	Infraestrutura para armazenagem de resíduos de minério na cidade de Paragominas (PA).
68ª	Bungue	Bens de consumo	Holandês	Ampliação de canais, melhorias de técnicas agrícolas e de sistemas de irrigação e aumento da capacidade de moagem das usinas de cana-de-açúcar.
75ª	Souza Cruz	Bens de consumo	Inglês	Modernização do parque industrial, substituição de equipamentos de informática e renovação de frota de veículos de distribuição.
77ª	Cargill	Bens de consumo	Estadunidense	Construção de unidade de processamento de milho em Castro (PR) para produção de amidos e adoçantes.

Fonte: *Exame* (jul. 2013).

Desde o último quadro anteriormente mencionado, percebemos que, ao agronegócio, acrescentam-se empresas de exploração e expropriação de recursos naturais vinculadas à energia e à mineração. Ampliando os dados

das empresas do agronegócio, mineração e energia que mais venderam no ano de 2012, segundo a revista *Exame* (*Exame*, 2013, p.342), seguem abaixo alguns dados sistematizados na Tabela 4:

Tabela 4– Classificação de empresas quanto ao volume de vendas em 2012

Lugar	Empresa	Segmento	Capital acionário	Vendas (em US\$ Milhões)
1 ^o	Petrobras	Energia	Estatal	109.713,3
2 ^o	BR distribuidora	Atacado	Estatal	39.024,5
3 ^o	Vale	Mineração	Brasileiro	28.989,4
6 ^o	Cargill	Bens de Consumo	Estadunidense	11.914,9
10 ^o	Bunge	Bens de consumo	Holandês	11.099,4
11 ^o	Braskem	Química	Brasileiro	10.416,0
14 ^o	JBS	Bens de consumo	Brasileiro	8.281,4
17 ^o	BRF	Bens de consumo	Brasileiro	7.193,8
21 ^o	Ambev	Bens de consumo	Belga	6.584,7
29 ^o	Cosan	Atacado	Brasileiro	5.526,6
31 ^o	ADM	Produção agropecuária	Americano	5.440,0
39 ^o	AES Eletropaulo	Energia	Americano-brasileiro	5.027,3
41 ^o	Copersucar	Energia	Brasileiro	4.887,5
46 ^o	Louis Dreyfus	Produção agropecuária	Francês	4.740,7
52 ^o	Itaipu binacional	Energia	Estatal	3.797,9

Fonte: *Exame* (jul. 2013).

Como já mencionado anteriormente, muitas dessas empresas possuem operações ou instalações em diferentes países da América do Sul. O Quadro 2 elenca as duzentas maiores empresas transnacionais em 2012 e que mantêm operações na América do Sul relacionadas ao agronegócio, hidronegócio e mineração. Importante destacar que a maioria das empresas atua em dois ou mais setores, assim como a diversidade de empresas controladas e coligadas aos grupos. Percebe-se também que muitas delas têm controle acionário brasileiro (*Exame*, 2013, p.418-22):

Quadro 2 – Classificação das maiores empresas em 2012 que mantêm operações na América do Sul

Lugar	Grupo privado	Controle acionário	Setores de atuação e participação	Algumas das principais empresas controladas e coligadas	Países onde o grupo mantém operações na América do Sul
2 ^a	Vale	Brasileiro	Mineração (89%), Transporte (3%), Outros (8%)	Controladas: Companhia Minera Misky, Peru Fertilizantes, Ferrovia Centro-atlântica, Brasil Logística, Ferrovia Norte-sul, Mineração Corumbaense Reunidas, Brasil minério de ferro e manganês, PT Internacional, Nickel Indonésia Tbk, Indonésia Niquel, Minera Três Valles, Chile Cobre, Vale (Australia, Áustria holding GmbH, Canadá, Colômbia, fertilizantes, International, manganês, Minas do Azul, Moçambique, Nouvelle-Caledonie, Oman Pelletizing, Shipping Holding).	Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru.
3 ^a	J & F Investimentos	Brasileiro	Bens de consumo (99%), Financ. (1%)	Controladas: JBS, Eldorado Brasil, J&F Floresta Agropecuária, Flora, J&F Oklahoma, Banco Original, Vigor, J&F Infraestrutura.	Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai.
4 ^a	Odebrecht	Brasileiro	Química e Petroquímica (50%), Ind. Construção (37%), Transp. (2%), Outros (11%)	Controladas: Construtora Norberto Odebrecht, Braskem, Odebrecht (óleo e gás, realizações imobiliárias, transporte, participações, investimentos, energia, defesa e tecnologia, agroindústrias, ambiental).	Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela.
12 ^a	Votorantim	Brasileiro	Sider. e Metalurg. (37%), Ind. da construção (29%), Financ. (25%), Papel e celulose (5%), Prod. Agropecuária (3%), Autoind (1%)	Controladas: Acariúba Mineração, Interavia Transportes, Silcar Empreendimentos, Votorantin Cimentos, Votorantin Metais Companhia Brasileira de Alumínio, Votorantin Metais Cajamarquilla, Cia Mineradora Atacocha, Companhia Minera Milpo, Fibria Celulose, Citrovita Agroindustrial, Citrovita Agropecuária, Citrosuco, Santa Cruz geração de energia, Votorantin Investimentos Latino-americanos, Votorantin Corretora de Seguros etc.	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai.

Continua

Quadro 2 – Continuação

13ª	Ambev	Belga	Bens de consumo (100%)	Controladas: Ambev (Luxemburgo, Peru, Equador, bebidas), Aspen, Brahma co, Pampa, Musa, Inkee, ITB, Agregã, Anep, Disban, NCAQ, Arosuco, CRBS, Skol etc.	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai.
15ª	BRF	Brasileiro	Bens de consumo (100%)	Controladas: BRF Brasil Foods África, BRF Suínos do Sul, Perdigão International, PSA Laboratório Veterinário, 49-Qualy, Sadia Alimentos, Sadia Chile, Sadia Uruguai.	Argentina, Brasil, Chile, Uruguai Venezuela.
17ª	Consan	Brasileiro	Química e petroquímica (75%), Prod. Agropecuária (15,51%), Varejo (2,83%), Transporte (2,29%), outros (4,27%)	Controladas: Rumo, Cosan Lubrificantes, Radar, Cosan Alimentos. Coligadas: Raizen Energia, Raizen Combustíveis.	Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.
18ª	Cargill	Estaduni-dense	Bens de consumo (100%)	Controladas: Innovatti Ind. e com. de ésteres sintéticos; Cargill (Agro.comerc. de energia, Holding Participações, Lecitina, Nassau Limited); Armazéns Gerais Cargill, Casa & BSL, TEAG – Terminal de Exportação de Açúcar de Guarujá. Coligadas: TEAS – Terminal Exportador de Alcool de Santos.	Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Peru, Venezuela.
30ª	Unilever Brasil	Anglo-holandês	Bens de consumo (100%)	Controladas: Unilever Brasil Industrial, Unilever Brasil Gelados do Nordeste, Unilever Brasil Nordeste Produtos de Limpeza.	Brasil, Argentina, Chile, Colômbia.
38ª	Copersucar	Brasileiro	Atacado (99%), Serviços (1%)	Controladas: Cia. Auxiliar de Armazéns Gerais, Copersucar Armazéns Gerais, Copersucar International NV, Copersucar Trading AVV, Copersucar Europe BV, Sugar Express Transportes. Coligadas: Uniduto Logística, Logum Logística, Copa Shipping Company Limited.	Brasil, Colômbia, Peru.

Continua

Quadro 2 – Continuação

40 ^a	Louis Dreyfus	Francês	Prod. agropecuária (100%)	Controladas: Luis Dreyfus (commodities agroindustrial, armazéns gerais e Citrus NV), Coimbra Investment and Trading, Coimbra Frutes com. e processamento de cítricos, Cogepear soc. de empreend. Imobili. e partic., Amaggi & LD commodities, Amburana Inv. e Partic., LDC Gearbulk Terminal Portuários e Partic., NST Terminais e logística, TEG Terminal Exp. Portuários e Partic., Sociedade Americana de Inverstones, Porto Paraty Sociedad de Empreend., Imob. e Partic, Gogest Soc. de Empreend., Imob. e Partic., Macrofertil Ind. e Comercio de Fertilizantes, Fertilbrasil Log. de Fertilizantes, Cambucá invest. e partic., Avena Terminais portuários, Lisianto Invest. e Partic., Hédera Invest. e Partic. LD commodities International.	Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai.
57 ^a	Basf	Alemão	Química e petroquímica (100%)	Controladas: Basf Poliuiretanos, Basf Performance Plumers Indústria de Polímeros e Plásticos de Engenharia.	Brasil.
60 ^a	Natura	Brasileiro	Bens de consumo (100%)	Controladas: Ind. e Comércio de Cosméticos Natura, Natura Cosméticos (Chile, Peru, Argentina, México, Colômbia, Espanha), Inovações e Tecnologia de Produtos, Europa SAS Distrib. de México, Cosmetics (EUA), International BV (Holanda).	Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru.
64 ^a	André Maggi	Brasileiro	Atacado (85%), Prod. agropecuária (11,23%), Transporte (3,12%), Energia (0,42%)	Controladas: André Maggi participações, Amaggi Exportações e Importações, Amaggi International, Maggi Energia, Amaggi Argentina, Ilha Comprida Energia, Agropecuária Maggi, Amaggi Construção de Rodovias, Agropecuária Morrinhos, Agro-Sam Agricultura e Pecuária, Hermasa Navegação da Amazonia, Amaggi Transportes. Coligadas: Terminal de Granéis do Guarujá.	Argentina, Brasil.

Continua

Quadro 2 – Continuação

72 ^a	Suzano Holding	Brasileiro	Papel e celulose (100%)	Controladas: Suzano (papel e celulose, America, Trading, Europe, Energia Knovável), Bahia Sul Holdings, Coml e agric Paineiras, Stenfar, Sun Paper, Asapir, Ondurman, Nemonorte, Nemo par, Futuragene PLC, Amulya, Paineiras Logística, Premesa, Aaisan e Epicares.	Argentina, Brasil.
83 ^a	Frigorífero Minerva	Brasileiro	Prod. agropecuária (100%)	Minerva (alimentos, Overseas, Middle East, Beef, Dawn Farms), Euominerva Comercio, Friasa, Transminerva, Brascasing, Pul, Frigomerc.	Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai.
88 ^a	Klabin	Brasileiro	Papel e celulose (93%), Prod. agropecuária (7%)	Controladas: Klabin (Argentina, Trade Itcda, Forest Productos Company do Paraná Produtos Florestais, Florestal), Ikapê Empreendimentos, Centaurus Holding. Coligadas: empresa de controle partilhado, Florestal Vale do Corisco (51%).	Brasil, Equador.
104 ^a	Mosaic	Americano	Química e petroquímica (98,20%), Serviços (1,80%)	Controladas: Fospar, Mosaic Fertilizantes. Coligadas: IFC Indústria de Fertilizantes Cubatão.	Brasil.
105 ^a	ALL – América latina	Brasileiro	Transporte (100%)	Controladas: ALL América Latina Logística (Rail TEC e Ritmo Logística, Servicios Integrales, Argentina, Malha Sul, Intermodal, Overseas, Serviços, Equipamentos, Participações, Armazéns Gerais, Malha Paulista, Malha Norte, Malha Oeste), PGT Grains Terminal, Portofer Transporte Ferroviário, Boswells, ALL (Mesopotamica central, Raisil Management), Terminal XXXIX de Santos, Brado Holding, Brado Log. e participações, Brado Logística, Vétria, Track Logística. Coligadas: Rhall terminais, Temag, TGG – Terminais de Granéis do Guarujá.	Argentina, Brasil.

Continua

Quadro 2 – Continuação

108 ^a	M. Dias Branco	Brasileiro	Bens de consumo (100%)	Controladas: Indústria de alimentos Bomgosto, Tergan Terminal de Grãos de Fortaleza, M Dias Branco (Internacional Trading, Internacional Trading Uruguay, Argentina). Coligadas: Camil Internacional Argentina, e Ciclo Logística	Brasil, Argentina, Chile, Paraguai.
131 ^a	Camil	Brasileiro	Bens de consumo (100%)	Coligadas: Molinos Arroceros Nacionales (Saman), Camil Chile SPA, Camil alimentos Peru, Arrosur, Tacua, Agencia marítima Sur, Galofer, Comisaco, Mercantil Uruguaya (Samu), Empresas Tucapel, Servicios Externos, Costeño Alimentos, Ormus, Buskoy.	Argentina, Brasil Chile, Peru, Uruguai.

Fonte: *Exame* (jul. 2013).

Já desde a perspectiva dos maiores grupos da América Latina (Tabela 5) – e não somente que mantêm operações na América do Sul – podemos observar que as empresas brasileiras, mexicanas, colombianas e venezuelanas estão entre as dez primeiras que mais venderam no ano de 2012 e estão relacionadas a bens de consumo, mineração, energia e indústria química e petroquímica. O Brasil concentra o maior número de empresas e respectivas vendas (Exame, 2013, p.494).

Tabela 5 – Classificação dos maiores grupos em 2012 da América Latina

Lugar	Empresa	País	Setor	Vendas líquidas (em US\$ milhões) em 2012
1ª	Petrobras	Brasil	Energia	14.2036,3
2ª	Pemex	México	Energia	12.6367,7
3ª	PDVSA	Venezuela ¹	Energia	12.4459,0
4ª	America Movil	México	Telecomunicações	59.778,0
5ª	Vale	Brasil	Mineração	47.203,1
6ª	J&F Investimentos	Brasil	Bens de consumo	39.537,1
7ª	Odebrecht	Brasil	Química e petroquímica	38.584,1
8ª	Ecopetrol	Colômbia	Energia	37.735,2
9ª	Walmart do México e Centro América	México	Varejo	32.077,1
10ª	Ultrapar	Brasil	Diversos	27.217,8
13ª	COPEC	Chile	Papel e celulose	22.761,0
23ª	Codelco	Chile	Mineração	15.860,4
26ª	BRF	Brasil	Bens de consumo	14.395,2
29ª	YPF	Argentina	Energia	13.639,4
52ª	Medellín	Colômbia (empresa pública)	Energia	7.145,4
54ª	Unilever	Brasil	Bens de consumo	6.856,3
59ª	Anfogasta	Chile	Mineração	6.740,1
65ª	Louis Dreyfus	Brasil	Produção agropecuária	5.697,6
69ª	Petro Peru	Peru	Energia	5.248,7
78ª	Refinariade Pampilla	Peru	Energia	4.840,7
80ª	CMPC	Chile	Papel e celulose	4.759,3

Continua

Tabela 5 – *Continuação*

102 ^a	Basf	Brasil	Química e petroquímica	4.759,3
108 ^a	Natura	Brasil	Bens de consumo	3.203,2
122 ^a	Carbones de Cerrejón	Colômbia	Mineração	2.910,0
127 ^a	Heringer	Brasil	Química e petroquímica	2.608,8
129 ^a	Suzano Holding	Brasil	Papel e celulose	2.622,2
162 ^a	Mínera Cerro Verde	Peru	Mineração	2.127,0
163 ^a	Klabin	Brasil	Papel e celulose	2.101,8

Fonte: *Exame* (jul. 2013).

Podemos afirmar, a partir desses dados, que a presença das empresas multinacionais é a chave para compreender o processo de reterritorialização do capital no campo, e, por conseguinte, a consolidação de uma hegemonia sob os aspectos econômicos, políticos e ideológicos. Também ficam evidentes as principais áreas de atuação e investimentos dessas empresas, que estão vinculadas à produção de soja e milho; papel e celulose; açúcar e etanol; mineração, energia e indústria química e petroquímica.

Essa hegemonia do capital no campo está também intrinsecamente vinculada ao *acaparamiento de tierras*, processo que não é novo, mas toma uma nova dimensão na busca desenfreada dos capitalistas por investimentos em seus capitais. No Brasil, em 2010, cerca de 4,2 milhões de hectares de terra já eram propriedades estrangeiras (de empresas transnacionais ou governos), concentrados principalmente nos estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia. Paraná e Rio Grande do Sul também são estados com expansão desse tipo de comercialização de terras.

Segundo Borrás (2011), a China, Coreia do Sul e nações do Golfo Pérsico têm comprado terras no Brasil e na Argentina. Os Estados Unidos e alguns países europeus têm investido em compras de terras na Colômbia, no México, no Peru e no Uruguai. Terras do Brasil, da Colômbia e do Equador são compradas pelo Japão. E ainda, dentro do próprio continente, países como México, Brasil, Chile e Argentina têm comprado terras em outros países da região.

Fernandes (2009) afirma em seu artigo que o “agronegócio e a agricultura camponesa disputam territórios em quase todo o mundo” e que “empresas e governos de diversos países estão arrendando ou comprando”

gigantescas áreas para produção de soja e agrocombustível (Fernandes, 2009, p.2). O mapa a seguir (Figura 1), elaborado também por Fernandes (2009), demonstra em termos geopolíticos três principais grupos: os países arrendatários e compradores, os países que oferecem terra para arrendamento ou compra, e países que são ao mesmo tempo arrendatários e arrendadores de terra.



Figura 1 – Arrendamentos e/ou compra de terras para produção de alimentos e agroenergia.

Fonte: Grain – Via Campesina – The Economist

Elaboração: Bernardo Mançano Fernandes.

Outro aspecto marcante da territorialização do capital no campo é o patenteamento de sementes, em especial as geneticamente modificadas, que são geralmente vinculadas ao uso de determinados defensivos. Além de serem amplamente difundidas na produção capitalista, essas sementes chegam também às pequenas comunidades camponesas que buscam fazer de seu território um espaço de manutenção do grupo ou da família – formas não capitalistas de produção. Essas comunidades passam a ser cada vez mais subalternas ao capital quando são movidas a produzir mercadorias que possibilitem uma renda maior com base em pacotes tecnológicos determinados pelo capital. Ou seja, o capital também determina quais territórios produzem que tipos de mercadorias, influenciando os preços por meio das *commodities* agrícolas que passam a ser reguladas por uma média universal

de preço (desde a oferta, a procura e o desenvolvimento tecnológico das mercadorias).

Outra característica do agronegócio nos tempos atuais é a compra e venda de títulos de propriedade de áreas de oxigênio, chamados créditos de carbono. A não emissão de poluentes na atmosfera gera créditos que podem ser comercializados na bolsa de valores ou diretamente entre empresas.

Hidronegócio

Segundo Thomaz Junior (2010), a água é um dos focos dos empreendimentos produtivos capitalistas no campo, de forma que o autor utiliza o termo agro-hidronegócio para enfatizar esse caráter. Podemos tomar como exemplo o fato de o Aquífero Guarani, terceiro maior do mundo e que compreende áreas do Brasil, do Paraguai, da Argentina e do Uruguai, ser uma região altamente utilizada pelo agronegócio. Nessa região, são cultivadas culturas do agronegócio e estão instaladas plantas processadoras da cana-de-açúcar, (açúcar e álcool), soja, milho e celulose. Exemplos dessas transnacionais são Bunge, Cargill, Dreyfus e ADM (Batista, e Anzilago, 2013).

Outro exemplo é a própria transnacional Nestlé. Segundo reportagem do jornal *Brasil de Fato*, de abril de 2013 (Francisco Neto, 2013), o empresário austríaco Peter Brabeck-Letmathe, presidente da Nestlé desde 2005, afirma a necessidade de privatização do fornecimento da água, afirmando que os governos deveriam garantir 5 litros diários de água para beber e 25 litros diários para higiene pessoal por indivíduo, mas que o resto do consumo deveria ser gerido de acordo com critérios empresariais. O grupo Nestlé é uma das líderes mundiais em venda de água engarrafada, como qualquer outro setor alimentício e tem um valor de mercado.

Também é parte do hidronegócio a construção das grandes hidrelétricas para fornecimento de energia. Apesar de no Brasil ter sido um setor construído pelo Estado, passou às mãos do capital na onda de privatização dos anos 1990. Algumas hidrelétricas, como é o caso da Itaipu, ainda são estatais, mas são base de um sistema de produção de energia para a produção de mercadorias. Outro exemplo é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo construída no rio Xingu (Pará). Tem a previsão de ser a terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás da chinesa Três Gargantas e da Itaipu (Brasil-Paraguai). Segundo reportagem de Monteiro (2012), em um estu-

do sobre o impacto ambiental de Belo Monte, este projeto também prevê direitos minerários na região da Volta Grande do Xingu, onde há dezoito empresas que estão fazendo requerimento para mineração de ouro, dentre elas a Vale. A região em questão é um território indígena, onde, nos últimos anos, foram descobertas jazidas de bauxita, manganês, ouro, cassiterita, cobre, urânio, entre outros minerais. Para Monteiro (2012), a implantação do projeto hidrelétrico de Belo Monte é a única forma de viabilizar definitivamente a mineração em terras indígenas. É importante recordar também que a mineração utiliza grande quantidade de água para o processamento da mercadoria final, o que impacta também na qualidade das águas superficiais e subterrâneas.

Nessa região do Xingu, nos últimos meses, vêm se intensificando os conflitos territoriais entre indígenas, mineradoras e empresas hidrelétricas, como o caso de Belo Sun Mining Corporação. Podemos citar, por exemplo, o bloqueio da ferrovia de Carajás pelos indígenas das etnias Guajajara e Awá-Guajá, em outubro de 2012.

Mineração

Os impactos socioambientais da mineração e do garimpo são imensos. Por exemplo, segundo reportagem do jornal *Brasil de Fato* (2013), a mineração consumiu no ano de 2012 cerca de 5 quatrilhões de litros de água.

A extração de recursos minerais como matéria-prima para indústrias siderúrgicas, metalúrgicas, químicas e petroquímicas e de construção civil, ou ainda do carvão mineral e petróleo para fontes energéticas e indústrias químicas e petroquímicas, é também foco de grandes transnacionais e/ou multinacionais do ramo, como é o caso da Vale, Petrobras, Odebrecht, Ecopetrol, Codelco, Anfogasta, Petroperu, Refinaria de Pampilla, Basf, Heringer, Minera Cerro Verde, entre outras da América do Sul.

No caso da empresa Odebrecht, conforme o Quadro 2 anteriormente mostrado, ela mantém operações comerciais na construção de hidrelétricas e na indústria química/petroquímica em países como Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Peru.

Segundo reportagem no jornal *Brasil de Fato* (2013), a empresa Odebrecht é considerada por alguns analistas como a principal construtora de obras de integração econômica capitalista no continente latino-americano.

A empresa de capital acionário brasileiro realizou nos últimos trinta anos somente no Peru, obras de hidrelétricas, infraestrutura de portos, gasodutos, vias urbanas e rodovias, conectando o país a outros. No caso de projetos de integração entre países, a empresa conduz as obras da construção interoceânica sul e norte, da rodovia Sisa Cuñunbuque, interligando os principais portos do Peru a outros países. Outra obra da empresa é a construção de hidrelétrica entre os Andes e a entrada da Amazônia Peruana no rio Huallaga.

Segundo Garcia e Mendonça (2009), as construtoras Odebrecht e Camargo Corrêa, além da Petrobras, Vale e Votorantin, foram apontadas como empresas que se internacionalizam com financiamento público, tornando-se agentes de conflitos entre países. O caso emblemático foi o conflito entre Brasil e Bolívia por conta da nacionalização do petróleo arrancada pela Bolívia em 2006. Ou mesmo as denúncias sobre a empresa Petrobras em sua atuação no Equador, onde ela pratica extração de petróleo no Parque Nacional de Yasuni, uma área de diferentes comunidades indígenas e de grande biodiversidade. Ou ainda as denúncias à empresa Odebrecht por conta da construção da Hidrelétrica São Francisco com recursos do BNDES no Equador ao não cumprir leis ambientais e destruição de comunidades ribeirinhas.

O Equador, nos últimos anos, tem investido, por exemplo, em atividades mineiras em larga escala. Segundo Acosta (2011) em seu estudo referente ao tema, para se produzir uma tonelada de cobre se requer e se contaminam entre 10 mil e 30 mil litros de água. No caso do ouro, “uma onza de oro requiere 8 mil litros de água”. Geralmente as minas a céu aberto secam as vertentes ao seu redor. Existem estudos de caso em que se registraram que as minas têm baixado o nível das águas dos lençóis freáticos em trezentos metros, pois necessitam “bombear cerca de 100 millones de galones de água diariamente para acceder al material mineralizado”. O autor ainda cita a enorme contaminação produzida pelos gases, como o caso do cobre, que contém arsênico e outros metais pesados. No caso da planta de Oroya, no Peru, 99% das crianças apresentam chumbo no organismo acima das normas da Organização Mundial de Saúde. Ainda cita o deslocamento forçado ocorrido na Colômbia entre os anos de 1995 a 2002 em áreas mineiras (Acosta, 2011, p.59-60).

O autor ainda comenta que:

Aunque parezca paradójico, este tipo de Estado, que muchas veces delega parte sustantiva de las tareas sociales a las empresas petroleras o mineras, abandona, desde la perspectiva del desarrollo, amplias regiones, tal como se ha visto en la Amazonia ecuatoriana. Y en estas condiciones de desterritorialización del Estado, se consolidan respuestas propias de un Estado policial que reprime a las víctimas del sistema al tiempo que declina el cumplimiento de sus obligaciones sociales y económicas. (Acosta, 2011, p.59-60)

Mesmo que o extrativismo petrolero e mineiro tenha uma larga trajetória na América Latina, ele assume nova característica nesse momento histórico. Gudynas (2011), baseado na reflexão de práticas estatais de uso do extrativismo para programas contra a pobreza, o define como neoextrativismo progressista. Esses processos, segundo o autor, mesmo que progressistas, são práticas de alto impacto socioambiental, além de serem completamente dependentes de “circuitos económicos globales” (Gudynas, 2011, p.76).

Considera o autor que, na América do Sul, uma nova esquerda vem forjando os governos nos últimos anos, e estes, mesmo com características distintas, compartilham uma crítica ao reducionismo de mercado e às políticas pela redução da pobreza como uma das tarefas prioritárias.

La nueva izquierda ha logrado conquistar varios gobiernos sudamericanos en los últimos años. Su presencia ha sido clara bajo las administraciones de Nestor Kirchner y Cristina Fernandez de Kirchner en Argentina, Evo Morales en Bolivia, Rafael Correa en Ecuador, Luis Inacio Lula da Silva en Brasil (y su actual sucesora Dilma Rouseff), Tabaré Vázquez en Uruguay (y su sucesor, José Mujica), Hugo Chávez en Venezuela. A esa corriente se la ha sumado el gobierno Michele Bachelet de Chile (que sin embargo fue reemplazado por una administración conservadora), mientras que Fernando Lugo en Paraguay muestra una vocación progresista pero enfrenta una base partidaria muy débil. De distintas maneras se ha llegado a que al menos ocho países se encontraran bajo la nueva izquierda en los últimos años. (Gudynas, 2011, p.76)

Nesse sentido, o extrativismo contemporâneo, ou neoextrativismo progressista, é um dos pilares estratégicos de projetos desenvolvimentistas e de combate à pobreza sob a gestão dos governos acima mencionados. Para

Gudynas (2011), essa contradição neoextrativismo/governos progressistas é marcada por uma série de programas de combate à pobreza a partir da definição de um Estado mais ativo e com regras claras. Entretanto, ao mesmo tempo incentivam setores como a mineração, petróleo e produção de monocultivos para exportação, independente de suas consequências, e possibilitam, em grande medida, a pacificação dos protestos sociais.

En efecto, desde la Venezuela de Hugo Chavez al moderado Lula da Silva en Brasil, persistió la apuesta a sectores como minería y petróleo. El porcentaje de productos primarios sobre las exportaciones totales supera el 90% en Venezuela, Ecuador y Bolivia, y es más del 80% en Chile y Perú; en Brasil de Lula creció hasta llegar al 60% (según datos de Cepal). En este sesgo el papel clave no juegan la minería, hidrocarburos y monocultivos de exportación. (Gudynas, 2011, p.77)

Outra tese defendida pelo autor é que esse neoextrativismo é funcional na globalização comercial-financeira e mantém a América do Sul numa inserção subordinada. Nesse proceso: “persiste la fragmentación territorial, en áreas desterritorializadas, generándose un entramado de enclaves y sus conexiones a los mercados globales, que agravan las tensiones territoriales”(Gudynas, 2011, p.80-1).

Megaprojetos de infraestrutura

Para possibilitar melhor viabilidade para a circulação e a comercialização dessas mercadorias e recursos naturais, estão desenvolvendo-se diferentes megaprojetos de corredores logísticos. Alguns destes enfatizando a viabilidade da escoação da produção de soja e seus derivados no Brasil para exportação, como o caso da rota exportadora no Norte, entre outras, enfatizando a integração entre países da América do Sul.

No caso dessa rota exportadora na região Norte, segundo Freitas Jr. (2013), esta é capaz de escoar até 20 milhões de toneladas de grãos do estado do Mato Grosso (municípios de Sinop, Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde) até a região Norte. O plano dessa rota de investimento contempla a construção de transbordos, armazéns e terminais portuários. Parte dos recursos investidos no Município de Itaituba (Pará), no distrito de Miritu-

ba (à margem do rio Tapajós) é privada e pretende transformar o município numa referência capaz de receber a produção do Mato Grosso para, em seguida, distribuir aos portos de Santarém e Vila Rica no Pará e ao porto de Santana, no Amapá. Empresas como Bungue e Cargill (que já opera no terminal graneleiro do Porto de Santarém-Pará) já adquiriram terrenos em Mirituba.

Um estudo realizado por Ceceña, Aguilar e Motto (2007), no Observatório Latinoamericano de Geopolítica, aponta os principais megaprojetos de integração de infraestrutura na América do Sul para a construção de um projeto de territorialização hegemônica do capital. Entre estes se destacam o Projeto Hidrovia Paraná-Paraguai, o Eixo Mercosul-Chile, Eixo Peru-Brasil-Bolívia, Eixo Interoceânico Central e o Eixo Amazonas.

O projeto Hidrovia Paraná-Paraguai pretende agilizar o transporte e o aproveitamento dos recursos naturais e integra a região central da América do Sul ao largo dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e rio da Prata, fazendo contato entre Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Também está projetado para realizar o transporte de trigo, soja, madeira, minérios, fertilizantes e combustíveis na extensão navegável de 3.422 km desde Cárcere, no estado de Mato Grosso.

O projeto de integração Eixo Mercosul-Chile tem uma extensão de cerca de 3,1 milhões de km² integrando os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul com Uruguai, a região ocidental do Paraguai, até regiões da Argentina. Nessa região mencionada encontram-se os territórios agrícolas mais produtivos do mundo e as cidades mais importantes economicamente, conformando um eixo de um PIB estimado em 469,7 bilhões de dólares. Segundo informação oficial, compreende 62% da economia argentina, 63% da economia brasileira, 52% da chilena e a totalidade da uruguaia. Os principais produtos destacados são: cereais, oleaginosas, hortaliças, frutas, carnes, soja, couro, madeira, pescados, minerais metálicos, papel, alimentos, bebidas, sucos, laticínios, vinhos, petroquímica, materiais de construção, alumínio, borracha, plástico, entre outros.

O Eixo Peru-Brasil-Bolívia encontra-se numa região de grande biodiversidade, abrindo possibilidades à indústria farmacêutica e biotecnológica. É também uma região de grande capacidade para energia elétrica, e de produção de soja, cana-de-açúcar, gado, madeira, piscicultura, papel,

fertilizantes, gás natural, ouro, diamante, entre outros. Uma superfície de 3,5 milhões de km², dos quais 82% encontram-se no Brasil, 10% no Peru e 8% na Bolívia.

O projeto do Eixo Interoceânico Central compreende os países da Bolívia, Brasil (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo), Chile, Paraguai e Peru. Calcula-se que corresponde a uma superfície equivalente a 19% da América do Sul. Região de produção de soja e cana-de-açúcar para agrocombustíveis, oleaginosas, laticínios e com disponibilidade de recursos naturais como carvão, cobre, estanho, ferro, lítio, potássio, ouro, prata e zinco. Também é uma região que possui reservas de recursos energéticos, como gás na Bolívia.

O projeto Eixo Amazonas cruza uma região de imensa biodiversidade (40% da biodiversidade do planeta) abrindo uma fissura no continente desde sua parte mais larga. Estima-se que nessa região encontra-se de 15 a 20% da água doce não congelada do planeta. Uma região de produção de biotecnologia, química, farmacêutica, de alumínio, fertilizantes e de produção de cana-de-açúcar, algodão, tabaco, café, soja. A região também contempla atividades de extração de recursos naturais como petróleo, metais, urânio, ferro, ouro e esmeraldas.

Esses megaprojetos de integração em infraestrutura, de mineração, construção de hidrelétricas e de produção de gado, soja, celulose e cana-de-açúcar estão vinculados intrinsecamente a altos níveis de desmatamento de florestas nativas. A aprovação do novo código florestal no Brasil facilita a viabilização desses empreendimentos transnacionais.

A região amazônica do Brasil, segundo dados do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, com sede em Belém, Pará) (Machado, 2013), perdeu cerca de 184 km de floresta de junho de 2012 a junho de 2013, um declínio de 437%. O desmatamento totalizou 1.838 km² no período de agosto de 2012 a junho de 2013, e ocorreu principalmente no estado do Pará (42%), no estado do Amazonas (32%), no Mato Grosso (18%) e em Rondônia (5%).

No caso do estado do Mato Grosso, praticamente metade da madeira retirada entre agosto de 2010 e julho de 2011 foi ilegal, segundo reportagem do *Estadão* (2013), com dados do Imazon.

Crise estrutural do sistema capitalista

As informações já apresentadas neste capítulo demonstram o caráter hegemônico da territorialização do capital no campo, desde o domínio de transnacionais/multinacionais nos aspectos econômicos, políticos (financiamentos e consentimentos do poder político) e ideológicos (mídia, escolas e outros). Nessa base, está assentada a história da América Latina, mas o processo atual demonstra uma intensidade jamais vista. A produção em larga escala para exportação de agrocombustíveis, derivados da soja, papel/celulose, a extração de recursos naturais pela mineração e o hidronegócio se integram a megaprojetos de infraestrutura para facilitar a circulação e comercialização dessas mercadorias. O estabelecimento dessa hegemonia provocou e provoca a desterritorialização dos povos do campo, como comunidades indígenas, quilombolas e camponeses.

Essa territorialização hegemônica é colocada em prática pela aliança entre empresas transnacionais/multinacionais⁴ (sejam elas latino-americanas ou não, estatais ou privadas) e os Estados Nacionais, explorando a

4 Há autores que distinguem as características de empresas multinacionais e das empresas transnacionais, como o caso de Zubizarreta (2012). Nesse caso, as transnacionais fixam-se em estratégias de produção com base internacional, ultrapassando suas fronteiras para atuar no mercado exterior, mas não mantendo vínculo com qualquer país. Não têm seu capital originário especificamente de um país e não domina necessariamente a totalidade da cadeia produtiva de uma mercadoria. Instala filiais em diferentes países, a partir do critério de mercado consumidor, infraestrutura, matéria-prima, mão de obra barata e isenção de impostos para adquirir maior lucratividade. Já o conceito de multinacional aparece pela primeira vez nos anos 1960, em uma palestra de David E. Lilienthal, em que ele as define como empresas que tem sede em um país, mas operam e funcionam pelas leis de outros países (Zubizarreta, 2012, p.18). Entretanto, a maioria dos autores não coloca diferença entre as multinacionais e transnacionais. Segundo o *Novíssimo Dicionário de Economia* (Sandroni, 1999), as multinacionais são estruturas empresariais básicas do capitalismo nos países altamente industrializados. “Caracteriza-se por desenvolver uma estratégia internacional a partir de uma base nacional, sob uma coordenação de uma direção centralizada”, e são conhecidas também “pela denominação de empresas internacionais ou transnacionais”. Estas resultam “da concentração do capital e da internacionalização da produção capitalista” (Sandroni, 1999, p.415). Assim, o fato é que empresas de caráter transnacionais e/ou multinacionais estão circunscritas na lógica capitalista de produção de mercadoria, de extração de mais-valia e expropriação dos recursos naturais, e estão atuando em todos os países da América do Sul, independentemente dos governos de caráter progressista, como o caso da Venezuela, ou governos de centro-esquerda ou ainda neodesenvolvimentistas como o caso do Equador, Bolívia, Uruguai, Argentina e Brasil. Essas empresas têm uma forte atuação em plena época de crise estrutural do sistema capitalista.

natureza também pela expansão de um modelo baseado na exploração do homem como fundamento – o capitalismo.

Milton Santos (2003) e István Mészáros (2009) convergem na interpretação de que o período histórico vivido é um período de crise permanente, estrutural, global do sistema capitalista e que se manifesta em diferentes aspectos, países ou setores de produção. Para Santos (2003), a relação entre a “tirania do dinheiro” e a “tirania da informação” é a base estrutural da globalização do capital. Uma associação que forja hegemonia e pressiona processos não hegemônicos a desaparecer tanto fisicamente quanto pelo processo de subordinação destes à totalidade hegemônica. O autor afirma que:

O processo da crise é permanente, o que temos são crises sucessivas. Na verdade, trata-se de uma crise global, cuja evidência tanto se faz por meio de fenômenos globais como de manifestações particulares, neste ou naquele país, neste ou naquele momento, mas para produzir o novo estágio de crise. [...]. A tirania do dinheiro e a tirania da informação são pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. [...]. A associação entre a tirania do dinheiro e a tirania da informação conduz desse modo, à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo pensamento único, enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemônicos. Em outras palavras, os processos não hegemônicos tendem a desaparecer fisicamente, seja a permanecer, mas de forma subordinada, exceto em algumas áreas da vida social e em certas frações do território onde podem manter-se relativamente autônomos, isto é, capazes de uma reprodução própria. [...] Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real – econômica, social, política, moral – que caracteriza o nosso tempo. (Santos, 2003, p.35-6)

Mészáros (2009) aponta que o capitalismo entra numa crise estrutural e sistêmica depois de vivenciar uma era de crises cíclicas. Essa crise estrutural é marcada por uma continuidade depressiva e duradoura, embora possa haver alternância em seu epicentro. Ao contrário de outros momentos históricos, que alteravam ciclos de expansão em crise, desde o final dos anos 1960 e início dos 1970, o capitalismo entra numa crise crônica e permanente. Crise estrutural que exige uma mudança estrutural de seu núcleo central

estabelecido pelo trio capital, trabalho assalariado e Estado para uma real superação.

Segundo o autor, é necessária a precaução com a falsa ilusão sobre o declínio dos EUA como potência hegemônica, como é o caso de análises realizadas por alguns autores. Essa potência hegemônica se estabelece em processos de “extraterritorialidade”, como reivindicando para si o controle de exportação de sistemas de alta tecnologia (como o caso da indústria de computação), e que, articulada a uma forte atuação ideológica que oculta seu agressivo expansionismo e intervencionismo, atua deslegitimando qualquer processo de revolta social ou de construção de sociedades de caráter socialista. Mészáros afirma:

[...] Com efeito não há nenhum indício sério do ansiosamente antecipado declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica, apesar do aparecimento de numerosos sintomas de crise no sistema global. As contradições que pudemos identificar dizem respeito ao conjunto interdependente do sistema do capital global no qual o capital norte-americano ocupa, mantém e, na verdade, continua a fortalecer sua posição dominante de todos os modos, paradoxalmente até mesmo por meio de suas práticas de imperialismo de cartão de crédito – à primeira vista bastante vulneráveis, até o presente momento, implantadas com sucesso e sem muita oposição. (Mészáros, 2009, p.41)

O capitalismo também se apropriou de maneira tão intensa das forças da natureza que acelera irremediavelmente sua destruição e sua autodestruição, com vistas à crescente produção de mercadorias de maneira alienada e reificada, impulsionando cegamente ao consumismo e à descartabilidade (obsolescência planejada) desenfreada. A questão da ecologia, que alguns anos atrás era de certa forma ignorada, passa a ser uma questão central e de sobrevivência da própria humanidade.

Mészáros aponta também que a crise estrutural tem como característica uma crise de dominação, em que a crescente concentração do capital articulada à ciência e a tecnologia abala a subordinação socioestrutural do trabalho ao capital. Alguns indicativos comprovam essa questão como, por exemplo, a progressiva vulnerabilidade da organização industrial, a inter-relação econômica dos diferentes ramos da indústria em forma de oligopólios e superconglomerados, a crescente necessidade de controle dos

trabalhadores, a religião, a educação e a crise considerada mais importante pelo autor, a desintegração da forma atual da família, uma célula da sociedade de classes.

O autor aponta que, para uma crise estrutural, é necessário uma mudança estrutural e, conseqüentemente, aponta que a transformação socialista continua sendo a radical superação do próprio capital. Para Mészáros (2009), as conquistas imediatas não podem oferecer saídas para esse dilema. Segundo ele:

O objetivo estratégico real de toda transformação socialista é, e continua sendo, a radical transcendência do próprio capital, em sua complexidade global e na totalidade de suas configurações históricas dadas e potenciais, e não meramente dessa ou daquela forma particular de capitalismo mais ou menos desenvolvida (subdesenvolvida). (Mészáros, 2009, p.80)

O único caminho para esse momento histórico seria uma mudança radical econômica e política que fosse orientada pela massa como pré-condição. Entretanto, Mészáros (2009) afirma que há necessidade de uma teoria da transição, que em experiências anteriores de construção socialista houve problemas, como o caso da Revolução Russa na era stalinista, mas que já teve importantes contribuições teóricas na busca de caminhos alternativos, como o caso das contribuições de Antonio Gramsci. Nesse sentido, a revolução bolivariana, em seu espírito de determinação radical e da crítica radical da política, repercute positivamente em todo o continente latino-americano.

Faz-se necessária a construção de uma nova ordem hegemônica como alternativa histórica, com um caminho hegemônico alternativo em que a base da reprodução social seja o controle dos produtores, ideia que sempre foi parte da luta socialista. Esse processo necessita de uma articulação intrínseca à construção de uma consciência social, o que envolve, inclusive, a importância estratégica do planejamento na busca da “igualdade substantiva” (Mészáros, 2009; 2012), que nasce da necessidade de pôr fim à desigualdade de classes. Nesse sentido, a chave histórica encontra-se no desenvolvimento de uma “autoconsciência positiva da humanidade”, na busca de encontrar “essa dimensão positiva” (Mészáros, 2009; 2012).

Consequências da hegemonia do capital no campo: territorialização e desterritorialização

Como consequências dessa territorialização hegemônica do capital, são nitidamente visíveis os impactos socioambientais com bruscas alterações de ecossistemas. Podemos citar o aumento da concentração de terras, o alto desmatamento em regiões de florestas com expansão pecuária em áreas de reserva e possivelmente com posterior produção de celulose, a diminuição da biodiversidade, o aumento de concorrência por áreas férteis e logisticamente bem localizadas no ímpeto de extrair maior renda da terra.

Essa hegemonia do agronegócio no campo se territorializa de diferentes formas, construindo, destruindo e reconstruindo no ímpeto de manter sua dominação e superar suas diferentes expressões de crise. O fato de impulsionar o trabalho assalariado desde as grandes processadoras dos produtos agrícolas, de integrar comunidades inteiras ao processo produtivo de alguma empresa (por exemplo, no caso da produção de leite e carnes), acaba também subordinando e submetendo a essa lógica a agricultura camponesa e outras formas não capitalistas de produção (indígenas, quilombolas etc.).

Sobre a crescente desterritorialização dos povos do campo e a destruição da agricultura campesina, François Houtart afirma que:

Hemos asistido los últimos 40 anos una aceleración de la destrucción de la agricultura campesina en la que han intervenido muchos factores. El uso de la tierra para actividades agrícolas ha disminuido ante la rápida urbanización e industrialización. Por lo tanto, la población rural ha disminuido de forma relativa. En el año de 1970 había 2400 millones de personas en las zonas rurales frente a 1300 millones en las urbanas. En 2009, eran 3200 millones frente a 3500 millones, respectivamente [...]. Al mismo tiempo la adopción de tipos de agricultura basadas en el monocultivo ha provocado enorme concentración de tierras, una verdadera contrarreforma agraria, que se ha visto acelerada en estos últimos años por el nuevo fenómeno de apropiación de tierras, estimado entre los 30 y los 40 millones de hectáreas en los continentes del hemisferio sur, con 20 millones en África solamente. (Acosta et al., 2011, p.158)

Conforme o autor, outros fatores que possibilitam a destruição da agricultura campesina são os monocultivos, a introdução de defensivos

químicos e organismos geneticamente modificados, que, assim como a apropriação das sementes pelas empresas transnacionais, fortalecem um modelo produtivista de agricultura e acumulação de capital. “La agricultura se convierte una nueva frontera del capitalismo, especialmente con la caída de la rentabilidad del capital productivo y la crisis del capital financiero” (Acosta et al., 2011, p.162).

O capital produz a lógica da descartabilidade e do consumo exacerbado, produzindo inclusive a necessidade artificial para estimular o consumo de mercadorias. No caso do campo, essas questões podem nitidamente ser visualizadas (desde os diferentes dados já mencionados) na apropriação dos recursos naturais como a água,⁵ na mineração (base da indústria bélica e de eletrônicos) e nos monocultivos para agrocombustíveis, celulose e soja.

Em tempos que apontam uma grave crise estrutural do sistema capitalista, muitos são os mecanismos que buscam amenizar ou reverter suas consequências, se reconfigurando numa reterritorialização de dominação que envolve aspectos econômicos, militares, ideológicos e culturais. Essa premissa foi, nos últimos anos, se aprimorando, conforme aponta Ceceña (2007), com os acordos de livre-comércio na América Latina,⁶ os já mencionados megaprojetos de infraestrutura integrada para transporte de produtos, de modo que diminua o custo e acelere a circulação,⁷ e a constituição e ampliação do número de bases militares estadunidenses no continente latino-americano com a finalidade de reprimir, vigiar e controlar os possíveis levantes e insurgências em contraposição ao desenvolvimento do capital. Entretanto, há diferentes resistências camponesas e dos povos do campo, um exemplo dessas resistências está sendo levado a cabo pela Via Campesina.

Esses aspectos nos remetem à necessidade de refletir sobre as formas de organização da produção camponesa e do trabalho na América do Sul, região na qual se foca o tema desta pesquisa. Essa questão está vinculada aos conceitos de trabalho-classe-consciência na dinâmica da luta de classes no

5 Ver o filme *La Guerra del Agua*.

6 Por exemplo, Tratado de Livre-Comércio na América do Norte (TLCAN), Plan Colombia, Plan Puebla-Panamá, Tratado de Livre-Comércio de Centro-América e República Dominicana (Cafta-RD).

7 Como a Integração da Infraestrutura Regional Sul-América (Iirsa).

campo, conceitos estes que, de uma forma ou de outra, estão relacionados intrinsecamente.

É o trabalho, ou força de trabalho como mercadoria, o motor do sistema. Essa força, sob a “gerência territorial” do capital, é dinamizada numa “plasticidade” ampla e sem precedentes, movendo-se e instalando-se nas mais diferentes formas. No caso do campo, pode expressar-se na forma de trabalho assalariado (na colheita, preparo da terra ou trabalho em agroindústrias etc.), ou na subsunção de formas de trabalho camponês, familiar ou comunitário à sua gestão (inclusive impondo ou introduzindo sutilmente o que o pequeno produtor deve plantar para o “satisfazer o mercado”). E mesmo na subsunção quase naturalizada do trabalho ao capital produzindo alienação e estranhamento,⁸ reside também no trabalho toda a potencialidade da emancipação humana.

A subsunção de formas não capitalistas de produção ao capital que citamos acima não é a única forma de subsunção. Poderíamos citar outro exemplo, que é o trabalho doméstico da mulher⁹ como um trabalho que não produz diretamente mercadoria com extração de mais-valia, mas é realizado para manter e reproduzir a força de trabalho assalariada, ou seja, um trabalho subsumido ao trabalho assalariado, submetido à lógica de produção e reprodução social da força de trabalho comprada pelo capitalista. No campo, o trabalho doméstico inclui, além do cuidado com a casa, as crianças e os idosos, também a produção de hortaliças, raízes e pequenos animais para subsistência da família.

Esse debate remete indubitavelmente à discussão da conformação das classes sociais no campo. Nesse campo, há muito debate realizado e muito ainda a ser feito.¹⁰ Somente para situar de maneira breve esse tema, menciona-se aqui duas questões que permearam e ainda permeiam os debates na esquerda: seria então o camponês uma classe, ou parte da classe universal trabalhadora? O camponês pode ser considerado um sujeito revolucionário na luta pela transformação social? Ou seja, com potencial de impulsionar a destruição da forma de produção capitalista? Essa questão permeou a cons-

8 Conforme reflexões realizadas por Ranieri [200-?] em seu texto “A atualidade da categoria estranhamento e o seu lugar na forma contemporânea de exploração do trabalho pelo capital”.

9 Não nos referimos, aqui, ao trabalho de diaristas ou domésticas.

10 De maneira breve, apontamos alguns elementos desse debate. Pretendemos em estudos posteriores aprofundar esse tema.

trução de diferentes lutas e de diferentes táticas e estratégias na luta pela transformação social.

Nesse debate, concordamos com o posicionamento de Thomaz Junior que entende “o campesinato como integrante da classe trabalhadora”¹¹ completamente submerso no metabolismo social do capital que expropria e subjuga sob sua égide. Em se tratando de classe social, podemos apontar alguns indícios para sua definição, que desde a concepção marxinxiana está intrinsecamente vinculada ao trabalho, à posição nas relações sociais de produção, à propriedade privada dos meios de produção.

Entretanto, seria muito simplista analisar que a conformação de classe social se dá somente pela posição social que se ocupa na pirâmide da sociedade. Pensar classe social não é uma fórmula matemática onde se calcula quem tem ou não os meios de produção e daí automaticamente se forjam as classes que vão lutar entre si. Esses elementos são fundamentais como afirmado acima, porém não são os únicos. Uma classe social, por si só, não se reconhece como tal de maneira mecânica e automática, ela se efetiva na medida em que vai tomando consciência de si mesma, de seus limites e potencialidades em relação à classe oposta por meio da luta. Assim sendo, o conceito de classe é indissociável da luta de classes.

Para Thompson (1977), classe é uma categoria histórica, e, portanto, implica um largo processo para forjar-se como tal. Subentendemos parte desse processo inclusive as próprias lutas particulares ou corporativas e sindicais com vistas à resolução de um problema específico, por exemplo, problema da terra, o problema dos salários, o problema de habitação etc.

Quando digo que classe e consciência de classe são sempre o último estágio de um processo real, naturalmente não penso que isso seja tomado no sentido literal e mecânico... A questão é que não podemos falar de classes sem que as pessoas, diante de outros grupos, por meio de um processo de luta (o que compreende uma luta em nível cultural), entrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes. (Thompson, 1977, p.3)

11 No texto “Trabalho e classe trabalhadora no século XXI. Uma contribuição à crítica aos limites da teoria”.

Podemos afirmar que classe e a consciência de classe poderiam ser a síntese de uma larga tentativa de (des)estranhamento, de (des)fragmentação das próprias identidades diversas nas quais se assumem os diferentes sujeitos da classe trabalhadora, a partir da particularidade de seu trabalho, de sua função nesse sistema totalitário. (Des)fragmentar as múltiplas lutas particulares que se forjam nos mais diferentes espaços e territórios de dominação do capital, que atua de maneira desigual, mas sempre combinada, e circunscritas na totalidade de sua dominação material e imaterial.

Quando, neste trabalho, propomos inscrever a Via Campesina Internacional como organização social que faz enfrentamento às consequências do capital no campo, buscamos analisar desde seu projeto estratégico de suas práticas organizativas, de suas ações que buscam unidade entre os diferentes sujeitos do campo (sejam camponeses, trabalhadores assalariados, indígenas e comunidades afrodescendentes). Essa diversidade também é marcada pelas circunstâncias particulares que cada organização social vive em seu país, assim como a diversidade político-organizativa de cada uma delas.

2

VIA CAMPESINA SUDAMÉRICA: RESISTÊNCIA E TERRITORIALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

Neste capítulo, apresentamos um histórico e uma caracterização da Via Campesina Internacional como uma articulação internacional de organizações do campo que constrói um projeto distinto para o campo baseado na soberania alimentar e na agroecologia. Traçamos as condições objetivas e subjetivas de seu nascimento, suas linhas políticas e estratégicas, sua organicidade, suas lutas, seus processos de resistência e de construção de uma territorialização contra-hegemonia ao capital.

Fruto das contradições do desenvolvimento dessa política econômica do capital, forjaram-se historicamente diferentes organizações e movimentos sociais, mobilizando-se e enfrentando as políticas neoliberais para o campo e suas consequências. Dentre essas organizações de camponeses indígenas e afrodescendentes, destacamos a conformação de uma articulação internacional de movimentos, a Via Campesina Internacional (VCI).

A VCI vem forjando a proposta de um novo modelo agrícola com base em princípios da agroecologia e da soberania alimentar em contraposição a esse modelo econômico para o campo fundado no agronegócio, no hidronegócio, na extração dos recursos naturais em escala gigantesca, e que domina também política e ideologicamente, constituindo-se, nos últimos anos, numa hegemonia do capital no campo. Para tanto, a VCI realiza lutas, mobilizações, debates e *processos de formação político-profissional* junto à sua militância e dirigentes na busca de organizar os sujeitos históricos do campo não somente para um processo de reterritorialização formal, de um retorno às suas origens territoriais, mas como para uma reconfiguração

dessa territorialização sob parâmetros de um projeto para campo fundado na construção de uma nova sociedade.

A Via Campesina nasce nos marcos das drásticas consequências do neoliberalismo para a agricultura que cada vez mais desvelava consequências comuns nas mais diversas regiões e países. Nasce com o propósito de articular os diferentes movimentos sociais do campo, indígenas e afrodescendentes, numa plataforma política de luta e debate. Ela reúne organizações com características, formas e estratégias de luta distintas, e que discutem e planejam ações comuns contra as consequências do capitalismo no campo, construindo territorialização contra-hegemônica. Quando se afirma que a Via Campesina luta por uma territorialização e uma territorialidade contra-hegemônica, se afirma que seu enfrentamento é diretamente contra o poder hegemônico do capital no campo.

A partir da articulação dessas diversas organizações, em 1993 se realiza a primeira conferência oficial da Via Campesina, na qual são definidas as primeiras linhas de ação e estrutura organizativa. Ela nasce com uma natureza plural, com ampla representatividade e diferentes formas organizativas em nível mundial, com base em objetivos comuns que perpassam pela solidariedade internacional, pela promoção de construção de novas relações econômico-político-sociais, luta pela terra e reforma agrária, cuidado com os recursos naturais (solo, água, sementes etc.), pela busca da soberania alimentar, entre outros (Desmarais, 2007a; 2007b).

Segundo Desmarais (2007b), a Via Campesina aglutinou desde a “rejeição explícita ao modelo neoliberal de desenvolvimento rural; uma franca recusa da exclusão desencadeada pela política de desenvolvimento agrícola”, assim como pela determinação de trabalhar em conjunto para dar voz aos camponeses e “para estabelecer um modelo alternativo de agricultura baseado na soberania alimentar”. Afirma ainda que para a Via Campesina, “a luta é entre dois modelos de desenvolvimento econômico e social divergentes e opostos” (Desmarais, 2007b, p.3).

A Via Campesina Internacional configura-se como a mais importante forma de articulação entre os diferentes sujeitos sociais do campo, que nasce justamente em um momento histórico de impulso do neoliberalismo e de redimensionamento do desenvolvimento do capital no campo, quando, em um movimento intenso e crescente, as grandes transnacionais vinculadas à agricultura, à mineração e à questão hídrica vão se territorializando

e, conseqüentemente, desterritorializando as comunidades camponesas, indígenas e tradicionais.

Uma das questões que colocamos para refletir neste capítulo é o porquê e o como, em meio a uma crise estrutural do capital, parece existir cada vez maior consentimento à dominação. A crise e seus reflexos deveriam colocar em evidência as contradições do sistema e assim produzir inquietações e a emergência de uma nova forma de consciência. Entretanto, vivenciamos de maneira geral um momento de descenso da luta de massas, e quando vibra alguma dissonância ao desenvolvimento do capitalismo – as lutas e o povo nas ruas –, parece ser espontânea ou de caráter disperso. Raros são os processos organizativos contundentes que apontem para um projeto claro de transformação social. E, quando existem, estão mergulhados – pelo próprio tempo histórico – numa espécie de fragmentação de classe esquizofrênica, parafraseando Milton Santos (2003).

Será o esgotamento dos instrumentos político-organizativos construído até o momento? Será um momento histórico onde se prima pela organização local como alternativa, com pouca ou nenhuma necessidade de articulação entre essas particularidades? Será um sentimento de impotência diante da totalidade do sistema capitalista? Nesse emaranhado de questões, é mister questionar inclusive como atua a ideologia dominante nos dias de hoje. Como atua na produção da conformidade ou mesmo na dispersão das particularidades, na busca individual ou local para a solução de problemas que são comuns à universalidade do sistema dominante? Nesse contexto, qual seria o papel da Via Campesina Internacional?

Breve histórico da Via Campesina

A articulação internacional de organizações e movimentos camponeses não nasce do nada. Ela é fruto de diversos processos de aproximação e solidariedade de luta entre países do continente. Como exemplo, podemos citar os processos da Revolução Cubana e da Revolução Nicaraguense.

Historicamente, os trabalhadores e trabalhadoras organizaram-se de maneira internacional para combater o capitalismo. Poderíamos citar aqui a criação da Associação Internacional de Trabalhadores, em 1864, a chamada I Internacional, onde conviviam anarquistas e socialistas. Também a II

Internacional, em 1889, depois da experiência da Comuna de Paris, com a cisão entre os comunistas e os anarquistas, ou a III Internacional, em 1919, fruto da primeira experiência concreta de revolução socialista, ou ainda a IV Internacional (1938), depois da morte de Lênin e as divergências entre as posições de Stalin e Trotski.

O movimento internacional anarquista também seguiu organizando-se e expandindo-se. Segundo Vieira (2011), houve influência dos anarquistas, desde imigrantes italianos e espanhóis, na América Latina como fundadora do movimento operário principalmente no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai, a partir de 1890. O movimento anarquista deu bastante importância à cultura e aos processos de formação política. Nesse sentido organizavam sarais culturais, teatro, círculos de leitura, escolas operárias, assim como a imprensa sindical.

Entretanto, para Vieira (2011), nessa história de articulação internacional dos trabalhadores não foi dada muita importância ao campesinato. “Inegavelmente a classe operária urbana ocupou o centro das atenções das organizações e movimentos apresentados anteriormente” (Vieira, 2011, p.152).

A autora aborda também como foi a discussão da questão agrária e do campesinato nos diferentes momentos da luta internacional dos trabalhadores. Entre esses debates, aqui se menciona a criação, dentro da III Internacional em Moscou, em 1923, da Crestintern ou Comunista Internacional Camponesa Vermelha, ou ainda I Internacional Camponesa, que, rivalizando com partidos agrários, tentava organizar camponeses desde sua base. Esta, com os objetivos de estabelecer e manter laços entre cooperativas e organizações político-econômicas de camponeses no mundo, também:

[...] coordenava os esforços para difusão da luta pelo “governo operário-camponês”. No documento aprovado na conferência de fundação, salientava-se a necessidade de união entre a cidade e o campo, e a aliança operário-camponesa através das lutas e trabalhos conjuntos contra os grandes proprietários de terra e os capitalistas. (Vieira, 2011, p.168)

A autora ainda afirma que a estrutura organizativa da Crestintern seguia a forma da III Internacional, onde o congresso era sua instância política máxima, com um comitê central e um secretariado geral. As organizações de

maior expressão contavam com maior número de integrantes nas estruturas da Crestintern. Assim, o critério usado para a filiação de organizações à I Internacional Camponesa era que “um partido político ou organização camponesa estivesse em oposição às políticas agrárias de seu governo nacional”. Essa linha, em tese, poderia incorporar grupos muito distintos, e realizar aos poucos a influência comunista (Vieira, 2011, p.168).

Na existência do Crestintern, não foi realizado nenhum congresso, apenas sua conferência de fundação, em 1923, como mencionado acima, uma reunião ampliada em 1925, e uma segunda conferência em 1927, período em que circulou um jornal, inicialmente mensal, em diversos países do mundo. Para Vieira (2011), a Crestintern “não chegou a figurar como órgão dirigente do movimento comunista internacional”, e, a partir de 1925, começou “a perder espaço” e uma das causas pode ter sido a dificuldade em “construir um programa que pudesse dar conta das diferenças e necessidades de cada país” (Vieira, 2011, p.169). Esse declínio ocorreu concomitantemente no mesmo período da queda do interesse ao tema agrário da III Internacional (1927-1928), período do início da decadência da Nova Política Econômica e da virada da experiência agrária na União Soviética.

A autora afirma, com base nos estudos da obra de Jackson (1966), que a Crestintern e a política agrária da III Internacional tiveram pouca influência nos movimentos europeus, entretanto, elas tiveram grande “influência em movimentos posteriores como as revoluções camponesas na América Latina, na China e no Vietnã” (Vieira, 2011, p.170).

No caso da América Latina, nos anos que seguiram, houve um importante investimento na organização dos camponeses como classe a partir da iniciativa dos partidos comunistas na América Latina. No caso do Brasil, em especial depois de 1945, foram criadas associações e ligas (Ligas Camponesas), que tiveram em sua conformação a presença de importantes quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O triunfo da Revolução Cubana, de 1º de janeiro de 1959, contou com o apoio dos camponeses e desembocou numa ampla reforma agrária.¹ A consolidação da Revolução Cubana vai se forjando a em seus próprios esforços político-organizativos, mas também com a solidariedade internacional de

1 A Revolução Cubana foi encabeçada pelo movimento 26 de julho, que não era vinculado ao Partido Comunista Cubano, mas com o decorrer da consolidação desse processo, assume-se como uma revolução de caráter socialista.

diferentes organizações de esquerda em nível mundial. Como retribuição a essa solidariedade, mas também como princípio revolucionário, Cuba possibilitou a formação de profissionais em Medicina para militantes dos diferentes países, através da Elam (Escuela Latinoamericana de Medicina). Também possibilitou a formação de muitos militantes de movimentos sociais emergentes na América Latina, como a escola de mulheres e a escola de formação de pequenos agricultores da Anap.²

Não se pode deixar de mencionar também o surgimento do movimento da Teologia da Libertação, que surge na América Latina de maneira orgânica, e que, a partir da década de 1970, direciona as suas “missões” para uma luta anticolonialista e de auxílio às populações pobres, o que também possibilitou uma aproximação com os movimentos de base e movimentos de luta pelo acesso à terra. O surgimento das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) se forjou principalmente nas décadas de 1970 e 1980 na América Latina, e consistiam essencialmente em organizar comunidades pobres e despossuídas com o objetivo de realizar uma articulação da vida política e social com os valores religiosos, clarificando a leitura da realidade e o desvelamento da ideologia dominante. Essas comunidades impulsionaram a organização de sindicatos, associação de moradores, cooperativas e movimentos sociais em busca de transformar a realidade desde a iniciativa de reivindicações de pequenas melhorias ao mesmo tempo em que iniciando uma caminhada para um processo de conscientização política e social.

Junto a esses processos, a discussão da Educação Popular como processo de conscientização e de ação política despontou em diferentes países da América Latina. No Brasil, uma referência da Educação Popular é Paulo Freire. A articulação latino-americana da Teologia da Libertação ocorrerá apoiada pela Celam (Consejo Episcopal Latinoamericano), criada por Dom Hélder Câmara,³ que realizou diferentes encontros latino-americanos das CEBs e de Educação Popular, possibilitando, assim, o contato e a articulação solidária entre organizações e movimentos sociais.

Em 1979, podemos destacar também o triunfo da Revolução Nicaraguense, levando à derrota a ditadura de Anastasio Somoza, desde a luta empenhada pela FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional), que

2 Anap: Asociación Nacional de Agricultores Pequeños. Criada em Cuba em 1961, fruto do I Congresso Nacional de Pequenos Agricultores do país.

3 Assim como a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil).

também realizou a reforma agrária. Na consolidação do processo revolucionário, levou-se a cabo, entre outras questões, a execução da Cruzada Nacional de Alfabetização, em que os combatentes sandinistas se organizaram em brigadas de alfabetização em todo o país, assim como receberam brigadas de solidariedade internacional de representantes de organizações camponesas do continente latino-americano para a produção de alimentos.

Percebemos, assim, que a articulação internacional de camponeses não é recente e faz parte da história das lutas dos trabalhadores. No caso específico da conformação da Via Campesina, destacamos a importante influência do processo revolucionário cubano, da ação das CEBs e da teologia da libertação, assim como do processo revolucionário nicaraguense. Nestes, a solidariedade e a articulação internacional foram bases para a conformação da articulação internacional de organizações do campo, a Via Campesina. Pois, diversos militantes e dirigentes que participaram dos processos anteriormente citados são hoje militantes e dirigentes de organizações sociais partícipes da VCI. Dentre eles, mencionamos Egídio Brunetto,⁴ um dos seus fundadores. Abaixo transcrevemos alguns depoimentos que trazem presente esses elementos. Tais depoimentos fazem parte das entrevistas realizadas por Vieira (2011):

[...] alguns dirigentes que começaram a falar de Via Campesina vinham de partidos de esquerda, mas não acho que foi uma esquerda tradicional a que se instalou no modelo de organização da Via Campesina [...] Evidentemente há uma influência desses dirigentes. Recordemo-nos que muitos desses dirigentes, a maioria, teve formação política ideológica nas décadas de 1960 e 1970. (Entrevista com Ramiro Maradiaga em 7 set. 2007) (Vieira, 2011, p.182)

4 No dia 28 de novembro de 2011, faleceu em um acidente de carro no estado do Mato Grosso, onde era assentado com sua família. Um camponês de trajetória humilde que desde muito cedo desenvolveu o valor da indignação. Envolveu-se inicialmente com a Pastoral da Terra em Xanxerê, Santa Catarina, e mais tarde (década de 1980) passou a militar no MST. Sua persistência em buscar analisar as características comuns de exploração dos camponeses nos diferentes países da América Latina o levou a pautar na luta pela terra a questão da unidade internacional dos camponeses e trabalhadores do campo por meio de suas organizações locais. Foi um dos fundadores da Via Campesina Internacional. A ele, rendemos uma breve e sincera homenagem.

Teve muita influência também, é que nós pegamos o auge da Revolução Nicaraguense, que era uma revolução popular, mas camponesa também. E eles tinham muitos quadros camponeses e eles teorizavam muito sobre as mudanças no campo. Então, nós tivemos muito intercâmbio com a ATC, que era a organização dos camponeses da frente sandinista. [...] A segunda vertente foi que, eu acho, [...] os cubanos, muito espertamente, começaram a convidar esses movimentos, que iam surgindo em uma matriz de esquerda na América Latina, para eventos que eram organizados pela União de Trabalhadores Agrícolas, que era o braço rural da Federação Sindical Mundial [ligada aos soviéticos]. (Entrevista com João Pedro Stedile em 19 dez. 2007) (Vieira, 2011, p.183)

Minha primeira viagem foi em 1987, para Nicarágua. Nós sempre trabalhamos, desde antes do movimento ser movimento [MST], muito nessas reuniões. A gente tinha muito contato, principalmente na época da Revolução Sandinista e tinha uma mística das lutas na América Central na nossa região. E no nosso primeiro congresso foi trazida muita gente que fez parte desta articulação depois. Então foi criando todo um clima, uma mística em relação à questão internacional. [...] Nós vivemos dois períodos, e eu acho que isso é importante. O ascenso das lutas revolucionárias nos anos 1980: as lutas de independência da África, as lutas guerrilheiras da América Central, a Revolução Sandinista etc. E depois da queda do socialismo, da União Soviética, do Leste Europeu, essa crise política e ideológica de ofensiva do neoliberalismo. [...] Nós somos meio que a síntese dessas duas etapas, não é? (Entrevista com Egidio Brunetto, em 23 mar. 2007) (Vieira, 2011, p.183)

Eu acho que houve uma vocação ideológica [internacionalista] das influências que nós sofremos da CPT. A CPT sempre teve uma visão latino-americana, provavelmente por influência de Dom Pedro Casaldaliga [...]. E eu acho que uma outra influência foi também das ideias de esquerda, que já estavam mais latino-americanizadas, né? A teoria da dependência, tudo isso, eu acho que foi criando um contexto para que o MST já nascesse com um DNA internacionalista. (Entrevista com João Pedro Stedile, em 19 dez. 2007) (Vieira, 2011, p.182)

A Via é uma articulação de organizações camponesas numa época em que o sindicalismo é derrotado, os movimentos tradicionais são derrotados e o campo

vai sofrer grandes contradições, entre o capital que se desenvolve na agricultura e o que vai dar na resistência. Então, a América Latina joga um papel importante nesse período [...] é um cenário bastante importante dessa contradição e movimento camponês, uma espécie de vanguarda. [...] Olha na América Latina: quem são as organizações? A ATC na Nicarágua, as de El Salvador, as de Guatemala, o próprio México. Elas estão ligadas aos movimentos revolucionários [...] No Chile a resistência contra a ditadura era ligada aos partidos. Então, essas organizações ideológicas seguem e vão, claro, surgindo novas organizações. (Entrevista com Egídio Brunetto do MST em 23 mar. 2007) (Vieira, 2011, p.181)

Esses depoimentos demonstram em certa medida alguns antecedentes do surgimento oficial da Via Campesina, a partir da influência de processos de luta em andamento na América Latina que também primavam pela luta e solidariedade internacional.

Importante também recordar que outros tipos de organização internacional de agricultores foram criados, como é o caso da Fipa, Federación Internacional de Productores Agrícolas, fundada em 1946, uma organização formada por associações de pequenos e grandes camponeses que vinham de países considerados “desenvolvidos”. Segundo Borrás (2004), a Fipa “se há convertido en la organizacion dominante del sector agrícola en general que ha actuado, y así lo afirma, como representante oficial ante las agencias intergubernamentales y los circuitos del agronegocio”, e tem se beneficiado com as reformas políticas que estão favoráveis ao mercado e a regulação comercial. Na década de 1980, a Fipa tem recrutado organizações de camponesinos pobres dos países em desenvolvimento (Borrás, 2004, p.5).

A Via Campesina, uma articulação internacional de camponeses pobres, trabalhadores assalariados do campo, indígenas, mulheres camponesas, comunidades tradicionais afrodescendentes, tem divergido radicalmente das linhas da Fipa por seu vínculo ao agronegócio.

Segundo Borrás (2004), a VCI também surge de uma histórica contraposição ao neoliberalismo, a qual levou a cabo uma privatização massiva de terras públicas ou comunais para fazer uso do capital dormente em forma de terra. Essa política, conhecida como Reforma Agrária Orientada pelo Mercado, ou Raom, pagava aos fazendeiros a soma total de 100% do valor de mercado oferecendo um plano de financiamento flexível desde emprés-

timos. Esse modelo, Raom, foi aplicado em diferentes países, entre eles o Brasil, no governo de Fernando Henrique Cardoso, e Colômbia, entre os anos 1994 a 2003. Segundo Borrás (2004), foi “precisamente la amenaza del neoliberalismo lo que impulso a diversos grupos nacionales y locales de campesinos y agricultores a crear su propia red” (Borrás, 2004, p.6-10).

A Via Campesina, portanto, nasce também nos marcos da luta das organizações sociais contra as consequências das políticas neoliberais para o campo, da luta contra as políticas de reforma agrária orientada ao mercado. E tem sido marcada por suas ações de enfrentamento ao controle corporativo dos recursos naturais e da tecnologia, os gigantes corporativos mundiais, os organismos geneticamente modificados, as transnacionais e multinacionais.

Sua trajetória com organização inicia entre os anos 1992 e 1993, num momento auge do neoliberalismo em nível mundial. Segundo Rosset (2010), analisando de maneira aprofundada, é possível afirmar que a história da VCI está conformada por cinco momentos, ou fases, que estão delimitadas de acordo com os desafios históricos, seus lineamentos e posicionamentos. Nessa análise, um primeiro momento, entre 1980 a 1992, é marcado por sua origem e conformação. Trata-se de um período de transformações na natureza da intervenção do Estado em relação à sociedade, desde um modelo neoliberal. Entre essas décadas, os maiores problemas enfrentados pelas organizações campesinas, em grande parte devido à globalização, foram a diminuição acelerada de cultivos e o preço do gado (Rosset, 2010, p.24-8).

[...] La razón fue que ésta trajo consigo la apertura de los mercados a partir de la adopción de tratados de libre comercio y acuerdos para eliminar barreras arancelarias, tales como el Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (Gatt), la OMC, y el Tratado de Libre Comercio con América del Norte (TLC), así como la adopción de políticas dictadas desde los organismos internacionales como el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional [...] Esto vino además del desplazamiento que ya había ocurrido resultado del establecimiento de programas financiados por el Banco Mundial y USAID para implementar a marcha forzada la Revolución Verde. (Rosset, 2010, p.27)

As organizações sociais desenvolveram análises que identificaram as empresas transnacionais e o capital financeiro internacional como as forças

motrizes por detrás da OMC, BM, FMI e dos acordos de livre-comércio. Assim, o inimigo das “organizaciones campesinas se encontraba más allá de las fronteras nacionales, este debía ser también el enemigo de sus pares en otros países” (Rosset, 2010, p.28).

Rosset (2010) ainda afirma que o nascimento da Via Campesina se “prefigurou” na América Latina desde a fundação da Cloc (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones Rurales) a princípio dos anos 1990, e que ao largo dos anos 1980, o continente latino-americano tinha experimentado um longo processo de construção de “redes de la sociedad civil campesina, a partir de la Conferencia Continental de la Reforma Agraria y los Movimientos Campesinos celebrada em Manágua em 1981” (Rosset, 2010, p.28), uma conferência que reuniu e possibilitou um intercâmbio de experiências entre organizações campesinas revolucionárias e organizações campesinas nacionais. A partir desse momento, se realizaram anualmente reuniões continentais de organizações camponesas até o ano de 1989, quando se iniciou na Colômbia um processo similar de intercâmbio com base na preparação de uma Campanha Continental dos quinhentos anos de resistência indígena, negra e popular. Para a preparação dessa campanha, foram realizadas conferências continentais até 1995, que ocorreram em Bogotá (1989), Xelaju – Guatemala (1991), Manágua – Nicarágua (1992), São Paulo – Brasil (1995) (Rosset, 2010, p.28-9).

Em uma dessas conferências, realizada em Quito em 1990, publicou-se uma declaração que demonstrava uma preocupação coletiva pela destruição da natureza. Rosset (2010) considera em suas reflexões que a Campanha Continental 500 anos possibilitou reunir organizações de povos indígenas, camponesas, operários, estudantes, professores, ativistas da teologia da libertação, entre outros, representando enfim uma contínua resistência dos povos à conquista. Assim, se conforma a Cloc que, nesse momento, integrava 47 organizações de camponeses, indígenas, mulheres camponesas e organizações afrodescendentes.

A Cloc se constitui estruturada em cinco grandes regiões (Norte, Centro, Caribe, Andes e Cono Sur), sob uma coordenação coletiva. “El liderazgo colectivo y rotativo es una característica de la mayoría de los movimientos sociales contemporáneos en Latinoamérica como el MST en Brasil, los zapatistas en México y los pueblos indígenas de Ecuador”. E enquanto se conformava no continente latino-americano a Cloc, os camponeses e pe-

quenos agricultores da Índia, Europa e América do Norte foram chegando também à conclusão da necessidade de uma luta internacional para combater o neoliberalismo (Rosset, 2010, p.31).

Esses processos possibilitaram que, em 1992, organizações sociais camponesas da América Central, da região caribenha, da América do Norte e da Europa, reunidas em Manágua – Nicarágua, dois anos depois da derrota eleitoral sandinista, durante o II Congresso da Unag (Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos), concebessem a criação da Via Campesina.

A Via Campesina começou a ser gestada na Nicarágua, no âmbito de um congresso da Unag [...] para o qual são convidados dirigentes camponeses da Europa e da América Latina. Foi aí que começamos a nos dar conta de que a problemática camponesa passava por fora das fronteiras latino-americanas. (Entrevista com Ramiro Maradiaga em 7 set. 2007) (Vieira, 2011, p.188)

Para Rosset (2010) inicia-se então uma *segunda fase*, ou momento, na história da Via Campesina (1992-1999). O autor transcreve em seu artigo um depoimento de um delegado centro-americano a respeito dessa criação:

Y este movimiento campesino comienza ya a plantear algunos temas, que reforma agraria, que la parte ambiental, que la parte de comercio, que la parte de financiamiento, ya varios temas de la parte agrícola, y justamente en un congreso de la Unag, que en la época de la revolución se invitaba a productores de otras partes del mundo, en 1992, que en ese momento era miembro de la integración centroamericana, dice ¿Por qué no hacemos una articulación mundial? Y es ahí donde se comienza a gestar Vía Campesina. (Representante centroamericano entrevistado el 28 de mayo de 2008). (Rosset, 2010, p.32)

Seguindo essas diretrizes, dirigentes de organizações camponesas das regiões da América, Europa e Ásia (mais de 70 países) se reuniram em Mons, na Bélgica, em maio de 1993. Estabeleceram-se aí uma estrutura organizativa e uma declaração de objetivos, um marco político geral do que seria a Via Campesina. A Via Campesina acaba mantendo essencialmente a estrutura da Cloc, mas em escala mundial, com uma Comissão de Coordenação Internacional (CCI) integrada por coordenadores de cada uma das regiões anteriormente citadas.

Segundo Vieira (2011), a conferência realizada em Mons por uma ONG holandesa, a Fundação Paulo Freire, que trabalhava com a temática agrária, tinha inicialmente a intenção de fazer uma investigação em nível mundial sobre as transformações no mundo rural. Uma pesquisa que fosse realizada de forma participativa pelos próprios camponeses, por isso a participação dos movimentos sociais. Entretanto, não previa seu “componente político”, foi uma surpresa para a ONG, mas também foi uma surpresa para as organizações sociais convocadas que não tinham dimensão do que um encontro internacional poderia gerar como articulação política.

Essas primeiras articulações se consolidaram quando a Fundação Paulo Freire, ONG holandesa que trabalhava sobre a temática agrária, organizou, em maio de 1993 em Mons (Bélgica), um encontro de 55 organizações de camponeses de 36 países. A Fundação, que estivera presente no encontro da Unag na Nicarágua, havia ficado encarregada de dar suporte e facilitar os contatos entre as organizações signatárias da Declaração de Mangágua. A entidade anfitriã não havia planejado, contudo, que o encontro fosse posteriormente considerado a conferência de fundação de um movimento político como a Via Campesina. (Vieira, 2011, p.188-9)

Segundo depoimento de Rafael Alegria, em 1992, na realização de um Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicarágua, se tomou a decisão de constituir uma organização de camponeses e indígenas, para precisamente confrontar o modelo econômico não somente em nível de região centro-americana, mas latino-americana. Nesse congresso estavam presentes campesinos e campesinas da Europa, América Central e América do Norte. Essa decisão estava fundada nas avaliações realizadas sobre os impactos negativos do neoliberalismo para o campesinato. Nesse momento, já existiam movimentos na América Latina articulados, e no continente europeu já estava organizada a Coordinadora Campesina Europea (CPE). Essa articulação possibilitou a organização da I Conferência em Mons (Bélgica), em maio do ano de 1993, onde se constitui oficialmente a Via Campesina, forjada como um movimento de caráter plural, multicultural, autônomo e independente de partidos políticos, grupos econômicos, religiosos, constituindo-se numa organização de participação de caráter horizontal (Sindicato Agrario Ehne, 2008, p.5-8).

A Europa correspondeu em primeira instância à coordenação da primeira sede provisória da VCI, e esteve na sede de Bizkaia da Organização Ehne. Mais tarde, a sede da VCI trasladou-se para Honduras, onde se deu a forma de uma Secretaria Operativa Internacional, que se tornaria itinerante ou rotativa. As Conferências Internacionais da Via Campesina são o órgão máximo de debate e decisão, e reúnem-se a cada quatro anos. Nelas se define a direção política e as estratégias para o próximo período. Nesse sentido, a II Conferência fora realizada em Tlaxcala (México) em abril de 1996. Nesta, publica-se um manifesto que expressa as razões para unir forças e organizar-se. Abaixo se reproduz um pequeno trecho desse manifesto:

Nos une el rechazo a las condiciones económicas y políticas que destruyen nuestras formas de sustento, nuestras comunidades, nuestras culturas y nuestro ambiente natural. Estamos llamados a crear una economía rural basada en el respeto a nosotros mismos y a la tierra, sobre la base de la soberanía alimentaria, y de un comercio justo. (Sindicato Agrario Ehne, 2008, p.8)

Para Rosset (2010), nesse período da II Conferência, a Via Campesina demarcou claramente seu posicionamento em relação às ONGs, não permitindo a inserção dessas organizações que não fossem realmente de base campesina. Demarcou também suas diferenças com fundações e agências de cooperação que impunham suas condições ao investir recursos. Essas decisões têm garantido sua “independencia y autonomia”. Também há notórias diferenças entre movimentos sociais e as ONGs que estão relacionadas ao modo de organizar-se e de fazer política. Enquanto que um movimento social tem a responsabilidade com sua base e as tomadas de decisões realizam-se de forma coletiva buscando consenso, as ONGs, em contraste, são organizações pequenas, e geralmente conformadas exclusivamente por uma junta diretiva, realizando seu trabalho com base em projetos pontuais, com objetivos técnicos e de curto alcance (Rosset, 2010, p.34-6).

Durante o período da II Conferência, foi ratificado que a Via Campesina teria caráter de movimento social, consolidando-se a partir de uma estrutura regional. Também foi identificada a temática de gênero como parte “fundamental para su funcionamiento interno” (Rosset, 2010, p.37). Esse debate da participação igualitária de gênero vinha sido enfaticamente apontado pelas Cloc em suas assembleias, demanda que foi incluída na

declaração do Congresso da Cloc realizada em Brasília, em 1997. Esse tema também foi levado à III Conferência Internacional da Via Campesina, que ocorreu em 2000, em Bangalore.

Nesse período também se define o conceito de Soberania Alimentar, sendo este apresentado pela VCI para sua discussão pública na Cúpula Mundial de Alimentação, que ocorreu em 1996. Esse conceito vai além de um modelo agrícola “pues incluye la construcción de nuevos derechos y la transformación de la sociedad como un todo” (Rosset, 2010, p.37-8). Sobre o tema da Soberania Alimentar, a VCI aponta que todos os países devem ter o direito e a capacidade de definir a produção de seus próprios alimentos, assim como as políticas agrícolas, a Reforma Agrária e o controle de recursos para garantir o acesso equitativo à terra, à água, aos bosques e às sementes.

A III Conferência da VCI ocorreu em Bangalore, na Índia, em setembro/outubro de 2000. Durante essa conferência, ocorreu também a I Assembleia de Mulheres. Rosset (2010) aponta que se inicia aí uma terceira fase ou momento da trajetória da VCI que pode ser denominada como “el liderazgo internacional”, marcado pelo período de 2000 a 2003 (Rosset, 2010, p.42). Esse é um momento em que se constituem alianças estratégicas com diferentes atores sociais para pressionar mudanças nas políticas institucionais do BM, OMC, FMI e Nações Unidas/FAO (Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). Um exemplo citado pelo autor foi o desempenho da VCI nas ações de protesto que contribuíram para o colapso da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada em setembro de 2003, em Cancún. Nesses protestos contra o impacto da liberação do comércio, Lee Kyung Hae, uma liderança campesina da Coreia do Sul,⁵ no dia 10 de setembro, subiu nas barricadas da polícia que sitiavam a sede das negociações e se matou com uma faca cravada no coração. Portava um Cartaz com o lema “La OMC mata a los agricultores”. Muitos agricultores coreanos antes dele se suicidaram quando perceberam que com os baixos preços de suas colheitas não conseguiriam cobrir os empréstimos realizados para investimento (Rosset, 2010, p.42).

5 Lee Kyung Hae foi fundador de uma cooperativa e uma associação de agricultores de seu país. Havia perdido nesse período suas terras, assim como milhões de agricultores coreanos.

A IV Conferência da VCI ocorreu em São Paulo, Brasil, em junho de 2004. Nesse período também ocorreram a II Assembleia de Mulheres e a I Assembleia de Jovens. Rosset (2010) diz que aí começaria uma *quarta fase* ou momento da trajetória da Via Campesina, onde se primaria o fortalecimento de sua estrutura organizativa. Dando-se conta de que havia ganhado espaço político, decidiu fortalecer-se de maneira interna por meio de processos de formação interior de suas organizações e o refinamento de seus mecanismos de funcionamento com a construção de secretarias operativas regionais que assegurassem o fortalecimento das esferas regionais e locais.

Uma entrevista realizada por Rosset e Martínez em 2005 aponta a opinião de uma das lideranças latino-americana a respeito desse momento histórico:

Ahora necesitamos poner énfasis en el entrenamiento interno. Debemos crear las condiciones para que haya siempre cuadros con las habilidades y la capacidad de intervenir en la realidad que la confronta. Necesitamos fortalecer nuestras organizaciones en el ámbito local. Necesitamos promover procesos organizacionales. Necesitamos desarrollar un plan para fortalecer la capacidad organizativa de nuestros miembros. Ya tenemos escuelas de entrenamiento, escuelas de formación política, como la escuela del MST, la de Centroamérica y la escuela itinerante de mujeres. Necesitamos expandir esto. Desarrollar nuestra capacidad de organización. Éste esfuerzo debería construir una cultura interna de movilización. Necesitamos entrenarnos cuadros en todos los niveles de organización. En este momento, muchas organizaciones son débiles porque tienen pocas habilidades de cuadros en lo local y regional. (Líder campesino latinoamericano). (Rosset, 2010, p.44)

Na sua IV Conferência, discutiu-se muito os mecanismos internos do movimento e o fortalecimento de suas organizações, assim como uma metodologia das reuniões na qual a *mística*⁶ torna-se elemento fundamental. Nesse momento se integraram à VCI organizações sociais da Ásia e da

6 A mística é uma prática desenvolvida pelas organizações sociais do campo que está relacionada aos aspectos da subjetividade da luta e à forma como se expressa a convicção da luta. Materializa-se por meio de expressões artísticas como a poesia, a dança, o teatro, a música, e também na representação de símbolos como os instrumentos de trabalho, elementos da natureza e bandeiras.

África. Toma-se a decisão de rotar a Secretaria Operativa Internacional da região centro-américa (Honduras) para Ásia (na Indonésia).

A V Conferência ocorreu em Matola, perto de Maputo (Moçambique) em outubro de 2008. Nesse período também ocorreram a III Assembleia de Mulheres e a II Assembleia da Juventude. Um momento também que se somaram 39 organizações, especialmente do continente africano. Para Rosset (2010), inicia-se aí uma *quinta fase* ou momento da trajetória da VCI (2008-2010), em meio à chamada crise mundial dos alimentos. Nessa Conferência, pela primeira vez a Via Campesina define o capitalismo como a fonte dos problemas enfrentados pela população rural, e as empresas transnacionais como as piores inimigas dos camponeses de todo o mundo. Como consequência, lança-se uma campanha contra as transnacionais.

A conferência de Maputo publicou uma declaração final onde apontava também o tema de gênero, combatendo toda a forma de violência contra as mulheres, e reconhecendo o papel central da mulher na agricultura de autossuficiência alimentar. Também nesse momento se intensificou a discussão da Soberania Alimentar atrelada às práticas de cultivo agroecológico como um de seus principais pilares, tornando-se assim uma necessidade constante a formação para a transição do modelo convencional de agricultura para uma agricultura agroecológica. Nessa perspectiva, a criação e o fortalecimento de experiências de formação política e agroecológica foram temas importantes levantados pela Via Campesina.

Las organizaciones del movimiento han descubierto que el asunto de las tecnologías de producción se ha vuelto una herramienta ideológica y de politización, por lo que sienten el desafío de promover entre sus miembros prácticas congruentes con su perspectiva en la mencionada lucha de modelos. (Rosset, 2010, p.50)

A V Conferência possibilitou construir um plano estratégico que reafirma a necessidade de seguir a luta a partir de temas como soberania alimentar, reforma agrária, aquecimento global, defesa dos recursos naturais (terra, água, sementes), assim como desdobrar ações que garantam equidade de gênero e da juventude, da formação de quadros e articulação e mobilização social.

Assim, a trajetória da VCI é marcada por conquistas e desafios. Destes, podemos mencionar solidariedade internacional, a articulação da luta internacional dos sujeitos do campo, mobilizações constantes contra ação dos organismos do capital no campo, construção de estratégias fundadas em uma nova forma de agricultura com base na transformação da sociedade, construção de uma forma organizativa horizontal e integradora, e a preocupação constante na formação de sua militância e quadros.

Para Rafael Alegría, em entrevista à Ehne (2008), a Via Campesina Internacional forja-se como um “movimiento horizontal, integrador, ideológico y dialéctico”, desde alguns princípios fundamentais que são “antineoliberal, global, solidário, de lucha por outro modelo social y político que no es ni el capitalismo ni el neoliberalismo” (Sindicato Agrario Ehne, 2008, p.5-6). Nessa entrevista, Alegría aponta que um dos desafios que se fazem presentes nesse momento é a necessidade de discutir como fortalecer os laços com governos progressistas na América Latina para o fortalecimento não somente da resistência, mas da construção de um novo poder. Segundo ele “cada vez más gobiernos incluyen principios de soberanía alimentaria en leyes y constituciones”. Alegría afirma:

Evo Morales nos manda cartas de apoyo y dice que es fundador de La Vía Campesina, Chaves también dice que es miembro de La Vía Campesina. Tenemos presidentes gobernando en procesos revolucionarios. Vamos a discutir cómo trabajar para fortalecernos, ya no desde la resistencia, sino desde el poder. Pero, no hay que olvidar que no hay poder ni lucha política si no hay poder popular, si no hay lucha social, si no hay organización, si no hay movilización, si no hay alianzas estratégicas. (Sindicato Agrario Ehne, 2008, p.7)

Percebemos nesse comentário de Rafael Alegría que há uma necessidade de fortalecer laços e alianças junto a governos progressistas que debatem e implementam leis que favorecem a discussão da soberania alimentar e agroecologia, linhas políticas e estratégias da VCI. Esse é considerado um desafio apontado principalmente pelas organizações latino-americanas que são partícipes da VCI, pela característica peculiar vivenciada no continente que mencionamos no capítulo anterior.

Assim, as principais linhas políticas da Via Campesina Internacional foram, portanto, sendo forjadas em sua construção histórica, a partir de

lutas, encontros, conferências, congressos regionais, oficinas, intercâmbios, cursos de formação política e profissional, acampamentos etc. Conforme Via Campesina [200?], no documento “Via Campesina: a articulação internacional dos camponeses”, estas linhas de atuação são:

- Luta pela reforma agrária e mudanças sociais no campo, sustentadas por uma mudança do modelo econômico, social e político vigente;
- Soberania alimentar e comércio internacional: com produção de alimentos diversificados e saudáveis (produção agroecológica), buscando planificar e regulamentar a produção para comercialização dos mesmos construindo uma política agrícola alternativa à desenvolvida pela Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Agricultura camponesa sustentável;
- Biodiversidade, biossegurança e recursos genéticos: reconhecendo e respeitando a imensa diversidade humana, cultural, de ecossistemas, e de sistemas produtivos, bem como a necessidade de busca dos direitos do agricultor e da agricultora no acesso aos meios, investigações e políticas que conservem a biodiversidade e projetem a soberania alimentar;
- Gênero e Direitos Humanos: buscando os princípios da participação da mulher nos espaços de tomada de decisões, bem como a defesa dos direitos civis e políticos, rechaçando qualquer tipo de violência cometida.

Segundo o Sindicato Agrário Ehne (2008), tais linhas políticas estão estreitamente vinculadas aos seus compromissos de ação, das quais podemos destacar: luta contra as transnacionais, denúncia de governos e instituições que favorecem as transnacionais financiando-as e protegendo-as, inclusive os instrumentos que são utilizados por elas para controlar os recursos e as economias, como o caso de OMC e os acordos de livre-comércio; luta contra programas de privatização de recursos naturais, como a água; e a denúncia das consequências da revolução verde, o controle das sementes e o uso de agrotóxicos e transgênicos.

Dessas ações realizadas pela VCI, citamos como exemplo a ocupação de uma área da Syngenta que estava destinada a produzir agrocombustíveis no Brasil, estado do Paraná. Segundo uma entrevista realizada com Egídio

Brunetto (MST-Brasil), considera-se que, apesar do assassinato de um dirigente na região, Keno, conseguiu-se uma vitória na conquista dessa área, que seria destinada à realização de uma experiência de sementes crioulas. Abaixo, transcreve-se um trecho de seus comentários nessa entrevista:

Es una victoria de La Vía Campesina. Hace dos años en un encuentro sobre la biodiversidad hicimos una pelea contra los experimentos de Syngenta con maíz transgénico. Se nos reprimió y perdimos un compañero, pero después de dos años hemos conseguido echarle y ahora en ese terreno se va a hacer una experiencia con semillas tradicionales. (Sindicato Agrario Ehne, 2008, p.56)

Essas linhas de atuação podem ser consideradas como elementos de um programa de luta, ou linhas estratégicas de ação, que nas especificidades de cada organização participe da VCI (formas organizativas, características, objetivos e conjunturas locais sobre as quais atuam), revelam uma singularidade de atuação baseada nas consequências do sistema capitalista, que se estende de maneira desigual e combinada pelo mundo. As linhas de atuação dessas organizações referidas acima vão se materializando e sendo reconstruídas por meio de suas lutas na dinâmica da conjuntura local, bem como pela sua articulação internacional realizada pela própria similitude nas consequências do sistema capitalista que as atinge.

Organicidade da Via Campesina Internacional

A Via Campesina é um movimento internacional que aglutina diferentes organizações sociais do campo. Por sua vez, grande parte dessas organizações esteve historicamente atrelada a partidos comunistas e socialistas; ou a grupos libertários e de influência anarquista; à igreja – vinculada essencialmente à concepção da teologia da libertação; grupos cooperativistas e com iniciativas em produção agroecológica.

Como mencionado em outro momento, a VCI preza pela discussão coletiva e horizontalidade organizativa. Quanto aos seus aspectos organizativos, se definem durante as suas conferências, já que estas são a instância máxima de decisões. Rosset (2010) afirma que:

Ahí, los representantes de sus organizaciones realizan un análisis colectivo y desarrollan políticas, así como negociaciones y procesos de creación de consenso. La Conferencia Internacional se lleva a cabo cada tres o cuatro años, donde se define la dirección política y las estrategias destinadas a mantener el funcionamiento interno del movimiento. Por otra parte, el Comité Coordinador Internacional (CCI) se reúne dos veces al año, para evaluar el cumplimiento de los acuerdos de la Conferencia Internacional y analizar la situación individual de las regiones. Además, la CCI se involucra en un análisis colectivo de lo que está ocurriendo en la agricultura en el ámbito mundial y define planes de acción conjunta, así como estrategias de promoción en la esfera internacional. Finalmente, el Organismo Internacional de Secretaría Operativa, que se encuentra actualmente en Yakarta, Indonesia, está a cargo de coordinar las acciones y la aplicación de los acuerdos alcanzados en la Conferencia y en las reuniones de la CCI.

El trabajo de La Vía Campesina se lleva a cabo y se coordina a través de una serie de estrategias de las Comisiones Internacionales de Trabajo. Una comisión en la que participan un representante hombre y una mujer que deben ser líderes campesinos electos en cada una de las nueve regiones, coordina el trabajo del movimiento en cada grupo temático. Las comisiones actuales son las siguientes: (I) Reforma agraria, (II) Soberanía alimentaria y comercio, (III) Biodiversidad y recursos genéticos, (IV) Cambio climático y agricultura campesina, (V) Derechos Humanos, (VI) Agricultura campesina sostenible, (VII) Migración laboral, (VIII) Mujer y equidad de género, (IX) Educación y formación, y (X) Juventud. De forma añadida, ha emprendido también campañas que abordan algunas de las cuestiones siguientes: (I) Campaña mundial por la reforma agraria, (II) Semillas: patrimonio rural de los pueblos al servicio de la humanidad, (III) Campaña para eliminar todas las formas de violencia contra la mujer, y (IV) Campaña para una carta internacional de derechos campesinos. (Rosset, 2010, p.45)

A estrutura organizativa acima apresentada demonstra alguns aspectos de seus princípios de coletividade e horizontalidade, nas quais se tenta evitar as hierarquias internas. Segundo uma entrevista realizada com Egídio Brunetto, em Vieira (2011), houve inicialmente algumas disputas internas para que sua estrutura organizativa fosse vertical, como uma Federação Internacional. Entretanto, houve uma compreensão comum de todas as

regiões que compõem a VCI de que essa estrutura organizativa deveria ser altamente coletiva. “Ela tem que ser coletiva, participativa e democrática (Entrevista com Egídio Brunetto em 23 mar. 2007)” (Vieira, 2011, p.202). As experiências concretas dos movimentos servem de base para a construção da articulação internacional, desde os países e para além dos países e da luta corporativa local.

Esse elemento está relacionado ao método de organização. Para Vieira (2011), a questão do método é um dos principais elementos de mudança na articulação internacional de camponeses, visto que se difere de outras formas organizativas de trabalhadores, buscando a horizontalidade, a massificação da luta e uma atenção especial ao risco de burocratização.

Outro aspecto importante citado pela autora e respaldado por diferentes entrevistados é a questão da ideologia. Enquanto as experiências passadas de articulações internacionais históricas primavam pela homogenidade, a Via Campesina é aberta para diferentes filiações ideológicas. A autora explica na sequência que esse tema está relacionado à compreensão da situação agrária vivida e do que se deve questionar em meio a essa leitura. O caráter comum entre a diversidade de pensamentos está em questionar o modelo de agricultura capitalista dominante, mas não há consenso se o caráter da luta é socialista, mesmo que muitos militantes carreguem a influência dos movimentos socialistas, principalmente de organizações representantes da Cloc.

Transcrevemos abaixo trechos das entrevistas realizadas por Vieira (2011):

A gente vem construindo um monte de coisas: ajuda, solidariedade, lutas internacionais. Sabemos que nem todo mundo vai viajar para outros lugares para militar, mas já começa a ter essa compreensão, definir os inimigos, que é no final de contas o capital. [...]. Agora, do ponto de vista da construção ideológica é um pouco mais complicado. Há um entendimento do projeto alternativo, mas tem gente que quer negar a ideia de um instrumento político. Então, não está colocada em debate a questão do socialismo. Embora, eu ache que 90% das organizações acabariam tendo consenso nessa ideia. Mas não está colocado, não é a discussão atual. (Entrevista com Egídio Brunetto em 23 mar. 2007.) (Vieira, 2011, p.248)

A hegemonia ideológica da Via Campesina Internacional tem uma marca antineoliberal e anti-imperialista. Mas ela ainda não é anticapitalista, não é socialista. Até porque os europeus passaram por toda aquela experiência e se tu fala socialismo, eles dizem “tá bom, mas que socialismo?”. [...] e quando começa a querer adjetivar é que as coisas não estão bem resolvidas. (Entrevista com João Pedro Stedile em 19 dez. 2007.) (Vieira, 2011, p.248)

Existem organizações que se dizem anticapitalistas. E outras que são apenas antineoliberais, ou seja, que se opõem somente a esta fase do capitalismo, mas creem que existem outras faces do capitalismo mais humano com as quais estariam de acordo. [...] Então, claramente, esses conceitos não são apenas palavras distintas. Há uma ideologia, uma cosmovisão que é diferente. E nessa diversidade o caminho é árduo, é difícil. Às vezes, mesmo dentro de uma mesma organização, dentro de um mesmo país. (Declaração de Mafalda Galdames, da Anamuri, em 21 mar. 2007 em conversa gravada.) (Vieira, 2011, p.248-9)

A estratégia e o método adotados pela VCI para trabalhar com essas diferentes concepções dizem respeito a utilizar nos pronunciamentos e documentos somente aquilo que é consenso e comum, resultado do acúmulo das discussões realizadas adotada. Entretanto, é importante afirmar que desde a consolidação da VCI, organizações latino-americanas “percebem de forma diferente dos europeus a criação e o papel que joga a Via Campesina na luta política contemporânea, acionando tradições e trajetórias diferentes”. Essas diferenças não são apenas disputas nacionais ou locais, mas acabam demonstrando “processos interescares mais complexos na dinâmica das articulações internacionais” (Vieira, 2011, p.251).

Hoje a VCI conta com 165 organizações em 74 países, as quais estão distribuídas em nove grandes regiões. São elas: África I, compreendendo Moçambique, Congo, Zimbábue, Madagascar, Tanzânia e Angola com seis organizações; África II compreendendo Mali, Nigéria, Senegal, Togo, Congo Brazzaville, Guiné-Bissau, Gana, Gâmbia com oito organizações; Sudeste e Leste da Ásia, compreendendo Indonésia, Coreia do Sul, Tailândia, Timor Leste, Filipinas, Malásia, Vietnã, Japão, Camboja, Taiwan e Palestina, com 14 organizações; Sul da Ásia, compreendendo Índia, Nepal, Bangladesh e Sri Lanka, com 21 organizações; Europa, compreendendo Espanha, Turquia, Alemanha, Itália, Bélgica, Portugal, França, Suécia,

Noruega, Áustria, País Basco, Suíça, Bélgica, Malta, Dinamarca, Grécia, Holanda, Escócia, Romênia e Finlândia, com 29 organizações; América do Norte, compreendendo Estados Unidos, Canadá e México, com sete organizações; América Central, compreendendo Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Belize, El Salvador, Guatemala, com 27 organizações; América do Sul, compreendendo Brasil, Chile, Colômbia, Argentina, Peru, Bolívia, Equador, Venezuela, Paraguai e Uruguai, com 40 organizações e; Caribe, compreendendo Cuba, Haiti, República Dominicana, Ilhas Windward (Granada, Dominica, Santa Lúcia e São Vicente) e Porto Rico com 13 organizações. O quadro a seguir (Quadro 3) apresenta essa síntese:

Quadro 3 – Número de organizações do campo por grande região da VCI⁷

Região	Países	Número de organizações
África I	Moçambique, Congo, Angola, Magadascar, Tanzânia e Zimbabwe.	6
África II	Mali, Nigéria, Senegal, Togo, Congo Brazzaville, Guiné-Bissau, Gana, Gâmbia.	8
Sudeste e Leste da Ásia	Indonésia, Coreia do Sul, Tailândia, Timor Leste, Malásia, Vietnã, Japão, Camboja, Taiwan, Palestina e Filipinas.	14
Sul da Ásia	Índia, Nepal, Bangladesh e Siri Lanka.	21
Europa	Espanha, Turquia, Alemanha, Itália, Bélgica, Portugal, França, Suécia, Noruega, Áustria, País Basco, Suíça, Bélgica, Malta, Dinamarca, Grécia, Holanda, Escócia, Romênia e Finlândia.	29
América do Norte	Estados Unidos, Canadá e México.	7
América Central	Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Belize, El Salvador, Guatemala.	27
Caribe	Haiti, República Dominicana, Cuba, Ilhas Windward (Granada, Dominica, Santa Lúcia e São Vicente), Porto Rico.	13
América do Sul	Brasil, Chile, Colômbia, Argentina, Perú, Bolívia, Equador, Venezuela, Paraguai e Uruguai.	40

O quadro a seguir (Quadro 4) demonstra as organizações da Via Campesina na América do Sul.

⁷ Dados atualizados no ano de 2013 por meio de documentos internos da Via Campesina Internacional.

Quadro 4 – Organizações sociais membros da Via Campesina América do Sul

País	Sigla	Organização
Paraguai	OLT	Organização de Luta pela Terra
	MCNOC	Mesa Coordenadora de Organizações Camponesas
	MCP	Movimento Camponês Paraguai
	Conamuri	Coordenadora Nacional de Organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas
	MAP	Movimento Agrário e Popular
	Onai	Organización Nacional de Aborígenes y Indígenas
Argentina	Mocase-VC	Movimento Camponês de Santiago de Estero
	Cocitra	Coordenadora de Organizações Camponesas, Indígenas e Trabalhadores Rurais da Argentina
	Apenoc	Associação de Produtores do Noroeste de Córdoba
	MNCI	Movimento Nacional Camponês e Indígena
	CAI	Conselho Assessor Indígena
Chile	Anamuri	Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas
	Ranquil	Confederação Nacional Sindical Camponesa e do Agro Ranquil
	Mapuches de Izquierda	Assembleia Nacional Mapuches de Esquerda
	Conaproch	Consejo Nacional de Productores de Chile
Brasil	MST	Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
	MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
	MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
	MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
	PJR	Pastoral da Juventude Rural
	MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
	Conaq	Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas
Uruguai	RMURU	Rede de Mulheres Rurais do Uruguai
Bolívia	CSUTCB	Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses de Bolívia
	MST-B	Movimento de Trabalhadores Sem Terrada Bolívia
	CSCIB	Confederação Sindical de Comunidades Interculturais da Bolívia
	CNMCIQB-BS	
	(Bartolinas)	Confederação Nacional de Mulheres Campesinas, Indígenas e Originárias da Bolívia – Bartolina Sisa
Colômbia	CNA	Coordenadora Nacional Agrária
	Fensuagro	Federação Nacional Sindical Unitária Agropecuária
	Fenacoa	Federação Nacional de Cooperativas Agropecuárias

Continua

Quadro 4 – *Continuação*

Peru	CNA-Peru	Confederação Nacional Agrária
	CCP	Confederação Campesina do Peru
	Femucarinap	Federação nacional de mulheres campesinas, artesãs, indígenas, nativas e assalariadas do Peru
Equador	Fenocin	Confederação Nacional de Organizações Campesinas, Indígenas e Negras do Equador
	Fenacle	Federação Nacional de Trabalhadores Agroindustriais, Camponeses e Indígenas Livres do Equador
	Confeunassc	Confederação Única de Afiliados ao Seguro Social Camponês
	CNC-EA	Coordenadora Nacional Camponesa Eloy Alfaro
	FEI	Confederação de Povos, Organizações Camponesas e Indígenas do Equador
Venezuela	Canez	Coordenadora Agrária Nacional Ezequiel Zamora
	FNCEZ	Frente Nacional Camponesa Ezequiel Zamora

Fonte: <http://viacampesina.org/sp/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=71>

Fortalecer a articulação internacionalista dessas organizações e aprofundar os planos e estratégias de luta comum, projetar e realizar a formação de dirigentes e militantes (intelectuais orgânicos) são alguns dos desafios históricos para a construção de uma territorialização contra-hegemonia do agronegócio. Esse desafio passa pelas mãos dos diferentes sujeitos trabalhadores do campo (camponeses, trabalhadores assalariados rurais, indígenas e afrodescendentes etc.) em busca de construir unidade desde as particularidades, em profunda relação com intelectuais de esquerda. Nesse sentido, o internacionalismo tem um caráter fundamental como dimensão pedagógica na luta constante para a ressignificação do espaço e do território e da construção da unidade político-organizativa desde a imensa diversidade das organizações partícipes da VCI.

Quando afirmamos que a VCI, a partir de suas lutas, seu projeto estratégico e suas ações pedagógicas, constrói um processo de territorialização contra-hegemônica, afirmamos também que está relacionada à construção de uma concepção de mundo coerente, consciente e crítica. Tem a ver com experiência histórica, tem a ver com processo, com a ressignificação de conceitos, palavras, espaços, relações sociais e com a natureza. É também territorialidade contra-hegemônica no ato de um constante “refazimento”.

Segundo Fernandes:

Ao analisarmos o espaço não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. Desde esse ponto de vista, o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa, porque o espaço e as relações sociais estão em pleno movimento no tempo, construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios. (Fernandes, [2010?], p.3)

Nesse sentido, analisar territorialidade não considerando as diferentes conflitualidades nela existentes, os diferentes territórios presentes contidos no território, os diferentes projetos de desenvolvimento territorial contrapondo-se incessantemente, seria ignorar a existência das classes sociais em confronto, fortalecendo assim a hegemonia dominante. Portanto, o agro-negócio, sob a argumentação do desenvolvimento do país, promove uma invisibilidade do seu real caráter e consequências, como, por exemplo, a crescente expropriação e concentração de terra e destruição do campesinato do território material e do território imaterial de dominação.

O território imaterial, relacionado à intencionalidade do controle e domínio do conhecimento e suas interpretações (o que também é uma disputa territorial), tem uma relação intrínseca com a produção e o território material. É nessa relação que a hegemonia dominante perdura, na exploração do trabalho, na apropriação e concentração dos meios de produção, na teoria, na comunicação, na ideologia. É parte da construção de uma territorialidade contra-hegemônica do capital, portanto, fazer a luta no território material e no território imaterial é um desafio imprescindível da Via Campesina.

Como proposto por Fernandes (2005), Girardi (2008) sintetiza desta forma:

[...] sobre territórios materiais e territórios imateriais, assumimos que o território possui duas dimensões internas de análise: a dimensão *material* e a dimensão *imaterial*. Essas duas dimensões são indissociáveis na construção dos territórios e indispensáveis na análise geográfica. A dimensão material diz respeito à área do território, aos objetos geográficos influenciados/dominados/apropriados pelo sujeito territorial. A dimensão *imaterial* corresponde às estratégias dos

sujeitos para a construção de um território; são as *ações*, representações espaciais criadas, a disputa de forças com outros sujeitos, as ideologias e os discursos, posicionamentos políticos, manifestações e outras formas de imprimir o poder. As dimensões materiais e imateriais são indissociáveis, pois a dimensão imaterial assegura a conquista, a manutenção e a expansão da materialidade do território. Nesse sentido, o *discurso* faz parte do território. A relação entre território e discurso se dá, segundo Delaney (2005), através das “visões de mundo ou presunções ideológicas, metafóricas ou metafísicas [...] e os modos com que essas representações são organizadas em esforços para justificar (ou criticar) a ação do poder” (p.17). Ainda o autor propõe que o discurso pode naturalizar ou desnaturalizar compreensões do espaço, sendo que alguns discursos “emergem como ‘dominantes’ ou ‘hegemônicos’ e se tornam consenso”. (Girardi, 2008, p.39)

Compreender com maior precisão essa dimensão imaterial em relação direta com a dimensão material e suas múltiplas determinações na construção de uma territorialização contra-hegemônica do capital das organizações partícipes da VCI é uma das dimensões dessa investigação. Assim, considera-se preliminarmente que as políticas de formação da VCI Sudamérica tem um papel fundamental na consolidação da organização política, assim como fazem parte do processo de territorialização contra-hegemônica da VC, processo esse que se efetiva: nas lutas concretas pela soberania alimentar; nas mobilizações e campanhas; nas atividades de formação político-profissional; na implementação da produção agroecológica; na construção de novas relações de gênero; na ressignificação da cultura dos sujeitos do campo, desconstruindo os aspectos da ideologia dominante que nela encontram-se impregnadas; enfim, na construção de uma estratégia comum para um campo que se contraponha à hegemonia capitalista.

Aqui, caberia a pergunta: a organização política e o seu “que fazer” cotidiano – entre estes, a formação política – possibilitam as condições para forjar novas formas de consciência? Esta, de maneira unitária e coerente poderia captar o movimento concreto da dinâmica da luta de classes e intervir potencialmente na construção de uma nova sociedade? Reafirma-se aqui mais uma vez que esse movimento não se resume a um ato puro e simples de ter consciência para agir sobre a realidade. Essa é uma dinâmica muito mais complexa, que exige ir além da compreensão do papel do indivíduo na história e da dinâmica do sistema ao qual se contrapõe, exige construir

mediações, métodos e processos que estabeleçam o “fazimento” de sujeitos coletivos e universais.

Na perspectiva de assomar-se à importância das políticas de formação da VC nesse “que fazer”, destaca-se abaixo (mesmo que em um capítulo posterior se relacione com maior detalhamento) os diversos espaços de formação político-profissional⁸ promovidos na América do Sul. Esses espaços – ou “ações pedagógicas”, nos termos gramscinianos – pretendem forjar militantes e dirigentes dessas organizações, intelectuais advindos da própria classe, na busca de uma construção contra-hegemônica ao sistema capitalista. Cada organização em seus países promove cursos livres, cursos formais (escolarização), seminários ou atividades de cunho formativo. Entretanto, existem algumas atividades planejadas e realizadas por meio da articulação internacionalista dessas organizações. É aí que se objetiva a intenção da investigação: nas experiências e na política de formação construída conjuntamente pela articulação internacional de organizações camponesas, pela Via Campesina América do Sul.

Algumas dessas iniciativas constam descritas nos relatórios citados nas referências bibliográficas. Por exemplo, no relatório de atividades da Comissão da Agricultura Camponesa Sustentável da Via Campesina, dentre as diversas atividades relatadas no período de outubro de 2008 a agosto de 2010, foram citados encontros, cursos, seminários e conferências que promoveram o debate sobre a agroecologia, sua necessidade, concepções e abordagens, demonstrando fortemente ser uma linha de atuação dessa organização. Outras experiências sistematizadas demonstram que nesse campo existem escolas formais (com vínculo à escolarização) e outras não formais ou livres (não necessariamente vinculadas a um grau de escolaridade). Dessas, podemos citar as iniciativas em nível Médio (Técnico) e de Educação Superior (Técnico Superior ou Graduação), como no caso de institutos e universidades. Esses cursos e programas geralmente são organizados em parcerias ou acordos da VCI com outras instituições (escolas, universidades ou governos) que possibilitam a admissão de educandos(as) vindos de organizações sociais do campo.

8 São consideradas formação político-profissional atividades de formação militante que qualifiquem a atuação política e profissional (por exemplo, no caso da agroecologia). Podem ou não estar vinculadas à educação formal ou à escolaridade.

Quanto às iniciativas já concretizadas, existe a Elaa (Escola Latino Americana de Agroecologia), localizada no município da Lapa, e a Escola Milton Santos (Educação de Nível Médio), localizada no município de Maringá, ambas no estado do Paraná. Também os Institutos de Agroecologia Latino-americanos – Ialas (Educação Superior) como o Iala Paulo Freire (Instituto Universitário Latino-americano de Agroecologia Paulo Freire) localizado na Venezuela, no estado de Barinas, o Iala Guarani, localizado no Paraguai, e o Iala Amazônico, localizado no estado do Pará. Quanto às atividades pedagógicas de caráter não formal, podemos citar cursos de formação de mulheres, cursos de formação de formadores, cursos de formação de militantes do Cone Sul, cursos de teoria política latino-americana etc.

Enfim, a Via Campesina Internacional se autodenomina um movimento antiglobalização neoliberal que resgata a solidariedade e a necessidade de enfrentamento a esse modelo de maneira internacional, apontando a importância das mobilizações de massa, do trabalho de base com movimentos, e não “abandona a questão da luta de classes”. E mesmo que não defenda uma “ideologia homogênea”, cria métodos de convivência e debate em busca dos consensos para estabelecer as bases de sua articulação internacional (Vieira, 2011, p.251-2).

Suas linhas estratégicas, que permeiam suas ações e lutas, estão relacionadas à luta pela Soberania Alimentar, por meio da agroecologia, à articulação internacional de sujeitos do campo, à organização política e econômica com estrutura horizontal e coletiva, permeada por um método de construção de consensos e do que é comum, assim como à formação político-ideológico profissional que fortaleça as próprias organizações e a articulação internacional, projetando mais e novos quadros para a luta.

3

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DA VIA CAMPESINA NA AMÉRICA DO SUL

No presente capítulo, abordamos as políticas de formação da Via Campesina como parte de suas linhas estratégicas na construção de territorialização contra-hegemônica. Focalizamos como a sistematização e análise dessas experiências se dá na região da América do Sul em sua trajetória de vinte anos. Este capítulo está conformado pela sistematização das experiências, a partir de suas características similares e pela busca de identificação dos aspectos comuns existentes entre si.

Consideramos que, para analisar a política de formação da Via Campesina, é necessário inicialmente realizar a sistematização das discussões realizadas a respeito do tema, assim como mapear e situar histórica e geograficamente as experiências de formação existentes que fazem parte dessa política. Esse processo de identificação daquelas e de suas principais características possibilita um olhar para a totalidade do que seriam os traços dessa política de formação, e ainda um breve encontro com a singularidade que há entre as diferentes experiências. Em alguns momentos traçamos paralelos com experiências de formação em outros continentes, ou no mesmo continente, mas regiões diferenciadas. Uma formação construída a partir de um esforço coletivo em contemplar a diversidade, e de encontrar nela seus aspectos comuns que a identifiquem como formação da VCI.

A Via Campesina em seus debates, achamos que para responder os grandes desafios [...] na luta internacional – na luta em defesa das sementes, da água, da biodiversidade..., temos que aumentar nossa capacidade de análise, nossa capa-

cidade de trabalhar com a natureza. [...] desafiar-nos a construir uma luta internacional dos camponeses. Queremos formar do jeito da Via Campesina e cada organização vai formar de seu jeito. Temos que fazer um esforço coletivo de vermos que jeito, que forma, vamos fazer em cada realidade. (Egídio Brunetto)

A citação acima é a transcrição de uma fala de Egídio Brunetto,¹ realizada por ocasião de debate sobre a concepção de formação no I Seminário sobre Formação Política da Via Campesina Internacional que ocorreu na Escola Nacional Florestan Fernandes do MST (Guararema – SP), entre os dias 5 e 7 de junho de 2007.²

Esse seminário contou com a presença de formadores da Via Campesina de diferentes países de América Latina, África e Europa. Foi um marco histórico para o intercâmbio de experiências, opiniões, concepções, princípios, métodos e conteúdos de formação política que foram realizados até então, bem como pela evidência da necessidade em construir um programa de formação unitário.

Algumas questões debatidas no Seminário, de uma forma ou de outra, já haviam sido apontadas em documentos da própria organização escritos anteriormente ao evento, como: a necessidade de ampliar a capacidade da militância e dirigentes de leitura e análise da realidade vivida; a respeito do cotidiano da vida no campo direcionada à estratégia do grande capital; da exploração e apropriação dos recursos naturais e da mão de obra; enfim, a análise de como opera a forma atual do capital na agricultura de maneira desigual e combinada nos diferentes países ali presentes.

Essa leitura era evidentemente comum a todas as organizações que ali participavam. Era também um motor na busca de princípios que norteassem a construção de um programa de formação que fosse ao mesmo tempo fundamentado nas diferentes iniciativas de educação popular realizadas até então em cada organização social, mas também nos elementos singulares ou comuns em todas essas experiências. A formação política se desenhava como

1 Nessa ocasião, Egídio Brunetto era representante da CCI (Comissão Coordenadora Internacional) da Via Campesina pela América do Sul. Era também dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pelo coletivo de relações internacionais.

2 As informações que seguem a respeito desse seminário são de apontamentos pessoais realizados durante a participação do evento, assim como da memória e sistematização dos debates – documento interno da Via Campesina Internacional.

elemento importante para o fortalecimento desses movimentos sociais e da própria unidade entre as organizações partícipes da Via Campesina Internacional. Nesse sentido, construir um programa de formação da VCI exigia fundamentalmente tomar em conta os desafios de tal organização, assim como contribuir para o seu acúmulo de forças. Enfim, a formação deveria estar estreitamente vinculada à estratégia da organização.

Uma das intervenções nas plenárias de debate aponta nesse sentido:

Não é suficiente que cada organização lute para a transformação do mundo. Deveríamos como resultado final deste seminário, ter como produto uma ideia comum do que será a formação da VC, ao menos para saber se estamos no caminho certo. (Anônimo)

Essa preocupação mencionada na citação acima se desdobrava em outras questões discutidas durante o evento, por exemplo, a presença incondicional do princípio internacionalista e a superação da dualidade método/conteúdo. Também, a preocupação em reconhecer as diferentes experiências em suas particularidades, as perspectivas de luta de cada país, o ponto de vista dos territórios e suas características socioculturais era constante, assim como a contundente afirmação de que o conhecimento não deve ser uma mercadoria, e que ele não deve ser transmitido, mas construído coletivamente na dinâmica da luta de classes.

Assim, alguns comentários apontavam para a necessidade de aprofundamento de uma concepção de formação política que também envolvesse a formação profissional. Conceber um programa de formação política a partir das experiências já existentes (como cursos, encontros, congressos, intercâmbios) e das necessidades de aprofundamento de conhecimentos técnicos, apontava para a construção de um programa que vinculasse fundamentos histórico-econômico-filosóficos da luta política aos temas específicos da luta dos camponeses pela agroecologia e a soberania alimentar.

Aliás, o tema da *soberania alimentar* foi citado muitas vezes como um tema unificador, que abrangia os objetivos e pautas de luta de todos os movimentos sociais ali presentes. Um tema que dá identidade à articulação desses camponeses, indígenas, comunidades afrodescendentes e trabalhadores assalariados. Portanto, deveria ser uma linha geral vinculada aos processos de formação política a serem construídos.

Na preocupação em finalizar o evento com um primeiro esboço de um programa de formação política, foram sintetizadas algumas questões debatidas em trabalhos de grupo por grandes regiões. Essas questões estavam relacionadas às necessidades/demandas emergentes da formação, ao perfil dos participantes dessas atividades, ao método pedagógico e aos desafios que se conseguiam visualizar coletivamente.

Com relação às necessidades ou demandas, se elencou: construir espaços de socialização de experiências de formação política e luta de classes nos aspectos histórico-filosóficos, políticos e organizativos; buscar metodologias de estudo com a base onde fosse possível um debate permanente dos temas mais emergentes aos mais complexos; considerar a importância de formar educadores e quadros para acompanhar os diferentes níveis de formação (da base à formação de quadros); e, por último, mas não secundário, que a formação pudesse potencializar o enfrentamento ideológico ao imperialismo e suas consequências para os trabalhadores. Essas demandas estavam alicerçadas na necessidade de projetar militantes e quadros organizadores, com clareza política e ideológica, que fossem bons comunicadores e que cultivassem valores como a solidariedade, estudo constante, internacionalismo, entre outros.

Assim, como linhas gerais do método, a formação deveria ser um processo dinâmico e permanente. Como afirmava a intervenção de um dos grupos de trabalho em plenário: a “formação é parte da organicidade do movimento, é parte da luta”. Deveria também “levar consciência, conhecimentos”³ e estar estreitamente vinculado ao projeto político da organização, um projeto político em construção. Não menos importante era construir metodologias não autoritárias onde os/as participantes pudessem pensar por si, analisar por si os temas emergentes dos diferentes territórios da luta de classes.

Outro tema bastante discutido foi a relação entre teoria e prática, ou seja, como a prática da luta e a busca de compreender teoricamente os temas que dela se sobressaem é fundamental. A prática sem a teoria ou vice-versa foi considerada cega pelos participantes do evento. Neste sentido, a teoria tem a função de contribuir a evidenciar os problemas, clarificá-los, interpretá-

3 Frase mencionada em plenário no relato de um dos grupos de trabalho e discussão. Nota-se que nessa expressão há uma relação dos termos consciência e conhecimento como conceitos de mesmo significado.

-los para uma prática mais consequente. A relação prática-teoria, a *práxis*, deve ser permanente, precursora e resultante de uma prática coletiva.

Também, como elementos gerais sobre a construção de um método do programa de formação, enfatizava-se que uma organização tem diferentes níveis de conhecimento, e cada nível requer conteúdos, linguagens e metodologias apropriadas. Assim, ficava claro que o programa de formação deveria contemplar a formação de base, a formação de militantes e a formação de quadros.

O encontro desses formadores, proporcionado pelo evento, evidenciou uma riqueza enorme de opiniões, experiências e debates conceituais. Incluso como desafio, foi mencionada a necessidade de ter sempre presente a diversidade de características das organizações da Via Campesina para organizar os processos de formação – como concebem a vida, o mundo, o campo, a luta e a formação, desde os indígenas, afrodescendentes, camponeses e trabalhadores assalariados. Também foi mencionado, em diferentes ocasiões, o desafio de avançar na participação das mulheres e da juventude.

Em síntese, esse evento foi fundamental para iniciar um processo de sistematização das experiências de formação e educação popular que, de maneira pulverizada, ocorriam nas organizações, ou mesmo entre organizações integrantes da Via Campesina Internacional. Foi um primeiro esforço em buscar elementos que dariam unidade aos processos de formação da Via Campesina apontando para a construção de um Programa de Formação da organização em nível internacional. Um dos critérios de participação nesse seminário foi acompanhar processos de formação política construídos desde essas organizações.

Destacamos abaixo as experiências de formação existentes na América do Sul até então, bem como as que se projetaram a partir das discussões realizadas nesse seminário:

- Curso para militantes de base da região Cone Sul (itinerante);
- Escola de formação de militantes de base da região andina (itinerante);
- Escola de formação de dirigentes – Egídio Brunetto (itinerante);
- Cursos latino-americanos da Escola Nacional Florestan Fernandes (Formação de formadores e teoria política latino-americana) – ENFF (Brasil);

- Curso de especialização em estudos latino-americanos (Parceria ENFF-UFJF);
- Curso de mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Cátedra parceria: Nera/Unesco/ENFF) (Brasil);
- Escola de Formação de mulheres: continental, região *conosur* e região andina (itinerante);
- Acampamento da juventude latino-americana da VCI (Argentina);
- Campanhas da VCI;
- Escola Latino-americana de comunicação popular da Cloc-VC (itinerante);
- Campesino a Campesino;
- Encontro de formadores em agroecologia;
- Escola Latino-americana de Agroecologia – Elaa (Brasil);
- Instituto de Agroecologia Latino-americano – Iala Paulo Freire (Venezuela);
- Instituto de Agroecologia Latino-americano – Iala Guarani (Paraguai);
- Instituto de Agroecologia Latino-americano – Iala Amazônico (Brasil);
- Universidade Campesina “Suri” – Unicam-Suri (Sistemas Universitarios Rurales Indocampesinos) (Argentina);
- Escola Nacional de Agroecologia do Equador – ENA (Equador);
- Escola de Agroecologia Raul Balbuena (Viotá, Colômbia).

Essas experiências, que foram citadas anteriormente, são processos de criação e coordenação conjunta entre organizações da Via Campesina, ou mesmo cursos/atividades/escolas de uma organização que, em parceria ou não com outras instituições, foram projetados para ser realizados em caráter internacional. Todos conforme as preocupações mencionadas no I Seminário de formação política da Via Campesina estão circunscritos em um mesmo patamar político organizativo. Importante também mencionar que essas experiências ocorrem na região da América do Sul, no território sul-americano, ou conforme a terminologia utilizada pela VCI, região *Sudamérica*.

Vale destacar que, para a construção de muitas dessas experiências de formação acima citadas foi referência o primeiro curso organizado pela VCI, o chamado curso Cone Sul, que desde 1998 ocorre anualmente.

A seguir, uma breve descrição de cada um desses cursos,⁴ atividades e escolas consideradas parte da política de formação da VC. Tentamos agrupá-los a partir de suas características comuns, o que não significa que seja uma classificação realizada coletivamente por essa organização. Nesse sentido, estarão identificados com os seguintes subtítulos: cursos livres ou informais e atividades de formação política; cursos livres ou informais e atividades de formação política-profissional; escolas e institutos de formação política-profissional em agroecologia.

As informações são oriundas majoritariamente de relatórios, memórias e informes (documentos internos), assim como de reportagens, pequenos vídeos e declarações que foram encontrados por meios alternativos de comunicação em internet (blogs, YouTube etc.).

Cursos livres ou informais e atividades de formação política

Cursos livres ou informais são aqueles que não estão vinculados diretamente a processos de escolarização ou da educação formal regularizada. São cursos, escolas itinerantes, ou atividades, como acampamentos e campanhas, com caráter de formação sociopolítica, possibilitando estudo e debate de temas conjunturais, mas também de temas que dão suporte à realização de uma leitura da sociedade em suas contradições como a filosofia, economia política e história.

Curso para militantes de base da região Cone Sul (itinerante)

O curso para militantes de base da região Cone Sul surgiu no ano de 1998, tendo como objetivo principal capacitar militantes de base para o

4 A descrição de cada curso, atividade ou escola se deu a partir da quantidade e do nível de informação disponível e sistematizada em documentos, entrevistas, vídeos, declarações etc. sobre aqueles. Nesse sentido, algumas dessas experiências encontram-se um pouco mais detalhadas que outras.

fortalecimento da unidade na luta pela transformação social, avaliando suas práticas, intercambiando experiências de formação, de produção e cooperação agrícola, experiências históricas, culturais e políticas de suas organizações e países, e estudando temas pertinentes destes últimos.

O primeiro passo desse curso foi um intercâmbio realizado entre Brasil e Paraguai a partir de uma articulação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no estado do Mato Grosso do Sul com movimentos do Paraguai. Nesse período, havia uma forte discussão sobre os chamados “brasiguaios”, trabalhadores brasileiros que iam procurar emprego no campo paraguaio, e vice-versa. Era necessário aprofundar as reflexões sobre esse assunto assim como estreitar relações com os movimentos sociais camponeses do Paraguai, em especial, nesse momento, com o Movimento Camponês Paraguaio (MCP).

Esses passos foram inicialmente levados por um grupo de militantes do MST, mas com o decorrer do tempo surgiu a necessidade de envolver outros países da região na discussão dos problemas comuns dos camponeses do Paraguai, do Brasil, da Argentina, do Chile, do Uruguai. Nesse mesmo período, foi se constituindo a articulação da Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (Cloc).

O Curso Cone Sul inicialmente era organizado sob uma metodologia que combinava estudo e trabalho de base junto às comunidades de onde era realizado. Posteriormente foi inserido na metodologia o elemento da organicidade – a saber, uma forma de possibilitar a participação mais efetiva dos e das militantes na construção cotidiana do curso a partir de núcleos de base, equipes e coordenação geral.

Temas como história, filosofia, economia política, questão agrária, comunicação, temas organizativos, oratória e a própria linguagem estiveram presentes desde o início. No caso da linguagem, por exemplo, as coordenações dos cursos tinham o desafio de trabalhar com camponeses que ainda não eram alfabetizados, assim como encontrar metodologias que pudessem

possibilitar a comunicação entre militantes que falavam em português, espanhol, guarani⁵ e mapuche.⁶

Como afirma Albuquerque da PJR, em um depoimento publicado em website de sua organização:

As dificuldades com a língua, vista no primeiro momento desapareciam com a luz do sol de cada dia, que muitas das vezes não aparecia dando lugar ao frio. Ali sentíamos o verdadeiro espírito de companheirismo, as afinidades de realidades tão distintas e tão parecidas ao mesmo tempo, afloravam nas conversas, no fazer diário e no estudo. (Albuquerque, 2012, não paginado)

No decorrer das turmas desse curso foram inseridos outros temas relevantes para os movimentos sociais, tais como agroecologia, juventude, relações de gênero e feminismo. Como afirma Regina (2012), em uma breve matéria na página do MST-RJ a respeito da participação das mulheres na luta: “[...] para alguns o primeiro contato mais profundo sobre o tema, permitindo trazer reflexões sobre a luta geral das mulheres, mas também o papel da mulher nos seus movimentos e organizações”.

Essas primeiras turmas eram coordenadas pelo Movimento Sem Terra, mas com o fortalecimento da Cloc – Via Campesina, passou a ser organizado, gerenciado e coordenado por essa articulação internacional. Participaram nos Cursos de Militantes do Cone Sul organizações do Brasil, Paraguai, Argentina, Chile, Equador, Bolívia, Honduras e México, com a maior incidência de participantes de brasileiros, paraguaios e argentinos. Organizações como Mocase, CAI, Apenoc, Serpuco, Red Puna, PO-RIAHU, CSUTCB, FMC, MCP, OLT, MCNOC Conamuri, Anamuri, Confederación Sindical El Surco, Fensuagro, Fenocin, MST, PJR, CPT, MAB, MPA e Feab estiveram presentes em diferentes turmas. Também visitaram a experiências organizações do México (Cioac, CNPA) e Guatemala (Conic).

Sua característica de itinerância também esteve presente desde o início. As duas primeiras turmas (1998 e 1999) ocorreram em Sidrolândia e Dou-

5 Língua dos indígenas de etnia Guarani do sul da América do Sul. No Brasil, foi praticamente extinta, entretanto, hoje uma língua muito presente em pequenas comunidades no Paraguai, inclusive com diversas escolas que trabalham a alfabetização bilíngue (guarani e espanhol).

6 Mapuche significa, na língua mapudungun, “gente da terra”. Língua dos povos indígenas localizados na região centro-sul do Chile e no sudoeste da Argentina, o povo mapuche.

rados, no estado do Mato Grosso do Sul, a terceira (2000) em Chapecó, no estado de Santa Catarina, na primeira estrutura da Escola Nacional do Movimento Sem Terra, a quarta e a quinta (2001 e 2002) turmas ocorreram novamente no estado do Mato Grosso do Sul, no município de Glória de Dourados, a sexta, a sétima e a oitava (2003, 2004 e 2005) ocorreram no estado do Paraná, em um assentamento no município de São Miguel do Iguçu, próximo à fronteira com o Paraguai.

No ano de 2006, não foi realizado o curso por dificuldades financeiras (alimentação, passagens de participantes do curso e dos educadores). A nona turma (2007) foi realizada em um assentamento em Viamão, no estado do Rio Grande do Sul. Já a décima, décima primeira, décima segunda, e décima terceira (2008, 2009, 2010, 2011), no Paraguai, em Assunción. A décima quarta (2012) realizou-se na Argentina, em Villa Ojo de Agua, em Santiago del Estero, para que os próprios participantes do curso pudessem contribuir na construção física, pelo trabalho voluntário, da Universidade Campesina de Formação Política e Agroecológica de Camponeses e Indígenas (Unicam).

Os critérios para a escolha do local de itinerância foram diversos e estiveram inicialmente relacionados à localização geográfica que possibilitasse um acesso menos custoso para as organizações. Posteriormente, esses critérios foram ampliados e estiveram ligados essencialmente aos elementos conjunturais de cada ano, ou à necessidade de fortalecer os coletivos de formação, bem como os centros e escolas de formação locais.

A estimativa é que nesses quatorze anos de curso participaram mais de 1.200 militantes dessas organizações. Não existe ainda um balanço de onde estão esses militantes, mas muitos deles estão assumindo atividades de direção nas organizações de origem, da Cloc, ou ainda participando de outros cursos e escolas internacionalistas. É o caso de uma das militantes de uma organização paraguaia, que participou também da primeira turma do Instituto de Agroecologia Latino-americano – Iala Paulo Freire, na Venezuela.

São, portanto, princípios do curso: o internacionalismo; a itinerância; o estudo de temas pertinentes às necessidades das organizações sociais que dele participam; a busca de análise aprofundada da realidade vivida pelos camponeses, indígenas, comunidades afrodescendentes e trabalhadores(as) do campo; o trabalho de base com as comunidades onde o curso é realizado; a organicidade; a participação dos(as) militantes na construção do cotidiano do curso por meio de núcleos de base, equipes e coordenações.

Como afirma Albuquerque, seguindo em seu depoimento na página da PJR anteriormente mencionada: “[...] Compreendíamos melhor a conjuntura da realidade em que vivemos e nos aproximava enquanto povo, enquanto classe trabalhadora. Com o passar dos dias iríamos identificando e unificando nossas bandeiras comuns de luta” (Albuquerque, 2012, não paginado).

As coordenações pedagógicas, a cada curso, eram compostas por diferentes organizações. Um espaço também considerado de aprendizagem e projeção de formadores da Via Campesina, ainda que considerado pelas avaliações de algumas turmas um elemento de desafio nos aspectos de consolidação de uma equipe com maior experiência que pudesse acompanhar e rotar nas diferentes turmas desse curso.

Escola de formação de militantes de base da região andina (itinerante)

A Escola de formação de militantes de base da região andina, também chamada de Escola andina da Cloc-Via Campesina, é bastante recente e também tem o caráter itinerante. Realizaram-se até então quatro turmas, sendo que as duas primeiras ocorreram no Equador, uma na Colômbia e a última delas, a IV escola andina, no mês de novembro de 2012, na Venezuela, na Escola de Formação de Quadros Mariscal Sucre no estado de Cojedes. Teve a participação de oito países: Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil. A linha temática de estudo estava voltada a questão agrária, economia política, história e temas orgânicos da VCI, entre outros.

Participaram dessa experiência militantes de organizações sociais que estudavam no momento no Instituto de Agroecologia Latino-americano Iala Paulo Freire, localizado também na Venezuela. Quanto aos temas estudados no curso básico de militantes da região andina, são basicamente os mesmos do curso Cone Sul (história, economia política, questão agrária, comunicação, oratória, temas organizativos), acrescidos de temas como a mineração, culturas originárias e cartografia social. Da mesma forma, os critérios para escolha do local de itinerância giram em torno de alternar a localização geográfica e de fortalecer coletivos e processos de formação locais.

Escola de formação de dirigentes – Egídio Brunetto (itinerante)

Além da formação de base e formação de militantes, se tomou a decisão de construir um curso ou uma escola de formação de dirigentes, que ocorreria uma vez a cada dois anos, também de caráter itinerante. A primeira escola se realizou no Chile com cerca de noventa participantes. No ano de 2012, o curso não foi realizado porque a prioridade foi garantir uma forte participação de dirigentes de todos os países da região América do Sul na I Assembleia da Cloc-Via Campesina que ocorreu em Manágua, Nicarágua, em outubro. A escola de formação de dirigentes assumiu, a partir da segunda turma, o nome de Egídio Brunetto.

A escola está voltada para dirigentes que estão atuando nas instâncias das suas organizações, e instâncias da própria Cloc-VCI. Os temas de estudo giram em torno da análise de conjuntura, história político-social da América Latina, economia política, filosofia política, a atualidade do capitalismo na agricultura, teoria da organização, história e organização da Cloc – Via Campesina.

Por ser uma experiência bastante recente, não foram encontrados muitos registros sobre a primeira turma, como, por exemplo, quais países e organizações participaram; perfil e conformação da coordenação política pedagógica; município onde ocorreu e período de realização.

Cursos latino-americanos da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF (Brasil)

A Escola Nacional Florestan Fernandes é uma escola de formação de quadros do Movimento Sem Terra. Entre os diversos cursos, seminários, encontros realizados nela, há um núcleo de estudos latino-americanos para organizações da Via Campesina Internacional e um núcleo de cursos formais, onde, a partir de parcerias com instituições universitárias, faculdades e instituições de pesquisa e investigação científica, projetam-se cursos de caráter latino-americano para representantes dos movimentos sociais articulados na Via Campesina Internacional.

Antes de aprofundar o que cada núcleo contempla e suas características, é necessário identificar alguns elementos históricos de sua construção. Essa

escola foi inaugurada no ano de 2005, com um grande Seminário Internacional sobre Formação de Quadros, com a presença de diversas experiências de formação e educação popular. O ato de inaugurar essa escola com tal evento já demonstra seu caráter de construção internacionalista. Sua construção foi realizada por meio de brigadas de trabalho voluntário onde participaram assentados(as), acampados(as) de todo o país, assim como voluntários de organizações parceiras nacionais e internacionais.

Conforme aponta Ana Maria Justo Pizetta (2007), a construção da ENFF ocorreu no período de 2000 a 2005 “configurando-se em torno de 12 mil horas trabalhadas por mil pessoas (927 homens e 63 mulheres) representando 112 assentamentos e 230 acampamentos os quais foram organizados em 25 brigadas de trabalhadores e trabalhadoras voluntárias” (Pizetta, 2007, p.25). Ainda segundo a autora, essas brigadas representaram vinte estados da federação onde o MST está organizado.

Em nota de rodapé, a autora explica o termo “brigadas de trabalho voluntário”:

Brigadas de trabalho voluntário foi o nome que o MST escolheu para os grupos de trabalhadores e trabalhadoras dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, que os estados organizaram para contribuir na construção da ENFF. Elas permaneciam durante 60 dias no canteiro de obras e eram auxiliadas em seu aprendizado por uma brigada permanente formada por assentados e acampados com experiência na construção com terra, muitos dos quais capacitaram-se a partir da vivência nos espaços de trabalho da Escola Nacional. (Pizetta, 2007, p.25)

O significado dessa metodologia, de construção coletiva, de construção com terra, do trabalho vinculado ao processo de consciência, ao processo educativo, é um princípio fundamental do próprio do MST. A autora afirma, retomando autores como Ricardo Antunes e Georg Lukács, que o trabalho é “um ato de pôr consciente” o que exige determinado “conhecimento concreto” da realidade (Pizetta, 2007, p.29). Sobre a importância dessa metodologia, conforme dois dos depoimentos de trabalhadores assentados que fizeram parte do processo de construção coletiva da escola coletados pela autora:

Na escola, trabalha-se voluntariamente para construir algo que será das pessoas e, elas vão poder utilizar e dar continuidade ao trabalho que realizamos aqui. Eu aprendi não só a trabalhar na construção, aprendi a construir com terra, fazendo a análise do solo adequado para a produção dos tijolos. Aprendi a ler projetos, através dos cursos que foram ministrados na obra. Assim, aprendo na teoria e na prática. E nos cursos de formação aprendi sobre as linhas políticas do MST, a formação, através desse processo, foi me construindo, deixei de beber, ajudado pelo coletivo. (Pizetta, 2007, p.30)

[...] a gente se descobre politicamente e descobre a importância de ser um ser humano, faz se sentir mais humano. Fora da Escola eu era individualista e ignorante. Aqui, eu aprendi 100%, não sabia nada de construção. O exercício do trabalho voluntário faz com que a gente comece a compreender a importância de cada ação que se faz, o respeito aos limites de cada pessoa. Aprendi a doar trabalho, amizade, compreensão. (Pizetta, 2007, p.32)

A Escola Nacional Florestan Fernandes em princípio era um Curso Nacional de Formação de Militantes que, como mencionado anteriormente, era realizado no estado de Santa Catarina, município de Chapecó, e posteriormente acaba tornando-se a escola de formação de quadros do MST. Segundo Silva (2005), a campanha nacional para a construção de uma sede para a ENFF inicia em 1998, desenvolvendo junto à militância um “sentimento de honra em participar da Escola como construtor e/ou estudante”. Uma campanha que desde o início teve um sentido de “fortalecer a dimensão coletiva do MST”, passando a ser um grande “curso de formação massiva, onde todos possuem o direito e o dever de participar, intensificando a necessidade histórica do estudo para o fortalecimento da organização social” (Silva, 2005, p.174).

A atual sede da ENFF é localizada no município de Guararema, no estado de São Paulo. Porém, como afirmam seus documentos internos, a escola não se reduz a estrutura física, mas significa a política de formação de quadros da organização, e, nesse sentido, diversos de seus cursos ocorrem espalhados nos diferentes estados do país.

A ENFF atualmente organiza seus trabalhos a partir de quatro núcleos de estudo, dos quais um especificamente é vinculado à formação de militantes e formadores latino-americanos, como se mencionou anteriormente,

o núcleo de estudos latino-americanos. E outro, denominado núcleo de cursos formais, é onde os cursos, conforme comentado anteriormente, são parcerias com instituições formais de educação (universidades, faculdades etc.). E destes, alguns são pensados para militantes de organizações sociais camponesas articuladas na VCI.

No caso do primeiro núcleo, dois cursos fazem parte dele: O Curso de Teoria Política Latino-americana e o Curso de Formação de Formadores da América Latina. O Curso de Teoria Política Latino-Americana já foi realizado em seis edições. Em um período de três meses, militantes dos diferentes países de todo o continente americano. Em uma das edições, participaram militantes da África e, noutra, da Palestina. Nas últimas turmas, participaram diversos militantes de organizações camponesas do Haiti. Estes, em sua maioria, falavam em crioulo ou francês, o que se resolveu pela interpretação simultânea, juntamente a participantes de fala hispânica.

Temas como economia política, filosofia política, estudo do pensamento e de pensadores latino-americanos, como José Martí, Simon Bolívar, Mariátegui, Che Guevara, entre outros, história das resistências e processos revolucionários do continente e teoria política da organização são parte do programa desse curso.

Quanto ao curso de Formação de Formadores da América Latina, já foram realizadas cinco edições. Voltado a militantes e dirigentes que trabalham com educação popular, formação política e/ou organizam e acompanham processos formativos, é um curso com período de trinta a quarenta dias, no qual se estudam os temas do Curso de Teoria Política Latino-Americana de maneira mais sintética, mais temas referentes à educação popular, ao trabalho de base e ao trabalho organizativo de camponeses, indígenas, afrodescendentes e assalariados do campo.

Também vinculado a esse núcleo, existe um acompanhamento sistemático das brigadas internacionalistas de solidariedade, que têm o papel de fortalecer os laços da luta internacional e de contribuir voluntariamente com as organizações sociais dos diferentes países nos aspectos organizativos e da formação política. Esse acompanhamento se dá inicialmente com um momento conjunto de estudo da realidade do país onde se estará realizando atividades, do princípio internacionalista, dos movimentos camponeses que ali atuam, da língua do país (casos como espanhol, inglês, crioulo, francês). No momento, existem brigadas internacionalistas de solidariedade no

Haiti, na Venezuela, na Bolívia e no Paraguai com diferentes atividades vinculadas à produção e formação junto às organizações articuladas na VCI.

Quanto ao núcleo de cursos formais, aos cursos de caráter latino-americano, citamos o Curso de Especialização em Estudos Latino-americanos, uma parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora, e o curso de Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. A característica essencial desses cursos é o vínculo ou parceria com outras instituições devidamente regulamentadas no que diz respeito ao processo de escolarização. São cursos construídos conjuntamente com instituições de Ensino Superior e que ocorrem geralmente nas dependências de tais instituições. São cursos criados especialmente para integrantes dos movimentos sociais, turmas especiais com processos seletivos diferenciados, mas não menos rigorosos.

O Curso de Especialização em Estudos Latino-americanos é uma parceria da Universidade Federal de Juiz de Fora com a Escola Nacional Florestan Fernandes. É realizado no município de Juiz de Fora, em Minas Gerais, nas dependências da Faculdade de Serviço Social da Universidade, e na sede da ENFF, alternadamente. Com início em 2003 a primeira turma teve a participação de representantes das diferentes organizações campestinas do Brasil, Paraguai e Chile. Com metodologia de alternância, aconteciam etapas nos meses de fevereiro e julho num período de dois anos. A cada dois anos, nova turma se iniciava, sendo que, em 2013, se iniciou a sexta turma.

O curso proporciona a discussão de temas como metodologia da pesquisa social aplicada aos movimentos sociais; conceitos da crítica à economia política; arte e literatura na América Latina; história político-econômica e antropológica da América Latina, história das lutas de resistência e revoluções latino-americanas; pensamento e pensadores latino-americanos; movimentos sociais na América Latina etc.

Outro curso com essa característica é o Curso de Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, cátedra construída pela parceria com a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, campus de Presidente Prudente –, a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco – e a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF do MST, Brasil. Um esforço conjunto dessas três instituições para constituir esse curso, *strictu sensu*, voltado a integrantes de movimentos sociais da Via Campesina em nível internacio-

nal. O programa da cátedra foi oficialmente aprovado em 2013 e contempla temas que envolvem a discussão de questão agrária, soberania alimentar, campesinato, resistência, educação do campo, produção familiar, relações de gênero e território na América Latina.

A primeira turma parte desse projeto da cátedra, realizando o mestrado regular em Geografia na Unesp com militantes da Via Campesina Brasil. São quatorze educandos/militantes que realizam investigações em temas como: educação do campo; disputas territoriais entre o agronegócio *versus* campesinato; o modelo energético e capitalismo; políticas públicas; políticas do banco mundial para agricultura; construção de territórios camponeses, as relações de trabalho em assentamentos da reforma agrária, o protagonismo das mulheres na luta por política agrária; o plano camponês; a Cloc – Via Campesina; e o caráter educativo da luta pela terra.

Esses cursos fazem parte do núcleo de cursos formais da ENFF, e são experiências de formação política-profissional com características peculiares da educação formal, onde se exige determinada escolaridade e, ao mesmo tempo, escolariza.

O programa de formação da Escola Nacional Florestan Fernandes, em sua diversidade de características, tem princípios que já foram mencionados acima, por exemplo: o internacionalismo, o estudo, o trabalho e a organicidade. Carrega também o princípio, não menos importante, da educação/formação para a transformação social, e, nesse sentido, deve articular teoria e prática envolvendo a construção de novos valores. A Escola Nacional conta também com uma ciranda infantil⁷ chamada Saci Pererê, que realiza um processo de educação infantil aos filhos que participam da vida da escola, sejam estes educandos ou integrantes do corpo de trabalhadores da escola.

Escola de Formação de mulheres: continental, região conosur e região andina (itinerante)

A Escola de Formação de Mulheres, como é chamada na VCI, tem caráter itinerante. Inicialmente realizaram-se as escolas regionais *conosur* e an-

7 A ciranda infantil nasce no MST pela necessidade de possibilitar maior participação das mulheres nas instâncias da organização, em reuniões, encontros, congressos e cursos, assim como a busca de discutir a vida da infância no movimento e seus aspectos educativos.

dina, e é com essas experiências que se forja a chamada Escola Continental de Mulheres.

Essa escola nasce de atividades muito pontuais, com a finalidade de fortalecer a participação das mulheres nas instâncias e atividades da Cloc-Via Campesina, assim fazendo jus à linha política de paridade de gênero na organização. A participação da mulher nas instâncias não deveria ser apenas como número, mas uma participação efetiva e com qualidade. E, nesse sentido, a escola contribuiria para fortalecer essa participação.

A escola de mulheres da região andina ocorreu em Quito no Equador com duração de um período de vinte dias. Foram realizadas também algumas escolas de mulheres na região *conosur*, entretanto não foram encontradas informações mais detalhadas sobre elas.

A primeira Escola Continental de Mulheres ocorreu na Colômbia, com a presença de 56 participantes de dezessete países em um período de quinze dias. Os temas estudados foram: filosofia política; economia política; história da América Latina; capitalismo na agricultura; teoria da organização; soberania alimentar; temas *orgânicos* da Cloc-Via Campesina; divisão sexual do trabalho e feminismo; e participação da mulher nas lutas campesinas.

Segundo a declaração final da I Escola Andina de Mulheres, firmam-se os compromissos de sustentar a luta pela soberania alimentar, lutar por uma reforma agrária integral que garanta o acesso da mulher à terra, pela a conservação das sementes, pela resistência e a promoção da agricultura campesina, lutar contra todas as formas de violência contra a mulher. Transcrevemos um trecho da declaração abaixo:

La importancia de la creación y estructuración de espacios de formación que respondan a nuestra cosmovisión andina y que nos permitan profundizar en la construcción de la propuesta feminista campesina y popular, la cual concebimos como un gran insumo para definir los cambios socialistas que aspiramos. En ese sentido, expresamos nuestro rechazo al capital y al patriarcado que nos han oprimido históricamente. (Cloc, 2012, p.1)

A Escola de Formação de Mulheres e as assembleias de mulheres realizadas antes dos congressos e encontros da Cloc e da Via Campesina fazem parte da estratégia de estimular e qualificar a participação das camponesas,

indígenas e afrodescendentes em suas organizações e nas instâncias organizativas em nível internacional.

Acampamento da juventude latino-americana da VCI (Argentina)

O acampamento da juventude latino-americana ocorre anualmente na Argentina, e é frequentemente realizado no mês de outubro em homenagem a Ernesto Che Guevara. Já foram realizados treze acampamentos ocorridos no país (mas de caráter latino-americano) como um espaço de estudo e discussões de temas conjunturais da América Latina e do mundo, de trabalho voluntário, e intercâmbio de experiências.

Estima-se que, somente no décimo acampamento realizado no ano de 2010 em Quimilí, houve a participação de cerca de mil jovens de diferentes movimentos e lugares do continente, como os movimentos camponeses de Argentina, Brasil, Paraguai, Equador, Colômbia e Chile. Nele, se discutiram temas de conjuntura e diferentes problemáticas, as quais atravessam esses diferentes países.

O XII acampamento latino-americano de jovens ocorreu de 8 a 13 de outubro de 2012, nas dependências da Unicam, em Ojo de Agua, Santiago del Estero, na Argentina. Foram discutidos temas como os problemas vivenciados pela juventude do campo e Reforma Agrária e soberania alimentar, com metodologias de trabalho em grupo, exposições e debates.

O acampamento latino-americano da juventude é também considerado um espaço importante de integração de movimentos camponeses e urbanos. As últimas discussões são de que o acampamento possa também seguir de maneira itinerante, e possivelmente alternar com um ano a ser realizado a nível nacional, ou seja, em cada país, e noutro ano em nível internacional.

Campanhas da VCI

As campanhas da Via Campesina Internacional são permanentes e buscam mudanças profundas e conjunturais. Fazem parte de um campo de batalha de ideias e, assim, têm uma dimensão pedagógica ao dialogar tanto para dentro das organizações quanto com a sociedade.

Com caráter de mobilização, difusão, denúncia e apoio solidário, as campanhas têm um papel informativo e formativo, buscando forjar instrumentos e metodologias que integrem investigação, capacitação e formação política.

São campanhas da VCI:

- Campanha contra os agrotóxicos e pela vida: com o lema “Agrotóxicos matam”, pretende fazer o debate sobre o modelo de agricultura capitalista, assim como propor o modelo agroecológico de produção;
- Campanha das sementes: sob o lema “Sementes, patrimônio dos povos a serviço da humanidade”, faz o debate e a luta pela não privatização das sementes, pois estas são base fundamental para a soberania alimentar. Busca retomar os conhecimentos indígenas e camponeses a respeito da diversidade das sementes, defendendo a agricultura camponesa e a biodiversidade.
- Campanha global pela Reforma Agrária: com o lema “Pela terra, água, território e soberania alimentar, Reforma Agrária já”, pretende reafirmar a Reforma Agrária como uma necessidade para a humanidade, e a função social e ambiental da terra e da água, denunciando a agressão do modelo agrícola sobre os territórios indígenas, camponeses e afrodescendentes.
- Campanha por um basta à violência contra as mulheres: com o lema “As camponesas e camponeses da Via Campesina dizemos: basta de violência contra a mulher”. Pretende dar visibilidade à violência que acontece com as mulheres da classe trabalhadora, assim como lutar por políticas públicas que combatam as formas de violência contra a mulher, ao mesmo tempo em que contribui para o fortalecimento das organizações sociais que lutam pela emancipação feminina.

Cursos livres ou informais e atividades de formação político-profissional

Os cursos livres ou informais e atividades de formação política-profissional têm a característica de não estarem vinculados a processos de escolarização ou que exigem determinada escolaridade, entretanto realizam, além

da formação política, estudos a respeito de temas específicos que capacitam ou potencializam a atividade da militância em determinadas áreas. É o caso de cursos voltados a comunicadores populares ou cursos de agroecologia a camponeses das bases das organizações sociais, ou ainda o método de trabalho camponês a camponês. Segue abaixo a descrição dessas atividades, que já estão em andamento.

Escola Latino-americana de Comunicação Popular da Cloc-VC (itinerante)

Foram realizadas até o momento duas Escolas de Comunicação popular da Cloc-VC. A primeira escola ocorreu na escola de formação Francisco Morazán Quezada, Manágua – Nicarágua, em novembro de 2011. A segunda ocorreu no Rio Grande do Sul, nas instalações de uma escola de formação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em setembro de 2012. Por ser também uma escola bastante recente, não foram encontrados registros com dados de número e organizações sociais participantes.

Essa escola nasce a partir da necessidade de preparação ou formação de comunicadores populares, potencializando assim a articulação internacional, a solidariedade entre os povos e a capacidade de comunicação no interior de cada organização e entre as organizações sociais, ao mesmo tempo em que também contribui para a formação de formadores em comunicação popular na medida em que são organizados, coordenados e acompanhados por militantes dirigentes das próprias organizações com apoio de especialistas na área. Tem a característica de realizar a formação política-profissional, ou política-técnica, prática.

Está vinculada também à necessidade de fortalecer os processos organizativos da Cloc-Via Campesina, consolidando um coletivo continental de comunicadores populares que possam construir metodologias próprias de comunicação da articulação internacional de camponeses, realizar cobertura das campanhas, de ações de solidariedade internacional, convocatórias para jornadas por meio de programas de rádios comunitárias, boletins etc.

Os principais temas de debate dessa escola são filosofia política, economia política, história da América Latina, teoria da organização, questão agrária, temas orgânicos da Via Campesina, e temas referentes à comunicação popular como rádio comunitária, produção de vídeos etc.

Campesino a Campesino

O Movimento agroecológico Campesino a Campesino é considerado um método de trabalho de base que busca por meio da prática fazer crítica à revolução verde e construindo concretamente alternativas. Esse método nasce na década de 1960 e depois de décadas de êxito em países como Guatemala, México, Honduras e Nicarágua, é realizado em 1997 pela Anap – Cuba, organização partícipe da Via Campesina. Sua metodologia influencia até os momentos atuais os trabalhos de diferentes organizações. Tem sua fundamentação no pensamento de Paulo Freire e traça uma metodologia de comunicação horizontal entre os camponeses e os técnicos, contrapondo-se à forma clássica do extensionismo. Desde uma concepção de educação popular, o trabalho horizontal de conscientização e crescente politização estão fundados na *práxis* e na formação para a transformação social.

A obra de Giménez (2008) detalha diversas histórias do surgimento desse método de trabalho em Cuba, México, Guatemala e Nicarágua. Em uma das passagens de sua obra, ele afirma que:

El surgimiento y la rápida diseminación de Campesino a Campesino en Nicaragua, durante la Revolución Sandinista, no fue una coincidencia. La Revolución era un faro para el movimiento social en Latinoamérica. Intelectuales y activistas de todo el mundo estaban participando en el audaz proyecto político sandinista de cambio social. Estos “internacionalistas” apoyaban activamente los programas populares que se desarrollaban: alfabetización, atención para la salud y reforma agraria. Muchos expatriados eran profesionales de la clase media quienes aportaron con sus múltiples habilidades. Otros eran jóvenes, idealistas, voluntarios irreverentemente, llamados “sandialistas” porque se vestían con pantalones de *lona*, “jeans” y usaban sandalias, llevando mochilas en la espalda. Otros visitantes en Nicaragua fueron los campesinos, quienes, con la ayuda de ONG progresistas, llegaron para compartir su conocimiento y para aprender del experimento revolucionario. Era un tiempo de gran efervescencia política, y debido a la contra-revolución apoyada por los Estados Unidos, también era un tiempo de peligro, sacrificio y esperanza encarnizada. Era transformador. En la Nicaragua revolucionaria, el trabajo dirigido por campesinos para la agricultura sustentable, iniciado en Guatemala y México, fue una herramienta para la solidaridad política. Los campesinos mexicanos conocedores de

la agroecología y las metodologías de campesino a campesino se unieron con las experiencias revolucionarias nicaragüenses. (Giménez, 2008, p.85-6)

O autor também aponta em sua obra que há uma pedagogia campesina relacionada ao elemento do método de trabalho do Campesino a Campesino. Essa pedagogia perpassa por alguns princípios-chave que primam pelo intercâmbio cultural e pelo desenho da investigação participação-ação. São seus princípios: motivação e ensino aos campesinos do ato de experimentar; obtenção e utilização do êxito rápido e reconhecível; uso de tecnologias apropriadas; o ato de iniciar com poucas e bem escolhidas técnicas; e o “ato de formar campesinos promotores” (Giménez, 2008, p.110).

Giménez (2008) afirma que essa pedagogia campesina está organizada em fases cíclicas em que se conjugam: problematizar, experimentar e promover. A primeira delas está em aprender os conceitos básicos da agroecologia perguntando-se em coletivo, em grupo. A segunda, a experimentação, está relacionada ao ato de desenhar experimentos e avaliar as possíveis alternativas para resolver determinado problema, aprendendo inclusive a formular hipóteses de trabalho, observações dirigidas, comparações e socializações de resultados. A terceira está relacionada à promoção, ao ato de aprender a organizar e realizar oficinas de aprendizagens e dias de campo, a promover a aprendizagem agroecológica e desenvolver habilidades de comunicação em grupo.

Entre feiras, ajuda mútua e mutirões, o método Campesino a Campesino possibilita compartilhar experiência de trabalho, informações e novas tecnologias para a agricultura. Em depoimento sistematizado na obra de Giménez, José Mendonza analisa a importância do método para aprendizagem: "Una de las principales cosas es poder hacer para enseñar. Hacer las cosas para enseñar a otros es el mejor método que existe para avanzar en el campo". (José Jesús Mendoza, Santa Lucía, Nicaragua) (Giménez, 2008, p.107).

Esse método de trabalho vem sendo discutido nas diferentes organizações que compõem a VCI, com algumas experiências no Equador e na Colômbia. Seus princípios giram em torno de começar desde o pequeno, trabalhando em escalas menores e desenvolvendo um efeito multiplicador das experiências agroecológicas que vão se concretizando. A partir desses princípios, se desenvolvem ações do tipo: diagnósticos, intercâmbios, oficinas, encontros, assembleias, testemunhos, demonstrações didáticas e

sociodramas, entre outros. Considera-se na VC que esse método de trabalho possibilita inspiração ao trabalho das diferentes organizações sociais do campo.

Escola de Agroecologia Raul Balbuena, Viotá, Colômbia

A Escola de Agroecologia Raul Balbuena, localizada em Viotá, na Colômbia, é uma escola da Fensuagro, organização partícipe da Via Campesina. Um centro de capacitação e formação política e agroecológica de militantes e dirigentes da organização. Uma escola de capacitação não formal, ou melhor, que não trabalha com níveis de escolaridade, não estando, assim, vinculada a instituições formais, e, por esse motivo tem maior autonomia em relação aos programas, períodos de cursos e atividades e linhas políticas da mesma.

Está se projetando a possibilidade de construir um instituto latino-americano de agroecologia – Iala na Colômbia, com um curso de tecnólogo em agroecologia, no qual os estudos serão realizados com metade do tempo em estudo e metade do tempo em trabalhos com as comunidades camponesas.

Encontro de formadores em agroecologia

Foram realizados até o momento dois Encontros de Formadores e Formadoras em Agroecologia no continente. Além desses encontros latino-americanos, realizaram-se também no ano de 2010 o I Encontro Asiático de Agroecologia, em Colombo (Sri Lanka), e um encontro da região África 1 da Via Campesina (Masvigo, Zimbábue) em junho de 2011 que, de acordo com a declaração de Shashe, teve a presença de 47 participantes de 22 organizações presentes em dezoito países, como: Zimbábue, Moçambique, Ruanda, Ângola, Zâmbia, África do Sul. Foram camponeses, investigadores, acadêmicos, intérpretes que debateram entre outros temas o latifúndio e a intervenção das corporações transnacionais (TNCs) na agricultura, a agroecologia e a reforma agrária como pilares fundamentais da construção da soberania alimentar.

Percebemos a partir dessa declaração o posicionamento dos participantes frente a essas temáticas. Transcrevemos abaixo alguns trechos dessa declaração correndo o risco de delongar sobre o tema, mas na intenção de

evidenciar os principais temas debatidos e os posicionamentos dos participantes no que diz respeito ao impacto das grandes corporações transnacionais da agricultura na vida dos camponeses e demais trabalhadores do campo:

[...] As importações de alimentos baratos e subsidiados trazidos pelas TNCs, possíveis graças aos acordos de comércio livre, baixam os preços aos quais vendemos os produtos das nossas quintas e obrigam as famílias a abandonar a agricultura e migrar para as cidades, enquanto reduzem as produções local e nacional de alimentos. Os investidores estrangeiros, convidados por alguns dos nossos governos fracos e corruptos, açambarcam as melhores terras aráveis, tiram a produção de alimentos das mãos dos pequenos camponeses e reorientam essas terras em direção a projetos com consequências ambientais danosas, tais como a exploração mineira, as plantações de agrocombustíveis que alimentam os automóveis em vez de alimentar as pessoas ou ainda a produção de matérias agrícolas destinadas a exportação. Não só as práticas agrícolas impedem os nossos países de atingir a soberania alimentar como também apenas enriquecem uma pequena minoria da população [...]. (Via Campesina, 2011, não paginado)

Confrontamo-nos com as transnacionais e que querem, seja por ações de *lobbies*/advocacias ou por artimanhas, impor a utilização de organismos geneticamente modificados (OGM) nos países onde a sua utilização não é permitida. Devemos, igualmente, fazer face às organizações internacionais como a Agra (Aliança para a Revolução Verde em África) que colaboram estreitamente com as multinacionais como a Cargill e a Monsanto bem como com os governos para privatizar as instituições públicas de pesquisa agrária e de sementes e substituí-las por estruturas que promovam a utilização de sementes geneticamente modificadas. Essas sementes perigam a integridade genética das nossas variedades locais e a saúde dos nossos consumidores. Essas mesmas empresas chegam a manipular as organizações regionais de camponeses para promoverem a utilização das OGMs. Apelamos a essas organizações regionais para que resistam a essa instrumentalização [...]. (Via Campesina, 2011, não paginado)

Finaliza-se a declaração afirmando a necessidade de uma agricultura agroecológica relacionada à soberania alimentar, restaurando a degradação ambiental provocada pelo sistema capitalista.

Acreditamos que... a agricultura agroecológica, tal como é praticada pelos pequenos camponeses bem como as políticas a favor da Soberania Alimentar são as únicas soluções reais e eficazes para responder aos múltiplos desafios com os quais as nossas regiões se confrontam. Apenas os métodos agroecológicos (também chamados agricultura sustentável/durável, biológica, ecológica etc.) podem restaurar a qualidade dos solos e dos ecossistemas agrícolas que foram degradados pela agricultura industrial [...]. (Via Campesina, 2011, não paginado)

O atual sistema alimentar mundial é responsável por quase 40 a 51% das emissões mundiais de gases com efeito de estufa. A quase totalidade destas emissões poderia ser eliminada se transformasse o sistema alimentar mundial de acordo com os princípios agroecológicos, da reforma agrária e da soberania alimentar. A agricultura camponesa sustentável refresca o planeta, e esta é a nossa melhor solução para lutar contra as mudanças climáticas [...]. (Via Campesina, 2011, não paginado)

Já em relação aos Encontros de Formadores e Formadoras do Continente Latino-Americano, o primeiro deles foi realizado na Venezuela, estado de Barinas, nas dependências do Instituto de Agroecologia latino-americano – Iala Paulo Freire, em agosto de 2009. Um espaço de debate sobre a formação de quadros, a reforma agrária e a soberania alimentar, a cosmovisão indígena e metodologias de educação popular.

Segundo a memória audiovisual organizada por uma equipe de educandos(as) do Instituto, os objetivos do encontro são essencialmente três: contribuir para a construção da unidade de organizações sociais articuladas na VCI; construir enquanto camponeses, indígenas e afrodescendentes a própria ciência (da produção, da educação etc.); e o terceiro está justamente em celebrar uma das experiências de formação em agroecologia latino-americana, o local que sediou o encontro. Abaixo transcrevemos um depoimento de Judite Stronzake (MST/Brasil) sobre o significado desse Encontro para a Via Campesina:

[...] uma ideia é que tem o sentido de construção da unidade da Via Campesina internacional, (...) faz 15 anos que a Via Campesina existe e neste aspecto da for-

mação, da educação, da formação da juventude campesina, dos demais movimentos é algo um tanto recente. Então este encontro é parte de um processo de construção desta unidade de pensamento e de concepção. E também nos toca enquanto campesinos, indígenas e afrodescendentes do continente começar a criar nossas próprias teorias, nosso próprio pensamento, nossa ciência, a partir deste processo de construção da unidade dos campesinos no continente. O desafio de ter a nossa ciência seja em qualquer ramo, seja da formação humana, da produção, da educação, da convivência, da cosmovisão, da organização da produção de comunidades campesinas. Também tem este sentido de que a partir deste encontro necessitamos ter algumas ações comuns. Então é a unidade, a teoria própria da Via Campesina, dos movimentos campesinos, e é a ação, seja para contribuir nas ações de protesto dos movimentos e ações comuns no campo da produção, da educação, da formação, da integração, direitos humanos. Este encontro também vem consagrar e confraternizar de que este projeto aqui onde estamos, é um projeto da Via Campesina. (I Encuentro, Parte I, 2009, imagem em movimento)

E complementa ainda:

Este encontro então é um posicionamento dos movimentos que dizem ok, aceitamos e vamos construir esta unidade internacional, de formar novas consciências, novas práticas, nova gente para poder fazer as mudanças estruturais que devemos fazer. Então este encontro vem como um momento muito importante e muito significativo que é consagrar uma estratégia nova, dentro do continente, dentro da Via Campesina [...]. (I Encuentro, 2009, imagem em movimento)

[...] sair de uma posição de resistência, e ir para uma ofensiva continental, e isto tem como essência a formação e a educação [...] pra que nós possamos vencer, conquistar, mudar a realidade em que vivemos, temos que avançar na formação, na educação. Então, este primeiro Encontro tem esta perspectiva de nos convencer, de criar orientações comuns de formação e educação, e construir um processo comum de organização de tarefas nesta área de formação. (I Encuentro, 2009, imagem em movimento)

Segundo Donald Spinoza (ATC/Nicarágua), o encontro vem reafirmar uma cadeia já existente de movimentos em prol da agroecologia ou com uma visão agrocológica.

Este encuentro de agroecología es reafirmar una cadena que ya existe, una cadena que está formada por todas las organizaciones campesinas que trabajan en prol de la agroecología, o que tienen esta visión agroecológica, y digo que ya existía, pero que este encuentro la fortalece, la hace más fuerte, y si es más fuerte, nada y nadie la va a romper, y aquí el Iala y las otras escuelas de formación agroecológica son un ejemplo de esta cadena [...]. (I Encuentro, Parte I, 2009, imagem em movimento)

No que se refere ao ensino da agroecologia, citamos abaixo alguns depoimentos que trazem elementos da concepção e do método debatido no Encontro. Francisco Javier Velázquez, subdiretor acadêmico do Iala Paulo Freire (MPPEs/Venezuela), afirma que o ensino da agroecologia está relacionado a um estreito vínculo com a prática social.

[...] la enseñanza, el aprendizaje de la agroecología es algo que deriva directamente de la práctica, la clave esta, sigue estando digamos, al interior del aula, con lo cual no estamos diciendo que lo académico es superfluo. Lo académico tiene un sentido, pero en la medida en que está imbricado, en que está relacionado, en que está estrechamente vinculado a lo que es la práctica social. (I Encuentro, Parte II, 2009, imagem em movimento)

Uma agroecologia pensada a partir da totalidade, onde a formação humana e técnica devem ser imbricadas, é uma questão-chave para Nilcinei Toná (MST/Brasil):

La formación en agroecología so es posible ser pensada como una totalidad. Hay que formar personas en sus dimensiones como seres humanos en sus múltiples capacidades, en aspecto político, en aspecto de educación, en aspecto también entonces técnico, de comprensión de los ambientes, de cómo los maneja, de cómo se hace una relación, diferente con la naturaleza. (I Encuentro, Parte II, 2009, imagem em movimento)

Um aspecto bastante importante apontado por Erik Nuñez da Alma Mater (MPPES/Venezuela) é o da necessidade de as universidades romperem o isolamento com as forças sociais mobilizadas: com os trabalhadores, operários e camponeses. Na transcrição abaixo, segue esse comentário:

Lo que estamos haciendo acá es algo verdaderamente importante en América Latina. Creemos que es integrar las luchas de los campesinos, de los movimientos organizados campesinos, con la educación superior, con una educación superior que rompa con ciertos marcos institucionales, ciertas murallas que caracterizan a nuestras universidades, que por tanto que rompan con el aislamiento, sobretudo el aislamiento con las fuerzas sociales fundamentales, con los trabajadores, con los obreros, y con los campesinos. (I Encuentro, Parte II, 2009, imagem em movimento)

Para Eduardo Sevilla Guzmán:

[...] para mí lo más importante es eso, o sea, el conocimiento popular, ha creado un concepto que tenemos que continuar desarrollando, a través de método que utiliza la agroecología, que es la investigación – acción participativa. (I Encuentro, Parte III, 2009, imagem em movimento)

Nesse I Encontro, se reafirmou também, desde os educadores e organizações sociais ali presentes, o papel da agroecologia na construção de um modelo alternativo de agricultura impulsionado pelo capitalismo, como uma “emergência social”. Conforme Daniel Pascual Hernández (Via Campesina/Guatemala):

[...] la agroecología como un proceso de transformación del actual modelo de producción capitalista que destruye e contamina, que aniquila nuestros recursos naturales. Estamos en esta construcción y creo que este encuentro ser aún paso fundamental a establecer y llegar a un consenso de que efectivamente la agroecología no puede al servicio del capitalismo, más bien al servicio de procesos socialistas (I Encuentro, Parte III, 2009, imagem em movimento)

Peter Rosset aponta a estreita vinculação que existe entre a agroecologia e a reforma agrária, a maneira de produzir alimentos:

[...] se puede decir de que la reforma agraria no puede funcionar si reproducimos el modelo dominante después de conquistar la tierra, entonces la reforma agraria requiere la agroecología. Pero de igual manera no podemos hacer agroecología si no tenemos tierra, entonces para que la mayoría pueda entrar en la agroecología es necesario hacer reforma agraria, y la soberanía alimentaria no la vamos alcanzar si no hacemos reforma agraria, y además otra manera de producir los alimentos [...]. (I Encuentro, Parte III, 2009, imagem em movimento)

Para Álvaro Salgado (Cenami/México):

[...] la agroecología entonces es una emergencia social política de distintos actores políticos, sujetos sociales, sobretudo, campesinos y campesinas y comunidades indígenas. Aunado a esta emergencia social, esta insurrección y subversión de lo que aparentemente ya está establecido como un programa histórico que es la industrialización, de la urbanización, emerge la ciencia agroecológica pero también emerge el movimiento social campesino, quizás es la primera ciencia que surge de un movimiento social, un movimiento político, y como ciencia debe tener todos los problemas para generar conocimientos, para validarlos, para hacerlos teoría. Pero a parte tiene el reto y el desafío de tener consenso y partir de los planteamientos propios de las comunidades indígenas y campesinas y agricultores agroecológicos, [...]. Yo creo que pensar la agroecología como un movimiento indígena es algo más allá que técnicas convencionales agroecológicas. Por eso me refiero que no hay un abc de la agroecología, sino que hay procesos de investigación, acción participativa, pero también de investigación militante, de resolver problemas concretos pero también de encontrar formas de proyección de esta agroecología de este movimiento campesino hacia la ciudad, hacia otro sector. (I Encuentro, Parte III, 2009, imagem em movimento)

Também circundou os debates no encontro o tema das diferentes concepções de agroecologia, e como estas deveriam ser tratadas. Miguel Altieri, um dos educadores que assessorou o encontro, comenta que:

[...] porque los procesos son no solamente agroecológicos, pero sociales políticos. Entonces como integrar [...] estas escuelas de pensamiento en agroecología. Hay habido muchas tensiones entre aquellos que dicen que lo técnico es lo más importante, y otros que dicen que lo social y político es lo más impor-

tante. Yo creo que los dos son importantes y que hay que crear son puentes de comunicaciones entre las diversas escuelas. (I Encuentro, 2009, imagem em movimento)

Como aspectos orgânicos da projeção e continuidade do debate e da formação político-profissional em agroecologia, se aponta a necessidade de criar mais escolas e cursos em agroecologia para camponeses e filhos de camponeses, indígenas e afrodescendentes. Salomón Rui Dias (MCP/ Paraguai) comenta num depoimento audiovisual o início da articulação pela construção de um outro Iala, o chamado Iala Guarani, a ser realizado no Paraguai.

[...] queremos iniciar, en el próximo año, una Iala en Paraguay que es la Iala Guarani. En este momento se está haciendo todos los esfuerzos ahí en Paraguay. Hay varios equipos que trabajan para crear mallas curriculares, que trabajan con las comunidades campesinas de alrededor de donde va ser Iala guarani. Contamos con la solidaridad de los compañeros [...] de la vía campesina, del gobierno bolivariano de Venezuela, y otras instituciones que está muy de cerca a este emprendimiento que es la agroecología. (I Encuentro, 2009, Parte IV, imagem em movimento)

O II Encontro Continental de Formadores e Formadas de Agroecologia se realizou em Chimaltenango, Guatemala, como indicativo que saiu do I Encontro. Seu período de realização foi no mês de agosto de 2011, com a participação de cerca de 150 formadores, representantes de 49 organizações de vinte países, como Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Honduras, Guatemala, Nicarágua, Peru, Panamá, Venezuela etc.

Segundo comentário sobre o depoimento de Daniel Pascual na Rádio Mundo Real:

O modelo proposto que é a agroecologia vai muito além da produção orgânica, diz Pascual, é um sistema alternativo de produção de terra, sementes, solos, ciclos de produção, milpa, feijão, árvores, frutais, animais, ervas medicinais e comestíveis, como um sistema completo que possa alimentar o mundo e esfriar o planeta, mas também defender o território. (Rádio Mundo Real, 2011, imagem em movimento)

Na declaração final deste II Encontro, aponta-se a proposta da agricultura agroecológica, camponesa e indígena, baseadas na biodiversidade, na produção de alimentos saudáveis, eliminando os agrotóxicos e a dependência do capital. Abaixo, transcrevem-se alguns trechos importantes que demonstram essa concepção e o esforço em buscar linhas comuns dentro da diversidade de pensamentos, ações, e proposições. A questão do encontro da cosmovisão indígena e do materialismo histórico dialético é um desses temas.

[...] Recordamos que o I Encontro das Américas afirmou que a agroecologia: “é necessária para que os povos garantam a soberania alimentar e energética para a emancipação humana, ademais, a agroecologia é vital para o avanço da luta dos povos para a construção de uma sociedade em onde não tenha a propriedade privada dos meios de produção e dos bens naturais, sem nenhum tipo de opressão e exploração, cujo fim não é o agregado”, “deve ser em massa e internacional, por isso os conhecimentos acumulados pelos povos devem contribuir para o desenvolvimento de novas forças produtivas da natureza e do trabalho humano, para que tenhamos tempo e condições de organizar todas as outras dimensões das nossas vidas, ou seja, as nossas lutas, comunidades, cultura, estudos, festas, entre outras”, “inclui o cuidado e a defesa da vida, a produção de alimentos, de consciência política e organizativa, avançando nos processos de cooperação, para a transformação, agroindústria, intercâmbio e destino dos frutos do nosso trabalho, promovendo uma aliança entre os povos da cidade e do campo”. Este I Encontro também indicou que no II Encontro deveríamos aprofundar o diálogo de saberes entre o materialismo histórico e as cosmovisões indígenas e camponesas, assunto que efetivamente retomamos aqui. (MMC, 2011, não paginado)

Denunciamos o modo de produção capitalista e as suas expressões de dominação como o agronegócio e a exploração mineira, com o seu acaparamento e concentração de terras e água, desalojo e criminalização das organizações e as famílias camponesas e indígenas, a superexploração da força de trabalho e os bens da natureza. A imposição de um modelo de produção baseado no monocultivo, na diminuição da biodiversidade, no uso de agrotóxicos, de transgênicos e o patentear do patrimônio cultural dos povos (as sementes, o conhecimento, as tecnologias, as práticas). (MMC, 2011, não paginado)

A Via Campesina, por outro lado, tem a proposta da agricultura agroecológica, camponesa, indígena, comunitária que se apresenta como pilar fundamental na construção da soberania alimentar. Este modelo de agricultura produz alimentos sãos, baseados na diversificação de cultivos, em novos relacionamentos entre homens, mulheres e a natureza, na eliminação de agrotóxicos, de transgênicos e da dependência do capital [...]. A agricultura camponesa é parte do processo de transformação estrutural da sociedade e confronto às crises, portanto aqui reafirmamos que a agroecologia indígena e camponesa alimenta o mundo e esfria o planeta. (MMC, 2011, não paginado)

Defendemos a Reforma Agrária integral popular como parte da soberania alimentar, a autonomia e a autodeterminação dos povos. O direito a decidir as suas próprias políticas agropecuárias, desenvolver novos relacionamentos e valores entre homens e mulheres e entre estes com a natureza [...]. Nós, como Via Campesina, uma articulação de movimentos e organizações, pluricultural, reconhecemos e fortalecemos o intercâmbio de experiências e saberes entre camponeses, camponesas, indígenas e afrodescendentes, difundidas e multiplicadas nos diferentes espaços de formação e educação, exercitados nos programas camponês a camponês, nas escolas camponesas, escolas de educação formal e educação Berta e nos processos comunitários territoriais [...] compreendemos que não há uma homogeneização dos métodos, senão princípios que nos unificam na construção da agroecologia, tais como organizar, formar e mobilizar. (MMC, 2011, não paginado)

A cosmovisão, na nossa busca por compreender o mundo, no seu relacionamento com o tempo, com as energias criadoras e formadoras, e com a melhoria histórica (da agricultura, os territórios, a humanidade) está complementada por uma interpretação materialista histórica e dialética da realidade, e junto a esta procura desenvolver o pensamento político ideológico para conseguir uma mudança estrutural da sociedade e assim a libertação e o bom viver dos nossos povos. (MMC, 2011, não paginado)

Consideramos, por fim, que esses encontros possibilitam intercâmbio de experiências de formação em agroecologia e fortalecem a discussão estratégica da agroecologia como elemento da luta pela soberania alimentar. Também possibilita um debate conceitual e das diferentes concepções de

agroecologia existentes, entre elas, a polêmica existente entre a agroecologia em larga e pequena escala. Ainda consideramos que é um espaço fundamental para fortalecer a ainda incipiente rede de educadores em agroecologia que a Cloc-Via Campesina se propõe construir.

Escolas e institutos de formação político-profissional em agroecologia

As escolas e os institutos latino-americanos de formação político-profissional em agroecologia são parcerias da VCI com outras instituições de escolarização, na sua grande maioria universidades, juntamente a outras instituições, o que possibilita a legalização dos cursos de tecnólogo, engenharia e especialização em Agroecologia. Cada qual com suas peculiaridades, porém em todas convivem duas dinâmicas distintas, a dinâmica de movimento social e a dinâmica da institucionalidade da educação formal. Abaixo, descrevemos as experiências com essas características.

Escola Latino-americana de Agroecologia – Elaa

A Escola Latino-Americana de Agroecologia (Elaa) está localizada no assentamento Contestado do MST, no município da Lapa, Paraná. Com uma área de aproximadamente 3 mil hectares, o assentamento contempla a moradia de 108 famílias desde 1999. A estrutura destinada à escola tem atualmente uma capacidade para duzentas pessoas.

Inaugurada em 27 de agosto de 2005, surge por ocasião do V Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, em janeiro. Nessa ocasião reuniram-se representantes do governo da República Bolivariana da Venezuela, do governo do estado do Paraná, da Universidade Federal do Paraná e dirigentes da Via Campesina Brasil e internacional, assinando um protocolo de intenções para o desenvolvimento de diferentes atividades de cooperação técnica no âmbito da soberania alimentar.

A escola, edificada em um contexto de ser um instrumento da própria classe trabalhadora, oferece o curso de Tecnologia em Agroecologia, por meio de uma parceria com o Instituto Federal do Paraná, que garante a

certificação e o reconhecimento formal do curso (Escola, 2012), a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Segundo reportagem publicada na página do Incra (2008), no dia 30 de setembro de 2008, por ocasião de comemoração dos três anos de Elaa:

[...] 'A construção da Elaa tem sido fundamental para fortalecer a articulação da Via Campesina na América Latina, preparando jovens de vários movimentos locais para atuar nas comunidades onde vivem', afirma José Maria Tardin, da equipe pedagógica da escola.

Ainda segundo José Tardin em um depoimento audiovisual para uma reportagem do Programa Movimento, do Cefuria:

A Escola latino-americana é de agroecologia. Isso é uma diferença importante que devemos destacar. Então ela é a primeira escola técnica de nível acadêmico, universitário, para formar jovens na agroecologia. Ela é uma escola criada e mantida pela luta, pelo esforço, pela organização dos movimentos sociais do campo articulados na Via Campesina. Então ela é uma escola totalmente direcionada para formar no campo da educação em agroecologia, jovens oriundos de famílias camponesas, sejam dos assentamentos ou dos acampamentos, ou das comunidades tradicionais de todos os estados do Brasil. (Cefuria, 2008, aos 1min55')

A Escola tem como base alguns princípios filosófico-pedagógicos que norteiam sua prática cotidiana, os quais foram baseados em experiências de outras escolas organizadas e coordenadas pelos movimentos sociais como, o Instituto Josué de Castro. Como princípios filosóficos: educação para transformação social, educação para o trabalho e a cooperação, educação para as várias dimensões do ser humano, para os valores humanistas e socialistas, educação como processo permanente de formação e transformação humana.

Quanto aos princípios pedagógicos, estão na linha de frente: o vínculo teoria e prática, a combinação entre a formação político-profissional, a realidade como base da produção de conhecimentos, o vínculo orgânico entre

processos educativos e econômicos, o vínculo orgânico entre educação e cultura, a gestão democrática e a auto-organização dos educandos(as).

Com o objetivo geral de formar jovens de nível superior com condições de contribuir na produção agroecológica nas comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes, por meio dos movimentos sociais do campo, a escola pretende contribuir para a elevação do nível cultural e científico dos educandos por meio atividades concretas político-organizativo-produtivas, por exemplo, com o banco de sementes e construção de novas tecnologias agrícolas que respeitem o ambiente. Analisar e propor transformações da realidade socioeconômica ambiental, compreender a dinâmica da produção camponesa, assim como da metodologia de trabalho popular vinculada à produção de agrossistemas fundados na agroecologia são características que se pretendem alcançar na formação do perfil do educando(a) desse curso: militantes técnico-educadores de agroecologia.

Já foram concluídas duas turmas. A primeira, chamada Mata Atlântica, com 22 militantes, se formou em uma Jornada Nacional de Agroecologia que ocorreu em 2009 em Francisco Beltrão, junto a cerca de 4 mil camponeses da Via Campesina. Participaram somente da primeira etapa militantes de organizações sociais da Venezuela, e concluíram o curso somente dois paraguaios. Essa primeira turma começou com noventa militantes. A segunda começou com sessenta militantes e terminou com 37 educandos/militantes, que se formaram em abril de 2010 em um ATP na própria escola. Chamava-se turma resistência camponesa. Todos ligados aos movimentos sociais do campo do Brasil e Paraguai. A terceira turma iniciou em fevereiro de 2010 com setenta educandos de doze organizações e seis países. Esta finalizou no mês de novembro de 2013 com cerca de 50 educandos, militantes de organizações sociais da Via Campesina Internacional do Brasil, Paraguai, Colômbia, Equador e República Dominicana.

O projeto político-pedagógico da escola está enraizado em práticas que possibilitem a juventude do campo trabalhar e estudar. O método da alternância, ou seja, tempo escola, tempo comunidade, acontece aproximadamente de 75 dias e noventa dias, respectivamente. Assim, a cada noventa dias, a militância que está fazendo o curso se encontra nas dependências da escola para avaliar as atividades desenvolvidas a campo (tempo comunidade), estudar disciplinas do curso, realizar investigações e trabalhos na escola.

Ou seja, nos momentos de tempo de comunidade, os educandos estão vinculados diretamente à prática de produção agroecológica desde os territórios onde vivem. Uma observação referente aos educandos internacionais é que estes, para não necessitarem deslocar-se de país a cada 75 dias, realizam na grande maioria práticas produtivo-organizativas no próprio assentamento e/ou áreas de assentamentos e acampamentos do MST no próprio estado. Esse momento é coordenado e acompanhado por educadores, coordenação pedagógica, dirigentes dos movimentos sociais dos locais onde se estabelecem essas práticas.

Já o tempo escola é organizado por meio de diferentes momentos pedagógicos como tempo aula, tempo leitura, tempo trabalho, tempo unidade camponesa e agroecologia, tempo socialização de experiências e tempo esporte e cultura. Através desses tempos, perpassa a coletividade e a organicidade funcionando por meio dos núcleos de base, coordenação dos núcleos de bases de onde são escolhidos dois representantes para participar da coordenação executiva da escola, equipes de trabalho como, de saúde, comunicação e cultura, relatoria etc. Cada educando também participa, no tempo escola, de um setor de trabalho da escola. São eles: pedagógico, administrativo, infraestrutura, produção e cozinha/refeitório, onde contribuem para a construção e a consolidação da própria escola, um ambiente educativo inclusive neste sentido.

De acordo com reportagem de Camila Hoshino (2012), do jornal *Brasil de Fato*:

O projeto político e econômico da agroecologia exige uma educação camponesa que vá além das paredes da escola, possibilitando uma reflexão a partir do diálogo com elementos da realidade. O objetivo desse processo pedagógico, orientado pelas bases libertadoras de Paulo Freire, é que o educando alcance o potencial do que José Maria Tardin classifica como “militante-técnico-pedagogo em agroecologia”. Dessa forma, é possível que os jovens se tornem protagonistas do resgate da cultura e dos valores junto à comunidade e sua organização social. (Hoshino, 2012, não paginado)

Integrante do setor pedagógico da Escola Latino-Americana de Agroecologia, Tardin explica que devemos pensar o educando como militante, uma

vez que ele está comprometido com sua organização, com sua classe e possuiu a responsabilidade de atuar tecnicamente junto às famílias camponesas, promovendo a consolidação da transição para o modelo agroecológico. “[...] pensá-lo como pedagogo significa entender que ele não está sendo formado em uma escola técnica ou universidade tradicional que promove, direta ou indiretamente, a invasão cultural do capital sobre o campesinato, mas está problematizando sua realidade e elevando seu protagonismo político e social” [...]. (Hoshino, 2012, não paginado)

O estudo está fundado na relação entre o conhecimento científico e a sabedoria popular, e se expressa nos momentos de estudo em classe, nos trabalhos de campo, nos trabalhos de base e nas investigações.

Os conteúdos estudados estão conformados em cinco grandes áreas de conhecimento que estão presentes nos diferentes módulos:

- a. ciências básicas: matemática, física, química, biologia, português, espanhol;
- b. ciências humanas: filosofia, história geral, história da América Latina, economia política, geografia, sociologia, psicologia, teoria pedagógica, educação para a cooperação;
- c. produção vegetal: diálogo de saberes, princípios da agroecologia, solos, ecologia, botânica, bioquímica, fisiologia vegetal, climatologia, cultivos agroecológicos, plantas forrageiras, topografia, balançamento energético;
- d. produção animal: anatomia e fisiologia animal, apicultura, nutrição animal, genética básica, melhoramento, genética animal, sanidade, PRV, criação intensiva e integrada;
- e. Gestão: bioconstruções, máquinas agrícolas, tecnologia de processamento de alimentos, administração, economia e mercado, projetos.

Os processos de avaliação dos educandos ocorrem em sala de aula, no campo, nos setores de trabalho, na vivência social (avaliada pelos núcleos em processos de crítica e autocrítica) e ao final de cada tempo comunidade. Como desafios, permanecem o avanço da estrutura física da escola, como construção de laboratórios, salas de aula etc., e a organização de um coletivo de

educadores e educadoras que contribua de maneira mais efetiva na escola. A escola também está preparando uma revista interna de experiências pedagógico-produtivas, realizadas no e pelo Elaa. A mesma ainda não se encontra em circulação. Ela realiza também eventos e encontros com camponeses a respeito de temas pertinentes à concepção agroecológica, como, por exemplo, o tema da permacultura.

A Ciranda Infantil Curupira é outro componente da escola fundamental para possibilitar condições aos pais e mães que são educandos ou que trabalham na escola em alguma função. Um espaço de educação infantil, dentro das dependências da escola que trabalha a temática da terra, do alimento e da agroecologia desde a infância.

Um reportagem de 24 de maio de 2010, com depoimentos de Priscila Facina, analisa o significado da escola como espaço de intercâmbio, assim como a origem da construção de primeiro curso em agroecologia de nível superior:

'É um espaço também de intercâmbio de culturas e saberes. A maior dificuldade inicialmente é o idioma. [...]', disse Priscila Facina, da coordenação pedagógica da escola, em entrevista à Agência Brasil. Ela lembra que foi no Paraná que surgiu o primeiro curso superior de agroecologia. (Nórcio, 2010, não paginado)

Ainda na reportagem, mencionam-se depoimentos de dois educandos a respeito da importância do curso, da escola para sua militância. Um desses educandos, Leonel dos Santos, afirma que “[...] estamos aprendendo uma nova matriz tecnológica para levar aos companheiros camponeses”. Já Luiz Coicue, de uma reserva indígena da Colômbia, diz que sua comunidade aguarda com ansiedade as novidades que ele levará da escola: “ainda fazemos agricultura artesanal e agora vou levar tecnologia para a comunidade [...]”.

Instituto de Agroecologia Latino-americano – Iala Paulo Freire (Venezuela)

Segundo Judite Stronzake, em reportagem escrita no site do MST, o Instituto de Agroecologia Latino-americano Paulo Freire é resultado de um esforço amplo e coletivo para a formação de militantes “com consciência

ideológica e técnica em agroecologia”, é a construção de um território de integração latino-americana e de solidariedade entre organizações sociais para a construção de um novo projeto de sociedade. Importante mencionar que, para que esse projeto fosse levado a cabo, centenas de militantes do campo e da educação convergiram esforços desde seus espaços, de seus posicionamentos políticos, suas organizações ou instituições, destinaram tempo, energia, debate e ações concretas para que se efetivasse. O significado disso aparece expresso abaixo:

Resultado de uma soma de esforços com objetivo de qualificarmos e avançarmos na formação/educação política e técnica da juventude que mora nas comunidades, a escola contribui para recuperar as sementes crioulas, alterar o modo de produção, concretizando a soberania alimentar e a organização social e econômica local. Investir em educação e formação está entre as principais linhas destes movimentos sociais envolvidos. [...] O Iala Paulo Freire constitui-se como uma ferramenta de formação político-ideológica e técnica dos camponeses e indígenas. Serve como instrumento de luta da classe trabalhadora internacional e de solidariedade entre os povos em luta. Um novo aprendizado para todas as organizações e movimentos do campo, de como unir a ideologia com a técnica a serviço da luta dos trabalhadores. O Iala é uma construção coletiva, um território de integração e solidariedade entre todos os lutadores e lutadoras das organizações de todos os países. (Stronzake, [s.d.], não paginado)

O Projeto Iala nasce no mesmo período e nas mesmas condições objetivas que o Projeto Elaa, anteriormente mencionado. Nasce também por ocasião do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2005. Nasce de um acordo firmado entre o governo bolivariano da Venezuela, Via Campesina, governo do estado do Paraná, e instituições de educação do Brasil e Venezuela nos marcos da Alba, um protocolo de intenções e compromissos, o chamado acordo de Tapes.

Posteriormente, já na Venezuela, para dar prosseguimento aos acordos e construir um curso em agroecologia, é assinado um segundo termo de cooperação, agora de caráter técnico, chamado “Acuerdo de Cooperación em Materia Técnico-Agrícola Vegetal entre LVC y el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST), la República Bolivariana de Venezuela”, através do Ministério de Agricultura e Terras e o Instituto Nacional de

Terras, o Centro Genético Produtivo Florentino C.A. e a Prefeitura do Município de Alberto Arvelo Torrealba.

Esse documento, assinado por Hugo Rafael Chavez Frías (então presidente da República Bolviariana de Venezuela), João Pedro Stedile (MST), por Antonio Albarrán Moreno (então ministro de Agricultura e Terra) e Hugo de los Reyes Chavez (governador do estado de Barinas), no dia 26 de setembro de 2005.

Esses acordos foram seguidos pela elaboração de uma proposta curricular de um Programa de Engenharia Agrônômica com ênfase em agroecologia que inicialmente seria desenvolvida junto à Universidade Bolivariana de Venezuela (UBV), e que mais tarde seria constituído como Iala (Instituto de Agroecologia latino-americano).

Foram realizados encontros e seminários, já desde esse momento de caráter internacional, com a finalidade de conceber, de construir a concepção do que seria o Iala. Participaram desse momento movimentos sociais afrodescendentes de Venezuela, representantes da UBV, educadores como Miguel Altieri e Pinheiro Machado, dirigentes da Via Campesina do México (Unorca), Brasil (MST), Nicarágua (ATC), Argentina e Colômbia.

Ainda, foram definidos o nome do Instituto, homenageando o educador brasileiro Paulo Freire, sua sede, questões referentes ao perfil dos ingressados e aspectos metodológicos, o desenho curricular, sua estrutura organizativa e grupos de trabalho.

Nos meses de outubro a novembro de 2006 e em janeiro de 2007, foram se agrupando os(as) militantes selecionados(as) das organizações sociais partícipes da Via Campesina. Mesmo ainda sem as todas as condições objetivas para a existência do Instituto, nem mesmo do curso, chegaram à Venezuela 183 educandos(as) (62 mulheres e 121 homens), militantes sociais de países como México, Guatemala, Honduras, El Salvador, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Argentina, Brasil, Nicarágua, Paraguai e Venezuela.

Esses militantes viviam na Cidade Esportiva de Barinas, e foram inscritos no curso de Produção Animal na Unellez para cursar disciplinas básicas, como química, física, matemática, biologia etc. Nesse momento, realizavam estudos e alguns trabalhos voluntários junto ao Centro Florentino.

Enquanto isso, formou-se a comissão de assessoria acadêmica coordenada pela dra. Maria Egilda Castellanos para a construção do documento de fundação do Instituto. Esse momento contou com a participação da comis-

são de assessoria acadêmica Alma Mater (MPPES) e da Via Campesina por meio de representantes dos movimentos: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Brasil, Confederação Nacional de Organizações Camponesas, Indígenas e Negras de Equador – Fenocin e Movimento Campesino de Santiago de Estero – Argentina.

Em janeiro de 2008, o presidente Chávez recomenda a aprovação do decreto de criação do Instituto e, no mês seguinte, os educandos ocupam simbolicamente a área destinada para sua construção. Nesse período, já se contava com 67 educandos. A grande maioria retornou aos seus países, ou inscreveu-se em outros cursos sob o acompanhamento de suas organizações, por conta da demora de criação oficial do Iala, ou mesmo por dificuldades político-organizativas causadas em uma primeira experiência desse caráter. Em 15 de abril de 2008 é aprovado o decreto de criação oficial do instituto, e, em agosto de 2008, aparece em *Gazeta Oficial* a nomeação da diretiva do Instituto. O Instituto então passa a ser regulamentado, subscrito ao Ministério de Poder Popular para o Ensino Superior de Venezuela. A regularização das disciplinas se dá desde então.

O curso está organizado num programa que prevê o estudo das seguintes disciplinas:

- a. ciências básicas: matemática, física, química, bioquímica, agroestatística, biodiversidade básica;
- b. básicas de engenharia: biodiversidade ambiental, botânica aplicada, diversidade e melhoramento genético, topografia, *riegos* e drenagens, máquinas agrícolas, ecorregiões, trama ecológica, climatologia; agricultura ecológica, fisiologia vegetal, anatomia e fisiologia animal, manejo de solo, recuperação de solos e corpo de água.
- c. engenharia aplicada: bioconstruções, agrobiotecnologia, saberes populares e tecnologia agrícola, energias alternativas, manejo integrado de pragas e doenças, sistemas agrícolas integrais, produção e reprodução de espécies vegetais, manejo de agroecossistemas, cultivos agroecológicos, agricultura urbana, reprodução de espécies animais, nutrição animal alternativa e plantas forrageiras, marco legal agrícola, legislação agrícola, manejo ecológico e integrado de animais no campo, produção ecológica de leite e carne; projeto formativo.

- d. sócio-humanísticas: projeto formativo, ética da militância e relações de gênero, cosmovisões indígenas, ética da sustentabilidade, racionalidade-complexidade-transdisciplinariedade, teoria pedagógica, antropologia latino-americana, bases do conhecimento, história da América Latina, pensamento político venezuelano e latino-americano, movimentos sociais indígenas, camponeses e afrodescendentes latino-americanos, sociologia, sociologia da agricultura, economia política, cooperação e cooperativismo.
- e. sócio-administrativas: Administração de empresas camponesas, redes sociais, planejamento e gestão agroindustrial, contabilidade, economia para o desenvolvimento social.

A proposta metodológica dessa escola tem algumas chaves norteadoras importantes a serem destacadas. A primeira delas é o sistema de alternância, em que, diferentemente da *Elaa*, os educandos permanecem maior tempo na escola com atividades socioprodutivas nas comunidades vizinhas, e um menor tempo no chamado tempo comunidade (de quarenta dias a dois meses). O tempo comunidade se realiza também em cooperativas, *conucos*,⁸ áreas de assentamento de movimentos sociais camponeses na Venezuela, com o diferencial de estarem em outros estados do país, ou em áreas mais distantes das instalações de *Iala*.

Um segundo aspecto da proposta pedagógica é o chamado projeto formativo, uma disciplina de caráter orgânico que está relacionada à investigação científica, à interdisciplinariedade e ao trabalho de campo, ou trabalho de base, com as comunidades vizinhas. Uma disciplina que percorre todo o programa do curso.

Um terceiro aspecto é a questão do vínculo do estudo, da coletividade e do trabalho socioprodutivo realizado no Instituto por meio dos núcleos de produção. Os núcleos de produção são considerados a célula da estrutura organizativa do Instituto, um espaço que permite a reflexão, a participação política, produtiva e organizativa no fazer cotidiano do Instituto. Tem a função de planejar, avaliar e executar as atividades de campo a partir de um plano geral de produção, promover e participar de debates político-

8 Termo utilizado na Venezuela para designar pequenas áreas de produção diversificada.

-organizativos do Instituto, possibilitar a vivência e a tomada de decisões em caráter coletivo, entre outros.

Durante o período da tarde, as atividades agrícolas são realizadas por esses núcleos, como: a produção de sementes e a criação de animais, produção de grãos, transformação de alimentos etc.

Assim como em outras escolas, os princípios filosóficos e político-pedagógicos são: relação entre teoria e prática; combinação entre educação e capacitação; a realidade como base da produção de conhecimentos; vínculo orgânico entre processos educativos, processos políticos, processos produtivos e culturais; gestão democrática do processo e auto-organização dos educandos; educação para cooperação; combinação de processos coletivos e processos individuais; formação técnica como parte da construção de intelectuais orgânicos; educação para a investigação; educação desde e para os valores socialistas; enfim, educação como processo permanente de formação e transformação humana. Esses elementos estão vinculados à inter-relação dos temas de estudo com a prática cotidiana do trabalho socio-produtivo junto às comunidades vizinhas e no território da escola.

No mês julho de 2012, ocorreu a formatura da primeira turma de Engenheiros em Agroecologia. No mês de outubro, a grande maioria retornava aos seus países. A segunda turma ocorreu por processo seletivo diferenciado nos meses de fevereiro a abril. Foi realizado pela Fundayacucho, órgão do governo bolivariano responsável pelos estudantes internacionais, ocorrendo desde a relação desse órgão com as embaixadas dos diferentes países. Um processo seletivo distinto da experiência com a primeira turma que foi realizado juntamente com as organizações sociais partícipes da VCI com processos de seleção e preparação. Nessa segunda turma, somente alguns educandos são integrantes da Via Campesina, representantes de organizações da Venezuela (da FNCEZ), do Paraguai e de El Salvador.

Instituto de Agroecologia Latino-americano – Iala Guarani (Paraguai)

A partir das experiências da criação das escolas de agroecologia mencionadas acima, a Via Campesina reafirma a necessidade de construir mais escolas/institutos. Um deles no Paraguai, denominado Iala Guarani.

O Iala Guarani, então, começou a ser criado no final de 2008, com o objetivo de desenvolver o curso de Engenharia em Agroecologia para camponeses, indígenas e afrodescendentes vinculados aos movimentos sociais ligados à Cloc-Via Campesina. Assim como na experiência realizada na Venezuela, tem como objetivos formar sujeitos com condições de analisar a realidade e fazer proposições de transformação da realidade social e produtiva, ter condições técnico-científicas e metodológicas de discutir e programar a agroecologia nas áreas e comunidades do campo.

O curso, com duração de cinco anos, foi organizado para ser realizado em dez módulos presenciais diretos: dois períodos anuais de quatro meses chamados de tempo escola e dois meses de tempo comunidade realizado nas comunidades campesinas e indígenas do Paraguai. O método pedagógico do Iala Guarani tem em vista o desenvolvimento da consciência crítica, combinando dimensões de formação humana, da formação política, escolarização e formação técnica.

A criação do curso teve a recomendação e o aval do Ministério de Agricultura e Gado do Paraguai, sendo que a definição de sua localização foi no Assentamento Santa Catalina em Curuguaty, Departamento de Canindeyú. Uma área de onze hectares com possibilidade de aumento para cem hectares, localizada a 50 km de onde houve o último massacre de camponeses no Paraguai. Uma região de muitos conflitos agrários e disputas territoriais, na qual estão localizados muitos assentamentos da OLT e da MCP, assim como com várias comunidades indígenas ao redor.

A primeira turma do Iala Guarani começou no ano de 2010 e contou inicialmente com a participação de 83 militantes, dos quais 9 internacionalistas e 68 militantes de organizações campesinas de Paraguai. Hoje, conta-se com a presença de 72 educandos dos quais nove são internacionalistas: um do Chile, um do Equador, três da Bolívia e quatro do Brasil. As organizações da Via Campesina presentes no Instituto são:

- a. Paraguai: MCP, MCNOC, OLT, Conamuri, MAP, CPA/SPN, ACM, OCRC, SERPAJ/OCN.
- b. Brasil: MST-BR, MAB.
- c. Chile: Ranquil.
- d. Equador: Fenocin.
- e. Bolívia: MST-BO

O Iala Guarani ainda não está devidamente regulamentado. O procedimento é construir inicialmente o curso de Engenharia em Agroecologia e depois criar o Instituto. A princípio, há um convênio com a Universidade Nacional de Pilar para realizar a criação do curso. O projeto está tramitando nas instâncias internas da universidade.

O caráter internacionalista também está presente desde o início, mesmo que com poucos educandos de outros países no Instituto.

A grade curricular do curso está organizada da seguinte forma:

- a. I Semestre: agricultura geral, história geral, agricultura campesina, matemática I, química geral, genética, biologia;
- b. II Semestre: agroecologia I, matemática II, química agrícola, física geral, botânica geral, produção de texto e leitura, ecologia geral;
- c. III Semestre: agroecologia II, botânica aplicada, bioquímica, informática básica, física II, metodologia da investigação I, estatística;
- d. IV Semestre: *riego* e drenagens, química agrícola II, economia política, microbiologia, edafologia, fisiologia vegetal, metodologia da investigação II;
- e. V Semestre: sociologia geral, zootecnia I, sistemas agroflorestais, climatologia, topografia, história do Paraguai, produção animal integrada;
- f. VI Semestre: antropologia social I, fitopatologia I, fitotecnia, entomologia, tecnologia do uso e conservação do solo, epistemologia, movimentos campesinos Latino-Americanos;
- g. VII Semestre: engenharia rural, manejo e desenho de agroecossistemas I, agroecologia III, filosofia, produção animal ecológico, administração e planejamento, estágio;
- h. VIII Semestre: entomologia II, cooperação e cooperativismo, agroindústria e gestão agroindustrial, construções rurais, agrometeorologia, antropologia social II, estágio II;
- i. IX Semestre: nutrição animal alternativa e plantas forrageiras, zootécnica, direito agrário, sociologia rural, pensamento político Latino-Americano e caribenho I, estágio III, bancas de qualificação de monografia;
- j. X Semestre: manejo e desenho de agrossistemas II, fitopatologia II, energias renováveis, geografia e território, pensamento político

Latino-Americano e caribenho II, defesa de trabalho de conclusão do curso.

O curso tem também uma estrutura organizativa muito similar a das escolas já mencionadas, por meio dos núcleos de base, que têm o papel de possibilitar o estudo, a reflexão, a análise e participação política na construção do Instituto. Também com a constituição de coordenação de núcleos e equipes de trabalho.

O trabalho produtivo, organizado de acordo com as necessidades do curso, tem a função de garantir a produção de alimentos visando a autonomia do Instituto. O momento de estudo está dimensionado a partir de aulas, estudo dirigido e formação política.

Em 30 de agosto de 2012, a Via Campesina Paraguai divulga uma nota de esclarecimento diante de uma campanha do *ABC Color*, jornal do Paraguai, contra o Iala Guarani pelo jornalista Jorge Torres Romero, por ocasião do Massacre de Curuguaty em junho de 2012. Nesse massacre, foram mortos dezessete camponeses do acampamento Marina Cué, na resistência de uma reintegração de posse de terra de caráter violento. Uma área de 2 mil hectares de propriedade do empresário e ex-senador do Partido Colorado, Blas N. Riquelme. As denúncias desses camponeses eram de apoderamento ilegal dessas terras durante o período da ditadura, uma grilagem comprovada pela Comissão da Verdade sobre a ditadura Stroessner. Riquelme faleceu dois meses depois do massacre por uma complicação cerebrovascular e foi enterrado baixo homenagens realizadas pelo próprio congresso, que destituiu o presidente Lugo.

A reportagem da *ABC Color* acusa o Instituto de desenvolver supostamente o Curso de Engenharia Agroecológica com estudantes de identidades falsas (inclusive de falecidos). Segue trecho de sua reportagem:

Según su nómina de estudiantes figuran venezolanos, ecuatorianos, bolivianos, brasileños y paraguayos. A juzgar por la lista hay alumnos de apenas 12 años y hasta nombres de personas con cédulas falsas e incluso dos fallecidos. [...] Conforme a los antecedentes de este instituto, el mismo se creó inicialmente en Venezuela, donde lleva por denominación 'Paulo Freire', en homenaje al teórico brasileño fundador de la Pedagogía del Oprimido. Desde su creación, el instituto ha capacitado a cientos de líderes sociales de toda Latinoamérica.

[...] El otro dato particular de este instituto es que para acceder a la carrera de ingeniería, según sus estatutos, el alumno necesariamente debe tener vínculos organizativos y compromiso con los movimientos sociales que forman parte de la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (Cloc, organización solidaria con la Revolución Bolivariana de Venezuela), cuya sede está en el país caribeño. (Romero, 2012, não paginado)

Em declaração publicada em 30 de agosto de 2012, a Via Campesina Paraguai aponta como um absurdo a vinculação do Iala ao acontecimento do Massacre de Curuguaty de maneira negativa. Reafirma também que o Instituto tem o compromisso em formar profissionais comprometidos com a defesa dos recursos naturais, a soberania alimentar e a agricultura sem agrotóxicos. Afirma que:

Por el respeto que merecen los educandos y las educandas, debemos aclarar enfáticamente que no corresponde a la verdad la arbitraria afirmación de que en la nómica de estudiantes existan menores de edad o personas cuyo números de documentos correspondan a fallecidos. Son especulaciones vagas de una persona que no se ha tomado la mínima molestia de practicar un ejercicio mental de inferencia y cuyos conocimientos sobre su objeto de investigación son, por demás, extremadamente limitados, al punto de especular, conjeturar y hacer deducciones groseras que atentan contra el buen nombre de las personas. Entendemos que este medio de prensa, vocero del ala más conservadora de nuestra sociedad y representante de la oligarquía reaccionaria, promueve la persecución política contra las personas y grupos que optan por un pensamiento diferente. No es la primera vez que ataca el proyecto del Iala Guaraní ni lo etiqueta bajo la acusación de fomentar “adiestramiento de guerrilla”, injuria que en su momento nos hemos encargado de desmentir sin la necesidad de recurrir a estrados judiciales. (Via Campesina apud Aporeia 2012, não paginado)

A declaração ainda esclarece outros elementos sobre a criação do Iala, sua origem, apontando que o Guaraní faz parte de uma rede de Ialas com o objetivo de formar técnicos de nível superior que tenham condições de organizar bancos de sementes, desenvolver novas tecnologias produtivas que respeitem o meio ambiente. A seguir segue um trecho dessa declaração:

Algunos objetivos de la Red Iala son: formar técnicos de nivel superior que tengan la capacidad de organizar bancos de semillas en sus comunidades; desarrollar y aplicar nuevas tecnologías agrícolas que respeten el medio ambiente sin uso de agrotóxicos ni abonos químicos solubles; organizar y orientar a los campesinos y campesinas para ser multiplicadores de semillas en sus regiones; desarrollar la organización de la producción, de la cooperación y acciones de preservación y conservación ambiental en las diversas organizaciones campesinas de América Latina, en el marco de la agroecología, entre otros. (Via Campesina apud Aporea, 2012, não paginado)

Em outra reportagem, intitulada “Agitador bolivariano creó nexos com organizaciones campesinas del norte”, Torres (2012) acusa o embaixador da Venezuela de estar várias vezes no país para “sondear” legisladores com o objetivo de lograr o ingresso de seu país no Mercosul e também de colaborar com a consolidação de organização campesina liderada por jovens paraguaios que estudam no país, estudantes do Iala Paulo Freire.

Em notas para meios de comunicação alternativos, representantes do governo bolivariano e os próprios educandos divulgaram as confusões e desinformações realizadas pelo jornalista, sempre reafirmando que o projeto Iala é uma luta dos(as) campesinos(as), indígenas e afrodescendentes articulados na Via Campesina Internacional, que, em parceria com instituições e governos progressistas, possibilitam o estudo, a capacitação, a escolarização para um público sempre renegado a esses direitos básicos da vida humana.

Segundo reportagem em um site de debate alternativo, no Paraguai a pobreza rural representa quase a metade do país e somente 2,5% da população têm 80% das terras concentradas para exploração de grandes corporações multinacionais. A resistência dessas organizações sociais campesinas e indígenas se dá pelo confronto ao modelo do agronegócio e pela defesa da reforma agrária. Abaixo, alguns trechos da matéria jornalística:

La Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (Cloc) y La Vía Campesina han creado lared de Institutos Agroecológicos Latinoamericanos (Iala) en América Latina como alternativa productiva sostenible para la agricultura familiar campesina. Luchando por una vida digna en el campo de una manera integral y por la Soberania Alimentaria de los Pueblos. El espíritu del Iala es con-

cebir la Educación como un espacio de autoeducación, en el cual se reflexione críticamente a partir de las propias experiencias y formas de vida. Como parte de la conformación de la red Iala, conscientes de que mediante la instrucción científica se puede avanzar en el desarrollo político y económico de nuestros pueblos, se está llevando a cabo el proceso de construcción del Iala Guaraní en Paraguay. A pesar de la falta de infraestructura, actualmente estudian en él casi 75 jóvenes integrantes de organizaciones campesinas indígenas de Paraguay, Chile, Bolivia, Ecuador y Brasil. [...] Este proyecto refleja las premisas de la Educación Popular y los retos de la reforma agraria, donde la comunicación e interacción entre todas las personas participantes es vital para conseguir la libertad humana, donde prima la democracia en la escuela focalizada en el alumnado a través de una pedagogía práctica, donde existe una interrelación entre docente y discente, que aprenden y enseñan mutuamente, donde la filosofía educativa pretenda ponerse en el lugar de los oprimidos, donde el diálogo sea la base metodológica, y donde es de vital importancia el respeto entre las personas. (ISF, 2011, não paginado)

Outra reportagem, realizada por meios de comunicação alternativos (Ingeniería sin Fronteras, 2010) Iala aponta que este Instituto, criado em território guarani, tem como espírito

[...] conceber la educación como un espacio de auto-educación, en el cual se reflexione críticamente a partir de las propias experiencias y formas de vidas en contraposición con una educación burguesa y los valores que enseña.

Instituto de Agroecologia Latino-americano – Iala Amazônico

A definição política de construir o Iala Amazônico ocorreu entre 2008 e 2009, mas sua implementação ocorreu somente no ano de 2010 com o começo da primeira turma de um curso de especialização em agroecologia amazônica.

O Iala Amazônico está localizado no assentamento Palmares II, no município de Parauapebas, região sudeste do Pará. O lançamento da pedra fundamental da construção do Iala Amazônico, segundo o blog da Via Campesina (La Vía Campesina – Pará, 2009), ocorreria durante o Fórum

Social de Carajás, que ocorreu entre 24 a 27 de janeiro de 2009, com a participação de cerca de 120 pessoas de vários “cantos do mundo”, como por exemplo, a participação de Aleida Guevara (Cuba), Mónica Baltodano (Nicarágua), José Bové (França).

A peculiaridade desse Iala é o bioma amazônico, que perpassa diferentes países, como Brasil, Peru, Venezuela, Colômbia – na construção de um território amazônico. O primeiro curso do Iala tem o caráter de ser pós-graduação *lato sensu* (especialização) em agroecologia. Uma parceria inicial com a Universidade Federal do Pará, campus de Marabá, mas com possibilidade de envolver outras instituições como, os institutos federais.

A primeira turma encerrou em 2012. Ela havia sido pensada para cinquenta participantes de todos os países com bioma amazônico. Entretanto, a turma foi composta com 28 participantes, a maioria de organizações sociais brasileiras (do Pará, Maranhão, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins), com um representante de Colômbia (participando somente de uma etapa) e uma representante do Equador (da região costeira).

Na formatura da primeira turma, foi realizado um amplo seminário envolvendo a Via Campesina do Brasil, Equador, Colômbia e Venezuela. Houve a participação do vice-diretor da Universidade de Rondônia, François Houtart, e Horácio Martins, da coordenação pedagógica do Elaa, Iala Guarani. O seminário “Relação Universidade e Movimentos Sociais na construção do pensamento crítico a partir da Pan-Amazônia” ocorreu entre 28 de novembro e 1º de dezembro nas estruturas do Iala. Ocorreu um amplo debate entre a visão dos movimentos sociais e a visão das instituições universitárias presentes a respeito do projeto Iala.

Desse seminário, apontou-se a necessidade de realizar uma maior articulação entre as escolas de agroecologia com o objetivo de fortalecer esse projeto, por meio de instrumentos de comunicação como boletins, cartilhas, blogs etc. Também foi reafirmada a necessidade de aprofundar a realização de trabalhos de interação sociocomunitária nos espaços onde são realizados os cursos, por meio de atividades produtivas e de formação política.

Apontou-se também que o projeto Iala vai além de um processo de escolarização. Ele deve ser um espaço de experimentação e investigação científica, mas também de debate teórico sobre temas amplos e diversos e diferentes concepções a respeito da sociedade em que vivemos (desde as diferentes concepções de agroecologia, como a influência do pensamento

pós-moderno nas organizações sociais) e como isso se articula com o posicionamento da Via Campesina. Deve ser também um espaço de ampliação que potencialize a articulação de uma rede de educadores que compartilham com o campo teórico da agroecologia.

Segundo reportagem da página do MST (2012) sobre a formatura da primeira turma do curso de “Especialização em Residência Agrária – Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia”, esta realizou-se no Instituto de Agroecologia Latino-americano (Iala) Amazônico.

Na reportagem, em uma entrevista com um professor da UFPA, Fernando Michelloti, a proposta pedagógica do curso se tornou referência para outros projetos. Segue um trecho de seu depoimento:

[...] 'O curso deu uma materialidade para o Iala Amazônico, hoje a gente tem um espaço e uma proposta pedagógica de referência. O grande desafio é ajustar o rumo e continuar com outros cursos e ações, para a ampliação de espaços de convergências de experiências agroecológicas e lutas políticas, que vão unificando os processos, reafirmando particularidades nas diferenças e construindo um projeto camponês para a Amazônia', comenta Michelloti. (MST, 2012, não paginado)

Nesse sentido, os processos de formação da Via Campesina contribuem para construir um projeto estratégico comum de superação do sistema capitalista de produção articulando as organizações sociais, as universidades e sujeitos inseridos na luta pela resistência.

O desafio da Via Campesina, no processo de formação é construir um projeto estratégico em comum de superação do sistema capitalista de produção, conectando as experiências das organizações, universidade e dos sujeitos inseridos na resistência.

Em uma reportagem de Solange Engelmman, de novembro de 2012, publicada na página do MST, a posição de François Houtart é de que o sistema capitalista caminha para uma grave crise climática, econômica, política e alimentar, pelo fato de que esse modelo de desenvolvimento se fundamenta na “exploração desordenada da natureza”. Nas palavras de Houtart:

Tendo noção de que a ganância do capital atrapalha até mesmo a ampliação dos seus lucros, as grandes empresas capitalistas que mais contaminam a natureza buscam formas de dominar as reuniões internacionais das Nações Unidas para garantir que as resoluções estejam sempre a serviço do mercado e da continuidade da exploração do meio ambiente como mercadoria. (Houtart, 2012 apud Engelmann, 2012, não paginado)

A reportagem de Engelmann (2012) continua, considerando a necessidade de se construir uma alternativa ao modelo capitalista, pois a “existência de comunidades camponesas, indígenas e dos trabalhadores de forma geral” exige uma alternativa a esse sistema.

Para François, a partir desse tipo de crise a única possibilidade é construir uma alternativa para romper com o capitalismo, tendo como saída a luta de convergência dos movimentos sociais contra os problemas climáticos. “A luta camponesa e indígena se apresenta como fundamental nesse cenário. Mas, precisamos construir um paradigma anticapitalista, a partir de uma luta de classes plural e convergente com vários setores, com os movimentos sociais camponeses e operários”, explica. [...] No entanto, a existência das comunidades camponesas, indígenas e dos trabalhadores, de forma geral, depende da construção de uma alternativa ao sistema capitalista, pois dentro da lógica atual, há uma forte tendência para a extinção desses grupos sociais. (Engelmann, 2012, não paginado)

O seminário fez parte de uma proposta de fortalecer as alianças entre movimentos sociais e intelectuais. Segundo Ayala Lindabeth, coordenadora político-pedagógica do Iala Amazônico, a atividade teve a intenção de “fortalecer as alianças entre os movimentos sociais e intelectuais que fazem as disputas territoriais, as formas de resistência e as experiências agrocológicas da Amazônia e construir um projeto hegemônico e emancipatório dos camponeses”.

A posição da UFPA a respeito de uma experiência de permacultura no Curso de Educação do Campo, Agroecologia e questão agrária na Amazônia em parceria com o Iala Amazônico:

[...] prevê o planejamento e a implantação e manutenção dos agrossistemas produtivos com base em princípios gerais, tais como: o cuidado com o planeta Terra, o cuidado com as pessoas, a distribuição, a circulação de excedentes e a imposição de limites ao consumismo exarcebados. Tais princípios permaculturais estão intimamente relacionados aos princípios da Agroecologia e da Educação do Campo, pois para podermos realizar o exercício e a prática de planejar, implantar e manter agroecossistemas produtivos não há como dissociá-los do conhecimento do local e dos sujeitos que ali habitam. Para isso, faz-se necessário a realização da pesquisa. Assim reafirmamos a pesquisa como princípio educativo, na medida em que enfrentamos a realidade a partir da sua investigação considerando o envolvimento dos sujeitos e valorizando os recursos locais. (UFPA, 2012, não paginado)

A segunda turma está prevista para o segundo semestre de 2013.

Universidade Campesina “Suri” – Unicam-Suri (Sistemas Universitários Rurais Indocampesinos) – (Argentina)

A proposta inicial que dá origem à criação da Unicam-Suri foi a organização de uma escola para professores camponeses que consolidaria uma escola de agroecologia. Essa proposta começou há mais de vinte anos com a consolidação do movimento camponês Santiago del Estero.

A proposta inicial vinha ao encontro da necessidade de formar camponeses em um contexto de uma educação no campo que respeitasse a história e a cultura dos camponeses. Esse processo dá nascimento à primeira escola de agroecologia em Quimilí, Santiago del Estero. Em continuidade com esse projeto, se dá início a uma segunda escola localizada em Mendoza e uma terceira em Córdoba. Esse projeto se fortalecia, e a ideia de construir uma universidade campesina esteve sempre presente. Ao momento em que MNCI se incorporava na Cloc-Via Campesina, aprofundava-se a necessidade de multiplicar, de ampliar a formação política e profissional que pudesse discutir uma estratégia de luta contra o sistema capitalista e imperialista. Para Adolfo Farias (Mocase, 2013), representante de MNCI, setor de formação e educação, a Unicam-Suri se encontra no caminho dessa estratégia e afirma que: “La Universidad tiene que ser un lugar donde ante

todo podamos desarrollar compañeros con pensamiento crítico, desarmar el dogmatismo [...]”.

O desdobramento dessa proposta dá origem à consolidação de uma Universidade Campesina a cerca de 4 km de Ojo de Agua, em Santiago del Estero. Um espaço com doze hectares. Um projeto do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) com atividades de formação política-profissional em nível internacional, que se propõe, como afirma Adolfo Farias a “gerar um espaço de formação para o povo, e que seja um projeto futuro para a humanidade” (ibidem).

A construção do espaço físico da Universidade segue em curso, com base na construção natural mesclando com outros materiais e processos da engenharia tradicional. Assim como segue em curso a construção do projeto político-pedagógico e da grade curricular.

A construção de sua estrutura física se dá a partir de uma metodologia similar a da construção da ENFF (Brasil), por meio de brigadas de trabalho voluntário, a partir da construção com barro, adobe e pedras. Com metodologia também similar, combinando tempo trabalho e tempo estudo. Segundo a arquiteta Isabel Donato da Fundação ProEco San Miguel, que, com o grupo Terra Morena, é responsável pela obra: “La Unicam es una nueva forma de construir porque se propone generar una universidad con el pueblo” (ibidem).

Com a decorrente consolidação desse projeto, por meio de parcerias com instituições universitárias, o funcionamento dos cursos será pela metodologia de alternância, com quinze dias presenciais na Universidade e 45 dias em suas comunidades. Existe a possibilidade de construir um curso de arquitetura popular ainda em projeto.

De acordo com reportagem publicada no site do Mocase (ibidem), entre os dias 2 a 6 de março de 2013, realizou-se um primeiro curso teórico-prático (caráter de oficina) de construção de fardos de palha. Esse curso teve a participação de 54 pessoas, permitindo também avançar na construção dos primeiros dormitórios, um edifício que terá capacidade para quarenta educandos. Segundo essa reportagem, os primeiros quatro itinerários pedagógicos serão: Agroecologia, Direitos Humanos e Território, Comunicação Popular e Música Popular.

Escola Nacional de Agroecologia do Equador – ENA (Equador)

A Escola Nacional de Agroecologia (ENA) do Equador, é uma iniciativa de organizações camponesas e indígenas como, por exemplo, Fenocin, Ecuarunari, C-Condem, CNC-EA e o coletivo Serra Norte, juntamente de outras organizações regionais.

Segundo reportagem da página da Via Campesina Internacional, no dia 13 de novembro de 2012 seria graduada a segunda turma da ENA, com 36 técnicos agroecólogos com capacitação em desenvolver “procesos productivos y de formación agroecológica en sus comunidades y organizaciones”. Essa segunda turma leva o nome de Marlon Lozano, um militante da organização Terra e Vida, assassinado em 2011.

O ato oficial de graduação foi realizado nas dependências da Universidad Politécnica Salesiana de Quito durante um evento chamado “Foro: La Problemática Agraria en Ecuador y el aporte de la ENA en la formación de nuevos liderazgos”.

Ainda nessa reportagem, evidencia-se a concepção da escola a respeito do campesinato, da agroecologia e seu papel na soberania alimentar. Segue um trecho da reportagem e de uma entrevista realizada com Freddy Congo, membro da CPP da ENA:

Según la Coordinación de la Escuela Nacional de Agroecología, ENA, la Agroecología se la entiende como un proceso que impulsa la construcción de una manera de producir y consumir autogestionada, colectiva, sana, en armonía con la naturaleza y con las culturas ancestrales de cada lugar. Así, por su sentido colectivo y con memoria histórica, la agroecología impulsaría, con especial fuerza y coherencia, principios comunitarios y ecológicos dentro de la sociedad y el movimiento campesino, pues construye sus principios políticos desde la base de la vida humana: transformando la relación que se establece con la naturaleza para que nos alimente, y las relaciones sociales que sostienen ese proceso. [...] La Agroecología es necesaria para que los pueblos garanticen la soberanía alimentaria y energética para la emancipación humana, además, la agroecología es vital para el avance de la lucha de los pueblos para la construcción de una sociedad en donde no haya la propiedad privada de los medios de producción y de los bienes naturales, sin ningún tipo de opresión y explotación, cuyo fin no es la acumulación, afirmó Freddy Congo, miembro de la coordinación. (Via Campesina Internacional, 2012, não paginado)

A entrevista acima demonstra os princípios que envolvem a concepção de agroecologia trabalhada no curso, como sendo um processo de construção autogestionada, coletiva e em harmonia com a natureza. Afirma ainda a importância da agroecologia para a garantia da soberania alimentar e o avanço da luta dos povos para a construção de uma sociedade sem propriedade privada e exploração. Percebemos nessa entrevista a agroecologia circunscrita na concepção de uma mudança estrutural da sociedade.

Aspectos singulares entre as experiências de formação da Via Campesina

A partir desse breve e sintético relato das experiências de formação política, consideradas parte de um programa de formação da Via Campesina, ou melhor, da Política de Formação da Via Campesina, buscamos fazer algumas reflexões a respeito de aspectos centrais identificados na sistematização dessas experiências.

Entretanto, para isso, apresentamos abaixo um quadro (Quadro 5), síntese dessas experiências:

Quadro 5 – Síntese das experiências de formação da Via Campesina na América do Sul

Característica	Cursos/Atividades/Escolas	Local de realização	Ano de início
Cursos livres ou informais e atividades de formação política	Curso para militantes de base da região Cone Sul	Itinerante	1998
	Escola de formação de militantes de base da região andina	Itinerante	2008 (possivelmente)
	Escola de formação de dirigentes – Egídio Brunetto	Itinerante	2011
	Cursos latino-americanos da Escola Nacional Florestan Fernandes	Brasil	2008
	Escola de formação de mulheres: continental, região <i>conosur</i> e região andina	Itinerante	Sem informação
	Acampamento da Juventude latino-americana da VCI	Argentina	2000
	Campanhas da VCI	—	—

Continua

Quadro 5 – *Continuação*

Cursos livres ou informais e atividades de formação político-profissional	Escola de comunicação popular da Cloc VC	Itinerante	2011
	Campefino a Campefino	Cuba, México, Guatemala, Nicarágua, Equador, Colômbia	1960 (antes da conformação da VCI)
	Escola de agroecologia Raul Balbuena	Colômbia	Sem informação
	Encontro de formadores em agroecologia	Itinerante	2009
Escolas e institutos de formação político-profissional em agroecologia	Escola Latino-americana de Agroecologia – Elaa	Brasil (Lapa, Paraná)	2005
	Instituto de Agroecologia Latino-americano – Iala Paulo Freire	Venezuela (Alberto Arvelo Torrealba, Barinas)	2006
	Instituto de Agroecologia Latino-americano – Iala Guarani	Paraguai (Curuguaty, Canindeyú)	2008
	Instituto de Agroecologia Latino-americano – Iala Paulo Amazônico	Brasil (Parauapebas, Pará)	2010
	Universidade Campesina – “Suri” Unicam-Suri	Argentina (Ojo de Agua, Santiago del Estero)	Sem informação
	Escola Nacional de Agroecologia do Equador – ENA	Equador	Sem informação

Fonte: da autora.

Inicialmente, devemos considerar que as experiências que compõem a política de formação da Via Campesina constituem uma tentativa de dar unidade às experiências de formação política e técnico-profissional desenvolvidas por organização a seu modo, sendo elas de caráter restrito à sua organização ou com iniciativas de construção de processos latino-americanos ou mesmo entre organizações de um mesmo país.

Assim como a construção da Via Campesina, a política de formação da Via Campesina vem originalmente de experiências locais, com caráter regional, nacional ou internacional. Carregam consigo suas históricas maneiras, formas, metodologias e concepções que, por vezes, se entranham ou se desencontram na sua imensa diversidade, entretanto não pareceram em nenhum momento empecilhos ou travas à necessidade emergente de

construir coletivamente um programa de formação. A busca de construir um programa de formação da Via Campesina é justamente a necessidade de encontrar as singularidades desses processos, a identidade desses processos, o que há neles de comum, o que dá unidade à Cloc-Via Campesina, o que identifica sua Política de Formação.

Percebemos a preocupação constante em reconhecer todos os esforços em construção de processos educacionais e formativos para elevar a qualidade de participação de integrantes dos movimentos sociais do campo, e ao mesmo tempo a necessidade de organizar linhas comuns que orientem essas práticas fundamentadas no fortalecimento na unidade internacional de trabalhadores e trabalhadoras do campo, organizados em movimentos sociais que lutam contra as consequências do sistema capitalista no campo. Na atualidade, o agronegócio se expressa de diferentes maneiras em cada território, porém, com características similares e de caráter global, buscando a hegemonia sobre os recursos naturais e patrimônios culturais.

Consideramos importante destacar o método de construção das políticas de formação da Via Campesina, desde a diversidade, que assim como o método de construção das próprias VCI, possibilita encontros e desencontros, discussões, tensionamentos e acordos. A importância desse método está justamente em como chegar aos possíveis resultados que se esperam.

Um segundo elemento importante e que está presente na origem das políticas de formação da Via Campesina é o fato de que estas devem incidir na construção de territórios contra-hegemonia do capital. Os processos de formação, por sua própria peculiaridade de fazerem parte de organizações sociais do campo que confrontam diretamente as consequências do capital no campo, necessitam incidir na ampliação da compreensão de seus integrantes sobre os mecanismos histórico-econômicos e ideológicos do capital sobre a vida cotidiana destes. Na mesma medida, devem contribuir com instrumentos e informações que possibilitem às organizações propor, cada vez com maior precisão, questões para a construção de uma nova sociedade, uma nova maneira de produzir a existência humana sem a exploração e a subsunção direta ou indireta do ser humano e da natureza à ambição lucrativa e à contração de riquezas.

Nesse sentido, as políticas de formação da Via Campesina têm uma posição de classe, e necessariamente estão vinculadas à estratégia da própria organização. Talvez por isso, incomodem um tanto a classe dominante,

que, por meios de comunicação de massa, faz uma propaganda degeneradora, desinformativa, mantendo e impulsando por meio do senso comum posições na grande massa de repulsa a qualquer iniciativa que venha a contrapor esse sistema, como o exemplo do caso anteriormente relatado da imprensa paraguaia contra o Iala Guarani.

Nesse sentido, a formação assume um papel de espaço de teorização, de reflexão sobre as práticas, e por isso imbricada organicamente às lutas desenvolvidas pelas organizações que dela participam, conseqüentemente aportando para a qualificação dessas práticas militantes socioproductivas e políticas.

Isso se expressa também no cuidado da dinâmica dos próprios cursos, escolas ou atividades, no envolvimento da dinâmica do curso com o trabalho de base, ou seja, com atividades sociopolítico-organizativas e produtivas nas comunidades onde acontecem os cursos. Isso se expressa por diferentes denominações, como: trabalho de base, interação sociocomunitária, tempo comunidade, projeto formativo etc. Por exemplo, o Curso Cone Sul, o mais antigo e uma das referências históricas de construção de uma política de formação da Via Campesina, possibilitou a projeção de militantes e quadros que vêm construindo a luta e a organização camponesa nesses últimos anos, assim como na efetivação dessa articulação internacional de camponeses.

Um terceiro elemento bastante importante é preocupação constante com a formação político-profissional nos diferentes níveis. Desde a formação de base, passando pela formação de militantes e formação de quadros ou lideranças. Como o caso do sistema Campesino a Campesino, uma metodologia de trabalho sociopolítico-organizativo e agroecológico diretamente com os camponeses, ou mesmo o vínculo desses cursos e escolas de formação de militantes realizando trabalhos diretamente com a base, ou ainda, as campanhas da Via Campesina com temas referentes aos agrotóxicos, reforma agrária e soberania alimentar, a violência contra as mulheres e sementes crioulas. São experiências diretamente ligadas à formação de base, mesmo que não se resumam apenas a ela, visto que na medida em que se organizam, coordenam, realizam essas atividades, se fortalecem ou se forjam também novos militantes e dirigentes que realizam esses processos.

Entendemos como base todas as pessoas, todas as famílias que, de alguma forma, estejam vinculadas a cada organização social articulada na Via Campesina. O vínculo destas com cada organização dependem do caráter

de cada organização. Algumas são consideradas movimentos de massa, outras como articulação ou coordenação de diferentes organizações regionais, ainda redes, conselhos, confederações e organizações sindicais. Cada qual com sua estrutura organizativa e sua forma de representatividade. Algumas são especificamente de indígenas, ou camponeses, ou de mulheres trabalhadoras do campo, outras mesclam a organização de assalariados rurais, camponeses, indígenas e comunidades afrodescendentes.

Todas essas organizações, apesar de suas características peculiares, estão relacionadas à organização de trabalhadores do campo. Estes, de uma maneira ou de outra, são explorados ou subsumidos à lógica de produção capitalista e por isso com causas comuns. São frutos de um processo de seleção, apropriação e concentração de recursos naturais e da própria riqueza gerada pelo trabalhador e pela trabalhadora.

Em relação ao termo massa, referenciado em vários momentos deste capítulo, pretende-se desenvolvê-lo mais adiante, sob a luz do pensamento de Antonio Gramsci. Nesse sentido, somente referenciamos que, para a Via Campesina, o termo massa estaria relacionado a uma somatória de indivíduos trabalhadores que ainda não se deram conta de sua condição de explorado.

Também como parte desse terceiro elemento, sobre os níveis de formação política, há a formação básica de militantes, muitas vezes chamados de ativistas, que desenvolvem atividades organizativas e educativas nas mais diferentes áreas e instâncias. Podemos citar novamente o Curso Cone Sul, ou o Curso Básico de Militantes da Região Andina, ou ainda a formação de tecnólogos e engenheiros em agroecologia, ou comunicadores populares, ou a Escola Continental de Mulheres, o Acampamento da Juventude Latino-Americana, Escola Nacional de Agroecologia do Equador, Unicam e Escola de Agroecologia Raul Balbuena, em Viotá, Colômbia.

Ainda nesse terceiro elemento, com relação à formação de quadros/dirigentes, citamos: a Escola de Formação de Dirigentes – Egídio Brunetto; os Cursos Latino-Americanos da ENFF; os cursos de especialização e mestrado da Escola Nacional Florestan Fernandes; os Encontros de Formadores em Agroecologia; os seminários de escolas e processos de formação; as escolas e institutos de agroecologia; a Unicam; os próprios congressos, assembleias e instâncias da articulação internacional de camponeses, entre outros.

Um quarto elemento que faz parte das políticas de formação da Via Campesina está na busca constante de ampliar a participação das mulheres, seja nas instâncias e espaços de decisão política da organização como um todo, mas também nos processos de formação política e/ou político-profissional, com a finalidade de possibilitar maiores condições de intervenção das companheiras nos espaços onde atuam. A necessidade de avançar e qualificar a participação das mulheres do campo na luta política traçou de maneira que duas linhas de atuação na formação da VC. Uma delas é que, desde as convocatórias para participação nos cursos, escolas e atividades de formação, sejam orientadas a indicação e participação de 50% de companheiras. Esse critério, de certa maneira, põe em debate, nas instâncias locais, a ampliação da participação de mulheres nos processos de formação, mesmo que ainda seja um grande limite em sua efetivação, ou seja, a maioria das atividades não contempla 50% de participação de mulheres, entretanto consideramos um avanço crescente essa participação.

Ainda nessa perspectiva, foram criados espaços de formação política especialmente para companheiras no intuito de aprofundar a discussão específica da situação da mulher do campo, sua condição de gênero, o debate do feminismo, e as formas de estimular sua participação. É o caso das escolas de formação de mulheres, tanto a escola continental, quanto a escola da regional *conosur* e andina. Consideramos que é de fundamental importância a realização de escola somente para mulheres como metodologia de trabalho com as companheiras, mesmo que se compreenda que esse não é o único espaço de formação.

Um quinto elemento que colocamos em destaque é a questão da mística, que a partir das várias formas de linguagens busca expressar a motivação e a convicção da luta. Desde a mística realizada nos encontros, conferências, reuniões, cursos, escolas e atividades de formação, constroem-se aspectos de identidade entre a diversidade político-organizativa existente na VCI, assim como se expressa a construção da árdua unidade entre os diferentes.

A unidade e a identidade não se constroem somente pela mística, ela está presente no método, na forma, nas linhas estratégicas, no internacionalismo, nas ações de luta etc. Entretanto, a mística, por se tratar de convicção, de atitude e da subjetividade que impulsiona a ação humana individual e coletiva, possibilita construir e exercitar aspectos importantes que fortalecem a unidade.

A mística é expressa nas atividades da VC de diversas formas, entre elas: a expressão corporal, a música, o poema, o teatro. Também pela simbologia da natureza e das lutas das organizações do campo, como: a terra, a água e o fogo; as bandeiras; as ferramentas de trabalho dos sujeitos do campo; os chapéus e lenços que caracterizam a cultura e a vida cotidiana do campo etc. Enfim, por meio das diferentes linguagens, realiza-se a comunicação da utopia e da esperança, dos limites e dificuldades e das perspectivas que delineiam as linhas estratégicas da organização.

En todos los encuentros, conferencias y jornadas que organiza La Vía Campesina hay un espacio específico que se conoce por “mística”, como acto simbólico que pone alma, vida y sentimientos a la lucha campesina y refuerza la unidad y la motivación para llevarla a cabo. En concreto, consiste en la exposición teatral de una idea relacionada con la lucha durante unos diez minutos por parte de un grupo de personas, utilizando para ello elementos (vestuario, utensilios, música, baile, rituales...) vinculados a la cultura de los pueblos y suele haber espacio para la expresión espontánea. Normalmente se lleva a cabo a primera hora de cada jornada de debate y es rotativa entre las diferentes regiones. También tiene lugar en momentos álgidos, como la clausura de un encuentro, el homenaje a una persona, la visita de una personalidad pública o política [...] (Sindicato Agrario EHNE, 2008, p.24)

Um sexto aspecto que faz parte das políticas de formação da VC está na sua própria gênese, o internacionalismo, conforme descrito anteriormente. A luta de caráter internacional possibilita de maneira pedagógica compreender a totalidade do projeto do capital para o campo nas suas mais diferentes expressões, assim como possibilita a autocompreensão da totalidade de sua condição de sujeitos do campo, possibilita a autoidentificação enquanto classes sociais que, em um primeiro momento, se contrapõem às consequências do capital que imediatamente lhe atingem, mas que criam condições objetivas para sua unidade mais ampla em busca de sua emancipação.

O internacionalismo como necessidade e como elemento estratégico de luta acompanha também os processos de formação política. Na convivência cotidiana entre as diferentes formas políticos-organizativas, as diferentes formas de produção e de agroecologia, as diferentes concepções e ideologias, as distintas perspectivas para a luta do campo é que se forja um proces-

so de síntese. É por meio da prática cotidiana e do confronto constante entre os diferentes, mas não opostos, que se possibilitam condições objetivas de criação de identidade e unidade, desde as bases, desde a relação entre militantes e base, desde a relação entre dirigentes, militantes e base.

Com certeza o internacionalismo pode ser visto como elemento estratégico para o avanço da luta, mas também deve ser visto como elemento de determinado método, mesmo que este também exija desenvolver formas de não distanciamento pelas diferenças, mas de síntese do que é comum. Por que não dizer que o internacionalismo é um aspecto pedagógico da luta de classes?

Consideramos, por fim, que os elementos aqui citados, e que comportam a política de formação da Via Campesina, demonstram que essas experiências são parte das linhas estratégicas dessa organização. A construção dos cursos, escolas e atividades de formação realizada pelas organizações sociais do campo (com ou sem parcerias institucionais) estão intimamente vinculadas ao processo de espacialização e territorialização contra-hegemônica. Vingam a partir de pressupostos e princípios que fortalecem a sua estrutura organizativa, seus objetivos e sua luta, como: o internacionalismo; a relação teoria-prática (a *práxis*), a educação/formação para a transformação da realidade; o vínculo estudo com o trabalho com a comunidade; a organicidade como forma de participação de todos e todas na construção do cotidiano do curso; a busca por ampliação da participação das mulheres; a mística; e, por fim, mas não menos importante, a necessidade de constante vigilância ao método dessa construção.

Esses princípios e pressupostos forjam diariamente traços de uma política de formação da VC. Seriam esses os passos para a formação de seus próprios intelectuais orgânicos? Seriam essas as características de formação de um intelectual coletivo que é, por si, a própria organização?

4

TERRITORIALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONSCIÊNCIA

Este capítulo tem por objetivo discutir os conceitos de território, territorialização e territorialidade a partir de uma perspectiva geográfica e relacioná-los aos conceitos de organização e consciência a partir da perspectiva de análise de Antonio Gramsci. Na abordagem desse autor, esses conceitos estão intrinsecamente vinculados aos temas: Estado e sociedade civil; hegemonia; organização política como intelectual coletivo; formação política e intelectual orgânico. A síntese desses conceitos contribui para uma leitura crítica dessa luta contra-hegemônica do capital no campo realizada pela Via Campesina desde o enfrentamento, a organização e a formação.

Para a construção deste capítulo, tomamos como princípio que a produção do espaço geográfico, a produção de territórios, está estritamente relacionada ao tema do poder. A produção de territórios, desde o poder do capital condiciona uma geoconomia e uma geopolítica mundial sob seu domínio, envolvendo inclusive aspectos de dominação ideológica, de maneira hegemônica. A forma atual do capital, a partir de seus vetores de plena globalização, imperialismo e financeirização da economia, produziu historicamente sua territorialização ao mesmo tempo em que desterritorializou e ainda desterritorializa os sujeitos do campo pela expropriação, exploração ou subsunção de formas não capitalistas de produção.

Esse movimento territorialização-desterritorialização ocorre em sua forma material e imaterial. Em sua forma material, se realiza por meio de transferências tecnológicas, instalação de grandes transnacionais, processadoras, portos e caminhos para circulação de mercadorias, criação de

commodities etc, articulando seu domínio de maneira global e local concomitantemente. Em sua forma imaterial, constrói uma territorialidade dos consentimentos, quando não pela coerção, e impõe sua ideologia através da mídia, da educação, da cultura e outros instrumentos para manter-se no domínio (Fernandes, 2004, 2009). Para realizar sua territorialidade, encontra e se aproveita de um terreno fértil para instalar-se: a alienação e o senso comum de trabalhadores.

Entretanto, essa desterritorialização não ocorre de maneira tranquila e conforme. Ela está mergulhada de conflito (Fernandes, 2004), que pode gerar inicialmente uma reação individual e imediata, de revolta e de luta espontânea, mas que carrega em si a possibilidade de gerar processos de consciência mais amplos, da tomada de consciência em si à consciência para si (conforme mencionamos nas referências metodológicas da investigação).

A Via Campesina nasce da articulação de organizações sociais do campo que surgem nos marcos das diferentes formas de territorialização do capital na agricultura, conforme comentado no segundo capítulo. Essa articulação internacional, desde uma estrutura organizativa horizontal e coletiva, busca construir unidade de ação desde as mais diferentes formas político-organizativas em nível mundial. Suas linhas estratégicas estão essencialmente na construção de mudanças sociais no campo desde soberania alimentar e da agroecologia, onde a este se vinculam diferentes outras temáticas, como o caso da luta pela terra e pela reforma agrária, o respeito à biodiversidade, pela participação política das mulheres, entre outros.

Para fortalecer suas lutas e ações, assim como sua própria organicidade em caráter internacional, a Via Campesina forja diferentes experiências de formação política e profissional (descritas no Capítulo 3), as quais, desde seus princípios e pressupostos, potencializam o caráter político-pedagógico da própria organização social, forjando seus militantes e quadros, seus intelectuais orgânicos.

Portanto, a territorialização contra-hegemonia do capital promovida pela Via Campesina ocorre desde: suas linhas estratégicas; suas ações de luta e enfrentamento ao modelo e às consequências do capital no campo; sua forma organizativa; e suas políticas de formação, forjando a consciência de sua própria classe.

Na sequência, aprofundaremos a relação existente entre esses conceitos identificados, os quais perpassam pelo tema dessa investigação: território-territorialização-territorialidade; organização sociopolítica e consciência.

Território, territorialização e territorialidade

Partimos da premissa de que todo conceito se desenvolve historicamente, e que se constroem a partir de determinado ponto de vista da realidade concreta, com ela interagindo. O conceito de território e suas variantes, por exemplo, têm uma larga trajetória com base em diferentes concepções de mundo e da compreensão da ação humana na natureza. Pretendemos, aqui, abordar os conceitos de território que têm similitude no seguinte pressuposto: é construído a partir das relações de produção entre os seres humanos para produzir e reproduzir a vida humana objetiva e subjetivamente, relações estas marcadas pelo conflito de diferentes classes sociais. Nessa perspectiva, o conceito de território percorre a primeira metade do século XX na área das ciências sociais em obras de autores vinculados à luta pela transformação social.¹

Lênin, por exemplo, ao mencionar o imperialismo, assinala qual território está relacionado à dominação, à partilha econômica do mundo. Ao realizar essa análise, Lênin olhava para o mundo como se redimensionava o poder hegemônico do capital mediante as relações econômicas, pela fusão de empresas, concentração de capital e conformação de grandes monopólios, assim como o papel dos bancos estreitamente vinculados ao Estado.

Esse momento histórico, início do século XX, foi marcado por diferentes experiências de luta e debate sobre as consequências do capital na vida dos

1 O conceito de território não nasce aqui, é bem anterior a esse momento histórico. Por exemplo, no século XVIII, estava relacionado à construção dos Estados Nacionais contemporâneos. Esse conceito também pode assumir, desde a geografia quantitativa, a organização espacial desprovida da relação direta com o poder, como a limitação distrital, por exemplo. Desde a geografia crítica, o conceito de território está relacionado a espaço e poder, onde o agente social está para além dos Estados Nacionais – como afirmavam os geógrafos tradicionais – mas, na produção de grupos sociais que, para manter ou contestar o poder, produzem, reivindicam e disputam territórios. Por essa perspectiva, se enfatiza a dimensão tanto material quanto simbólica do poder. Alguns autores enfatizam mais uma do que outra. Outros autores apontam a relação intrínseca entre essas duas dimensões do processo de territorialização. Demarcamos neste trabalho esse marco conceitual para desenvolver as reflexões sobre o tema.

trabalhadores, assim como a necessidade e as formas de organização destes para a construção de uma nova sociedade. Foi o caso do processo soviético² e sua influência e inspiração a diferentes outros países, como, o caso particular da Itália, onde nasceu e viveu o autor ao qual se baseiam algumas análises deste trabalho, Antonio Gramsci.

Para Saquet (2007), Giuseppe Dematteis traz para a discussão de território os *consigli di zona* e os *consigli de fabbrica* na Itália da década de 1920 e ressalta a forte organização dos operários em Turim, processo do qual Antônio Gramsci foi um grande animador e dirigente teórico. Esses conselhos tiveram um papel fundamental em contestar a organização capitalista do trabalho e unificar as diferentes posições políticas. Como afirma Saquet (2007), uma maneira encontrada para “articular internamente o movimento operário que tinha uma organização explicitamente territorial: estabeleceu-se uma unidade entre as diversas categorias e posições políticas” (Saquet, 2007, p.41).

Segundo Saquet (2007), Dematteis publica, em 1976, os *Cadernos do Território*, no qual analisa os “novos arranjos territoriais do capital e do movimento operário após 1968”. Para ele, o encontro das análises marxianas e a geografia se dá principalmente a partir da década de 1960, por meio de autores que realizaram um debate teórico-metodológico sobre território como uma categoria essencial para análise da relação espaço-poder, a partir de uma lógica antipositivista. Alguns desses autores são: Massimo Quaini, Giuseppe Dematteis, Claude Raffestin, Henry Lefebvre e David Harvey. Território, nessa perspectiva, parte do princípio do conflito de classes, no qual o território é espaço de interações sociais que se estabelecem em diferentes escalas. É, portanto, mediador das relações de produção. Essa elaboração teve a influência de autores como Félix Guatarri e Antonio Gramsci, entre outros autores.

Saquet (2007) afirma que na retomada do conceito de território sob uma perspectiva de luta de classes, Gramsci é um autor de fundamental importância.

Antonio Gramsci, como mencionei anteriormente, volta toda a sua produção intelectual à atuação na prática revolucionária, incentivando e orientando a

2 Considerada a primeira revolução de caráter socialista na história de luta dos trabalhadores.

aliança entre operários e camponeses [...] numa articulação de classe e territorial, como tática organizativa para a revolução que requer mudanças materiais e ideológicas (políticas, intelectuais). (Saquet, 2007, p.61)

Construir uma revolução na Itália era a perspectiva desse autor, e, sobre ela, elaborou e/ou ressignificou conceitos como, bloco histórico, organização política, hegemonia e consciência. O conceito de território não foi trabalhado diretamente por Gramsci, mas encontra-se explícito em suas diferentes reflexões, que buscavam analisar as condições objetivas da Itália e a especificidade de uma possível revolução em seu país. O tem a do território está presente principalmente no texto “A questão meridional”, entre outros que tratam da organização e a articulação nacional, que constam na obra *Cadernos do Cárcere*. Esses preceitos fundamentam a elaboração, dos diferentes autores anteriormente mencionados, sobre o conceito de território fundamentado na relação natureza e sociedade na economia, política e cultura, na apropriação, dominação e controle e nas identidades e representações.

Raffestin (1993), um dos autores anteriormente citados, afirma que o conceito de território está imbricado ao conceito de poder. Ele afirma que toda relação manifesta poder ou um campo de poder. Afirma também que o termo poder não é unívoco. Ele carrega certa ambiguidade, pois pode significar um conjunto de instituições que garantem a sujeição e o controle da população e dos recursos por determinado Estado, mas também – e como origem – pode configurar pontos de poder que se estabelecem em toda e qualquer tipo de relação social. Esses pontos podem não ser palpáveis, ou podem parecer invisíveis, mas existem concretamente e ali se desenvolvem. Nesse caso, as intencionalidades e finalidades é que revelam o poder em suas diferentes dimensões.

Assim, as relações de poder se expressam nos territórios de diferentes maneiras, ao mesmo tempo em que realizam a organização e a reorganização territorial da dominação nos aspectos materiais e imateriais (ou simbólicas e ideológicas). Ou seja, as relações sociais entre os sujeitos e objetos se concretizam no território e significam territorialidades.

O território é a cena do poder e o lugar de todas as relações. [...] O território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico [...] sempre ligado ao controle e à dominação social. (Saquet, 2007, p.34)

Raffestin também trabalha o elemento do poder quando conceitua os sistemas territoriais, onde os territórios – por meio de malhas, nós e redes –, mesmo que não diretamente visíveis, possuem ligações por decisões, projetos ou estratégias políticas. Afirma que:

O sistema territorial pode ser decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores e, como meio pode ser decifrado por meio de ganhos e dos custos que acarreta para os atores. O sistema territorial é, portanto, produto e meio de produção”. (Raffestin, 1993 p.158)

Parece clara a fundamentação de Raffestin em Maquiavel, pois para este, poder é essencialmente relação de dominação, de apropriação, de ocupação, de administração pelos costumes, leis e da própria língua. “O poder é exercício da apropriação e dominação” (Saquet, 2007, p.28).

Segundo Saquet, de maneira similar ao pensamento de Raffestin, Magnaghi compreende território como relações de poder e apropriação territorial, que se materializam de maneira multiforme de maneira multiforme. Outro autor que trabalha o conceito de território nessa perspectiva é Gottman, que o analisa sob a perspectiva da colonização, pela qual a “ocupação do novo mundo que correspondia para a classe dominante de alguns países europeus, a novos territórios para dominação e exploração”. Território, “portanto, destaca-se por duas funções principais: servindo de abrigo e servindo de trampolim para oportunidades” (Saquet, 2007, p.27).

Nessas abordagens, percebe-se que o conceito de território está estreitamente vinculado ao tema do poder, do conflito e da disputa territorial. Território é, em si, disputa territorial, é processo, e, por ser processo, contém o elemento da historicidade e das múltiplas escalaridades que o caracterizam como geo-histórico.³ É por essa perspectiva de processo ou de movimento que Saquet (2007) afirma que Deleuze e Guatarri abordam o tema do território sob a perspectiva de territorialização-desterritorialização-re-

3 Perspectiva geo-histórica em Quaini (2002).

territorialização (TDR). Nesse sentido, na disputa territorial, as lutas de movimentos sociais são essencialmente para desterritorialização do capital, construindo nova reterritorialização, já que as comunidades tradicionais ou camponesas foram desterritorializadas pela territorialização do capital em seu poder hegemônico.

Quando afirmamos a expressão territorialização contra-hegemônica da Via Campesina, afirmamos que, a partir do enfrentamento, da luta, de sua estratégia, sua organicidade e sua política de formação, constroem-se territórios, antes desterritorializados pela hegemonia do capital. Busca-se territorializar-se desterritorializando o poder do capital, embora compreendamos também que a desterritorialização o poder do capital no campo não ocorre em sua plenitude, a não ser que esteja nos marcos de uma mudança estrutural da sociedade. Afirmamos também que a territorialização contra-hegemônica da Via Campesina se dá nos marcos da resistência e do enfrentamento, põe a contradição do capital no campo em evidência e realiza a luta de classes.

Esse processo não é linear, e nem poderia ser. Não é como retirar algo de algum lugar e colocar outro “algo”. Quando nos referenciamos à territorialização da Via Campesina, estamos mencionando o constante e insistente processo de desterritorializar o capital em seus aspectos econômicos e ideológicos, em sua territorialidade material e imaterial. É sob essa perspectiva que se desdobra a inquietação a respeito do papel da formação política no processo de territorialização dessa organização, fato que se efetiva essencialmente na luta concreta, no processo organizativo das diferentes organizações dos diferentes sujeitos do campo. Pretendemos desdobrar essa reflexão posteriormente.

Guatarri desenvolve o conceito de território a partir de uma abordagem humanista, ligada à subjetividade individual e coletiva, onde o agir social é um agir territorial que constrói e reconstrói território, que também é fruto da condição da reprodução social. “O território é produto e condição de processos sociais” (Saquet, 2007, p.88).

Segundo Saquet (2007), para Lefebvre, território é um espaço modificado pelo trabalho, revelando sempre relações de poder – desde o Estado ao indivíduo – nas suas múltiplas dimensões. O território é assim objetivado pelas relações sociais de poder e dominação. Essa objetivação implica a cristalização de uma territorialidade, ou de diferentes territorialidades em conflito no espaço. Territorialidade, portanto, está relacionada à intencio-

nalidade na objetivação do poder. Desde essa premissa, Lefebvre analisa a articulação afinada entre as territorialidades materiais e ideológicas, como uma condiciona a outra, e vice-versa.

Saquet (2007) também cita Bagnasco (Bagnasco, 1977, apud Saquet, 2007, p.73) como um autor que se baseia no pensamento de Gramsci. Em especial, Bagnasco analisa que o tema sobre “A questão meridional”,⁴ ou a sociedade meridional, é para o autor um “produto de articulações entre distintas classes sociais” (Saquet, 2007) como uma questão territorial,⁵ (desde a articulação de camponeses, estado e intelectuais). Para Gramsci, a única classe territorialmente nacional na Itália do início do século XX era a pequena burguesia, e, era necessário organizar a aliança operária e camponesa para a constituição de um novo bloco histórico na luta contra a hegemonia do capital. Era necessário que o partido comunista⁶ se organizasse territorialmente⁷ na dimensão política e ideológica para enfrentar as forças do bloco agrário-industrial do capital. Aponta Saquet que:

Gramsci elabora claramente uma compreensão (i) material do conflito de classes e do desenvolvimento italiano, no qual há produção material, a psicologia, a mentalidade camponesa, a consciência da classe trabalhadora, difusões, organização política, intelectuais, todos termos comuns em seus textos de 1916-1926. [...]. O problema das relações de classe, mas também é especialmente como um problema territorial, isto é como um aspecto da questão nacional. (Saquet, 2007, p.61)

4 O texto “A Questão Meridional” de Antonio Gramsci trata da sociedade meridional. Segundo Gruppi (1978), a sociedade meridional era um grande bloco agrário constituído por três extratos sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e media burguesia rural; e os grandes proprietários rurais e os grandes intelectuais. Nesse sentido, era necessária a aliança entre os camponeses do norte aos operários do sul para construir um novo Estado, uma nova ordem política. Essa aliança deveria incorporar no programa de luta as exigências de classe que cada qual representava. O proletariado poderia torna-se classe dirigente na medida em que criasse um sistema de alianças.

5 A leitura de Bagnasco era de que para compreender a especificidade das classes sociais e suas relações, era necessário analisá-las sob uma abordagem territorial, “porque o desenvolvimento e a articulação entre classes são uma questão territorial” (Saquet, 2007, p.62).

6 Partido no qual Gramsci militava e era dirigente nesse período.

7 Território, para Gramsci, embora não mencionado diretamente, parece ser um conceito relacionado ao caráter nacional.

Para Bagnasco (1977), o território está para “além da área e formas espaciais, significa conexão, articulação, é resultado e condição da dinâmica socioespacial, na qual se sucedem agregações territoriais, por mudanças/ inovações e por permanências sociais” (Saquet, 2007, p.73). No entanto, é pressuposto considerar que território se constrói a partir do espaço.

É importante, aqui, determo-nos um pouco mais sobre o tema e o conceito de espaço. Milton Santos (2003), geógrafo brasileiro, destaca – em uma abordagem materialista dialética – a centralidade do conceito de espaço geográfico, e não de território. Para esse autor, na produção do espaço é fundante o papel do trabalho e das técnicas como os grandes mediadores da relação sociedade-natureza. Assim, o espaço é produzido na relação homem-espaço, que aparece em um primeiro momento apenas como paisagem.

O trabalho e as técnicas ganham centralidade em sua argumentação; o homem é o sujeito, as técnicas, mediação e o espaço é um produto histórico [...] Para Milton Santos, o conceito de território é subjacente, composto por variáveis, tais como a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, fixos, relações de trabalho etc. (Saquet, 2007, p.91)

Portanto, território, para esse autor, deriva da produção do espaço. Território não é neutro, muito menos um ator passivo. Espaço e território, fundamentados na sociedade do dinheiro, produzem uma fragmentação generalizada e esquizofrênica que acolhe a racionalidade dominante ao mesmo tempo em que permite a existência submetida de outras formas de vida. Essa fragmentação esquizofrênica permite a regulação e a pacificação de forças contrárias a seu domínio por meio de diferentes elementos. Entre estes, a questão da rapidez e da fluidez de tecnologias difundidas de maneira selecionada em determinados lugares, enquanto que, em outros lugares (não tão adequados aos interesses capitalistas), permanece um ritmo de produção mais lento. Essa “esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência” (Santos, 2003, p.80).

A partir de uma concepção crítica de território, Saquet (2007), assinala que território é resultado de “relações sociais que se territorializam desigualmente, por mediações e ações, sobretudo, econômicas e políticas, de controle na processualidade da luta de classes” (Saquet, 2007, p.135). Nesse

sentido, Oliveira (2010) afirma que o desenvolvimento do capitalismo no campo submete o trabalho dos trabalhadores para a produção, mas também se reproduz na incorporação de “formas sociais não capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista”. Assim, o capitalismo “se nutre de realidades não capitalistas” e essas desigualdades “não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista” (Oliveira, 2010, p.6).

Nesse sentido, a territorialização do capital ocorre “quando a indústria, o proprietário da terra e o capitalista da agricultura se tornam a mesma pessoa ou empresa”, e a monopolização do território ocorre desde a subsunção de formas não capitalistas de produção às leis do capital, ou seja, quando “agentes do capital monopolizam o território sem se territorializar, redefinindo assim, relações camponesas de trabalho e se utilizando deste para produzir capital”(Oliveira, 2002, apud Saquet, 2007, p.136).

Outro autor contemporâneo que reflete a respeito do caráter da conflitualidade na produção de território é Fernandes (1999, 2005, 2013). Para ele, território se configura como lugar de conflitualidade e de luta entre diferentes classes sociais, um lugar de dominação e de negociações. Em sua tese de doutorado (1999), o autor retrata como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-Brasil) foi se territorializando em cada estado por meio da luta e o conflito pela terra, da ocupação, da organização, do trabalho de base, da negociação, e das alianças com outras organizações e instituições – como o caso da CPT, Partido dos Trabalhadores, das comunidades eclesiais de base etc.

Esses elementos caracterizam os caminhos, ou formas de como esse movimento social foi se espacializando e se territorializando. Na análise do autor, esse processo se dá essencialmente pela primeira necessidade de sobrevivência das famílias desterritorializadas pela ação do latifundiário e do capital na agricultura, e nasce concretamente no processo de ocupação. A ocupação não é uma ação realizada somente pelo MST, mas por outras organizações do campo, ou grupos não organizados, que o fazem pela necessidade de sobrevivência.

Fernandes analisa que, desde essa ação primeira, a ocupação se estabelece em diferentes tipos e formas de espacialização e territorialização. As ocupações podem ser de caráter espontâneo (isolado), ou ainda organizado (espacializado), como no caso do acampamento.

As ocupações isoladas e espontâneas acontecem, majoritariamente por pequenos grupos, numa ação singular de sobrevivência, quando algumas famílias ocupam uma área sem configurarem uma forma de organização social. Entram na terra em grupos e então, pela própria necessidade passam a constituir um movimento social. O caráter da espontaneidade está no fato de não haver uma preocupação anterior em se construir uma forma de organização, o que acaba por acontecer, ou não, no processo de ocupação. Essas ocupações podem resultar em um movimento social isolado. (Fernandes, 1999, p.278)

Concordamos com a leitura do autor que a territorialização ocorre a partir das lutas, ocupações, organização, trabalho de base, e alianças que se estabelecem. Analisamos também que esses são os fundamentos que marcam o que queremos afirmar como territorialização da Via Campesina em contraposição aos interesses do capital no campo. Dessa forma, as ocupações espontâneas, que não pressupõem uma base organizativa anterior de trabalho de base, se dão unicamente pela necessidade de mover-se e sair da condição passiva de sobrevivência, podem não conter, ou contêm embrionariamente, um projeto político mais amplo, uma estratégia política de transformação social. Essa ação, quando intencional, mesmo que num primeiro momento impulsiva e dispersa, pode caracterizar-se como processo de espacialização, e, posteriormente, como afirma Fernandes (1999), forjar-se como movimentos territorializados. Os movimentos sociais territorializados, ou movimentos socioterritoriais, na visão do autor, são resultado das experiências de lutas de diferentes processos de ocupações organizados e espacializados, têm um projeto político mais amplo, na busca por transformação da realidade.

Girardi (2008) aponta que a discussão de território é indissociável da discussão de espaço, pois o primeiro “é formado a partir do espaço geográfico”. Para o autor, os dois conceitos estão vinculados a relações de poder, que são desempenhadas por sujeitos que produzem espaços e têm o objetivo de construir territórios. As relações desenvolvidas por esses sujeitos (indivíduos e/ou coletivos) podem se configurar como apropriação, dominação ou influência. E é justamente no ato de exercer o poder no espaço para a criação de territórios que esses sujeitos promovem o movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR).

Neste sentido, Girardi (2008) afirma, com base nas proposições de Fernandes, que o território contém duas dimensões, uma dimensão material e outra imaterial, e que estas são indissociáveis em um processo de territorialização. A primeira se refere aos aspectos objetivos, à materialidade do território, e a segunda, aos aspectos subjetivos, às estratégias dos sujeitos, às representações destes para a construção territorial. Neste último, estão implícitos a ideologia e os posicionamentos políticos que têm ação direta e indiretamente na construção objetiva, e, portanto, no aspecto material do território. Assim, a relação de dominação, a hegemonia e o consenso são elementos imateriais de uma construção territorial, ou de uma territorialização.

Resgatando a concepção de Raffestin (1993), Girardi (2008) analisa que território também pode se configurar como territórios-rede. Estes são marcados pela fragmentação, descontinuidade e sobreposição. A articulação deles é proposta por alguns autores como multiterritorialidade, um conceito que expressa a possibilidade de conectar diversos territórios, fisicamente ou mesmo simplesmente sob o elemento da influência. Nesse conceito, observamos que mesmo que território indique a necessidade de um espaço, outros diferentes territórios podem estabelecer-se no mesmo espaço, o que não significa que são excludentes. Sob esse espaço, se constroem processos de territorialização, que podem expressar interesses coincidentes e coexistentes ou de conflituosidade, ou melhor, territorialidades consentidas ou conflitantes. É o caráter da conflitualidade que gera o processo TDR, citado anteriormente.

É importante mencionar aqui que alguns autores que foram citados até então afirmam que o tema da territorialidade aparece como parte do movimento TDR. Abaixo se descreve a concepção desses autores sobre o tema.

Conforme analisa Saquet (2007), territorialidade, para Dematteis (1999) e Raffestin (1981, 1993) é “um fenômeno social” que envolve grupos interagindo entre si “mediados pelo território”, mediações estas que mudam no tempo e no espaço. Territorialidade é compreendida como um processo relacional ligando o mundo real ao mundo das sensações e da representação. Assim, o agir social tem a escala local, é territorial e significa territorialidade (Saquet, 2007, p.75-6, 115, 128).

A territorialidade ou espacialidade está relacionada a um processo de construção de identidade, segundo Saquet (2007). Envolve um campo

simbólico que se constrói, desconstrói e reconstrói pelo tempo e de maneira relacional. Está diretamente relacionado à construção de uma abordagem territorial (i)material. Território (i)material está vinculado à expressão do território no pensamento. Poderíamos chamar de território (i)material “o movimento do pensamento em sensações, percepções, leituras, reflexões”, ou seja, aspectos abstratos, cognoscitivos que são inerentes “aos processos territoriais significando, ao mesmo tempo, objetividade” (Saquet, 2007, p.171). Importante citar que, sob esta perspectiva, o conceito de território busca superar a dicotomia historicamente construída entre a ideia e a matéria, entre a natureza e a sociedade.

É nesse sentido de territorialidade como expressão (i)material do território que se encontra imprescindivelmente a ideologia, a forma do pensamento único, o pensamento dominante do sistema em que se vive, como menciona Santos (2003). Nela, estão presentes os consensos, a reprodução pura e fiel da territorialidade dominante, assim como os conflitos e crises que partem da vivência concreta e cotidiana das contradições locais e particulares. Conflitos estes que podem gerar uma nova forma de pensamento, uma nova forma de consciência individual e coletiva.

Na territorialização como uma unidade dialética entre o material e o imaterial, encontram-se subentendidos projetos, política e estratégias. Mesmo que muitas vezes não claramente visíveis, se materializam aí, se reproduzem aí, e daí partem as contestações. Daí nasce a possibilidade de uma articulação precisa entre o local e a forma universal que singularmente se expressa no particular.

Santos (2003), como mencionado anteriormente, quando analisa a atuação do capital, trabalha especialmente que este produz “esquizofreniado espaço”, ou seja, produz a alienação. Analisa também a necessidade emergente de ressignificar o espaço sob uma “nova consciência de mundo”. No caso do campo, o autor analisa que a agricultura científica e globalizada produz a alienação do território. A agricultura, desde uma referência mundial (universal) recebe influência das mesmas leis que se desdobram nas localidades. Leis estas que regem “espaços da produção econômica”, a partir do avanço tecnológico e do aumento exponencial de quantidades produzidas “em relação às superfícies plantadas”, visando unicamente ao aumento da produtividade e ao lucro (Santos, 2003, p.88-9).

É essa agricultura globalizada que produz uma “esquizofrenia do espaço” e do território, que, de maneira fragmentada, acolhem diferentes vetores da globalização, que reproduzem cotidianamente em espaços particulares as manifestações de um sistema que opera em sua totalidade. Entretanto, ao mesmo tempo, produz também de maneira acelerada o sujeito contestador desse sistema. Sobre esse tema, destaca-se em Santos (2003) o trecho a seguir:

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados [...]. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo [...]. Mas a conformidade com a razão hegemônica é limitada, enquanto a produção plural de irracionalidades é ilimitada. É somente a partir de tais irracionalidades que é possível a ampliação da consciência [...]. Este é o fundamento da esquizofrenia do lugar [...]. A mediação técnica e a produção correspondente, local e diretamente experimentadas, podem não ser inteiramente compreendidas, mas vividas como um dado imediato, enquanto a mediação política, frequentemente exercida de longe e cujos objetivos nem sempre são evidentes, exige uma interpretação mais filosófica. Uma filosofia banal começa por se instalar no espírito das pessoas com a descoberta, autorizada pelo cotidiano, da não autonomia das ações e dos seus resultados. Este é um lado comum a todas as pessoas, não importa a diferença de suas situações. Mas outra coisa é ultrapassar a descoberta da diferença e chegar à sua consciência. (Santos, 2003, p.114-6)

Na perspectiva de Milton Santos (2003), a produção do lugar e do território fragmentado leva à reprodução do sistema capitalista de maneira globalizada, mas também, ao mesmo tempo, impulsiona, por suas próprias contradições, a possibilidade de uma nova consciência que inicialmente pode ser espontânea, mas que contém ali o gérmen de uma contestação à manifestação particular e local da dominação. Entretanto, continua o autor, esse tipo de consciência pode “conduzir simplesmente à defesa individualista do próprio interesse, sem alcançar a defesa de um sistema alternativo de ideias e de vida” (Santos, 2003). A possibilidade de passar da ação espontânea para uma busca genuinamente mais duradoura, com

“remédios estruturais”, depende do conhecimento da totalidade, depende de desenvolver uma visão crítica do conhecimento superficial e incompleto das manifestações locais desse sistema. O problema crucial estaria então em dissolver a ideologia do pensamento único que penetra em ações e objetos, estaria em:

[...] como passar de uma situação crítica à uma visão crítica – e, em seguida alcançar uma tomada de consciência. [...] Para isso, é fundamental viver a própria existência como algo de unitário e verdadeiro, mas também como um paradoxo: obedecer para subsistir e resistir para poder pensar o futuro. Então a existência é produtora de sua própria pedagogia. (Santos, 2003, p.116)

Assim, para o autor, a formação da “humanidade como um bloco revolucionário” exige uma “interpretação sistêmica cuidadosa, de modo a permitir que cada coisa, natural ou artificial, seja redefinida em relação com o todo planetário. Essa totalidade – mundo se manifesta pela unidade de técnicas e das ações”. (Santos, 2003, p.171)

É nessa totalidade territorial que se manifestam, de maneira particular nos lugares, atitudes de colaboração e/ou de choque contra o sistema. A criação de uma nova consciência de mundo, de estar no mundo, exige a proposição de uma nova política. Uma nova política que assegure junto à informação generalizada (que por agora é fragmentada), que cada lugar tenha uma comunhão universal com todos os outros.

Ousamos, desse modo, pensar que a história do homem sobre a terra dispõe afinal das condições objetivas, materiais e intelectuais, para superar o endeuamento do dinheiro e dos objetos técnicos e enfrentar o começo de uma nova trajetória. Aqui, não se trata de estabelecer datas, nem de fixar momentos da folhinha, marcos num calendário. Como o relógio, a folhinha e calendário são convencionais, repetitivos e historicamente vazios. O que conta mesmo é o tempo das possibilidades efetivamente criadas, que à sua época, cada geração encontra disponível, isso a que chamamos tempo empírico, cujas mudanças são marcadas pela irrupção de novos objetos, de novas ações e relações e de novas ideias. (Santos, 2003, p.174)

Com a leitura desse autor, observamos que o processo de espacialização e territorialização se manifesta de maneira particular, mas sob uma lógica articulada e de totalidade. Refere-se aqui à atuação do capital, à forma hegemônica do capital, que produz e reproduz um pensamento único ao mesmo tempo em que propicia as contradições, produzindo sujeitos excluídos que vão se dando conta de sua situação crítica. Estes sujeitos vão tomando consciência espacial dessas contradições desde o cotidiano de seu trabalho.

Portanto, compreender a territorialização exige compreender os aspectos objetivos ou materiais (como técnicas, recursos, natureza e relações sociais de produção sob a ótica da hegemonia do capital) e seus aspectos subjetivos ou imateriais (as relações de poder que inscrevem num campo político essa materialidade). Território material e território imaterial se articulam construindo territorialidades e territorializações que se definem por conservar ou contestar a ordem vigente.

Nesse sentido, a estratégia da territorialização hegemônica do capital no campo na atualidade se estabelece em um largo processo de desterritorialização de comunidades indígenas, camponesas e afrodescendentes. Segundo Raffestin (1993), esta territorialização se dá pela transferência tecnológica, pela instalação de empresas multinacionais e transnacionais, redimensionando e centralizando a produção de mercadorias e de conhecimentos científicos que envolvem cada vez mais o aumento da produtividade, e, por conseguinte, a extração de mais-valia e da renda da terra. A territorialização do capital no campo também arrasta consigo a produção de novos polos de desenvolvimento a partir de tecnologias intermediárias, cria empregos, pouco desperdiça e aumenta a capacidade produtiva de determinado lugar. Geralmente essas tecnologias intermediárias, que não provocam grandes transformações sociais se situam “entre as técnicas ancestrais e as técnicas sofisticadas” (Raffestin, 1993, p.248-9).

Por fim, com as reflexões apontadas, consideramos que o tema do território e suas variantes estão intrinsecamente vinculados à construção de projetos estratégicos para o campo, foco deste trabalho. E esses projetos carregam aspectos materiais e imateriais para sua consolidação; em outros termos, para a construção de uma territorialização, se faz necessário construir territorialidades, sejam elas do consentimento (no caso do projeto do capital para o campo), sejam elas de contestação (no caso do projeto de luta contra-hegemônica da Via

Campesina). Projetos que se chocam na forma de conflito de interesses, conflito de classes sociais.

A territorialização e a territorialidade do capital no campo é marcada pela transferência de tecnologias para regiões de grande riqueza de recursos naturais como água, terra e minérios, ou mesmo regiões estrategicamente colocadas para produção de *commodities* e matérias-primas como soja, milho, celulose, agrocombustíveis etc.

Essa territorialização e seu projeto hegemônico se dão em escala mundial, inclusive em países latino-americanos, onde se constituíram nos últimos anos governos de caráter progressista ou de centro-esquerda. Nestes, a territorialização do capital no campo se efetiva desde projetos neodesenvolvimentistas, onde o incentivo à extração, à exploração, à expropriação e à subsunção de formas não capitalistas de produção nesses países gera recursos que em parte são investidos em bens sociais aos trabalhadores, entretanto, por uma perspectiva de desenvolvimento do próprio capital. Em síntese, uma contradição ocorre nesses países de governos progressistas e de centro-esquerda, onde, para poder realizar projetos sociais que deem condições mínimas de sobrevivência aos trabalhadores, acabam possibilitando e incentivando a territorialização do capital.

Esses processos marcam uma contínua e intensa desterritorialização de sujeitos do campo – sejam estes camponeses, indígenas, comunidades afrodescendentes e trabalhadores do campo – que, desde suas organizações, buscam construir uma territorialização contra-hegemonia do capital. Exemplo disso, podemos citar os conflitos indígenas e campesinos na Bolívia e no Brasil. Ou mesmo em países de governos não progressistas, como a Colômbia, com os “paros campesinos e indígenas” ocorridos em agosto e setembro de 2013 contra a TLC e a incidência da Monsanto no controle das sementes.

Ou seja, em período de crise estrutural do capital na América do Sul, este necessita fixar investimentos em bens da natureza e na produção de mercadorias primárias para buscar solucionar parte de suas crises, articulando sua hegemonia desde a escala global e a escala local. Por sua vez, a vivência local e particular da contradição do capital provoca processos de desterritorialização, provocam condições objetivas para a revolta e o enfrentamento, mesmo que, em um primeiro momento, de maneira espontânea, dada inclusive a não compreensão da totalidade da hegemonia do

capital. Mas, em alguns casos, na formação de organizações sociais que, se reconhecendo como classe, possibilita condições objetivas para uma compreensão mais elaborada de sua condição de classe e para propor projetos contra-hegemonia do capital, sejam estes de acordo com a negação das consequências do capital, ou da negação do próprio capital em sua totalidade.

A articulação internacional dessas organizações possibilita as condições objetivas para a compreensão da totalidade da hegemonia do capital no campo, desde sua incidência nas diferentes regiões. A Via Campesina Internacional, mesmo que não se declare uma articulação com um projeto socialista (embora a Cloc-VC tenha maior proposição nesse sentido), carrega as condições objetivas para uma análise mais precisa da hegemonia do capital no campo e, possivelmente, para contribuir em propostas para mudanças estruturais. Consideramos que hoje essa articulação internacional de organizações do campo constrói uma territorialização contra-hegemônica desde a resistência e a contestação das consequências dessa fase do capital no campo. Uma territorialização e territorialidade contra-hegemônica que se dá desde a luta e o enfrentamento, desde seu projeto estratégico, sua forma organizativa e sua política de formação. Dá-se no ato de evidenciar a contradição da forma atual do capital, realizando a luta de classes no campo.

Assim, partimos do princípio que a organização sociopolítica de caráter internacional de movimentos do campo tem também um papel pedagógico na luta de classes, possibilitando as condições para o avanço da consciência na medida em que constrói processos de territorialização contra-hegemonia no campo. Esse processo forja as condições objetivas e subjetivas para formular e reformular suas estratégias a partir da perspectiva de uma mudança estrutural da sociedade.

Organização e consciência: aproximações aos conceitos de Antonio Gramsci

Considerando, assim, o papel primordial da organização social como elemento-chave da construção da territorialização contra-hegemônica do capital, é necessário analisarmos as diferentes dimensões e as diferentes determinações do conceito de organização. Como já mencionado anteriormente, em diversas oportunidades, o conceito de organização está estreitamente

vinculado ao tema da consciência, e estes, por sua vez, estão circunscritos no território material em suas contradições ao qual se desenvolvem.

Para desenvolver esses conceitos, de organização e consciência como aspectos de territorialização contra-hegemônica, definiu-se pela abordagem gramsciniana. A abordagem segundo a concepção de Antonio Gramsci sobre esses conceitos se deve essencialmente a quatro critérios, a saber: sua trajetória militante na construção de uma sociedade socialista; sua análise do ponto de vista marxiano com rigorosas críticas a interpretações mecanicistas; à influência de seu pensamento na construção das esquerdas latino-americanas, principalmente após a Revolução Cubana e as ditaduras militares que seguiram no intuito de eliminar as possibilidades de novas Cubas no continente; e enfim, à influência de alguns de seus conceitos na construção das políticas de formação da Via Campesina, mesmo que esta não esteja explícita em nenhum documento ou discussão registrados.

Dos conceitos gramscinianos que perpassam a compreensão de organização e formação da VC, pode-se citar alguns, os quais serão desenvolvidos neste capítulo. São eles: Estado e sociedade civil; organização como intelectual coletivo; formação política e intelectual orgânico. Esses conceitos com certeza estão vinculados a outros que são mencionados e trabalhados de maneira sintética.

Gramsci também menciona, em alguns de seus textos, principalmente na “Questão Meridional”, o tema do território, entretanto sua concepção parece estar vinculada somente ao caráter nacional, conforme especificado junto aos conceitos Estado e sociedade civil. Ainda no detalhamento desse conceito, buscamos tratar da questão do campesinato e a aliança com o operariado na concepção do autor.

Ao trabalhar o conceito de organização política como intelectual coletivo, analisamos também os aspectos relacionados ao movimento espontâneo dos trabalhadores e os elementos que podem possibilitar um salto de qualidade para uma forma de direção consciente das lutas e perspectivas. Junto aos conceitos de intelectual orgânico e formação política, destacamos também aspectos de sua concepção de consciência, bem como o papel das escolas de formação política para a militância e dirigentes de uma organização.

Pressupostos da concepção e da prática de Gramsci

A partir da década de 1970, diversos conceitos fundamentados no pensamento de Gramsci circularam de maneira mais incisiva no debate político e intelectual da esquerda latino-americana. Conceitos como sociedade civil, hegemonia, intelectual orgânico e bloco histórico foram fazendo parte das discussões, estudos e construção de estratégias de partidos e diferentes organizações sociais. Segundo Bianchi (2008), o autor foi se tornando uma referência “incontrolável do debate político e objeto desse próprio debate”, assim como fazendo “parte de um senso comum teórico-político” que orientou e ainda hoje orienta práticas e programas das esquerdas (Bianchi, 2008, p.300; 14).

No caso do Brasil, segundo a introdução realizada pela ENFF em uma de suas coletâneas intitulada *Gramsci e a formação política*, foi se consolidando como uma referência no que se refere ao entendimento do “caráter do Estado brasileiro” e reorganização da sociedade civil brasileira (Cadernos de Estudos da ENFF, 2012, p.8). Segundo Secco (2006), o elemento central trabalhado por Gramsci – a “derrota do movimento socialista” – foi procurado pelos brasileiros com algumas exceções, “como teórico da revolução derrotada”. Como um teórico que “busca organizar pacientemente não as demandas de uma revolução proletária imediata, mas de todo um conjunto de tarefas históricas processuais que envolvem num primeiro instante a redemocratização do país” (Secco, 2006, p.145-6). De maneira crítica, Secco (2006) analisa que os diferentes conceitos de Gramsci foram deslocados da sua trajetória para o Brasil da década de 1970 e instrumentalizaram práticas de diferentes reagrupamentos políticos ganhando dinâmica própria, independente das condições objetivas que os originaram.

A internacionalização do pensamento de Gramsci no continente latino-americano envolveu importantes autores como José Aricó, Raul Burgos, Lincoln Secco, Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort, Edmundo Dias, entre muitos outros. Essa internacionalização, entretanto, apontou para diferentes interpretações, algumas consideradas como possíveis equívocos e parciais do conjunto de sua obra. Algumas, segundo Bianchi (2008), forneceram a porta à discussão do “adeus ao proletariado”.⁸ Essa

8 A expressão “Adeus ao proletariado” é o título de um dos livros de André Gorz, e está relacionada à concepção da abolição do trabalho nos tempos atuais. Trabalho sendo equivalente

polêmica em grande parte se deve a questões como: traduções; suprimento de partes importantes de suas análises; ou mesmo pela fragmentação de seus escritos por conta das próprias circunstâncias históricas nas quais ele escreveu – na prisão, como por exemplo, a obra *Cadernos do Cárcere*.⁹

Um caso curioso é relatado por Bianchi (2008) em seu livro, no qual Palmiro Togliatti¹⁰ suprimiu dos *Cadernos do Cárcere* “importantes passagens consideradas comprometedoras pelo Partido Comunista Italiano”, pois colocavam em cheque as linhas políticas difundidas pelo Comitê Central da URSS num momento de predomínio “stalinista”.¹¹ Além disso, Gramsci não podia usar vários termos, pois escreveu essa obra na prisão. Era necessário camuflar várias expressões e categorias justamente para garantir sua possibilidade de escrever e que seus cadernos pudessem sair da prisão sem problemas. Por exemplo, quando buscava mencionar o pensamento de Lênin, chamava-o de Vladimir Ulianov.

Nesse sentido, a primeira edição brasileira, assim como a argentina, foi realizada a partir da edição de Togliatti, seguiu o mesmo critério e acabou reproduzindo os problemas da edição original. Entretanto, é importante ressaltar que essa era a única disponível na década de 1960.

Para Edmundo Dias (2012), conceitos trabalhados por Gramsci como sociedade civil e sociedade política, economia e política, Ocidente e Oriente, guerra de posição e guerra de movimento, se desdobraram desde um aspecto metodológico como se eles fossem “entidades e processos autônomos”, o que acabou confundindo e esterilizando as possíveis reflexões e práticas que poderiam permitir. Afirma em seguida que a “unidade do pensamento de Gramsci é marcada pela atualidade do processo revolucionário”, e que leituras dissociadas desse contexto e dessa perspectiva tornam “perversamente irônico” determinadas leituras de sua obra, já que uma das

do termo emprego, não é mais algo que se faz, mas algo que se tem, uma atividade obrigatória e de não liberdade. E em consequência disso, a abolição do trabalho, o proletariado não mais pode ser visto como classe sujeita aos processos de transformações sociais.

9 Obra considerada por Palmiro Togliatti como uma crítica da função assumida pelos intelectuais italianos desde um instrumento de domínio das classes populares, assim como a expressão da rebelião de alguns pensadores diante dessa função.

10 Palmiro Togliatti: líder do Partido Comunista Italiano e amigo de Gramsci.

11 O termo “stalinismo” se refere essencialmente a um método de condução do processo revolucionário da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, realizado por Stalin, após a morte de Lênin. Antonio Gramsci faz em sua trajetória diferentes críticas à essência desse método, mesmo sem usar o termo stalinismo.

preocupações constantes de Gramsci era realizar uma análise concreta de situações concretas (Dias, 2012, p.48-9).

Mesmo com as diferentes interpretações do autor em questão, é fato concreto a influência de seu pensamento na construção e elaboração das esquerdas latino-americanas nos últimos anos, segundo Bianchi (2008). Um dos aspectos principais desse pensamento faz parte desta investigação: a importância da formação de militantes para o avanço de consciência na construção de organizações políticas nos marcos da luta socialista.

Para compreender melhor os pressupostos de Gramsci, descrevemos abaixo alguns aspectos de sua biografia, e, nela, como foi desenvolvendo algumas de suas principais reflexões. Para aprofundamento de sua biografia, recomenda-se a leitura de Lajolo (1982).

Antonio Gramsci nasce em 22 de janeiro de 1891 na pequena e pobre cidade da Sardenha¹² – uma ilha no mar mediterrâneo, na Itália. Desenvolveu desde os primeiros anos de sua infância um problema de saúde que mais tarde se agravaria fortemente. Aos 12 anos, no ano de 1903, teria sido aprovado nos exames de admissão do ginásio, porém não pode cursá-lo por necessitar trabalhar para ajudar no sustento da família.¹³ Dois anos mais tarde, na cidade de Santu Lussurgiu, vivendo na casa de camponeses pobres, conseguiu ingressar no ginásio. Em 1905, Gramsci pela primeira vez toma contato com a imprensa socialista, através do jornal *Avanti*, que era enviado inicialmente pelo seu irmão da cidade de Turim, o qual mais tarde, ao ingressar no colegial em Cagliari, iria viver com ele. Frequentou o movimento socialista participando de grupos que debatiam os problemas econômicos e sociais de Sardenha.

Em 1911, através de uma bolsa de estudos ingressa na Universidade de Turim para cursar Letras, onde entra em contato com a filosofia de Benedetto Croce e Hegel. Nesse período, Turim passava por um grande desenvolvimento industrial com a presença das fábricas Fiat e Lancia. É em Turim que conhece Palmiro Togliatti e, com ele, faz uma investigação sobre a estrutura social de Sardenha. À medida que seu horizonte se amplia, vai percebendo que não existia contraposição entre os camponeses meridionais

12 Em 1912, Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti realizam um estudo sobre a estrutura social de Sardenha.

13 Trabalhou no Cartório de Ghilarza, no qual passava dez horas por dia carregando pastas de processos volumosos.

e os operários das cidades industriais, e que os inimigos dessas classes eram os capitalistas do norte e os latifundiários do sul.

O ano de 1913 é marcado pela inserção de Gramsci ao Partido Socialista Italiano, na seção de Turim. Partido onde estava ingresso também Mussolini, o qual foi projetado à candidatura de deputado, devido à indicação de Gaetano Salvemini.¹⁴ Sobre a militância de Gramsci nesse partido, a biografia organizada por Lajolo aponta que:

[...] Gramsci expressa sua convicção de que o movimento socialista tem de sair da atitude exclusivamente passiva da neutralidade, atitude que se revelou utilíssima no primeiro momento da crise mundial, mas que agora era inadequada [...], ou seja, é necessário que o proletariado não assista à história como espectador – como desejariam os reformistas, enquanto burgueses se fortalecem prevendo o choque de classes, mas intervenha ativamente no processo histórico com o objetivo de preparar o máximo de condições favoráveis para o arranque definitivo da revolução. [...] (Lajolo, 1982, p.23)

Em 1914, eclode a I Guerra Mundial, que se estenderia até novembro de 1918. No ano seguinte, Gramsci abandona a universidade e se torna redator do jornal socialista *O Grito do Povo*. Um período em que também realizava diversas conferências nos círculos operários de Turim de temas como Comuna de Paris, Marx etc. Entre 1914 e 1915, é um período em que Gramsci, mesmo com a saúde debilitada, segue um curso de filosofia sobre a interpretação crítica do marxismo, o que permite começar suas reflexões a respeito “da função da cultura em relação à consciência de classe do proletariado”. Discutiam, nesses círculos operários, temas como a questão da família e a divisão social do trabalho:

[...] a dupla exploração pela sociedade capitalista e pelo marido, ao homem cabe a atividade política e à mulher o trabalho doméstico, e às poucas que participam do Partido não lhes são confiadas as tarefas de direção, mas apenas a execução prática. (Lajolo, 1982, p.24 e 28-9)

14 Integrante do Partido Socialista Italiano nesse período. Gramsci e Togliatti haviam indicado a Gaetano Salvemini para candidatura de deputado pelo Partido Socialista, entretanto este considerou que tal candidatura deveria ser destinada a Benito Mussolini.

Ao final das conferências realizadas, muitos se aproximavam de Gramsci para continuar debatendo ou mesmo para tirar dúvidas.

Em agosto de 1917, depois de uma greve operária e da prisão de quase todos os dirigentes do PSI de Turim, Gramsci se torna secretário da Comissão Executiva Provisória. Nesse período, escreve também artigos sobre a Rússia e os bolcheviques, e participa de reuniões clandestinas da “fração intransigente revolucionária” do PSI. Suas críticas à política reformista e ao método de atuação do partido tornavam-se cada vez mais duras.

Na imprensa do partido, Gramsci sublinha – com um tom mais pedagógico do que político – o valor da vontade individual no processo de composição da vontade coletiva revolucionária, agora que a sociedade socialista parece não ser mais utopia com a revolução de outubro. [...] Apesar das escassas informações Gramsci tenta explicar, fugindo dos esquemas deterministas dos reformistas a excepcionalidade e originalidade de Lênin [...] “Preocupado com a situação interna do Partido, esboça nas colunas do jornal a concepção de um novo órgão fundado no binômio intransigência–tolerância”. [...] “É verdade que uma pessoa isolada consegue decidir de modo mais rápido, mas tão somente a discussão permite ao coletivo compreender a verdade e desenvolver a lógica do fim e dos meios para alcançá-la”. Os elementos singulares de verdade, que cada um pode trazer consigo, sintetizam-se assim numa verdade mais complexa, expressão integral da razão. (Lajolo, 1982, p.32-3)

Um grupo de jovens socialistas de esquerda, entre eles Gramsci e Palmiro Togliatti, funda em abril de 1919 o jornal *L'Ordine Nuovo*. O objetivo desses redatores era elaborar uma estratégia a partir da realidade italiana que possibilitasse aos operários conquistar o poder político. Num de seus artigos, aponta que o jornal é um espaço importante para construir uma consciência coletiva. Os conselhos de fábrica eram o objetivo político fundamental do jornal.

No ano seguinte, no mês de março, teve início a greve dos metalúrgicos, conhecida também como “greve dos ponteiros”. A resposta da empresa Fiat foi anunciar o fechamento de todas as fábricas para limitar as funções

e o poder dos conselhos de fábrica.¹⁵ A resposta dos operários foi de imediatamente proclamar a greve geral para todas as categorias, numa posição contrária à Confederação Geral do Trabalho (CGT). Cerca de 200 mil trabalhadores de Turim aderem à greve. Analisando a posição contrária da CGT e a posição de Tasca¹⁶ de que os conselhos deveriam ser “apenas organismos sindicais”, Gramsci aponta que há na “consciência de classe do movimento operário, uma forma de cultura superior à cultura da individualidade da burguesia, que se move numa atmosfera plúmbea, gelatinosa, de oportunismo egoísta”. E ao mesmo tempo retoma uma tese de Lênin de que a organização no local da produção, os conselhos, são também “organismos políticos e culturais, enquanto instrumentos da revolução proletária, primeiro na fábrica e depois no país”. (Lajolo, 1982, p.38 e41)

Em setembro de 1920, Gramsci participa do movimento de ocupações de fábrica em Turim onde se efetivou:

[...] uma forma de autogestão operária e de transferência de autoridade, constituindo-se numa ação revolucionária que se opõe ao capital e ao Estado, mas também contra o reformismo instalado no sindicato do partido Socialista (Del Roio, 2005, p.47 apud Lima, [20--], p.4)

Mais de 140 empresas que haviam sido fechadas por ordem da Federação das Indústrias foram ocupadas.

Mesmo com a derrota da ocupação das fábricas realizadas nesse ano, percebe-se a partir da atuação política de Gramsci que este se aproxima dos escritos de Karl Marx produzidos na década de 1850, representando uma crítica mais radical do sistema capitalista, crítica que seria aprofundada posteriormente nos *Cadernos do Cárcere*. Para Lima [20--], essa aproximação está bastante evidente na citação que consta no volume I da obra *Escri-*

15 Os conselhos de fábrica eram para Gramsci um espaço da real democracia operária, os órgãos do poder proletário que deveriam substituir o capitalista nas funções de direção. Era necessário aprender a dirigir a fábrica se se quisesse abolir o capitalismo. Entretanto, a experiência concreta dos conselhos de fábrica em Turim fracassou, pois ficou limitado apenas a essa cidade e fechado no interior da fábrica, não realizando aliança com camponeses e outras classes. Essa derrota trouxe ao partido a necessidade do fator “da unificação de todo o movimento a nível nacional” (Gruppi, 1996, p.75-6).

16 Jovem dirigente socialista de Turim. Fundou junto a Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini o diário *L'Ordine Nuovo*.

tos Políticos— sob a tradução e organização de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira:

A revolução proletária não é o ato arbitrário de uma organização que se diz revolucionária ou de um sistema de organizações que se dizem revolucionárias. A revolução proletária é um longuíssimo processo histórico que tem lugar quando surgem e se desenvolvem determinadas forças produtivas (que resumimos na expressão “proletariado”) num determinado ambiente histórico (que resumimos nas expressões “modo de propriedade individual”, “modo de produção capitalista”, “sistema de fábrica”, “modo de organização da sociedade no Estado democrático-parlamentar”). Numa determinada fase deste processo, as novas forças produtivas não podem mais se desenvolver e organizar de modo autônomo nos quadros oficiais em que se processa a convivência humana. É nesta determinada fase que lugar o ato revolucionário, que consiste num esforço orientado no sentido de quebrar violentamente estes quadros, de destruir todo o aparelho de poder econômico e político em cujo interior as forças produtivas revolucionárias estavam contidas de modo opressivo; [...]. (Gramsci, 2004, v.1, p.361-2 apud Lima, [20--], p.5-6)

As análises decorrentes da experiência da ocupação das fábricas, da militância realizada no PSI e os enfrentamentos com a linha reformista fazem Gramsci, em 1920, aderir a uma fração comunista no partido, o que mais tarde resultaria sua saída e a fundação junto a outros companheiros de um novo partido que deveria ser um organismo de disciplina onde não existissem correntes, mas que fosse unitário nas suas decisões e ações.

Em 21 de janeiro de 1921, no XVII Congresso do PSI, os delegados da fração comunista decidem constituir o Partido Comunista, seção italiana da Internacional Comunista na qual Gramsci é parte do Comitê Central. O dirigente então trabalha fundamentalmente na meta de desenvolver a consciência de classe do proletariado que seria “a formação dos quadros para um partido de massa”, partido este que deveria ser “enraizado organizativamente” na fábrica, diferentemente da tese defendida por Bordiga¹⁷

17 Amadeo Bordiga. Militante do Partido Socialista Italiano que mais tarde conformou a fração comunista abstencionista do PSI. Contribuiu na fundação do Partido Comunista Italiano (PCI). Em 1930, foi expulso do partido por assumir a defesa de Trotski no período “stalinista”.

que via um partido como “núcleo restrito da vanguarda” (Lajolo, 1982, p.47-8). Esses elementos podem ser observados em três textos escritos no ano de 1921, intitulados: “Um partido de massas”, “O partido e a massa” e “O partido comunista e a agitação operária em curso”.¹⁸ Mais tarde, irá aprofundar sua concepção de partido, que em certa medida está expressa na obra *Maquiavel, a política e o Estado moderno* (1976).

Em março de 1922, Gramsci realiza um debate de estratégia com Umberto Terracini (representante italiano no Congresso da III Internacional Comunista). A posição criticada por Antonio era a da organização de pequenos núcleos de vanguarda e não a de conquistar as massas. Nesse período torna-se representante da seção italiana na Internacional Comunista, e vai à URSS, representando o partido. No mesmo ano, o PSI, no seu XIX Congresso, decide expulsar a corrente reformista e reafirma sua adesão à Internacional Comunista, período em que os fascistas chegam ao governo com nomeação de Mussolini. A presença de Gramsci na URSS coincidiu com o fascismo na Itália.

A experiência no organismo internacional permitiu que ele aprofundasse e enriquecesse temas de estratégia na sua formação política. A unidade de todas as forças revolucionárias era um tema que o acompanharia então, inclusive a unidade com os anarquistas e as alianças entre os operários do norte e os camponeses do sul. Mais tarde, em setembro de 1923, chama a atenção à necessidade de o jornal ser um instrumento não somente do partido, mas de debate de toda a esquerda para aprofundamento das problemáticas da situação italiana.

Depois de um longo tempo residindo na URSS, em 3 de dezembro de 1923, Gramsci chega a Viena e aprofunda as análises de que na Itália o proletariado representando a minoria não conseguiria fazer uma revolução sem aliança com os camponeses. Para ele, os camponeses do sul necessitavam ser libertados do Vaticano¹⁹ com o auxílio de intelectuais progressistas, e levados a compreender seus próprios interesses, o que seria plenamente de-

18 Textos disponíveis no site www.marists.org, em sua seção espanhola. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/gramsci/index.htm>>.

19 A questão do Vaticano é também para Gramsci uma questão central. Pois, pela da religião, se difundiam opiniões sobre a pobreza que giravam em torno de quatro pontos difundidos em documentos autorizados: 1. A propriedade privada, especialmente da terra, é algo natural, um direito que não poderia ser violado; 2. Que os pobres deveriam contentar-se com a sorte, pois a distribuição da riqueza era uma disposição de Deus; 3. Que a esmola era um dever

fendido por uma revolução socialista. No ano seguinte, dezenove deputados comunistas ganham as eleições. Gramsci é eleito deputado pelo Distrito de Veneto.²⁰ Pouco depois, Giacomo Matteotti, um deputado socialista, após se pronunciar no plenário sobre as ilegalidades e abusos cometidos nas eleições de abril, é sequestrado e morto. Diversos partidos são então obrigados a entrar na clandestinidade. Realizam-se diversas manifestações contra o assassinato, entre elas, uma greve de cerca de 500 mil trabalhadores contra o fascismo.

Gramsci discute junto ao comitê central a estratégia da frente única e empenha-se em orientar ideologicamente os quadros do partido em uma concepção de partido de massas “organizando cursos de formação, até mesmo por correspondência”. Argumenta, na introdução do primeiro curso da Escola do Partido, que a espontaneidade é insuficiente para uma luta de caráter revolucionário, e que esta somente leva à classe operária aos limites da “democracia burguesa”. Para ele seria “necessário o elemento da consciência, o elemento ideológico, ou seja, a compreensão das condições em que se luta, das relações fundamentais que operam no sistema dessas relações”. Nesse processo, o conhecimento deve estar intrinsecamente relacionado à reflexão sobre os:

[...] fatos concretos da vida coletiva, a fim de esclarecer e explicar aos militantes, através de um raciocínio global, os fenômenos econômicos, políticos e ideológicos, de modo a fazer com que cada aluno aguace suas capacidades críticas. Era necessário “o pessimismo da razão e o otimismo da vontade. (Lajolo, 1982, p.74-6)

Em agosto de 1924, Gramsci é eleito secretário do partido, um cargo novo, pois até o momento era uma função da direção coletiva. O ano de 1925 foi marcado por seu primeiro discurso na Câmara dos Deputados em oposição às leis impostas por Mussolini com o objetivo de destruir a organização operária. No mês de agosto do mesmo ano, se realizou um curso do partido com militantes que vinham de maneira clandestina de diferentes

cristão, implicando a existência da pobreza; 4. Que a questão social é antes moral e religiosa que econômica, e neste sentido deve ser resolvida pela da caridade (Gramsci, 1976, p.281).

20 Distrito onde havia, de longo tempo, um intenso e rápido processo de expropriação camponesa.

pontos da Itália. O trabalho nesse curso se tratava de desconstruir a concepção de o determinista e espontaneísta de um processo revolucionário.

Segundo Bianchi (2008), é nesse momento histórico que Gramsci assume uma postura “anti-Bukarin”²¹ quanto às suas posições filosóficas, uma crítica que se dá durante a realização desse histórico curso de agosto de 1925. Gramsci realiza os debates em torno da tradução de uma obra de Bukarin sobre o materialismo histórico. Estava aí preocupado na possibilidade de o partido “repetir os erros cometidos pelos socialistas no imediato pós-guerra” e questiona Bukarin sobre seu entendimento de filosofia.

O ano de 1926 vem a ser marcado por três grandes fatos: o III Congresso do PCI, a primeira tentativa de interpretação da realidade italiana e da construção de uma estratégia de revolução nacional, e a carta escrita por Gramsci ao comitê Central do Partido Comunista Russo, chamando a atenção ao perigo das lutas internas em sua função dirigente. Em relação à carta direcionada ao comitê central do Partido Comunista da URSS, Gramsci convida as oposições, que representavam um elemento desagregador do partido, à disciplina revolucionária.²² Era necessário salvaguardar a unidade do partido russo. Na carta, Gramsci aponta o perigo de que tais lutas terminem por anular o papel dirigente do Partido Comunista da URSS impulsionado por Lênin.

La situación interna de nuestro partido hermano de la URSS nos parece diferente y mucho más grave que en las precedentes discusiones, porque hoy vemos producirse y verificarse una escisión en el grupo central leninista que ha sido siempre el núcleo dirigente del Partido y de la Internacional. Una escisión de este género, independientemente de los resultados numéricos en las votaciones del Congreso, puede tener las más graves repercusiones, no sólo si

21 Nikolai Bukharin. Membro do Comitê Central da revolução soviética de 1918 a 1929. Escreveu manuais populares para introduzir a discussão sobre o materialismo dialético. A partir de 1928, foi considerado por Stalin como um possível rival, sendo afastado em 1929. Foi preso em 1937 e condenado à morte em Moscou.

22 Esse momento histórico refere-se principalmente às divergências que se destacaram no Partido Comunista depois da morte de Lênin. Referimos-nos às divergências entre Stalin e Bukarin por um lado e Leon Trotski e Zinoviev, por outro. As divergências naquele momento encontravam-se na disputa entre modelos de revolução. Por um lado Trotski, considerava a revolução de caráter permanente e de caráter internacional para inclusive dar suporte à construção do socialismo soviético. Por sua vez, Stalin afirmava a necessidade de consolidar a revolução na URSS para depois difundi-la.

la minoría de oposición no acepta con la máxima lealtad los principios fundamentales de la disciplina revolucionaria del Partido, pero también si sobrepasa, en el curso de su lucha, ciertos límites que son superiores a toda la democracia formal. (Gramsci, 2000, não paginado)

Camaradas, en estos nueve años de historia mundial habéis sido el elemento organizador y propulsor de las fuerzas revolucionarias de todos los países; la misión que habéis desempeñado no tiene precedentes en toda la historia del género humano que puedan comparársele por su amplitud y profundidad. Pero hoy estáis destruyendo vuestra propia obra, estáis degradando y corréis el riesgo de anular el papel dirigente que el Partido Comunista de la URSS había conquistado bajo el impulso de Lenin; nos parece que la violenta pasión de las cuestiones rusas os hace perder de vista los aspectos internacionales de las propias cuestiones rusas, os hace olvidar que vuestros deberes de militantes rusos pueden y deben ser realizados sólo en el marco de los intereses del proletariado internacional. (Gramsci, 2000, não paginado)

Togliatti, então representante da Internacional Comunista em Moscou, recebe a carta somente em meados de outubro quando o grupo divergente já havia sido derrotado, não a entregando oficialmente aos destinatários, apenas comunicando a Bukharin.

No terceiro congresso do PCI, realizado em janeiro de 1926 em Lyon, França – pois já era impossível realizar plenárias comunistas na Itália –, Gramsci insiste na necessidade de um partido forte e com ligação orgânica com as massas numa aliança entre operários e camponeses para a formação de uma frente revolucionária nacional, uma estratégia de revolução nacional. Para ele, o fascismo emergente não era somente uma reação armada de patrões contra a classe operária, mas também elemento da ascensão da burguesia rural e urbana (o capital do norte com os latifundiários do sul). Em setembro desse ano, ocorre a Conferência Agrária do Partido, realizada em Bari, também de maneira clandestina, onde se aprovam as “teses sobre o trabalho camponês”, inspiradas diretamente no autor (Gramsci, 2004, p.63).

Em 18 de novembro de 1926, Gramsci é condenado à prisão na pequena ilha de Ústica, ao norte da Sicília. Nessa ilha, juntamente de Bordiga e outros presos, organiza uma escola de formação para os prisioneiros. Respon-

sabiliza-se por temas histórico-literários. É posteriormente transferido para a prisão de Milão e, em 28 de maio de 1928, inicia-se um tribunal especial contra o grupo de direção do PCI. Em relação à Gramsci, o promotor do processo judicial, Michele Isgró afirma: “Devemos impedir esse cérebro de funcionar durante vinte anos” (Gramsci, 2004, p.67).

Condenado a um total de vinte anos, fica na prisão até abril de 1937, falecendo três dias depois da soltura, aos 46 anos. Na noite de 25 de abril, tem um derrame cerebral, vindo a falecer dois dias depois, no início de 27 de abril. Mesmo com o agravamento de sua saúde, na prisão escreve diversos cadernos a partir de um programa de estudos realizados, onde circundavam as temáticas sobre os intelectuais, a cultura, a filosofia, a literatura popular, o jornalismo e a obra de Maquiavel.

Fruto desses escritos, foi editado após sua morte os *Cadernos do Cárcere*. Nele, estão contidas suas principais elaborações teóricas, ainda que fragmentadas e de difícil compreensão por serem escritas na prisão e pela necessidade de driblar a repressão, assim como pela censura aos cadernos realizada no próprio interior do PCI e da Internacional. Carregam o pressuposto de que as classes subalternas são exploradas não só economicamente, mas também culturalmente pela classe dominante. Para Coutinho, *Os Cadernos do Cárcere* transitam por uma questão central, a de tentar responder “porque apesar da crise econômica aguda e da situação objetivamente revolucionária existente na Itália e em boa parte da Europa nos inícios dos anos 1920, não foi possível repetir ali a vitoriosa experiência dos bolcheviques na Rússia” (Coutinho, 2012, p.22-3). Essa preocupação perpassa pelos temas: conceito de hegemonia do capital a partir da direção intelectual e moral da classe burguesa, dificuldade de união das “classes subalternas” e a necessidade de buscar construir, por meio de um bloco histórico,²³ a hegemonia da classe trabalhadora. A hegemonia do proletariado estaria fundada na necessidade de uma preparação ideológica das massas pela filosofia da *práxis* (marxismo), da cultura, do partido e dos intelectuais orgânicos, advindos da própria classe organizada em luta.

Esses temas todos perpassam pela luta política que, para Gramsci, similarmente às ideias de Lênin, está vinculada à tomada do poder do Estado,

23 Encontro da superestrutura com a estrutura econômica, ou melhor, as relações sociais de produção e seus reflexos ideológicos.

embora houvesse significativas diferenças entre esses dois autores sobre esse tema. Gramsci, comparando a sociedade civil do ocidente (bastante desenvolvida) com a do oriente (gelatinosa), afirma que a luta política para a tomada do poder do Estado tinha características distintas. Nas sociedades de Estados mais avançados e sociedade civil com estrutura mais complexas (caso da Itália), se resiste à “irrupções catastróficas” e, nesse caso, as “estruturas da sociedade civil são como um sistema de trincheiras” (Gruppi, 1978, p.139).

Nessa concepção, com a tomada do poder, o Estado tende a desaparecer na medida em que uma sociedade atinja o pleno desenvolvimento da capacidade de se autorregular. O Estado, para ele, deveria ser compreendido em sua relação intrínseca com a sociedade civil, ou seja, na unidade da sociedade política (instituições políticas de controle e regulação) e a sociedade civil (esfera privada ou organizativa) – uma distinção apenas conceitual, porque ambas estão integradas na realidade concreta. A verdadeira emancipação proletária, portanto, se daria pela construção de uma hegemonia alternativa na sociedade civil. E a organização partidária seria uma força motriz no desenvolvimento da consciência de classe das massas trabalhadoras, assim como no papel de dirigir uma revolução. Mais adiante, aprofundaremos esses temas.

Desde sua trajetória militante e investigativa, Gramsci desenvolve conceitos, que, como comentado anteriormente, influenciaram as estratégias das esquerdas latino-americanas. O desenvolvimento desses conceitos deve-se a alguns pressupostos preliminares que marcaram sua vida. Um deles é o pressuposto da luta de classes, da relação conflitante entre a classe dominante e as classes subalternas. Nesse sentido, em determinado momento de sua trajetória, desenvolve um largo debate contra as concepções de Benedetto Croce, que havia se inserido no movimento revisionista e afirmava a crise do marxismo. Segundo Croce, “a história seria uma luta de classes apenas quando existissem classes sociais [...], quando existissem interesses antagônicos e quando as classes fossem conscientes desse antagonismo”, julgando urgente a eliminação dos conceitos de classe dominante, burguesia e luta de classes (Bianchi, 2008, p.96).

Um segundo pressuposto se refere à plena convicção e dedicação de Gramsci à construção de uma revolução de caráter socialista na Itália. Esta deveria ocorrer a partir das condições concretas de seu país sem transportar

mecanicamente modelos, e sob a conformação de instrumentos organizativos que pudessem de maneira coerente corresponder às necessidades e ao papel histórico do trabalhador no que fazer da revolução. Esse é um marco que norteia o desenvolvimento de seu pensamento.

Um terceiro pressuposto importante a ser destacado é a crítica frequente e constante à visão mecanicista e positivista da teoria marxista. A teoria marxiana em muitos momentos foi mencionada por ele como teoria ou filosofia da *práxis*. A questão da filosofia da *práxis* para Gramsci estaria “justamente, em sua capacidade de ser a teoria das contradições existentes na história e na sociedade” (Bianchi, 2008, p.63).

Esses pressupostos presentes no pensamento de Gramsci possibilitaram, em sua *práxis* revolucionária, desenvolver conceitos relacionados às suas preocupações cotidianas com a organização popular, seja pela organização política, seja na forma de partido, seja por meio dos conselhos de fábrica, a célula fundamental do novo poder proletário. Também estiveram estreitamente vinculados à preocupação referente ao papel dos intelectuais na conformação ou desconstrução da ideologia dominante e à construção de uma estratégia da revolução socialista a partir da realidade vivida em seu país.

É importante analisar esses conceitos inseridos na totalidade de pensamento para poder aproximar-se à imensa contribuição do autor na obra marxiana. E mesmo para o objetivo desta investigação, que se focará em apenas alguns destes conceitos. Neste capítulo pretende-se abordá-los dessa maneira, sob o risco de parecer superficial ou disperso em alguns momentos.

O Estado e a sociedade civil

Discutir o tema Estado, desde a literatura marxista e da luta socialista, implica em analisá-lo em relação a inter-relações com os mais diferentes temas que a ele se vinculam, como, estratégia, tática, ideologia, relações de produção, luta econômica, luta política, instrumento, classe, partido, entre outros. A isto podemos chamar de *teoria política da organização*.

Essas relações/inter-relações, em verdade, só podem ser compreendidas no bojo das lutas concretas, das experiências históricas das revoluções nas quais foram debatidas e teorizadas. Fora do contexto histórico de

onde emergiram determinados debates, teorias, ou mesmo de onde foram construídos determinados conceitos, estes correm o risco de serem mecanicamente transpostos a outras situações, outras experiências ou lutas. Quando isso ocorre, somado a uma leitura positivista e linear da história e da realidade concreta, o risco de aplicação de modelos e seu consequente fracasso é iminente. Compreender, pois, os debates e concepções que permeiam esses temas desde o chão histórico-geográfico de onde se forjaram é historicizá-los. Como afirma Gramsci (1995), é tornar o pensamento e a prática unitários e coerentes.

A partir dessas considerações iniciais, entende-se que o tema Estado é com certeza um dos problemas teórico-prático chave da *teoria política da organização*. Foi incansavelmente apontado por intelectuais de esquerda, e pela necessidade concreta de processos revolucionários na busca de alterar a estrutura do sistema capitalista.

Podemos afirmar que obras como: *Manifesto comunista* (1848) e *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1851-1852); *A Guerra Civil na França* (1871), de Karl Marx; *A origem da família, propriedade privada e Estado* (1884) de Frederick Engels; *Estado e a revolução* (1917) de Lênin, tiveram grande peso nas formulações que seguiram e serviram de inspiração nas lutas pela construção socialista que ocorreram no final do século XIX e decorrer do século XX. Assim como a fundação da I Internacional em 28 de setembro de 1864, e a experiência da Comuna de Paris foram espaços de articulação de trabalhadores e trabalhadoras e debates sobre a construção de diferentes estratégias de lutas.

Na experiência dos 72 dias da Comuna de Paris, em 1871, considerado o primeiro governo de autogestão da classe trabalhadora, ocorreu a transformação do Estado e seus órgãos em conselhos e comissões, com cargos administrativos, judiciais e de magistério preenchidos mediante eleições diretas, onde os eleitores poderiam cancelar a qualquer momento o mandato concedido.

A Comuna marca também um divisor de águas dentre duas grandes correntes de pensamento que conviviam na I Internacional: os anarquistas e os socialistas. A polêmica entre eles²⁴ arrastou-se por longos debates até o seu último Congresso, em 1872, onde ela se desfez. Uma das principais diver-

24 Especialmente entre Karl Marx e Bakunin.

gências entre essas duas correntes estava em que os anarquistas não acreditavam na necessidade da conquista do poder político dos trabalhadores para a realização de sua emancipação, em decorrência disso o Estado. Para eles, o Estado, enquanto representação de poder deveria ser destruído desde o primeiro momento. Já para os socialistas, representando um fenômeno histórico, deveria ser apropriado e reestabelecido pela classe trabalhadora de maneira que nele contivesse o gérmen de sua própria autodestruição.

Alguns anos mais tarde, Bernstein²⁵ defende a necessidade de revisar as afirmações fundamentais do marxismo construído até então (1899). Uma delas é a de que as condições no capitalismo estavam dadas para um crescimento progressivo e pacífico ao socialismo na medida em que as forças produtivas se desenvolvessem. A conclusão é de que a luta não é para destruir o sistema, mas fomentar o seu desenvolvimento, limitando-se assim a realização de pequenas reformas para melhorar as condições econômicas dos trabalhadores dentro do capitalismo. Essa tese demonstrava o interesse das tendências de direita que cresciam dentro do Partido Social-Democrata alemão, e que tinham o interesse em defender a aliança com a burguesia para garantir determinados ganhos. Com essa tese, Bernstein não realizou um ataque frontal ao partido, mas foi trabalhando lentamente em minar a base teórica marxista no interior do partido. O papel do Estado nessa concepção é bastante distinto da de Marx, explicitada anteriormente.

Essa posição foi veementemente enfrentada por diversos lutadores, entre eles Rosa Luxemburgo, que expõe seu pensamento na obra *Reforma ou Revolução* (1899),²⁶ realizando uma crítica baseada no estudo aprofundado do *Capital* (de Karl Marx). Nessa obra, ela defende o socialismo como uma necessidade histórica.

A Revolução Russa (1905-1917) marcaria outro momento histórico onde esse debate continuaria presente. O II Congresso do Partido Social-Democrata Russo (1903) gerou a divisão em dois outros grupos: os mencheviques, que pregavam a necessidade e esperar o pleno desenvolvimento

25 Eduard Bernstein (1850-1931). Teórico e militante do Partido Social-Democrata alemão. Publica em 1899 um livro intitulado *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*, que mais tarde foi conhecido como as bases do revisionismo.

26 Rosa Luxemburgo, polonesa, nascida em março de 1871, militou no Partido Social-Democrata da Alemanha, onde travou debates a respeito do caráter da revolução com Bernstein. A partir de 1914, esteve presente na fundação da Liga Espartaquista. Foi assassinada em janeiro de 1919.

do capitalismo na Rússia, e os bolcheviques, defendendo o papel do sujeito histórico e que os trabalhadores chegariam ao poder somente pela luta revolucionária. Duas teses distintas, duas estratégias distintas, duas formas de conceber o Estado de maneira distinta. Essas forças políticas, entre outras, conformavam os soviets²⁷ que surgiram em 1905, inspirados na tentativa realizada pela Comuna de Paris. A vitória da revolução, em outubro de 1917, foi levada a cabo pelos bolcheviques.

Já na Itália, as diferentes associações, cooperativas e ligas influenciadas pelo anarquismo e o sindicalismo somam-se na constituição do Partido Socialista Italiano em 1892. Antonio Gramsci, conforme mencionado anteriormente, militou inicialmente nesse partido e realizou duras críticas aos caminhos que o partido andava tomando. As principais reflexões de Gramsci sobre o Estado estão nos marcos de sua militância política pela construção do socialismo na Itália.

Para as formulações realizadas por Gramsci sobre o tema do Estado, toma-se por base a influência do pensamento de Marx, Engels e de Lênin. Em relação ao pensamento de Marx: a ideia de que na produção social da vida os seres humanos contraem relações independentes de sua vontade, e que o conjunto das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, ou seja, a base real sobre a qual se levantam uma superestrutura jurídica e política, e que correspondem formas determinadas da consciência social. Entretanto, na relação estrutura e superestrutura, há momentos em que a segunda exerce papel preponderante, pois “[...] os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias” (Gramsci, 1976, p.34).

Gramsci, nesse sentido, realiza uma crítica à leitura determinista que, a partir dessa formulação de Marx, compreende a história reduzida ao desenvolvimento econômico, numa sucessão de modificações técnicas e descoberta de novas matérias-primas ou tecnologias. Para o autor, há que reconhecer o papel do sujeito histórico em ação, da ideologia, da disputa de projetos e do Estado na luta pela construção de uma nova sociedade ou de manutenção da velha. E mesmo que Estado, como elemento da superestrutura, surja para refrear o antagonismo de classes, e é via de regra o Estado da classe mais poderosa, é uma esfera importante na luta social. “Eis aqui a

27 Ou conselho de trabalhadores.

correlação entre modo de produção, classe social e Estado” (Gruppi, 1996, p.30).

As formulações de Lênin também tiveram grande peso na compreensão do Gramsci sobre o Estado. Como referenciamos acima, os bolcheviques constataram a necessidade de romper com uma visão determinista da base econômica sobre a superestrutura. Uma visão que tem a história como uma evolução contínua, na qual as instituições políticas, incluso o Estado, deveriam sustentar por meio de reformas o máximo desenvolvimento das forças produtivas para que, de maneira natural, se entrasse em uma sociedade socialista. Nessa visão não se admite nem rupturas, nem saltos num movimento dialético da história. Para Lênin e os bolcheviques, era possível, e aí entrava o papel do sujeito revolucionário, o partido. A estratégia leninista estava em conquistar o Estado pela luta armada e construir as condições para a sua autodestruição, por se tratar de um instrumento da velha sociedade e de natureza burguesa e burocrática.²⁸

Os bolcheviques puderam tomar o poder porque existiam os soviets. Os soviets realizaram todo um processo de ruptura, para quebrar o velho aparelho estatal, criando instituições de massas unitárias [...] eram então formas de democracia direta a partir da base, estritamente ligadas à assembleia legislativa, à qual deviam prestar contas de sua atuação. (Gruppi, 1996, p.58)

Para Gruppi (1996), Lênin afirmava que os soviets eram a retomada da experiência das comunas onde as assembleias decidiam e atuavam não como um espaço de retórica como era a democracia burguesa. Em sua formulação, a construção do socialismo não estava em administrar o Estado, mas tomá-lo das mãos capitalistas, quebrá-lo e criar outro Estado, o dos soviets (ditadura do proletariado): um processo que poderia ser muito longo.

Gramsci, afirmava a necessidade de uma revolução contra a interpretação mecânica e esquemática do capitalismo, percebendo a importância do fator subjetivo e do partido como direção dos processos revolucionários. Segundo Gruppi (1996), os *Cadernos do Cárcere* são um aprofundamento do pensamento de Lênin, onde o mesmo retoma a concepção de ditadu-

28 Gramsci (1976) analisa que, para a sociedade russa, de caráter gelatinoso, essa estratégia foi acertada, mas em sociedades civis de estrutura mais complexa a estratégia deveria ser diferenciada, e fundamentada na guerra de trincheiras.

ra do proletariado como mudança da estrutura econômica, mas também uma mudança profunda na maneira de pensar dos trabalhadores. Uma revolução não é somente um fato político, mas também uma mudança cultural e de pensamento: a isso denominava a construção da hegemonia do proletariado.

Para Gramsci, o embrião dos soviets na Itália eram as comissões internas e os conselhos de fábricas. Nesses conselhos, o operário se tornaria força dirigente do Novo Estado que pretendia construir, um protagonista e intérprete dos interesses gerais da sociedade. As fábricas e suas comissões internas, os círculos socialistas e as comunidades camponesas poderiam ser, assim, os órgãos de poder proletário.

Esses conselhos de fábrica atingiram seu ápice no momento das ocupações das fábricas (1920), onde os trabalhadores mesmos dirigiram a produção sem a presença dos capitalistas. Entretanto, a derrota dessas ocupações coloca em pauta a necessidade de construir um instrumento unificador do movimento em nível nacional e da necessidade de compreender as diferentes peculiaridades da Itália (o norte essencialmente industrializado e o sul latifundista). Esse instrumento seria o partido.

Era preciso então romper o bloco industrial-agrário forjando a unidade da classe operária do norte com os camponeses do sul. Somente assim, com um sistema de alianças de classes, os trabalhadores poderiam tornar-se classe dirigente, mobilizando-se contra o capitalismo e seu Estado burguês, conquistando a hegemonia na sociedade civil. Conquista-se assim nova hegemonia no terreno do Estado, Gramsci, portanto, chama de hegemonia a ditadura do proletariado para salientar a função dirigente e da conquista da unidade dentre os trabalhadores. Mas, também, como analisa Bianchi (2008), chamava de hegemonia o próprio exercício da democracia liberal através da combinação da coerção e do consenso.

Analisando as diferenças nas formas de dominação hegemônica do capital entre Rússia e Itália, o autor conclui a necessidade de uma estratégia revolucionária diferente. Na Rússia (zarista), oriente, havia uma baixa socialização da política, uma população iletrada e partidos com pouca gravitação. A política era feita por grupos pequenos, portanto não seria com atividades massivas e com um trabalho de amplo convencimento que se conseguiria fazer uma revolução, mas por uma revolução explosiva, violen-

ta e de organização armada. Era possível uma guerra de movimentos (com choque de classes e decisões rápidas).

Ao contrário, na Itália (ocidente), havia uma relação de dominação um pouco mais equilibrada (entre coerção e convencimento). Havia uma poderosa estrutura na sociedade civil e o “Estado era apenas uma trincheira avançada” (Gramsci, 1976, p.75). O exercício da dominação requeria maiores concessões aos trabalhadores. A disputa estava na sociedade civil, na disputa de projetos em caráter nacional. A pergunta estava em como tornar a classe trabalhadora dirigente, superando seus corporativismos e interesses particulares por um projeto amplo e unificador. Uma luta de caráter político. Para o autor, a luta política é muito mais complexa que uma guerra militar, mesmo que essa contenha também um substrato militar: “a independência não poderá ser alcançada apenas com forças militares, mas com forças militares e político-militares” (Gramsci, 1976, p.51).

Existem três formas de guerra: a de movimento, de posição e subterrânea [...]. A resistência passiva de Gandhi, por exemplo, é uma guerra de posição que em determinados momentos se torna guerra de movimento e em outros em guerra subterrânea. O boicote é guerra de posição, as greves são guerras de movimentos, a preparação clandestina de armas e elementos combativos de assalto é guerra subterrânea [...]. Assim, nestas formas de lutas mistas, de caráter militar fundamental e de caráter político preponderante (mas cada luta política tem sempre um substrato militar), o emprego dos grupos de assalto exige uma formulação tática original para cuja concepção a experiência da guerra só pode dar um estímulo, não um modelo. (Gramsci, 1976, p.68)

Bianchi (2008) analisa que, no pensamento de Gramsci, a luta política era muito mais complexa que a guerra, porque nela “além da guerra de movimento e da guerra de assédio ou de posição, existem outras formas”, táticas diferentes que são apropriadas para algumas classes e outras não. A luta política era mais complexa porque “não se encerraria com a destruição do inimigo. Ela se assemelharia [...] à guerra colonial, na qual o exército vitorioso se propõe a ocupar de modo estável o território conquistado” (Bianchi, 2008, p.200-1). Assim, a questão da guerra de movimento e guerra de posição tinha um valor metodológico para descrever diferentes momentos e

etapas da luta de classes. Portanto, “a guerra de posição não anula a guerra de movimento” (Silveira, 2012, p.104).

Para o autor sardo, fixar um modelo de táticas e estratégias seria tolice. Na Itália, o foco deveria ser a realização de um forte trabalho ideológico, indispensável para a conquista de hegemonia e a formação de um bloco histórico com amplo consenso entre operários e camponeses em antagonismo aos interesses da sociedade capitalista. A hegemonia dos trabalhadores, nesse sentido, estaria na unificação do pensamento e da ação das classes subalternas que, embora com interesses antagônicos, são subordinadas ao capital inclusive na maneira de pensar, destituídas de sua capacidade crítica. Perpassaria pela autonomia das classes subordinadas, um processo se daria pela educação crítica, onde a “filosofia real” (a filosofia vivida) se tornaria uma “filosofia consciente”. A hegemonia se conquistaria antes da conquista do Estado, que, em grande medida, seria sua condição.

A formulação da autonomia dessas classes por meio da educação crítica, segundo Gramsci, se dá por meio de um instrumento coletivo que organize e dirija os trabalhadores mantendo coeso um bloco histórico. Esse instrumento é o partido, a personificação da vontade coletiva, que cria seus próprios intelectuais orgânicos que ajudarão na organização e unificação das classes. O papel do partido é decisivo para unificar a ação e o pensamento, superar os interesses corporativos por meio de um leque amplo de reivindicações. O partido, para Gramsci, assim como para Lênin, é o nível mais alto de consciência, é a direção do movimento espontâneo. Um bloco histórico torna-se coeso graças a essa direção.

Com os elementos acima citados, afirma-se que, para Gramsci, o Estado, também denominado sociedade política, é o aparelho de exercício direto da política de dominação, seja pela coerção e/ou pelo consenso. Entretanto, a política não é exercida somente por esse aparelho, há uma intrínseca relação da sociedade política ou Estado com a sociedade civil, onde também se exerce a dominação, embora com características distintas. Como afirma Bianchi:

Tomem-se estes dois termos-chave: sociedade política e sociedade civil. O conceito de sociedade política está claro no texto gramsciano. Trata-se do Estado no sentido restrito, ou seja, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não

consentem nem ativa nem passivamente, também chamado nos *Quaderni* de Estado político ou Estado-governo. Gramsci não perde, em momento nenhum, esta dimensão, ou seja, não perde de vista a dimensão coercitiva da política, muito embora não reduza a política a ela. (Bianchi, 2008, p.178)

Há uma unidade, mesmo que com diferentes características, entre sociedade política (Estado) e sociedade civil²⁹ que, para Gramsci, nada mais é que um conjunto de organizações “responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias”, como o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico etc., espaços de disputa e construção de hegemonia. O autor parte da diferenciação dessas duas esferas que integram a superestrutura (a sociedade civil e a sociedade política) para designar o “conjunto de mecanismos por meio dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da coerção”. Essas esferas, para o autor, mantêm “entre si uma relação dialética de unidade-distinção”. Na concepção do autor sardo, a construção de uma sociedade comunista, uma sociedade sem classes, é chamada “sociedade regulada”, o que significaria o desaparecimento progressivo da “sociedade política”, ou Estado, e todo o aparato de coerção e burocracia que são absorvidos pela sociedade civil como seu (Coutinho, 2012, p.29-31).

O Estado capitalista, portanto é Estado ampliado,³⁰ onde a dominação se dá pela coerção e pelo convencimento concomitantemente. Maria Lúcia Silveira, analisando a questão do poder e do estado no pensamento de Gramsci, aponta que:

[...] numa perspectiva ampliada, implica, portanto: a. a expressão da situação econômica de um determinado sistema de produção, elemento que assegura a propriedade, isto é, o monopólio dos meios de produção que vai estar articulada, dialeticamente, com a estruturação do poder político; b. a necessária relação entre sociedade política e civil, a construção da hegemonia e a presença dos aparelhos hegemônicos, que se somam aos aparelhos coercitivos do Estado”. [...] Para Gramsci, negar o Estado burguês e construir o Estado dos

29 Para Marx, a sociedade civil se refere à esfera das relações sociais de produção, o mundo da economia.

30 Estado ampliado é a organização das relações de poder pela combinação entre coerção e convencimento.

trabalhadores, o Estado socialista, implicam processos complexos que supõem, mas ultrapassam, a adoção de uma nova consciência, o desejo e a luta concreta por esta nova sociabilidade. Implica ter capacidade de assumir as tarefas de administração do estado a partir de outras referências políticas. (Silveira, 2012, p.100-1)

Porém, sob a pressão dos dirigidos, o Estado capitalista pode fazer deslanchar uma revolução passiva a qual não rompe com o antigo regime. Ou seja, realiza uma modernização do capitalismo, integrando alguns interesses da classe trabalhadora, mas sob a condição de sua subordinação. Numa revolução passiva, a recomposição do bloco dominante se dá pela agregação de alguns grupos (liberando concessões), ao mesmo tempo em que desmobiliza outros setores dominados. Uma incorporação seletiva de grupos subalternos que se perdem no seu real poder de intervenção. Mais uma vez, Gramsci chama a atenção para a consciência dos trabalhadores em seu real poder de intervenção.

[...] a ausência entre as forças radicais populares de uma consciência da missão da outra parte, impediu-as de ter plena consciência da sua própria missão, e, portanto de pesar no equilíbrio final das forças em relação ao seu efetivo poder de intervenção [...]. (Gramsci, 1976, p.80)

Segundo a interpretação de Carlos Nelson Coutinho, os traços fundamentais da revolução passiva na concepção de Gramsci são: a) a classe dominante reage às esporádicas pressões das classes subalternas de maneira que já possibilita um novo comportamento das classes dominantes; b) mesmo que essa reação pretenda conservar os fundamentos da ordem estabelecida, acaba incorporando reivindicações das classes subalternas; c) paralelamente aos elementos da conservação do domínio, são introduzidas algumas modificações que “abrem caminho para novas modificações”. Esses traços característicos expressam uma “complexa dialética de restauração e revolução, de conservação e modernização” (Coutinho, 2012, p.37).

Gramsci analisa que, na Itália, a guerra de posição viabilizou a revolução passiva fascista, bloqueando e desarticulando as classes subalternas em suas táticas de guerra de movimento. Instaurou-se um reformismo reacionário que reconfigurou os espaços da política afirmando “uma nova relação de

forças na qual a passividade das classes subalternas era assegurada”. Nesse caso, a revolução passiva configurava-se como a guerra de oposição dos dominantes para impedir “o avanço da hegemonia dos subalternos” (Bianchi, 2008, p.295). E, nesse sentido, uma luta antirrevolução passiva deveria desarticular a guerra de posição das classes dominantes. Somente assim, essa ação política “das classes subalternas assume dimensão de uma luta pela reapropriação de um tempo próprio que lhe tem sido negado. Conquistar é alterar a relação de forças e definir as condições nas quais a luta deve se dar” (Bianchi, 2008, p.296). As classes subalternas, afirmando e consentindo o caráter da revolução passiva, tornam-se prisioneiras do próprio sistema. Edmundo Dias afirma essa interpretação de Gramsci da seguinte maneira:

[...] ao afirmarem tal transição, sem a presença revolucionária das classes subalternas, as esquerdas tornaram-se umbilicalmente prisioneiras do capitalismo, atrelando a ele aquelas classes e decapitando suas possibilidades reais de libertação. A nação passava a ser uma abstração vazia onde um ente abstrato, o povo, se oporia a um estrangeiro opressor. (Dias, 2012, p.56)

Analisando *O Príncipe*, de Maquiavel, Gramsci vê nele a grande teoria do Estado moderno, do como se deve atuar na dominação de um povo disperso e pulverizado, no método de fazer política.

O príncipe representa uma ideologia política que se apresenta não como fria utopia, nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a vontade coletiva... Em todo o livro, Maquiavel mostra como deve ser o Príncipe para levar um pouco à fundação de um novo Estado, e o desenvolvimento é conduzido com rigor lógico, com relevo científico; na conclusão, o próprio Maquiavel faz-se povo, confunde-se com o povo, mas não com um povo genericamente entendido [...] do qual ele se torna e se sente consciência e expressão, com o qual ele se sente identificado: parece que todo o trabalho lógico não passa de uma reflexão do povo, um raciocínio interior que se manifesta na consciência popular. (Gramsci, 1976, p.4)

Mas, também, a obra é considerada a expressão genuína da vontade coletiva dirigida a determinado fim político, um organismo que “conglomera

gêrmens da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (Gramsci, 1976, p.6). Nesse sentido, Gramsci também considera que *O Príncipe* pode ser traduzido como o partido a organização coletiva que enfrenta o poder do Estado capitalista, do Estado ampliado. O partido pode apresentar-se de duas formas: numa, é constituído por um grupo de intelectuais que tem a função de dirigir do ponto de vista da ideologia geral um grande “movimento de partidos” ou as diferentes frações de um “mesmo partido orgânico”; noutra forma, seria um partido das massas, que, como o próprio movimento espontâneo, não tem outra função política que não a “de fidelidade genérica”, onde a massa é conquistada com “pregações morais, estímulos sentimentais, mitos messiânicos” (Gramsci, 1976, p.23).

O partido que assume o papel de sujeito revolucionário é para Gramsci o partido de quadros, que, desde a produção de seus próprios intelectuais orgânicos, deve realizar um amplo trabalho de organização e educação crítica das massas, conforme citado anteriormente.

Com todos esses elementos acima mencionados, considera-se que, no pensamento de Gramsci, a verdadeira construção de um Estado socialista está relacionada à construção de uma hegemonia alternativa no terreno da sociedade civil, onde a conformação de um bloco histórico coeso permita a unidade da classe trabalhadora como um todo, se reconhecendo em antagonismo de interesses ao capital. Para isso, é fundamental o papel do sujeito coletivo, tanto na organização, como na educação e na direção do movimento espontâneo. Condições fundamentais para a construção de um Estado socialista.

É a sociedade civil, portanto, uma esfera organizativa que indica o conjunto das relações econômicas (de produção e reprodução social), mas essencialmente uma esfera da ideologia e disputa de projetos de sociedade (partidos, sindicatos, movimentos). É, assim, superestrutura não isolada do próprio solo que produz o antagonismo de classes, as relações econômicas (infraestrutura).

O desenvolvimento da economia e da política encontram intimamente vinculados e marcados por influências, ações e reações recíprocas, pelas lutas que protagonizam as classes em presença e suas formas superestruturais no terreno nacional e internacional. Reconhecer esses vínculos não implica admitir que transformações no mundo econômico provoquem uma reação imediata

que modifique as formas superestruturais, ou vice-versa [...]. (Bianchi, 2008, p.175)

É na sociedade civil que reside a possibilidade de construir espaços de poder e emancipação dos trabalhadores configurando-se em um novo Estado operário. Essa seria sua missão revolucionária.

A criação do Estado operário é um modo de fazer, um processo de desenvolvimento. Pressupõe um trabalho preparatório de sistematização e propaganda. É preciso dar maiores poderes às instituições proletárias já existentes, fazer surgir outras semelhantes nas aldeias, conseguir que os homens que a compõe sejam comunistas conscientes da missão revolucionária a ser cumprida pela instituição. (Silveira, 2012, p.100-1)

Território em Gramsci

O termo território é usado raramente por Gramsci, mas aparece em alguns de seus textos (1987, 1995), parecendo estar vinculado ao caráter nacional. Em suas análises, ele distingue claramente as características peculiares existentes entre o norte e o sul da Itália. O norte do país era formado como uma região altamente industrializada e com a formação de uma classe operária bem definida. Já a região sul do país era essencialmente agrária formada por grandes latifúndios e camponeses sob uma forte influência da Igreja.

Era necessário, portanto, unir as forças operárias do norte junto aos camponeses do sul, despida de qualquer preconceito estimulado pelo capital entre os trabalhadores. Os camponeses do sul com o preconceito de que o norte era um bloco homogeneamente inimigo, e os operários do norte com o preconceito de que, homogeneamente, o sul representava o atraso para a Itália.

A transformação do Estado capitalista deveria ser, portanto, fundada na unidade entre os camponeses do sul e os operários do norte. A construção de uma nova hegemonia deveria ser uma questão nacional, uma questão territorial, para além das diferenças de classes. Processo este que havia ocorrido na experiência soviética. O autor trabalha sobre esse tema principalmente em sua obra *A questão meridional*.

[...] pois creio que depois da decisão do executivo ampliado sobre o governo operário e camponês, temos que dar importância especial à questão meridional, ou seja à questão na qual o problema das relações entre operários e camponeses se põe não apenas como um problema de relação de classe, mas também como um problema territorial, ou seja, como um dos aspectos da questão nacional. (Gramsci, 1987, p.84-5)

Quando Gramsci se refere à questão territorial como um dos aspectos da questão nacional, supõe-se que esteja analisando a forma do desenvolvimento capitalista em seu país que, de maneira desigual e combinada, põe “com maior violência os problemas de classe, que tendem a se tornar problemas territoriais”. O capitalismo se apresenta como estrangeiro à região e como estrangeiro se apresenta o governo que administra os interesses do capitalismo. Nesse sentido, discutir a questão meridional, é também discutir a questão territorial do desenvolvimento do capitalismo na Itália, e da estratégia da unidade dos operários e camponeses na luta pelo novo Estado. É também o modo italiano de situar-se em uma determinada área geográfica e de refletir a ligação necessária entre a luta da classe operária (inclusive de países desenvolvidos) com a luta de forças populares e revolucionárias (inclusive de países atrasados) (Gramsci, 1987, p.88 e 56-7).

[...] A questão meridional é também questão territorial; e é desse ponto de vista que deve ser examinada, a fim de se estabelecer um programa de governo operário e camponês que queira encontrar ampla repercussão entre as massas. (Gramsci, 1987, p.92)

Para romper com o bloco industrial-agrário do capital, era necessário forjar a unidade da classe operária do norte com a classe camponesa do sul de maneira territorial. Somente com uma aliança dessas classes, os trabalhadores se tornariam classe dirigente das mudanças contra o capital e seu Estado burguês. Construir essa hegemonia na sociedade civil é condição para a construção de uma nova hegemonia no terreno do Estado. Para tanto, seria necessário um instrumento unificador do movimento a nível nacional e que compreendesse as diferentes peculiaridades da Itália— esse instrumento seria o partido.

A aliança estratégica operário-camponesa

A unidade entre os camponeses do sul e os operários do norte, desde a sociedade civil e de maneira territorial, seria condição fundamental para construir a hegemonia dos trabalhadores e lutar contra a dominação do capital. Por isso, seria uma aliança de caráter estratégico, e deveria ser levada em conta pelo instrumento organizativo, o partido. Entretanto, o partido poderia cometer graves desvios se interpretasse o governo operário-camponês como mera palavra de ordem vinculada à determinada fase da luta pelo poder e, em consequência disso, que o problema do Estado fosse resolvido no interesse somente da classe operária. Esse tema é trabalhado nas *Teses de Lyon* desta, onde o tema da aliança operário-camponesa é reproposto. Essa aliança é núcleo essencial do bloco histórico.

Para o autor, a questão camponesa na Itália não é a questão camponesa em geral, tem suas peculiaridades decorrentes de determinado desenvolvimento do capital no país. Sobre isso, Gramsci afirma:

Nos países ainda atrasados do ponto de vista capitalista, como Rússia, Itália, França, e a Espanha existem uma nítida separação entre a cidade e o campo, entre os operários e os camponeses. Na agricultura, sobreviveram formas econômicas nitidamente feudais, com uma psicologia correspondente [...]. Na realidade, a grande propriedade agrária se manteve fora da livre concorrência: e o Estado moderno respeitou sua essência feudal, excogitando fórmulas jurídicas, [...]. Por isso, a mentalidade do camponês continuou a ser a do servo da gleba, que se revolta violentamente contra os senhores em determinadas ocasiões, mas é incapaz de pensar em si mesmo como membro de uma coletividade [...] e de desenvolver uma ação sistemática e permanente no sentido de mudar as relações econômicas e políticas de convivência social. (Gramsci, 1987, p.69-70)

Para o autor, as condições históricas da Itália não eram muito diferentes das condições russas. O problema da unificação dos operários e camponeses apresentava-se nos mesmos termos: a construção do estado socialista era fundada numa nova psicologia criada pela vida comum nas mesmas trincheiras, ou seja, os “operários fabris e os camponeses pobres” eram as “duas energias da revolução proletária” (Gramsci, 1987, p.72). No exemplo da experiência na Rússia, os soviets em Petrogrado e Moscou tinham

a participação de militantes camponeses e, nessa convivência, adquiriram consciência da unidade da classe trabalhadora (Gramsci, 1987, p.71).

Analisando a sociedade meridional na Itália, Gramsci identifica nela um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: “a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural; os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais”. Os camponeses meridionais estariam em constante efervescência como massa, mas seriam incapazes de dar uma “expressão centralizada às suas aspirações e necessidades” (Gramsci, 1987, p.35-6). Nesse sentido, os operários fabris tinham a tarefa histórica de suscitar no campo “instituições de camponeses pobres” sobre os quais um futuro Estado socialista promovesse uma transformação agrária, desde a implantação de maquinários e novas tecnologias (Gramsci, 1987, p.74). Para o autor, a unidade operário-camponesa deveria ser encabeçada pela classe operária, que teria a função de romper, juntamente ao camponês, com o corporativismo agrário. A libertação do camponês aparece atrelada à vitória dos operários.

Na Itália, o proletariado, emancipando a si mesmo, emanciparia as massas camponesas meridionais subjugadas pelo industrialismo parasitário e pelos bancos. A emancipação dos camponeses, nesse sentido, não deveria ser buscada na divisão de terras mal cultivadas, mas na solidariedade com o proletário industrial, que por sua vez tinha interesse em que o capitalismo, num estado socialista, não renascesse pela propriedade fundiária. O apoio dos operários aos camponeses e sua luta contra a miséria estava na instituição de cooperativas, em obras públicas de saneamento e irrigação e no aumento da produção.

A palavra de ordem, “a terra para os camponeses”, deve ser entendida pelo controle dos operários agrícolas e conselhos de camponeses pobres das áreas de produção. Os operários agrícolas, os camponeses pobres revolucionários e os socialistas conscientes não deveriam conceber como útil aos seus interesses a distribuição de terras incultas. Essa propaganda não aponta de maneira nenhuma as dificuldades da vida do camponês após a distribuição das terras incultas como, por exemplo, a falta de maquinário, sem habitação, sem água, sem crédito para preparar a produção e a colheita. Uma distribuição de terras mal cultivadas num primeiro momento poderia sanar os instintos de proprietário, mataria “sua primitiva fome de terra”, mas

logo em seguida não teria condições de viabilizar as sementes, os adubos e os instrumentos de trabalho.

[...] A questão dos camponeses e o problema das “formas” estão estreitamente unidos. É sobre esse ponto que se funda a polêmica entre os intransigentes e os oportunistas. A luta de classe ainda não assumiu formas difusa e conscientemente orgânicas no campo; é certo que a revolução proletária não ingressara em sua forma resolutive enquanto a classe dos camponeses pobres e dos pequenos proprietários não tiver separado violentamente dos partidos políticos de coalizão camponesa. (Gramsci, 1987, p.81)

A tarefa do partido em relação aos camponeses é inicialmente distinguir os agrupamentos fundamentais das massas camponesas e, para cada um, encontrar posicionamento e soluções políticas. No caso da sociedade italiana, Gramsci (1987) analisa que são quatro os agrupamentos. Um deles está estreitamente ligado à questão nacional. Outro, são os camponeses vinculados ao partido dos camponeses. E os dois últimos agrupamentos, que não necessitam de maior atenção do partido, a massa de camponeses católicos e a massa dos camponeses da Itália meridional e suas ilhas. A estes dois últimos, a linha do partido era de que sua tarefa deveria ser a de explicar os conflitos que nascem no terreno da religião como derivados do conflito de classes. Essas massas camponesas deveriam ser inseridas na luta anticapitalista, pois da sociedade meridional italiana são as classes mais revolucionárias e encontram-se enquadradas pelo controle da sociedade burguesa.

Para obter esses resultados, o partido necessitaria desenvolver um intenso trabalho de propaganda, inclusive no interior da própria organização, para “dar a todos os companheiros uma consciência exata dos termos da questão”. O proletariado deveria fazer sua essa orientação para dar-lhe eficácia política. “Nenhuma ação de massa é possível se a massa mesmo não está convencida dos fins que deseja atingir e dos métodos a aplicar.” E o proletariado, para governar como classe, deve se despojar de todo o resíduo corporativo e de “todo preconceito ou incrustação sindicalista”. É necessário superar as distinções existentes entre as profissões (o metalúrgico, o carpinteiro, o operário da construção civil), conquistando a confiança dos camponeses e algumas “categorias semiproletárias da cidade”. Deve pensar como proletário e não mais desde sua profissão, pensar como “membros de

uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, de uma classe que só pode vencer e construir o socialismo se auxiliada e seguida pela grande maioria daqueles estratos sociais” (Gramsci, 1987, p.138 e 146).

Se o corporativismo de proletariado não fosse superado, ele perderia sua posição de dirigente e guia, podendo inclusive aparecer para as massas operárias mais pobres como um privilégio, e aos camponeses como um explorador ao estilo dos burgueses, pois a burguesia apresenta o núcleo operário privilegiado como a única “causa dos males e da miséria dos camponeses” (Gramsci, 1987, p.152). A estratégica aliança operário-camponesa não vingaria.

A organização política como intelectual coletivo

Gramsci, por conta a prisão e com a saúde debilitada, dedica todas as energias que lhe restam a desdobrar sua concepção de partido como “intelectual coletivo”. A esse tema, o autor vincula a questão do poder, da política (da macro e micropolítica), da organização do local de trabalho, de uma organização política mais ampla e da necessidade de superação da luta espontânea.

Sobre o poder e a política, suas primeiras formulações mais sistematizadas se deram nas reflexões estabelecidas junto à obra de Maquiavel. Para compreender a concepção de poder em Gramsci, é necessário, segundo Maria Lídia Silveira, destacar o componente de sua “natureza relacional”. Poder não é “algo em si mesmo”, mas se estabelece a partir das relações. “Relações de classe, relações de força, relações que se organizam no campo econômico e que se espraiam para o nível político e ideológico”. E, se pensado do ponto de vista dos “trabalhadores em geral”, poder está relacionado à necessidade de superar o “viés corporativo – importante, mas insuficiente – na perspectiva de sua constituição como força política” para a construção da “luta hegemônica” (Silveira, 2012, p.90).

Bianchi (2008) afirma que, para o autor, “toda a vida é política” e que “toda a *práxis* humana carrega em si uma dimensão política”. Assim, na luta dos trabalhadores como força política, seria necessário estabelecer as distinções entre a grande e a pequena política. A grande política para, Gramsci, se referia à luta por defesa ou conservação de determinada estrutura, assim como a luta pela sua destruição. Já a pequena política poderia ser definida

como a política do dia a dia e da intriga. Essa distinção entre a grande e a pequena política estava relacionada ao ato de “diferenciar a conjuntura da situação”, ou melhor, a necessidade de distinguir os “movimentos orgânicos (permanentes)” dos “conjunturais (ocasionais, imediatos, acidentais)”, fundamentais no propósito de esclarecer as diferenças entre as mudanças estruturais e as reformas (Bianchi, 2008, p.160).

A luta pelo poder, desde os trabalhadores organizados, deveria passar pela compreensão dos meandros existentes entre a pequena e a grande política, assim como passar pela aliança estratégica operário-camponesa na proposição de mudanças estruturais, para realização da grande política. E para isso era de fundamental importância à organização política, desde os conselhos de fábrica ao partido.

Para Gramsci, inicialmente, as comissões internas das fábricas carregavam a capacidade de “serem órgãos reais de democracia operária, espaços organizativos que ultrapassariam as lutas imediatas e teriam uma dimensão pedagógica”, ultrapassariam a pequena política para a grande política. O autor visualizava também um núcleo mais amplo às comissões de fábrica, denominado Comitês de Bairros, que teriam a função de “coordenar os trabalhadores não proletários sob a direção dos conselhos numa perspectiva de conexão das diferenciadas formas que compunham as classes trabalhadoras” (Silveira, 2012, p.92).

Portanto, os conselhos operários, fruto das lutas de 1919 e 1920 foram, para Gramsci, a célula do exercício do poder e da democracia operária, similarmente ao que foram os soviets na Revolução Russa. Para o autor os trabalhadores só poderiam formar um Estado dos trabalhadores se fossem “capazes de reconstruir a si mesmas e, ao mesmo tempo, dar sentido e força política às instituições, especialmente neste tempo histórico, aos conselhos”. A organização desses conselhos implicava em atuar enormemente em um processo de transformação cultural, liquidando a “disciplina capitalista na produção” e “instaurando uma nova forma de disciplina, uma nova forma de democracia, a democracia operária” (Silveira, 2012, p.93-4).

Secco (2006) afirma que os conselhos de fábrica surgiram antes mesmo dos soviets e que eram “um órgão revolucionário”, pois assumiam as “funções produtivas da fábrica” e retiravam “do patronato o mito de sua necessidade técnica”. Num contexto de possível crise do imperialismo, os conselhos levariam camponeses e operários a uma luta mais organizada e

não correria tanto o perigo eminente de um “espontaneísmo anarquizante”. Sua perspectiva era a da organização da classe desde seu local de trabalho, que despontaria a partir das experiências concretas das massas.

Entretanto, Gruppi (1978) analisa que o conselho de fábrica não é concebido desde a diminuição do papel do sindicato e do partido, mas no papel de “regeneração do sindicato”. “A conquista do poder é resultado da capacidade dirigente da classe operária, que deve amadurecer e começar a se expressar na fábrica. O que Gramsci possui é precisamente o sentido do processo” (Gruppi, 1978, p.54).

A criação do Estado novo então perpassa pela organização, pelo exercício real da democracia operária desde seus locais de trabalho, os conselhos de fábrica. Mas também perpassa por uma efetiva aliança entre operários e camponeses numa organização política mais ampla. Essa efetiva aliança entre camponeses, operários e intelectuais, em outros termos, possibilitaria condições de superação do caráter da luta econômica e imediata (espontaneísta), passando do momento corporativo da organização para a representação dos interesses mais amplos, como afirmado anteriormente, superando sua condição de distintas profissões para sua emancipação enquanto classe. A isso, chamava catarse.

Pode-se empregar a expressão “catarses” para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta passional) ao momento puramente ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em fonte de novas iniciativas. A fixação do momento “catártico”, torna-se assim, creio, o ponto de partida de toda a filosofia da *práxis*; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resulta do desenvolvimento dialético. (Gramsci, 1995, p.53)

Como é na esfera político-ideológica, ou esfera das superestruturas, que se travam em última instância as batalhas decisivas entre as classes sociais, Gramsci concebe a catarse como um conceito bastante peculiar ao processo de superação de interesses “econômico-corporativos” a uma dimensão

universal. Seria o momento em que a classe trabalhadora deixava de ser um “puro fenômeno econômico para se converter em sujeito consciente da história”, uma “passagem do determinismo à liberdade”, o que seria equivalente às análises de Marx da superação da classe em si à classe para si, ou a elevação de uma “consciência meramente sindicalista à autêntica consciência político-universal de classe”, nos termos de Lênin. Esse processo, a catarse, é fundamental na conformação de uma classe social “nacional”, que representaria os interesses de um “bloco social majoritário”, que poderia conquistar “a hegemonia na sociedade” (Coutinho, 2012, p.25).

Gramsci, citando Engels, afirma que a “economia só em última instância é a mola da história”, no entanto é nela que os seres humanos tomam consciência dos conflitos, no “terreno das ideologias”, e isso não é de “caráter psicológico ou moralista, mas tem um caráter orgânico gnosiológico” (Gramsci, 1976, p.34-7). É assim, no contexto da luta econômica, e por isso há tamanha importância da organização a partir do local de trabalho (conselhos e comitês), que se forja certa consciência, entretanto ainda insuficiente para a construção de uma hegemonia dos trabalhadores, pois a luta econômica ou corporativa ainda é fracionada. A construção da hegemonia dos trabalhadores se daria por meio de uma organização que possibilitasse a catarse, a emancipação da luta corporativa para a luta em geral. Essa organização seria o partido.

O partido como um instrumento político-pedagógico deveria, nesse sentido, continuar com suas raízes na fábrica e na experiência concreta dos trabalhadores. Gruppi afirma que o partido, para Gramsci, é um “elemento decisivo na formação da hegemonia da classe operária” por ser um instrumento que unifica a “ação e o pensamento”, configurando-se como a “inteligência e a vontade coletiva”, como o raciocínio da totalidade social em seus elementos políticos e culturais, construindo “determinado bloco histórico, o qual se mantém coeso graças a essa direção”. Nesse sentido, o partido tinha que ser formado de cima para baixo, partindo do “nível mais alto de consciência, da direção sobre o movimento espontâneo” (Gruppi, 1996, p.86-7).

Para o autor sardo, o partido é constituído essencialmente por três forças:

- Aquela que adere à organização sem uma consciência crítica, movida pelo entusiasmo e pela vontade;

- Uma força altamente convicta, unificada e disciplinada. O grupo de dirigentes. “[...] Aquele que realiza a síntese crítica, o capitão que cria o exército” (Gruppi, 1978, p.75);
- Um estrato intermediário que liga o núcleo dirigente com a base.

Apesar de o partido necessariamente ser uma relação orgânica entre essas forças, a segunda é de fundamental importância para sua vida. Entretanto, essa importância se deve essencialmente à atitude de preparação de seus sucessores. O partido deve ser capaz de criar novos dirigentes, novos quadros, tanto em quantidade quanto em qualidade. Reside aí a concepção e o papel dos intelectuais orgânicos para o autor.

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre os governantes e governados, se estabelece graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivencialmente), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos; isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o bloco histórico. (Gramsci, 1995, p.139)

Para o militante sardo, o “elemento popular sente, mas nem sempre compreende ou sabe, o elemento intelectual sabe, mas nem sempre compreende e, menos ainda, sente”. Para Gramsci, o partido tinha uma função de “eivar a consciência das classes ao nível ético-político e, assim, interferir nas batalhas por hegemonia – do que por um tipo específico de organização formal”. Nesse sentido, Togliatti estava correto “quando afirmou que, para o pensador sardo, o partido revolucionário seria um intelectual coletivo” (Coutinho, 2012, p.36).

Gramsci afirma ainda que um partido nem sempre sabe adaptar-se às novas tarefas ou períodos históricos, e que, ao analisar o desenvolvimento dos partidos, é necessário observar, entre outras questões, a burocracia como uma força conservadora perigosa: “se ela chega a constituir um corpo solidário, voltado para si e independente da massa, o partido acaba se tornando anacrônico, e nos momentos de crise aguda é esvaziado do seu conteúdo social” (Gramsci, 1976, p.56). A burocratização de um partido, de uma organização, não acompanha o movimento real, não sintoniza o mais

profundo desejo das massas ao aparelho de direção, não leva em conta a realidade histórica e se enrijece mecanicamente.

Esse era o sentido do partido para Gramsci, um intelectual coletivo que possibilitaria a catarse da organização corporativa para a organização da classe em geral, na qual estabeleceria uma relação pedagógica entre dirigentes e dirigidos, entre intelectuais orgânicos e massa, entre a organização local do trabalho e a organização mais ampla dos trabalhadores na conformação de um bloco histórico com alianças de colaboração orgânica.

Nesse sentido, o intelectual coletivo está vinculado diretamente à construção da hegemonia que, por sua vez, perpassa por essa colaboração orgânica, pela organização política da sociedade (e não apenas economicamente), o que requer também uma profunda transformação dos modos de ação e percepção, dos “modos de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (Gruppi, 1978, p.70). Construir hegemonia é desenvolver “paraleamente a formação da autoconsciência e auto-organização das classes correspondentes”, e em certa medida a “passagem da classe em si à classe para si” (Bianchi, 2008, p.169).

[...] o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forma certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas é também indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (Gramsci, apud Bianchi, 2008, p.169)

Hegemonia, portanto, está na capacidade de unificar “por meio da ideologia e de conservar um bloco social que não é homogêneo”, mas marcado pelas contradições de classe. Está na capacidade de manter articuladas as forças heterogêneas (Gruppi, 1978, p.70). Aí reside também o papel do intelectual coletivo.

Partido: do movimento espontâneo à direção consciente

Segundo Gramsci, o movimento espontâneo não é um fenômeno puro, nele há elementos de direção consciente de maneira múltipla. Ao se referir

a espontaneidade como característica das classes subalternas, os elementos da direção consciente presentes são os da classe dominante. Os múltiplos elementos aparecem na ação espontânea de maneira fragmentada e nenhuma delas ultrapassa o “nível da ciência popular”, ou senso comum. A classe subalterna “nem mesmo suspeita que sua história possa ter alguma importância e que deixar traços documentados dela tenha algum valor” (Gramsci apud Sader, 1992, p.124).

O fato de a espontaneidade, ou movimento espontâneo, ter relação de unidade com a direção consciente da classe dominante de maneira fragmentada deve ser cuidado com especial atenção, pois ignorá-lo seria “renunciar a dar-lhes” outra direção consciente. Isso pode ocasionar, dependendo das circunstâncias históricas, que um descontentamento das classes subalternas e movimentos espontâneos de massa possam vir acompanhados de movimentos reacionários de direita.

O fato de que em cada movimento espontâneo exista um elemento primitivo de direção consciente, de disciplina, é demonstrado indiretamente pela existência de correntes e grupos que sustentam a espontaneidade como método. A propósito é preciso fazer uma distinção entre elementos puramente ideológicos e elementos de ação prática, entre estudiosos que sustentam a espontaneidade como método puramente imanente e objetivo da transformação histórica e politiqueros que a sustentam como método político. Naqueles, trata-se de uma concepção errada, nestes, de uma contradição imediata e mesquinha que revela sua origem prática evidente. (Gramsci apud Sader, 1992, p.125)

Uma direção consciente de caráter revolucionário ao movimento espontâneo exige um instrumento organizativo que redimensione o caráter da disciplina, não como aceitação passiva e servil de ordens, mas como “assimilação consciente e lúcida da diretiva a ser realizada”. Uma disciplina que não anula a “personalidade no sentido orgânico”, mas que “limita o arbítrio e a impulsividade irresponsáveis, a vaidade etc.” (Gramsci apud Sader, 1992, p.143-4).

Num dos capítulos, chamado “Dirigir e organizar”, da compilação de textos de Gramsci realizada por Emir Sader, o autor trata como convicção a relação de unidade entre fim e meio, entre objetivo e método. Estes devem coincidir perfeitamente. Em suas palavras: “Convicção de que só se pode

falar de querer um fim quando se sabe predispor com exatidão, acuidade, meticulosidade os meios adequados, suficientes e necessários” (Gramsci apud Sader, 1992, p.145). Esse breve comentário no capítulo dá um destaque especial ao que se refere ao método, à forma, ao como fazer, ao como organizar, ao como dirigir. Preocupação que esteve em diferentes momentos de sua militância realizada no PSI e no PCI.

Os partidos, entretanto, podem, em momentos de crise, não mais representar e dirigir. “Não são mais reconhecidos como expressão de sua própria classe ou fração de classe” (Gramsci, 1976, p.54). O conteúdo dessa crise orgânica é a “crise da hegemonia da classe dirigente”, que cria situações perigosas pelo fato de que a população não se orienta e organiza-se no mesmo ritmo. Como afirma Gramsci:

O conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra) ou porque amplas massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente à passividade política [...] o que se verifica é a crise de hegemonia, ou crise de Estado [...]. (Gramsci, 1976, p.104)

Com os diferentes elementos que acima foram mencionados, percebe-se que uma organização política, um partido, como intelectual coletivo, tem uma função política pedagógica para a classe trabalhadora na passagem da consciência em si à consciência para si. Nos termos de Gramsci, na passagem do senso comum para o bom senso, ou ainda, sair da condição de homem-massa para a condição de homem-coletivo, superando o movimento espontâneo e a luta de caráter estritamente econômico, para uma consciência histórica universal, onde o ser humano assume seu papel de fazer sua própria história e não deixar-se mergulhar na história do dominador.

Para Gramsci, o partido que mais teria as condições naquele momento de cumprir essa missão histórica seria o Partido Comunista, um intelectual coletivo que nascia das cinzas do Partido Socialista.

[...] los rasgos característicos de la revolución proletaria solo pueden buscarse en el Partido de la clase obrera, en el Partido Comunista, que existe y se desarrolla por cuanto es la organización disciplinada de la decisión de fundar un

Estado, de proporcionar una sistematización proletaria a la ordenación de las fuerzas físicas existentes y de sentar las bases de la libertad popular. (Gramsci, 1967, p.41)

O Partido Comunista seria, naquele momento, a “forma histórica” da libertação do trabalhador, onde o operário, “de ejecutor se transforma en iniciador, de masa se convierte en dirigente y guía, de brazo pasa a ser cerebro y voluntad” (Gramsci, 1967, p.43). Seria o espaço onde se germinaria o pleno desenvolvimento do ser humano logo que o Estado operário organizar as condições materiais.

[...] y el obrero, lo hace integrando-se en el Partido Comunista, donde colabora en “descubrir” y en “idear” originales modos de vida, donde colabora “voluntariamente” en la actividad del mundo, donde piensa, prevé, tiene una responsabilidad y es organizador además de organizado, donde se siente constituir en la vanguardia que marcha hacia adelante, arrastrando tras de si a las masas populares. (Gramsci, 1967, p.44)

Na interpretação de Gruppi, os partidos “elaboram os seus próprios intelectuais”, e a hegemonia dos trabalhadores na construção desse novo Estado se faz na medida em que forjam seus próprios quadros, seus próprios elaboradores, seus próprios intelectuais orgânicos. O intelectual orgânico é o dirigente “capaz, mesmo que seja analfabeto ou semianalfabeto”, de ser um organizador, “um educador de massa” (Gruppi, 1978, p.82).

Assim, há uma intrínseca relação entre intelectual orgânico e intelectual coletivo no processo de desenvolvimento da consciência dos trabalhadores, e, por conseguinte, no árduo trabalho de construção da hegemonia da classe trabalhadora para a construção de um novo tipo de Estado que possibilite as condições materiais para o desenvolvimento de todas as capacidades humanas.

O intelectual orgânico, a consciência e a formação política

Gramsci afirma que não existe nenhuma classe independente de seus intelectuais, mas que todo o grupo social tem sua camada de intelectuais ou tende a formar uma para si.

¿Son los intelectuales un grupo social autónomo e independiente, o todos los grupos sociales tienen sus propias categorías de intelectuales especializados? El problema es complejo por las diversas formas que ha asumido hasta ahora el proceso histórico real de la formación de las distintas categorías intelectuales. (Gramsci, 1967, p.21)

Para o autor, as distintas formas de intelectuais se destacam por duas características essenciais. A primeira se refere aos intelectuais vinculados organicamente à produção e à reprodução do sistema capitalista. São estes, no mundo contemporâneo, desde os empresários capitalistas aos técnicos industriais, e profissionais liberais que defendem e reproduzem mesmo que mecanicamente a ideologia do sistema.

Todo grupo social que surge sobre la base original de una función esencial en el mundo de la producción económica, establece junto a él, orgánicamente uno o mas tipos de intelectuales que le dan homogeneidad no solo en el campo económico, sino también en el social y en el político. (Gramsci, 1967, p.21)

A segunda forma se refere aos intelectuais que se forjam nas contradições existentes do sistema dominante. Brotam da expressão de uma nova estrutura em desenvolvimento que nega a continuidade ininterrupta, buscando “las más complicadas y radicales transformaciones de las formas sociales y políticas” (Gramsci, 1967, p.22).

Esses intelectuais podem ser denominados de duas formas de acordo com diferenciados graus de intervenção no mundo. Desde criadores de diversas ciências até o os “mais humildes administradores e divulgadores de um patrimônio cultural acumulado previamente”, que o marxista italiano chamou de intelectuais tradicionais. Diferenciar essas características, dos intelectuais tradicionais e dos intelectuais orgânicos é importante para compreender a conformação dos grupos que lutam contra ou pela assimilação e conquista ideológica, segundo Bianchi (2008). Tanto os intelectuais tradicionais como os intelectuais orgânicos se constituem de maneira heterogênea na medida em que inseridos nos projetos das diferentes classes sociais.

Assim, Gramsci destaca a necessidade de garantir a projeção de intelectuais organicamente vinculados aos problemas das classes subalternas.

Pode-se afirmar que esse processo ocorre desde duas dimensões, uma delas está relacionada ao papel que intelectual coletivo ou a organização política desempenha. A outra está relacionada ao papel da formação política para projeção de quadros ou intelectuais orgânicos. A projeção de intelectuais vinculados organicamente aos trabalhadores está relacionada diretamente ao tema da consciência.

O tema da consciência aparece na obra de Gramsci em vários momentos, como uma preocupação constante para a conformação de um bloco histórico unitário e coeso a partir da organização da classe trabalhadora e da construção de sua hegemonia. Isso se realizaria “paralelamente à formação da autoconsciência e da auto-organização das classes correspondentes e em certa medida à passagem da classe em si à classe para si”, na qual a classe trabalhadora em geral “adquire consciência de sua própria função histórica” (Bianchi, 2008, p.169). Retoma-se, nesse sentido, o papel fundamental do intelectual coletivo.

A consciência tem uma dimensão coletiva, não individualizada. Ela é, inicialmente, “o reflexo da fração da sociedade civil da qual participa, das relações sociais tais como elas se concentram na família, na vizinhança, na aldeia” (Gramsci, 1982, p.118). Mas, para conhecer os mecanismos e o processo da consciência coletiva, não é suficiente conhecer o conjunto das relações existentes em dado momento:

[...] importa conhecê-los geneticamente, em seu movimento de formação, já que todo o indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações, isto é, o resumo de todo o passado. (Gramsci, 1995, p.40)

Nesse sentido, a consciência do indivíduo carrega toda a fragmentação e a esquizofrenia do mundo globalizado e sua expressão local pelo senso comum. É, portanto, representação da consciência coletiva, e na sociedade do capital é fracionada (entre o agir e o pensar). Para Gramsci:

O homem ativo da massa atua praticamente, mas não tem clara consciência teórica desta sua ação, que não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, inclusive, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma

implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. Todavia, esta concepção verbal não é inconsequente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode, inclusive, atingir um ponto no qual contraditoriamente da consciência não permita ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política. A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto por meio de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência do fazer parte de determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no senso de “distinção” e “separação”, de independência apenas instintiva, e progride até a posse real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. E por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa – além do progresso político prático – um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso-comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. (Gramsci, 1995, p.20-1)

Nesse sentido, a filosofia da *práxis* é fundamental para desde uma perspectiva crítica possibilitar condições de unidade e coerência na consciência humana. A filosofia da *práxis* apresenta-se em um primeiro momento em uma “atitude polêmica e crítica, como superação do modo de pensar precedente e do pensamento concreto existente (o mundo cultural existente)”. Seria a crítica do senso comum popular, do senso comum da intelectualidade. A crítica do senso comum deveria ser também a crítica “à filosofia dos intelectuais porque estes assimilam a filosofia da época como seu horizonte intelectual, como senso comum” (Bianchi, 2008, p.72).

A *práxis*, a unidade entre teoria e prática, era para Gramsci “um devir histórico e não um fato mecânico deduzido da ação das massas”. A insistên-

cia na predominância da prática nessa relação significaria segundo Gramsci uma fase histórica econômico-corporativa, e para:

[...] superar esse nível econômico-corporativo e passar ao nível da luta efetiva pela constituição de uma nova hegemonia, seria necessário fundir a constituição intelectual de uma nova concepção de mundo à constituição prática dessa concepção. Neste sentido, o partido teria a função de realizar esta fusão. (Bianchi, 2008, p.80-1)

[...] a filosofia da *práxis* não busca manter os “simplórios” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter a unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual – moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (Gramsci, 1995, p.23-4)

Mas a superação da forma bizarra do senso comum das massas por meio do contato com intelectuais orgânicos está bem longe de ser decisiva; ela pode ser decisiva apenas secundariamente, quando determinada pessoa já se encontra em crise intelectual, oscila entre o velho e o novo, perdeu a confiança no velho e ainda não se decidiu pelo novo.

Por isso a necessidade do trabalho incessante para elevar intelectualmente as camadas populares, o que “significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos”. Somente assim se consegue modificar o “panorama ideológico” de uma época (Gramsci, 1995, p.25 e 27).

Desconstruir as ideologias historicamente forjadas desde a dominação é forjar o “homem-coletivo”. Passar de “homem-massa” para “homem-coletivo”. Bianchi, retomando reflexões de Gramsci no Caderno 10, aponta:

A conformação do homem coletivo encontra seu momento crucial na passagem do indivíduo para a esfera universalizada das classes e, mais especificamente, para aquela esfera na qual as classes se apresentam como sujeitos universais, a esfera política. Essa passagem era compreendida por Gramsci como uma

relação pedagógica ativa, distinta, portanto, de uma mera relação escolar. É no nexo existente entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, intelectuais e não intelectuais que se torna possível identificar de modo mais preciso essa relação e o processo de formação de uma personalidade histórica. Desse modo, toda relação de hegemonia é, necessariamente, uma relação pedagógica de construção de novos sujeitos sociais e políticos. (Bianchi, 2008, p.192)

Construir novos sujeitos sociais e políticos então exigia um intenso trabalho de cultural e de crítica à filosofia dominante expressa no senso comum das massas e intelectuais. Pois para Gramsci a consciência é contraditória e necessita de um largo processo de construção de uma unidade crítica. Esse processo seria o desenvolvimento da consciência histórica da realidade.

Bezerra (2012), em suas reflexões sobre cultura e hegemonia, aponta que Gramsci, em seu texto “Homens ou máquinas”, de dezembro de 1916, faz a crítica aos socialistas italianos por “defenderem um princípio genérico da necessidade da cultura”. Para ele, era necessário uma escola “desinteressada, humanista”, onde se pudesse desenvolver uma “consciência crítica e unitária”. Gramsci inclusive se envolve de tal maneira nessa concepção que escreve uma proposta de “orientação educacional direcionada para o proletariado”, na medida em que participava de educação de adultos no movimento socialista e de conferências nos círculos culturais dos trabalhadores. Para ele, por meio de uma formação cultural, o proletariado poderia “abandonar uma concepção fragmentada e imediata da realidade social em que está inserido e alcançar uma dimensão coletiva, unitária e revolucionária” (Bezerra, 2012, p.113).

[...] O homem é uma criação histórica, e só como tal pode adquirir a mencionada consciência crítica, que é a base da cultura. Através deste conhecimento crítico de si e dos outros, o homem historicamente se eleva, se transforma em um elemento de ordem, se diferencia daqueles que o precederam e poder, portanto propor teleologicamente as ações revolucionárias que tenha necessidade de fazer. Nestes sentido, compreende-se a afirmação gramsciniana de que toda a revolução precisa ser precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica e de penetração cultural. (Bezerra, 2012, p.112)

A cultura, assim, era uma “condição essencial para a emancipação humana”. No texto “O Relojoeiro”, de 1917, Gramsci aponta a necessidade de criar várias instituições de caráter revolucionário

[...] entre as quais, acredita ele, a primeira seria aquela em que a inércia mental dá lugar a uma vida de pensamento, a um exercício de reflexão crítica que, paralelamente a ações no âmbito socioeconômico e político, possibilitariam a criação de uma nova ordem. (Bezerra, 2012, p.115)

E no texto “Filosofia, boa vontade e organização”, 1917, apresenta que o significado da cultura está justamente no “exercício de pensamento, aquisição de ideias gerais, hábito de conectar causas e efeitos” (Bezerra, 2012, p.117).

[...] É preciso estudar o modo pelo qual se expressa uma consciência ainda subalterna; deve ser levado em consideração o elemento da espontaneidade relativa nela presente, já que tão somente a partir dessa consciência elementar poderemos guiar as massas até uma consciência crítica. (Gruppi, 1978, p.68)

O modo como se expressa a consciência das classes subalternas, entre suas necessidades efetivas e sua condição de exploração acabam “impulsio-nando tais classes a ações, a lutas e movimentos, a um comportamento mais geral que entra em contradição com a concepção do mundo na qual elas foram educadas”. Tal aspecto, para Gramsci, representava a filosofia real da classe. “A filosofia real do indivíduo e da coletividade deve ser buscada no agir. A filosofia de uma pessoa está na política dessa pessoa” (Gruppi, 1978, p.68-9).

Filosofia e política, conforme comentado anteriormente, encontram-se numa unidade intrínseca e se expressam na ação cotidiana de indivíduos e grupos sociais. O problema que inquietava Gramsci era como “tornar explícita aquela filosofia implícita na ação de cada um e na ação dos grupos sociais”, que estão submersas na filosofia e na política dominante. Para explicitá-la era necessário “criticar a concepção imposta às classes subalternas, na qual se estabeleça a unidade entre a teoria e a prática, entre a política e filosofia” (Gruppi, 1978, p.69).

A busca da unidade entre a ação e a concepção de mundo, entre a teoria e a prática, entre a filosofia e a política, é fundamental para Gramsci para a superação de uma consciência presa ao senso comum, à ciência da fragmentação. Buscar a ação coerente exige a unidade crítica entre a ação e o pensar, exige explicitar a fragmentada expressão da ideologia dominante expressa nas ações cotidianas das classes subalternas.

Enquanto existir contradição entre a ação e a concepção do mundo que a guia, a ação não pode ser consciente e não pode se tornar coerente. Será sempre uma ação, por assim dizer, fragmentada; teremos sempre ações espasmódicas e depois estagnação, rebeliões desesperadas e passividade, extremismo e oportunismo. A ação coerente exige ser guiada por uma concepção do mundo, por uma visão unitária e crítica dos processos sociais. (Gruppi, 1978, p.69)

Para Gramsci (1976), existia uma tendência profunda ao conformismo no mundo contemporâneo, com uma “standardização” do modo de pensar e atuar nos marcos da dominação. Essa tendência, advinda das bases econômicas e ideológicas da dominação, forjava o homem-massa, partícipe da sua concepção de mundo, do senso comum dessas bases. Essa concepção de mundo está expressa na linguagem, na religião e no folclore (na cultura de massa) e representa a filosofia e a política da dominação. Segundo Gruppi (1976), “todo homem, pelo simples fato de que fala, tem uma sua concepção do mundo, ainda que não consciente, ainda que acrítica, já que a linguagem é sempre, embrionariamente, uma forma de concepção do mundo” (Gruppi, 1976, p.66-7).

Essa concepção de mundo, num primeiro momento imposta é, ademais de resultado, mas a própria expressão das relações sociais as quais vive e produz materialmente sua vida. Gruppi afirma que:

[...] Gramsci observa que em todo homem está presente uma concepção imposta pelo ambiente em que ele vive, e para a qual, portanto, concorrem influências diversas e contraditórias. Na consciência do homem, abandonada a própria espontaneidade, não ainda criticamente consciente de si mesma, vivem ao mesmo tempo influências ideológicas diferentes, elementos díspares, que se acumularam através de estratificações sociais e culturais diversas. A consciência do homem não é mais do que o resultado de uma relação social, e é ela

própria uma relação social. Portanto, não temos a alma entendida como essência autônoma, aristotelicamente, mas sim a consciência, como resultado de um processo social. (Gruppi, 1978 p.67)

Assim, diante de uma consciência subordinada, fragmentada, e não criticada das classes subalternas, seria necessário construir uma própria concepção de mundo consciente de seu papel na história por meio da sua própria crítica, onde, ao invés de participar passivamente de uma concepção de mundo imposta e da atividade política do outro, o sujeito histórico pudesse escolher e participar na produção da própria história, com a “marca da própria personalidade”, “participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade [...]”. Se participa passivamente e de maneira conformista da concepção de mundo imposta, o ser humano torna-se “anacrônico”, “incapazes de completa autonomia histórica”. (Gramsci, 1995, p.11-4).

Segundo Gruppi (1978), essa formação crítica e invenção consciente da própria história não eram um processo “exclusivamente pessoal”, mas resultante de um intenso processo social de vivência da luta política e da formação político-ideológica. Nesse processo, o partido tinha uma função essencial.

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo *faber* do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. [...] O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, [...]. (Gramsci, 1982, p.6-7)

Assim, pode-se afirmar que, para Gramsci, o intelectual orgânico, nascendo das lutas dos subalternos e/ou convictos de sua posição de classe, perpassa pelo ato de dar unidade e coerência à sua consciência, que tem em

si toda a formação histórica da humanidade, mas de maneira fragmentada, inicialmente. Fazer a crítica à sua condição de existência e à sua formação histórica é dar um salto para a unidade entre o pensar e o agir, para assumir-se enquanto sujeito histórico de seu próprio destino. Esse processo tem em grande medida a influência do intelectual coletivo, mas também da preparação ideológica de seus quadros, da formação política. Nesse sentido, a necessidade da formação dos quadros orgânicos da luta da classe subalterna é fundamental.

Para o autor, o conceito de formação política é delineado como “ações pedagógicas”, que são desenvolvidas dentro e/ou por meio dos instrumentos de classe e que proporcionam o avanço de consciência para além da “realidade empírica”. Essas ações pedagógicas, numa primeira aproximação de seu pensamento, são vinculadas à cultura e à linguagem, ao ato de desenvolver uma postura crítica e coerente do pensamento e da ação desagregada presentes nas crenças e superstições, no senso comum e na própria comunicação. Esse tipo de ação possibilita a passagem de uma postura de “homem-massa”, o qual participa de determinada mecânica e imposta concepção de mundo, para “homem-coletivo”, no qual prevalece uma postura coerente e unitária, de participação ativa na construção da história; não se aceita passivamente as marcas do sistema na sua própria personalidade. Essas ações ocorrem não necessariamente com a produção de grandes descobertas, mas também na socialização crítica de “verdades” já desveladas.³¹

Para desenvolver esse novo tipo de consciência de “homens-coletivos”, o autor aponta a necessidade de fazer um inventário das diversas concepções que estão impregnadas nas ações e discursos cotidianos dos instrumentos de luta e dos indivíduos que deles participam. Isso porque o sistema dominante é um corpo bem articulado que incide diretamente na construção fragmentada e anacrônica do conhecimento, a filosofia do senso comum.³² Por essa razão, Gramsci vai refletir sobre a necessidade de historicizar as

31 Essas reflexões encontram-se no texto de Gramsci “Alguns pontos preliminares de referência”, localizado na obra *Concepção dialética da história*.

32 Senso comum é um conceito filosófico que, segundo Marilena Chauí (1998), se refere a um saber cotidiano inquestionável, cristalizado de pré-conceitos sob o qual passamos a interpretar a realidade. São características desses saberes a generalização de fatos, coisas e da expressão de opinião individual ou de um grupo. Tendem a estabelecer relação de causa e efeito de maneira linear. Um exemplo: onde há fumaça, há fogo (Chauí, 1998, p.248-9). Por sua vez, para Gramsci, senso comum é um termo relacionado ao ato de participar da concepção de

palavras e ações numa perspectiva da *práxis* dos trabalhadores e trabalhadoras que lutam pela construção do socialismo, pela construção de uma contra-hegemonia do sistema capitalista. Assim ele se expressa:

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, esse inventário. (Gramsci, 1971, p.6)

Silveira (2012), afirmando a necessidade e a importância estratégica da formação política, aponta que esta acolhe os sujeitos desde o senso comum “socialmente produzido” confrontando-o com o “real sentido”. A passagem do senso comum ao bom senso necessita de construção de espaços de classe onde se possa exercitar essa passagem e debater “transigentemente as distintas questões que compõe a sua vida, onde possa refletir sobre os seus processos de organização e luta; portanto, espaços de exercício de sua formação humana e política” (Silveira, 2012, p.106-7).

 mundo de maneira conformista de outro grupo social. Para ele, é necessário criticar a própria concepção de mundo a fim de torná-la unitária e coerente.

Assim, a possibilidade da superação do movimento espontâneo encontra-se especialmente na busca da unidade coerente da concepção do mundo e da ação política sobre ele. Exige uma unidade crítica do sujeito histórico, fazendo-se como tal nos processos sociais, exige a unidade crítica do que fazer das classes subalternas na construção de uma hegemonia que se contraponha à hegemonia de dominação objetiva e ideológica do capital, à hegemonia que mantém articulada às diferentes forças sociais sob sua política, ideologia e cultura dominante.

[...] A hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente, dominante, até o momento em que – através de sua política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existe entre tais forças [...], provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder. (Silveira, 2012, p.70)

A construção da hegemonia da classe trabalhadora está justamente no processo de articular as forças sociais diversas no que as une no que as faz comum, no que as fortalece como classes subalternas e subsumidas à ordem do capital em suas mais diferentes expressões. E, para isso, a função primordial do sujeito. Não se concebe hegemonia sem ação do sujeito em processo de que fazer.

Escolas de formação política

O avanço da consciência está relacionado, como afirmado anteriormente, desde a ação do intelectual coletivo, da organização política, mas também desde a organização de ações pedagógicas que permitam desconstruir os diferentes níveis de senso comum, e a apropriação de forma unitária e coerente do próprio devir.

Essas ações pedagógicas fazem parte da construção da hegemonia dos trabalhadores, desde a forma de ação do intelectual coletivo, mas também desde o vínculo existente entre intelectuais orgânicos e massa, dirigentes e dirigidos, e na relação escolar educador-educando. Ou melhor, a construção da hegemonia é também uma ação pedagógica. O autor considera que

[...] nas práticas pedagógicas, segundo as quais a relação entre professor e aluno é, portanto ativa, de vinculações recíprocas, e que, portanto, todo professor é sempre aluno, e todo aluno, professor. Mas a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente escolásticas [...]. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, bem como entre as camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército. Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõe, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. (Gramsci, 1995, p.37)

Essas ações pedagógicas se dariam desde o intelectual coletivo, o partido, mas também desde o papel do jornal e das revistas como força motriz e formadora de instituições culturais. Aliás, o partido deveria ter a função de criar espaços e políticas de avanço cultural, entre elas, as escolas de formação política e técnica. Essa formação tem caráter estratégico, e de, por si, acompanha a estratégia da própria organização política. Essa concepção pode ser analisada na seguinte passagem:

O partido é essencialmente político, e mesmo sua atividade cultural; as instituições culturais devem ser não apenas a política cultural, mas de técnica cultural. Exemplo, num partido existem analfabetos, e a política do partido é a luta contra o analfabetismo. Um grupo constituído para lutar contra o analfabetismo não é ainda estritamente, uma escola de analfabetos, numa escola para analfabetos ensina-se a ler e a escrever, num grupo constituído para lutar contra o analfabetismo, planeja-se todos os meios mais eficazes para extirpar o analfabetismo das grandes massas da população de um país. (Gramsci, 1982, p.167)

É, assim, de fundamental importância para Gramsci (1982) a criação de escolas elementares para as massas que se contrapusessem à forma e ao programa escolar da classe dominante desde que ela também forjasse sua hegemonia de dominação. Uma escola criadora que não signifique somente ser uma escola de inventores e descobridores, mas uma escola que indique um método de investigação de conhecimentos, que abrigue a inovação e a

originalidade em todo o curso, sem um programa predeterminado e estático, e que desenvolva a autodisciplina intelectual e “a autonomia moral”.

O ato de descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestão exterior, é também um ato de criação, mesmo que essa verdade já seja velha. É parte de um método que indica o desenvolvimento de maturidade intelectual, no qual, incluso, se pode descobrir novas verdades. Nesse sentido, é importante, nas atividades escolares, o desenvolvimento de seminários, de laboratórios experimentais e de bibliotecas. Nesses tipos de atividades é possibilitada a indicação orgânica para a orientação político-profissional.

Gramsci (1982) chama essas escolas de “Escola Unitária”, nas quais uma nova cultura é produzida a partir da “vida coletiva diurna e noturna”, e que libertaria “das atuais formas de disciplina hipócritas e mecânica”. Nessas escolas o estudo “deveria ser feito coletivamente com assistência de professores e melhores alunos”. Essas escolas marcariam o início de “novas relações entre o trabalho intelectual e o trabalho industrial” (Gramsci, 1982, p.123 e 125).

Gramsci (1995, 1982) também aponta a necessidade de criar universidades populares, onde se unificaria “o trabalho das academias e universidades com as necessidades de cultura científica das massas nacionais populares, reunindo a teoria e a prática, o trabalho intelectual e o trabalho industrial”, as quais teriam suas raízes na concepção da “escola única” (Gramsci, 1982, p.155).

Territorialização contra-hegemônica desde a organização e a formação

Partimos do pressuposto de que a realização de uma territorialização contra-hegemônica, desde seus aspectos materiais e imateriais, pressupõe a constituição de uma organização política. A organização política, por sua vez, possibilita ações de caráter pedagógico que podem provocar catarses em diferentes níveis e dimensões, podem provocar a quebra do senso comum estabelecido pela ideologia de dominação impregnada de maneira fragmentada na consciência da dominação em suas expressões singulares, na consciência individual. A organização política pode possibilitar inicialmente o elemento aglutinador de espontâneas rebeldias desde sua localidade de trabalho e de maneira corporativa. Mas, em sua

dimensão mais ampla, pode possibilitar a emancipação das particulares classes sociais em suas localidades de trabalho para assumir-se como classe para si, que, superando seus corporativismos, teriam as condições imateriais de construir mudanças de caráter estrutural em oposição à sociedade do capital.

A superação dos elementos de espontaneidade nas organizações políticas de trabalhadores, em suas particularidades (camponeses, metalúrgicos, trabalhadores assalariados do campo e das grandes indústrias etc.), é provocada intencionalmente por ações pedagógicas de elevação cultural de seus membros (massa e intelectuais orgânicos). Essas ações tornam-se pedagógicas por sua perspectiva estratégica em confronto com a real e concreta luta de classes, pelas alianças estratégicas e pela formação política e técnica das amplas massas e de seus próprios intelectuais orgânicos.

Consideramos assim que a organização política possibilita a construção de territorialização contra-hegemônica em diferentes momentos ou níveis da luta de classes. Podendo esta assumir o papel de territorialização de resistência contra a hegemonia das consequências do capital para determinada classe, mas também podendo assumir o papel de uma territorialização contra-hegemônica (material e imaterial) propositiva de mudanças estruturais, de um novo projeto.

Com esses elementos, poderíamos perguntar em que limiares de territorialização contra-hegemônica estaria a Via Campesina Internacional, que, ao mesmo tempo em que luta pela resistência dos sujeitos do campo, luta por uma proposta estratégica de um novo modelo agrícola fundados na soberania alimentar, na agroecologia e no respeito à biodiversidade. Seriam esses elementos estratégicos indícios para colaborar com uma proposta de mudança de caráter estrutural, desde a leitura dos próprios sujeitos do campo?

Qual o papel da articulação das organizações sociais do campo do continente latino-americano, que vivenciam as similares consequências da especificidade do desenvolvimento do capital para a região? A partir da vivência dessas consequências comuns da territorialização do capital no campo na região América do Sul, qual seria o papel das políticas de formação da VC na ampla formação das massas dos sujeitos do campo e na construção de seus próprios intelectuais orgânicos?

Consideramos inicialmente que esses elementos estratégicos podem sim colaborar com uma luta por mudanças de caráter estrutural, e que a articulação internacional de organizações camponesas tem um caráter político-pedagógico para a luta de classes na região da América do Sul. Esse caráter político-pedagógico está dimensionado na relação intrínseca entre organização e formação, entre o intelectual coletivo e o ato de forjar intelectuais orgânicos que cumprem um papel histórico na luta de classes na atualidade.

5

O PAPEL POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA VIA CAMPESSINA NA AMÉRICA DO SUL

Este capítulo final tem por objetivo sinalizar aspectos de caráter pedagógico na atuação da articulação internacional de organizações sociais do campo na região da América do Sul, relacionando os aspectos da luta, da organização e da formação política como elementos que, ao mesmo tempo em que possibilitam a territorialização contra-hegemônica, têm um caráter educativo para a luta de classes no campo. As análises que seguem são frutos das reflexões realizadas nos quatro primeiros capítulos relacionadas aos resultados das entrevistas. São retomados, de certa maneira, alguns questionamentos realizados nos capítulos antecedentes, com a finalidade de aproximar algumas reflexões a respeito.

Para iniciar as análises que se desenvolvem neste capítulo, afirma-se convictamente que a articulação internacional de organizações do campo na região América do Sul – a Via Campesina Sudamérica – tem um papel político-pedagógico na luta de classes no campo. Essa afirmação, fundada nos elementos expostos nos capítulos antecedentes, não está relacionada somente à sua política de formação, mas na totalidade de seu papel organizativo, que inclui estrategicamente suas experiências de formação político-profissional. Esses elementos, a saber, organização-formação, são aspectos essenciais para a reterritorialização dos sujeitos do campo em um cenário de conflitualidade de classes, de luta de classes.

Tendo em vista a forma hegemônica de dominação do capital que articula aspectos econômicos, políticos e ideológicos, este aparece de maneira fragmentada e particular na consciência dos sujeitos do campo que vivem

as consequências particulares de seu desenvolvimento em determinado território. Mas o desenvolvimento do capital e suas consequências não se dão somente em escala local, mas em escala mundial, e em sua totalidade se efetiva de maneira desigual e combinada nas diferentes regiões, nos diferentes territórios, nos diferentes países e localidades. No caso do campo na América do Sul, foco desta investigação, com a função de produzir matéria-prima e produtos primários, como é o caso da extração de minérios, da produção de energia (petróleo, água etc.), da apropriação da biodiversidade, da produção de soja como base de muitos alimentos para animais e humanos, da celulose para produção de papel, e agrocombustíveis com a justificativa de menor poluição ao planeta.

A forma de produção dessas mercadorias, desde a produção da mais-valia, se dá essencialmente a partir da renda da terra, da expropriação, da exploração dos trabalhadores assalariados do campo e da subsunção de formas não capitalistas de produção ao seu domínio – o caso dos camponeses, indígenas, comunidades afrodescendentes etc. E se expressa dessa forma na particularidade de cada território onde se desenvolve. Se expressa na particularidade dos povos indígenas, desterritorializados na busca de construção de hidrelétricas e de extração de minérios; se expressa nos pequenos agricultores que se veem obrigados a integrar às grandes empresas transnacionais de produção leiteira ou de carnes; ou ainda na particularidade dos trabalhadores assalariados do corte da cana, colheita soja e milho, ou indústrias processadoras de grãos, nas quais cada vez mais têm seu trabalho precarizado e substituído por novas maquinarias e tecnologias que aumentam a produtividade.

A vivência particular, local ou em determinado território das consequências dessa forma capitalista de produção pode gerar, na consciência desses sujeitos do campo (sejam assalariados, camponeses/camponesas, pescadores, indígenas e comunidades afrodescendentes) a revolta. Por meio das contradições do próprio desenvolvimento do capital em estado de não sintonia com a ideologia e suas formas de consenso e coerção, os sujeitos do campo vão se dando conta de que esse modelo é devastador e destrói os recursos naturais e a si próprios enquanto classe. Segundo Fernandes (2005), a conflitualidade de interesses, a conflitualidade de processos de territorialização e a conflitualidade de modelos agrícolas são cada vez mais evidentes.

Entretanto, conforme analisa Milton Santos (2003), somente a rebeldia individual, local e particular não possibilita uma luta contra a dominação hegemônica do capital em sua totalidade, não possibilita uma mudança de caráter estrutural. Enfim, não possibilita o confronto de diferentes perspectivas de territorialização, embora seja um pressuposto fundamental para essa mudança. É necessária a organização sociopolítica para que essa rebeldia se torne realmente efetiva no confronto à hegemonia do capital e de suas consequências. Essa rebeldia organizada, mesmo que em escala local, mas que contemple seus iguais ou aqueles que vivenciam as mesmas consequências do desenvolvimento do capital, tende a possibilitar novas possibilidades de avanço de consciência.

Podemos afirmar que o ato de se organizar entre os iguais, em confronto com o modelo de agricultura que os destrói, os faz resistir como identidade de classe, indígenas, camponeses, trabalhadores assalariados do campo, sem-terra. É nesse conflito de interesses territoriais como espaço de produção e reprodução da vida social e humana que essas organizações de identidades de classe se encontram com outros sujeitos que vivem condições distintas, mas similares. Então, abrem-se portas para que o camponês identifique-se com a luta dos sem-terra, ou os indígenas com a luta dos pescadores ou trabalhadores assalariados do campo.

A Via Campesina é em parte expressão dessa identificação em escala local e internacional. E mesmo que esse processo de identificação entre os diferentes sujeitos do campo seja um processo de tensionamentos constantes, que na prática se expressa pelas diferentes ideologias, diferentes concepções, diferentes formas político-organizativas, diferentes perspectivas e estratégias, se busca desde um método de ação buscar a unidade e o que há de comum entre esses diferentes sujeitos. A vida do camponês no Brasil tem diferenças e similitudes com o camponês na Bolívia ou da Colômbia. A organização política de mulheres camponesas e indígenas do Chile tem diferenças e similitudes com organizações de mulheres camponesas do Brasil. Entretanto, todas essas organizações estão vivenciando situações similares, fruto das consequências e contradições desse estágio do desenvolvimento do capital no campo. E isso é o chão concreto da articulação internacional de organizações sociais do campo.

Consideramos, assim, que a Via Campesina Sudamérica, fundada dentre as diferenças e similitudes das organizações que dela participam, tem

um papel político-pedagógico fundamental para a luta de classes no campo. Esse papel se refere ao ato de identificar, desde sua articulação, a leitura das consequências comuns do desenvolvimento do capital no campo nas escalas local, nacional e internacional. Essa leitura impulsiona a construção de um projeto estratégico comum, assim como possibilita a construção de ações e lutas comuns que visibilizem o lugar desses sujeitos do campo nessa sociedade e o lugar que estes se propõem a forjar.

Seu papel político-pedagógico também está na busca de construir ações e lutas comuns, que desde as diferentes concepções, formas organizativas e perspectivas, tendem a concretizar o que há de comum e de identidade desses sujeitos do campo. A construção dessas ações e lutas demarcam as características peculiares das organizações em cada território, em cada país ou localidade, mas também demarcam as linhas comuns e internacionais desde a construção de uma estratégia para o campo, que confronte o capital e suas consequências nas suas mais variadas expressões locais.

Essa construção de leitura e de ações concretas de luta desde a diversidade perpassa essencialmente pela questão do método. Um método de construção coletiva e horizontal que possibilite intercâmbios, aprendizagens, vivências e definições conjuntas é um ato político-pedagógico na medida em que, tendo em conta as diferenças, procura pelas singularidades existentes na busca de compreensão e clareza da totalidade (seja na leitura do estágio do capitalismo no campo, seja na leitura e ação das próprias organizações do campo). Um método que busque relacionar o particular ao geral é, por essência, político-pedagógico.

Muitos poderiam fazer uma crítica a esse método de articular desde as particularidades e diferenças, por ser um método basista e limitado. No entanto, ao que parece, o fato de discutir coletivamente essas diferenças e particularidades é o que torna uma aprendizagem coletiva, e impulsiona o maior número possível de sujeitos históricos a uma leitura mais precisa e clara do momento, da conjuntura e de seu papel histórico. E mesmo que o projeto estratégico da Via Campesina ainda tenha um caráter de luta socialista e de mudanças estruturais, carrega, dessa forma, a aprendizagem para tornar-se a possibilidade de tornar-se.

Outro elemento político-pedagógico fundamental é sua política de formação que, desde as experiências realizadas na América do Sul, forja novos militantes e dirigentes políticos, qualificando o debate de diferentes temas,

a ação no campo estratégico da soberania alimentar e da agroecologia, assim como fortalecendo a unidade entre as organizações sociais e cada organização em particular. As experiências concretas de formação político-ideológica e profissional do continente latino-americano, em particular da região sudamérica, impulsiona o debate e a necessidade de realizar e massificar esses processos em outras regiões onde está organizada a Via Campesina.

Portanto, consideramos que a Via Campesina, região Sudamérica, tem os seguintes aspectos político-pedagógicos para a luta de classes no campo: a articulação e a organização em escala internacional, o método de construção coletiva e horizontal, e as suas políticas de formação. Esses aspectos político-pedagógicos realizam ao mesmo tempo o enfrentamento e a territorialização contra-hegemonia do capital mediante as resistências locais e particulares dos sujeitos, e, na medida em que constroem essa territorialização contra-hegemônica desde seus territórios e sua estratégia mais ampla, aprimoram a leitura da conjuntura local e internacional, ressignificam suas ações estratégicas e abrem possibilidades para uma mudança de caráter estrutural.

O papel da Via Campesina na sociedade civil

Consideramos que a ação da Via Campesina tem um papel pedagógico na luta de classes na medida em que recoloca a questão agrária e dos sujeitos do campo para o debate na sociedade. Recoloca na medida em que organiza ações e lutas concretas que visibilizam os problemas vivenciados no campo – expressão do estágio de desenvolvimento do capital no campo – em cada território, em nível internacional.

Essas ações vão desde campanhas internacionais com temas do campo, feiras de produção agroecológica, até as lutas e os enfrentamentos realizados nos diferentes territórios. No caso da Campanha Contra o Agrotóxico, que visibiliza a questão do alimento e da saúde; Campanha pelas sementes crioulas, que visibiliza o papel da atuação de algumas das transnacionais no campo, como o caso da Monsanto e a Syngenta; Campanha basta de violência contra a mulher no campo, que põe em pauta a violência do capital contra a mulher desde o núcleo familiar.

Desde os enfrentamentos e lutas nos diferentes territórios, se visibiliza diante da sociedade a ação das empresas transnacionais no controle da agricultura, bem como os consequentes processos de desterritorialização dos sujeitos do campo. Seja por meio da apropriação e expropriação da terra, seja por acordos internacionais, como o caso da TLC, seja na violência e assassinatos dos sujeitos do campo que resistem em seus territórios.

Essas ações de certa maneira divulgam, propagandeiam as contradições do modelo agrícola e a leitura que os sujeitos do campo fazem delas, assim como propostas de um novo projeto para o campo, com base na soberania alimentar, na agroecologia e no respeito à biodiversidade. E mesmo que se considere que esse projeto ainda está em construção, ele traça elementos fundamentais para repensar a questão agrária na sociedade e na possível construção de uma nova sociedade.

Trata-se de pensar a questão agrária sob a ótica dos sujeitos do campo, que nele trabalham e vivem, mesmo que nesse momento histórico seja fundada em ações de resistência nos marcos do capitalismo e não de ofensiva para mudança estrutural. A questão agrária foi historicamente pouco discutida e sem muito aprofundamento em lutas anteriores por mudança estrutural, pelo socialismo. Neste momento histórico os sujeitos do campo, organizados e articulados de maneira internacional, traçam elementos importantes para essa construção.

A Via Campesina como organização política

Em reflexões anteriores deste trabalho, destacava-se a seguinte questão: nesse momento histórico no qual a crise estrutural do capitalismo combina-se com sua dominação hegemônica – e produz consentimentos consensos, naturalização das relações de dominação e consumismo exacerbado –, existe um esgotamento dos instrumentos político-organizativos que o confrontem, construídos até então? Seria esse o momento de primar pela organização local dos trabalhadores construindo, desde o particular, focos de resistência às consequências particulares do capitalismo? Qual seria o papel da Via Campesina em sua articulação internacional? Mesmo que não se tenham respostas para essas inquietações, arrisca-se aqui condensar algumas reflexões que as perpassam.

O sistema capitalista é global, e se manifesta e se desenvolve de maneira peculiar em cada região, em cada território, territorializando-se de maneira desigual e combinada. Conforme seu interesse momentâneo, traslada tecnologias, e, em consequência, determinadas relações de produção a territórios que lhe sejam úteis e ricos em recursos naturais e condições de seu desenvolvimento no mais alto nível de produtividade. Assim, desterritorializa os sujeitos do campo de maneira desigual e combinada.

A organização local, desde a identidade imediata desses sujeitos, tem fundamental importância na resistência a essas consequências, provocando as condições objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, para processos de territorialização contra-hegemônica. Como afirma Glaciene “As ações da Via Campesina são diversas, mas o papel mais importante que essas ações cumprem são a organização da comunidade onde ela está inserida e a de formação desde e para a transformação da realidade dessa comunidade”(G. Educanda, MMC–Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).¹ Entretanto, consideramos que não é somente com resistências locais que se constrói territorialização contra-hegemônica. É necessária uma articulação da resistência do seu âmbito particular ao seu âmbito universal, global. Somente com essa articulação é que se constrói uma territorialização contra a hegemonia global do capital, nas suas mais variadas expressões.

É nesse sentido que o caráter internacional da Via Campesina tem uma dimensão estratégica na luta. E, ao mesmo tempo, um caráter pedagógico, na construção de uma consciência de classe em seu caráter universal. Entre os limiares das fronteiras, dos territórios, das diferentes formas político-organizativas e das alianças, a busca de unidade tem um papel fundamental na construção da identidade de classe.

No cenário político-econômico na América do Sul, onde se destacam governos extremamente vinculados e designados pelo projeto do capital, mas também governos de caráter progressista e neodesenvolvimentista, a luta da Via Campesina vai forjando o papel de uma organização política de caráter internacional para a luta de classes no campo. Em determinados momentos, confronta claramente o capital, em outros aponta as contradi-

1 Para referenciar os depoimentos dos entrevistados que seguem na sequência deste capítulo, mencionamos primeiramente a primeira letra do nome, o sujeito social (educando, educador, CPP etc.), o movimento do qual participa e por fim o país. Na sequência, segue o mês e o ano em que foi realizada a entrevista.

ções de projeto neodesenvolvimentistas para os sujeitos do campo. Em outros momentos, ainda, em alianças governos progressistas, contribui para fortalecer as mudanças sociais propostas.

Podemos afirmar, nesse sentido, que a Via Campesina é um intelectual coletivo, nos termos utilizados por Gramsci? Apenas levando em conta a essência do significado desse conceito elaborado por Gramsci, e não na sua expressão naquele espaço histórico-geográfico que era a forma do Partido Comunista, traçamos alguns paralelos e reflexões.

A essência do significado do conceito de intelectual coletivo para Gramsci estava justamente no papel político-pedagógico de um instrumento organizativo para o avanço da consciência da classe trabalhadora em geral, um instrumento que possibilitasse o exercício real do poder dos trabalhadores na construção de mudanças sociais, a saber, do socialismo. Essa organização teria um caráter pedagógico na medida em que possibilitasse a catarse, a unificação da ação e do pensamento, configurando-se como instrumento da vontade coletiva, que direcionaria o movimento espontâneo e as lutas imediatas, e possibilitaria o avanço para uma consciência de classe. Nesse sentido, esse instrumento organizativo deveria representar a consciência coletiva em seu mais alto nível. Esse instrumento indubitavelmente necessitaria forjar seus próprios intelectuais orgânicos, seus quadros políticos, que estariam à frente do processo organizativo e em uma relação intrínseca com as massas possibilitar as condições para o avanço da consciência coletiva, expressa singularmente em cada indivíduo.

Tomando em conta essas características, analisamos que a Via Campesina, como um instrumento político-organizativo, possibilita construir, sob determinadas condições, uma consciência coletiva da situação dos sujeitos do campo e seu papel histórico, possibilita as condições da passagem do “homem-massa” para o “homem-coletivo”, conceitos utilizados por Gramsci. Possibilita também organizar as revoltas e insatisfações locais em uma escala internacional, onde se aprende e se ensina desde a diversidade, a necessidade de avançar organicamente e de superar a luta imediata e corporativa para uma luta mais articulada contra o inimigo comum.

Do mesmo modo, a Via Campesina considera de fundamental importância da projeção de novos militantes e quadros políticos, fortalecendo internamente cada organização que dela participa, assim como a própria articulação internacional das organizações sociais do campo. A necessidade

de compreender melhor o inimigo em suas diferentes expressões, assim como estudar e propor um novo projeto para o campo, impulsiona a criação de diferentes experiências de formação política e profissional da organização. Assim, a formação torna-se um elemento estratégico, e pelas diferentes experiências relatadas em capítulo anterior, pode-se perceber algumas linhas comuns e singulares que são em forma embrionária a política de formação da Via Campesina.

Seria então a Via Campesina um intelectual coletivo? Esse seria o seu papel na luta de classes no campo?

O papel da formação político-profissional na Via Campesina

A formação política e profissional é um elemento estratégico da Via Campesina Internacional, e sua política de formação desde os elementos comuns advindos das experiências concretas é o que a caracteriza como político-pedagógica, como o jeito peculiar de fazer a formação. Um jeito que tem claramente posicionamento de luta de classes e de construção da unidade dos movimentos do campo, um jeito que relaciona o estudo ao trabalho na produção teórica, um jeito que envolve a subjetividade e a mística, um jeito que busca constantemente a participação ativa da mulher nos espaços de decisão, um jeito que conhecer e intercambiar experiências político-produtivo-organizativas, um jeito que busca incidir nos territórios onde se localiza com práticas produtivo-organizativas.

Para um dos educandos:

El papel que cumple toda actividad de formación de la Vía Campesina sea de carácter prolongada o de carácter de corta duración siempre deja saldo cultural, político y organizativo importante, fundamentalmente en el rescate y fortalecimiento de la identidad campesina. Por otro lado, legitima la lucha de los campesinos y campesinas en su comunidad al insertarlo esa lucha contra-hegemonica local en el contexto global de las luchas de los pueblos por la Reforma Agraria, la Soberanía Alimentaria y por los derechos humanos. (A. Educando, OCN – Paraguai. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Como afirma uma educanda sobre os processos de formação da VCI:

Es muy importante porque a través de esos procesos formativos los militantes logramos tener convicción y claridez política en los contextos que nos encontramos. Por lo tanto las organizaciones sociales con gente formada políticamente se fortalecen y se empoderan, contando así con una base sólida para seguir existiendo y enfrentar el sistema. (M. Educanda, ATC – Nicaragua. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Outro depoimento que traz os elementos da relevância da formação na VC, a aponta como condição para avanço na luta política. Segue um trecho de seu depoimento:

[...] colocamos todo nosso esforço nestes processos, porque entendemos que somente avançamos na luta política se tivermos dirigentes, militantes, organizações com clareza político-organizativa. Temos avançado no processo internacional, que tem feito avançar os processos nacionais. Portanto, o papel da formação é fundamental para qualquer organização cumprir com seu papel de ser movimento de luta. A consciência desperta é que conduz os processos. (R. Secretária Cloc-VC. Entrevista realizada em setembro de 2013)

Em outra entrevista observamos com maior precisão a relação intrínseca existente entre a formação e a organização, suas complementariedades e suas peculiaridades na formação de militantes e quadros para as organizações do campo. Segue trecho de seu depoimento:

Me parece importante pontuar que o tema da formação é estratégico e não pode ser tarefa apenas de uma comissão ou CPP, deve ser assumida pelas direções das organizações como parte de sua estratégia central; ter clareza que embora os cursos, escolas são necessários, o que mais forma é a luta concreta e portanto, a militância tem que ser desafiada nas diferentes tarefas da organização. (I. Dirigente da Cloc – VC. Entrevista realizada em setembro de 2013)

E continua analisando que a formação da VC fortalece a luta internacional desde a atuação da militância e dirigentes nas próprias organizações das quais participam. A formação da VC contribui para:

[...] que lideranças mais jovens passam a assumir tarefas de direção nas organizações com mais clareza da luta internacional; potencializa o princípio da solidariedade e do internacionalismo; contribui para internalizar nas organizações o papel, tarefas e desafios da VC; reforça a mística da luta e o intercâmbio; (I. Dirigente da Cloc-VC. Entrevista realizada em setembro de 2013)

Para um dos coordenadores pedagógicos do Iala Paulo Freire, a formação da VC também está relacionada à necessidade de forjar militantes preparados para assumir “tarefas profissionais” que a luta dos camponeses vem exigindo, forjar “intelectuais orgânicos” da classe camponesa. A seguir, seu depoimento:

Tal experiência se assenta na compreensão dos movimentos camponeses na necessidade de formação de militantes da sua base social para que possam assumir as tarefas profissionais que o processo organizativo e político exige, em termos gramscianos podemos afirmar que esta experiência se baseia na concepção da formação de intelectuais orgânicos da classe camponesa. (H. CPP, MPA – Brasil, CPP. Entrevista realizada em setembro de 2013)

A política de formação da Via Campesina, assim, é a partir da formação de seus intelectuais orgânicos um espaço de territorialização imaterial, ideológica. Contestando a ideologia dominante em suas formulações teóricas e estratégias, define e fortalece também sua própria organicidade, suas ações, suas lutas e seu projeto estratégico. E, em muitas situações, tem se tornado referência para outras organizações sociais que não fazem parte da Via Campesina, sejam elas urbanas ou do campo, sejam movimentos sociais ou partidos.

As experiências de formação da Via Campesina Sudamérica, assim como em seus aspectos organizativos, buscam levar em conta a diversidade de pensamentos, concepções e formas político-organizativas, mesmo que esse seja sempre um ponto de tensionamento e aprendizagem. É uma linha política, mesmo que na ação concreta seja elemento de grandes debates e conflitos, e, nesse sentido, fortalece e consolida as organizações sociais que dela fazem parte, assim como sua articulação internacional.

A necessidade de avançar na concepção teórica e nas práticas da agroecologia como elemento-chave para a soberania alimentar impulsionou a cons-

trução de programas, cursos e escolas em agroecologia, estabelecendo assim a característica da formação técnica ou profissional não desvinculada de seu âmbito político. Forjar quadros políticos e profissionais que pudessem contribuir na elaboração teórica e também na socialização do conhecimento da agroecologia como forma estratégica da luta pela soberania alimentar é uma maneira de construir territorialização contra-hegemônica. Uma maneira de se contrapor à hegemonia do capital na agricultura, que se desenvolve com o uso intensivo de agrotóxicos, a falta de respeito à biodiversidade, a propriedade da terra, a apropriação e expropriação dos recursos naturais de maneira indiscriminada.

É a partir dessas características que a formação assume um papel estratégico na organização, pois é espaço de elaboração, teorização, socialização e reflexão sobre as consequências do capital para os sujeitos do campo, e sobre as práticas político-organizativas imbricadas organicamente às lutas e ações estratégicas desenvolvidas pela Via. Aportam para qualificação da militância e diligência em suas práticas políticas e de produção sob a ótica de construção de um novo projeto para o campo. Entretanto, as experiências de formação não são consideradas como instâncias de decisão da VC, muito embora sejam chave para fortalecer esses espaços e construir a territorialização contra-hegemônica no campo.

Analisando as entrevistas realizadas com educandos, educandas, coordenações político-pedagógicas, educadores e dirigentes das diferentes experiências de formação, destacamos na sequência alguns aspectos a respeito da importância de seu papel na organização. Afirma-se, entretanto, que não foi possível abarcar a totalidade das experiências, e por isso as análises aqui apresentadas não podem ser generalizadas, mas consideradas aproximações, como reflexões pontuais sobre as diferentes dimensões da importância da formação na Via Campesina.

Foram analisadas 23 entrevistas de educandos e educandas, sendo estes 12 homens e 11 mulheres, representantes de 11 organizações sociais: ATC – Nicarágua, Acadei – Paraguai, CNA – Colômbia, ANUC-UR – Colômbia, Frente Dario Santillán – Argentina, MST – Brasil, MMC – Brasil, MPA – Brasil, Movimiento Tierra y Libertad – Peru, OCN – Paraguai, PJR – Brasil, Unorca – México. Foram: quatorze brasileiros(as); três paraguaios; um argentino; dois colombianos; uma mexicana, uma nicaraguen-

se, um peruano. Os entrevistados participaram ou participam das seguintes experiências de formação (alguns participaram em duas experiências):

- Cursos livres ou informais e atividades de formação política: Curso Cone Sul (2); Curso de Formação de Formadores – ENFF (2); Curso de Teoria Política Latino-americana – ENFF (1); Especialização em Estudos Latino-americanos ENFF-UFJF (2).
- Escolas e institutos de formação política-profissional em agroecologia: Iala Paulo Freire (20); Elaa (1).

Foram também analisadas 23 entrevistas de educadores, coordenações político-pedagógicas e dirigentes, sendo estes 12 homens e 11 mulheres, representantes de 7 organizações sociais: CNA – Colômbia (1), Fenocin – Equador (1), FNCEZ – Venezuela (2), MNCI – Argentina (1), MAB – Brasil (1), MPA – Brasil (1), MST – Brasil (10), Cloc-VC (3). Também como caracterização dos entrevistados, apontamos que foram: dois (2) educadores que não fazem parte de nenhuma organização social, dois (2) representantes de organização social que não fazem parte da Via Campesina. Nesse sentido, foram: quatorze (14) brasileiros(as); três (3) venezuelanos; um (1) argentino; dois (2) equatorianos; dois (2) mexicanos; uma (1) colombiana. Quanto ao tipo de contribuição nas experiências de formação, foram: sete (7) educadores, dezesseis (16) representantes de coordenações político-pedagógicas; dois (2) dirigentes da Cloc-VC, duas (2) secretárias; dois (2) educadores que acompanharam também processos de produção agroecológica. Vale lembrar que vários destes contribuíram com dois (2) ou mais tipos de atividade. Contribuíram ou contribuem com as seguintes experiências de formação (alguns contribuíram em duas ou mais experiências):

- Cursos livres ou informais e atividades de formação política: Curso Cone Sul (5); Escola de Formação de Dirigentes – região andina (1); Curso de dirigentes – Egídio Brunetto (1), Escola de Mulheres (1), Curso de Formação de Formadores – ENFF (3); Curso de Teoria Política Latino-americana – ENFF (3); Especialização em Estudos Latino-americanos ENFF-UFJF (2); Acampamento da juventude latino-americana (2); Brigadas Internacionalistas (1).

- Escolas e institutos de formação política-profissional em agroecologia: Iala Paulo Freire – Venezuela (20); Iala Guarani – Paraguai (3); Iala Amazônico – Brasil (2); Iala Colômbia (em discussão) (1); Elaa – Brasil (2); ENA – Equador (1).
- Cursos livres ou informais e atividades de formação político-profissional: Encontro de Formadores em Agroecologia (2).
- Também: Secretária (2); representante da comissão de formação da VC andina (1), dirigente da VC Sudamérica (2), Comissão de formação da Cloc-VC (2).

Houve grande expressividade de retorno das entrevistas/questionários de participantes da experiência do Iala Paulo Freire, assim como de organizações sociais do Brasil. Isso se deve especialmente à maior possibilidade de contatos.

A formação e a organização: diversidade, unidade e internacionalismo

Como afirmado anteriormente, a formação na VCI assume um papel de luta de classes e enfrentamento à ideologia dominante, contribuindo para uma leitura crítica das condições sociais dos povos do campo no continente latino-americano e da própria natureza. “Entender o porquê, para quem e contra que/quem lutamos” (G. Educanda, MMC – Brasil, educanda. Entrevista realizada em agosto de 2013). Em entrevista, outro educando analisa que a experiência de formação da VC em agroecologia, Iala Paulo Freire:

[...] assume um papel de enfrentamento ao modelo atual da agricultura, combate as multi e transnacionais principais responsáveis pela destruição do nosso planeta, além de contribuir na formação de filhos e filhas dos assentados que sempre foram excluídos pelos poderes governamentais, e não só dos assentamentos, e sim da classe social mais oprimida de toda América Latina. [...] A unidade de formação da Via Campesina desempenha um papel de embate ao modelo da atual agricultura de destruição dos recursos naturais e do nosso planeta, é um projeto que planeja a polinização da agroecologia em todo território latino-americano e mais além da América Latina, e sim em todo território do planeta Terra, buscar resgatar e respeitar os princípios da mãe-natureza, da

convivência com harmonia com a mãe-Terra. (A. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Nesse sentido, como linha política, as experiências de formação da VCI, devem ser um espaço para qualificar a ação militante para a luta de classes, e, conseqüentemente, estar indubitavelmente vinculadas à estratégia da organização. Em entrevista, dois representantes da CPP do Iala Paulo Freire afirmam consecutivamente que:

Os cursos de formação política qualificam a militância para atuar na luta de classe [...]. Penso que os cursos organizados pela Via Campesina ou por qualquer outra organização de classe deve estar ligada a estratégia de luta e cada curso formal ou informal tem que dialogar com esta estratégia, [...] então estes conhecimentos devem sim estar a serviço da classe ou a serviço da luta de forma organizada e articulada. “Devemos afirmar a teoria que a militância se faz em qualquer espaço de atuação, mas se esta atuação não estiver casada com uma estratégia, estas ações ficam no campo da boa ação e não da luta de classe, que tem como objetivo claro derrotar nosso principal inimigo que é o capitalismo e construir uma nova sociedade socialista. (C. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Um papel de formar, organizar e capacitar os jovens, filhos e filhas de camponeses, que fazem parte das organizações. Para que esse processo tenha consistência é necessário manter uma relação de reciprocidade, onde a escola se assuma como parte da organização e a organização como parte da escola. (D. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Esse elemento da estratégia também é percebido como expectativa dentre educandos, militantes que participam das experiências de formação da Via Campesina. A questão da unidade e do internacionalismo é visto, nesse sentido, como elementos estratégicos para o momento atual da luta de classes no campo. Como afirmam outros dois educandos do Iala Paulo Freire:

Entres las expectativas eran conocer e intercambiar las formas de luchas campesinas e indígenas nuestras americana para unificar la estrategia organizativa, política, formativa y de movilización, sumando militancia hacia el inter-

nacionalismo como una necesidad en la lucha revolucionaria. (D. Educando, OCN – Paraguai. Entrevista realizada em agosto de 2013)

O Iala foi o espaço onde foi permitido conhecer o que realmente é a Via Campesina, pois com muitas dificuldades e desafios ela cumpre um papel fundamental nas articulações nacionais e internacionais, e um espaço onde se estuda, planeja e realiza formação de quadros como classe trabalhadora camponesa por uma soberania alimentaria saudável para o mundo e nosso planeta. E o curso em si e esta junção que desperta estes saberes campesinos/as como conhecedores do campo para melhor desenvolver a nossa agricultura de maneira mais humana e saudável. (F. Educanda, MPA – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Também se observa, nas entrevistas realizadas, a ênfase dada ao papel da formação político-profissional para fortalecer os movimentos que fazem parte da VCI em seus próprios territórios, e da possibilidade de ser um espaço de articulação entre organizações sociais. A seguir, alguns depoimentos coletados:

Penso que as atividades que estive mais voltada com a Via Campesina, tiveram um papel fundamental na organização e consolidação da organização interna da Via Campesina no país e na região em que atuou. Suas ações estavam sempre voltadas à formação, a necessidade de poder socializar saberes e compreender as dificuldades dali, apoiando com ideias, propostas e ações às necessidades de formação e organização das organizações que fazem parte da Via Campesina e da Cloc. (N. Secretária operativa Cloc. Entrevista realizada em agosto de 2013)

[...] De este análisis, desde hace algún tiempo en el caso de la Fenocin ha retomado a la formación como un eje clave de su accionar político y organizativo, facilitando para ello, procesos formativos desde las bases hasta el nivel nacional, y fortaleciendo la pertenencia y alianza con los otros movimientos campesinos de la Cloc-La Vía Campesina, para crear y fortalecer diversos niveles de formación de la militancia y cuadros a nivel internacional (andino, sudamericano, latinoamericano). (F. CPP e Comissão de Formação da VC Campesina Andina, Fenocin – Equador. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Yo creo que el principal papel del curso es la consolidación de las organizaciones, principalmente por la cualificación de la militancia que forma parte de su estructura. Y a la vez, hace un aporte importante para que entre las diferentes organizaciones del campo (y de la ciudad) aparezcan concepciones comunes de nuestra realidad Latinoamericana, un conjunto de saberes compartidos y definiciones que nos igualan y potencian nuestra unidad y por lo tanto nuestra capacidad de resistencia y lucha frente a las diferentes realidades de opresión que nuestros movimientos deben enfrentar. Esas dos funciones, la consolidación de las organizaciones por medio de la cualificación de sus militantes, y la articulación entre las organizaciones que participan del curso son las contribuciones esenciales del curso. (D. Educando, Frente Darío Santillán – Argentina. Entrevista realizada em agosto de 2013)

[...] En ese sentido, desarrolla la necesidad imperativa de avanzar en los niveles de organización y de articulación entre estos movimientos, y sobre todo la necesidad de formación de cuadros, y de una formación social de las comunidades, así como de una visión internacional de la lucha, es decir, plantear la cuestión articulación internacional entre la diversidad de las luchas. (H. Educador e CPP, Venezuela. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Como pode ser percebido nos depoimentos acima, a formação possibilita o fortalecimento da organização ou movimento social que faz parte da VCI, na sua localidade, em nível nacional, mas também em nível internacional, proporcionando trocas de experiências político-organizativas, discussões e estudos promovendo aspectos de unidade dentre essas organizações. Nesse sentido, a formação é também um espaço de construção e fortalecimento da unidade ideológica e de construção da própria identidade de classe em nível internacional. Conforme analisa uma das coordenadoras pedagógicas, a formação tem um: “papel de unidade ideológica”, de “fazer a disputa de hegemonia política” (J. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013). Sobre esses elementos, a seguir alguns depoimentos dos entrevistados:

[...] O curso tem sido uma ferramenta que articula as organizações da VC e possibilita certa unidade, que mesmo mínima é importante para avançar na

construção do Iala como um projeto comum. (F. CPP, MST, Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Um papel de proporcionar um espaço de convivência e construção de valores para além das bandeiras locais, um espaço que possibilite uma hegemonia de classe, que faça os sujeitos descobrirem suas bandeiras como símbolos de uma luta maior, que os ligue a ideias maiores. [...]. (S. CPP, atualmente Associação dos Missionários do Campo – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Formación de militantes con una mirada internacionalista, más allá de cada región o país. Fortalece la unidad y la organicidad de los movimientos en el marco de La Via Campesina. Fortalece y revaloriza la mística, la cultura y la identidad campesina, indígena, afrodescendiente y negras. Contribuye para la difusión y apropiación por parte de los militantes de las diferentes Campañas impulsadas por la Via Campesina Contribuye para la elaboración y profundización del debate sobre la coyuntura. Aporta herramientas concretas para el trabajo de base y la organización popular. La estructura organizativa del curso provoca la transformación de los militantes, a veces con conflictos en el inicio, al tener que realizar distintos tipos de tareas colectivas de sostenimiento, estudio, coordinación, evaluación y crítica. Nos vamos apropiando de los espacios y las luchas. (F. Educador e CPP, MNCI – Argentina. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Observando este último depoimento, podemos analisar que por meio de suas palavras aponta outras dimensões da construção do internacionalismo e da unidade organizativa. São estas: o aspecto da mística, da cultura e do fortalecimento da identidade camponesa, indígena e afrodescendentes. Analisa também a importância dos cursos como possibilidade de socializar instrumentos para a realização do trabalho de base junto às organizações, elemento que está explicitado no capítulo que trata das experiências de formação. Outro elemento que o entrevistado analisa é o papel da organicidade, comum a todos os cursos, que por meio da vivência cotidiana, processos avaliativos, e desenvolvimento de tarefas de maneira coletiva provocam a transformação de atitudes da militância, inclusive da própria construção de unidade.

Entretanto, como já afirmado em outras oportunidades, para construir a unidade nas suas diferentes dimensões, a VCI busca possibilitar o encontro da diversidade. Logicamente, não é algo simples e pode ser um ponto de vários tensionamentos e discussões em diferentes momentos. Esses tensionamentos podem ocorrer desde a forma político-organizativa do curso, a sua metodologia, as teorias discutidas e a própria convivência cotidiana. A respeito disso, seguem importantes reflexões colhidas nas entrevistas:

As atividades contribuem para pensar a realidade para além de cada organização individualmente. Compartilhar conhecimento, consensuar análises sobre a realidade, bem como pensar ações conjuntas. Para fazer atividades enquanto Via Campesina é preciso ter humildade enquanto organização, tanto para propor como aceitar proposta dos demais. É preciso ter solidariedade de classe. As atividades conjuntas contribuem para perceber como o capital atua de forma “relativamente” parecida em diversos espaços, expulsando camponeses, apropriando-se das terras e dos bens naturais. E, sobretudo fazem enxergar que é necessário pensar saídas coletivas, enfrentamentos de forma organizada e coletiva enquanto movimentos do campo. (A. CPP, MAB – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Creo que la posibilidad que brinda cada curso de formación, en caso específico el de Formador de Formadores ya que es éste el que cursé, es el espacio de encuentro y diálogo que hay entre Vía Campesina y cada organización que envía sus militantes. Cada persona llega con conocimientos de su concreta realidad, ahí se encuentra con otras personas iguales pero con realidades di símiles o en ocasiones muy similares esas realidades pero con formas distintas de lucha y Vía Campesina brinda espacio para que se dé el diálogo de saberes y en él enriquece sus procesos de formación, los cuales deben ser revisados ya que cada realidad tiene sus particularidades, pero como la realidad es dinámica, cada una va mudando y con ello debe mudar los procesos de formación acorde a los insumos que cada sociedad, cada realidad y cada cambio que se dé en ella. Y es entonces donde se encuentran en el qué hacer Vía Campesina y las distintas organizaciones sociales que asisten, desde sus militantes, a estos procesos de formación. (L. Educando, CNA – Colômbia. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Consideramos, assim, que a partir da relação existente entre a organização e a formação, há uma busca constante em construir a unidade a partir da diversidade, a partir das diferenças político-organizativas em escalas local, nacional e internacional. Unidade e internacionalismo aparecem como aspectos estratégicos da VC e perpassam por suas estruturas organizativas e sua política de formação.

O processo pedagógico

Os cursos, as escolas e outras atividades de formações programadas e organizadas da Via Campesina são fundados numa concepção clara de uma educação emancipadora, na qual a formação política e a formação profissional ou técnica sejam base para forjar e fortalecer a ação humana transformadora.

Apenas o fato, embora não seja o único, de proporcionar a formação político-profissional para os sujeitos do campo, segundo vários entrevistados, tem uma grande relevância. Possibilitar uma educação negada historicamente aos povos do campo é uma questão fundamental, mesmo que somente o acesso não seja suficiente. Além de buscar a necessidade de massificar as pequenas e tão importantes experiências de formação político-profissional, a Via Campesina constrói sua própria concepção de escola, sua própria forma de desenvolver os processos educacionais, sejam eles informais ou livres, sejam eles de caráter técnico e que promova a escolarização. Essa concepção, essa forma é, em grande medida, parte das experiências particulares de cada organização buscando avançar em conquistas educacionais para os povos do campo e realizar processos de formação política.

Uma concepção que perpassa:

- pelo programa (estudos de temas políticos e técnicos de acordo com a especificidade de cada curso);
- pela organicidade como intencionalidade pedagógica na medida em que possibilita a coletividade, a auto-organização e a participação na construção do processo do próprio curso/atividade/ou escola de formação;
- pelo trabalho de campo e doméstico realizado nos territórios onde as experiências ocorrem;

- pelo trabalho político-organizativo-formativo (trabalho de base) realizado com comunidades do campo (sendo no entorno ou não);

Abaixo destacamos uma série de depoimentos que se complementam, caracterizando as perspectivas que acima mencionamos:

Abre a oportunidade para jovens oriundos dos movimentos sociais e organizações do campo para sua formação técnica, alcançando simultaneamente a formação humana, política, ideológica, e qualificando suas capacidades de ação militante orgânica em suas respectivas organizações. Desenvolve experimentando permanentemente o processo pedagógico que corresponda com uma educação de caráter emancipatório, que se soma ao processo político-organizativo direcionado a transformação radical da sociedade. A escola ainda responde à formação técnica em agroecologia, agrofloresta entre outras áreas com camponesas e camponeses, ampliando e dinamizando os esforços à necessária massificação da agroecologia junto às famílias assentadas e das comunidades tradicionais. [...]. (J. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

En este sentido una universidad de campesinos y para campesinos es fundamental, pues la preparación es integral y bajo una visión y filosofía diferente, que integra la formación política con la formación técnica. De esta manera se puede garantizar que los procesos políticos estén de la mano de los procesos productivos. Por otra parte el proceso de formación se realiza de manera diferente y consecuente con la dinámica de las organizaciones y las necesidades de las mismas. Es decir los educandos reciben parte de su formación con metodologías de enseñanza alternativas que se distancian de la forma convencional. (E. Educador, Ecuador. Entrevista realizada em agosto de 2013)

As minhas expectativas eram de estudar em uma escola que buscasse acima de tudo uma educação liberadora, que valorizasse o ser humano e que me proporcionasse ferramentas para melhorar a realidade da minha comunidade. Uma educação voltada para o ensinar e aprender coletivamente, com práticas concretas e que vinham ao encontro da nossa realidade, com uma visão holística da abrangência, dos impactos e do público envolvido. Em relação ao curso era o de aprender sobre uma nova matriz de produção agrícola: a agroecologia, e usar esse saber para melhorar a realidade da agricultura camponesa, possibilitando

uma melhor qualidade de vida para as famílias que vivem no e do campo. (G. Educanda, MMC – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

É o papel fundamental da educação baseada nas nossas realidades de base e a formação teórico-prática já que são nesses espaços onde se formam os quadros, que vêm a colaborar por sua vez nas comunidades onde vivem. Todas as organizações do campo necessitam de militantes profissionais com capacidades técnicas e políticas e são nesses espaços de formações que se realiza e se concretiza tal formação. (R. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

[...] além de estudar tínhamos também o compromisso político com a Via Campesina de poder construir essa Universidade tão sonhada para que os camponeses e camponesas pudessem ter acesso a uma educação diferenciada. Outro fator são os princípios que nos edificam como militantes e quadros de nossas organizações formando com uma ideologia diferente. Cabe também destacar que não somente era a teoria mais sim a prática, ambas são necessárias juntas. [...] Destaco também que estes cursos dos movimentos sociais nos dão a oportunidade de expressarmos nossos pensamentos, de debater nossa realidade e discutir a conjuntura de nossa sociedade atual. [...] Ênfase que dentro dos cursos de formação da Via Campesina não temos uma visão alienadora como seria em outras universidades, este é um fator que nos cabe destacar, foi por esse motivo também que optei estudar no Iala. (D. Educanda, MMC – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Y lo más importante que el proceso de formación integral de los/las militantes, fue algo que vivenciamos en lo cotidiano en las reuniones para mejorar nuestra estructura organizativa, compartiendo el cansancio en labores de trabajo de campo y en medio de libros y pizarras en lo académico. Desde ahí pude entender que somos elementos de transformación más eficientes en la medida en que nuestra lucha sea colectivizada, comunitaria, y que la organización social campesina, indígena y afrodescendientes surge como una necesidad tanto para la lucha por la tierra como para reafirmar nuestra cultura. [...] (R. Educando, Anuc-UR– Colômbia. Entrevista realizada em setembro de 2013)

O curso veio aproximar a universidade das comunidades ao entorno pelas diversas atividades realizadas pelos educando e professores e a coordenação política-pedagógica (CPP), desde as dos âmbitos culturais, esportivos como também na parte produtiva. (V. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

En ese espacio, se contribuye la vivencia social y se desarrollan intercambio de experiencia personal y colectiva. Construyen el sujeto colectivo, entonces, también las formas que adopta para el autogobierno, la generación de experiencias de autogestión y todas las relaciones que se establecen entre los sujetos. (B. Educanda, Acadei – Paraguai, educanda. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Nas organizações que não participam organicamente da Via Campesina, mas que participam de algumas ações de caráter formativo ou estão construindo alianças, percebe-se nos depoimentos que há certo reconhecimento a essas experiências, mesmo, que em muitos momentos, se destacam diversos limites, conforme apontados no final deste capítulo. Abaixo seguem alguns desses depoimentos.

[...] La Vía Campesina y sus actividades de formación son reconocidas en el espacio de los movimientos sociales como de un buen nivel y de mucha utilidad en los procesos organizativos de las organizaciones sociales. [...] Nos ayudó a tener claridad sobre la relación entre la Teoría y Práctica. Todos los elementos que componen las actividades de formación en, por ejemplo, la ENFF tienen ese fin. La relación de las actividades académicas junto a las actividades productivas complementan e enriquecen la formación militante de los que participan en estos cursos. Por lo tanto, al retornar a nuestras organizaciones respectivas, llevamos con nosotros esa carga, esa necesidad de ser coherentes en nuestro actuar militante-político. (C. Educando, Movimiento Tierra y Libertad – Peru. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Mis expectativas estaban vinculadas directamente a la del movimiento que formo parte: a partir del reconocimiento que se tiene sobre la historia y experiencia del MST, intentar adquirir la metodología de trabajo, y los contenidos destacados en referencia a lo político ideológico, con el fin de reproducir la

experiencia adaptándola en nuestra realidad urbana. (D. Educando, Frente Darío Santillán – Argentina. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Consideramos, assim que os processos pedagógicos dessas experiências de formação são baseados em uma concepção de educação emancipadora e que vincule a formação política e a formação profissional com vistas ao fortalecimento das organizações sociais partícipes da VC, ou da própria articulação internacional dessas organizações. E como princípios dessa educação emancipadora encontram-se: a relação estudo e trabalho de campo; o vínculo orgânico com as comunidades camponesas para a realização de trabalhos sócio-político-organizativos e de produção agroecológica; a organicidade como exercício da construção coletiva dos processos; e a nítida perspectiva de classe, ou seja, o estudo necessita possibilitar instrumentos de análise da sociedade vivida para qualificar a ação da militância que participam desses processos de formação. Enfim, um espaço fundamental para a formação de intelectuais orgânicos para a luta contra-hegemônica.

A formação de intelectuais orgânicos

Os cursos, as escolas e outras atividades de formação da Via Campesina, como já descrito anteriormente, possibilitam por sua pedagogia um importante espaço para forjar novos militantes e quadros, assim como contribuem para fortalecer os quadros e militantes que já atuam nos movimentos sociais do campo ou que a ele estão atrelados desde uma perspectiva de luta de classes. Abaixo, segue depoimento de representante de um movimento que não faz parte organicamente da Via Campesina.

El papel es fundamental. Nuestras organizaciones del campo necesitan espacios de organización, coordinación y formativos. Un espacio de formación como los que tiene la Vía Campesina, ayuda de sobremanera al fortalecimiento ideológico, político de las reivindicaciones del campo. Construye militantes orgánicos desarrollando sus capacidades, generando cuadros propios que no tengan que depender de personas u organizaciones externas al movimiento para desarrollar alguna actividad. (C. Educando, Movimiento Tierra y Libertad – Peru. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Analisando os depoimentos de militantes que participaram desses processos, desde o momento da expectativa inicial em relação ao curso/escola/atividade, já é possível identificar uma busca empolgante de maior compreensão e clareza para aprimorar suas práticas. Nesse sentido, as expectativas parecem mesclar o elemento do político-ideológico com expectativas de realização pessoal, tanto do ato de estudar quanto de conhecer novas realidades, novas culturas, processos distintos de onde vêm. Mesmo que, com o tempo, essas expectativas vão se redimensionando quando na medida em que pisa no chão concreto da árdua e dura construção da unidade desde a diversidade. Isso fica muito evidente nos depoimentos que seguem transcritos abaixo.

As expectativas eram muitas por ser a primeira experiência a nível internacional, a língua como iria ser, a alimentação, a relação com um grupo [...], mas foi uma experiência muito gratificante e de fundamental importância na minha formação política e ideológica. (V. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

[...] O fato é que quando chega o momento se criam muitas expectativas, já começam as contas do período de início e de final do curso e, como vou atuar e onde no nosso caso a gente já sabe que é no MST e no Setor de Produção, mas são sensações que nos fazem por um momento refletir no que realmente se quer, agora imagine tudo isso misturado com a sensação de ser em outro país que fala espanhol, que está em processo de mudança de governo drástica com aspirações ao socialismo, um curso com 13 países inicialmente, mas de 160 estudantes em sistema de internato, de culturas diferentes, é que as expectativas de 100% vão para 200% e isso é muito forte e leva um tempo para serem assimiladas, e durante esse processo de construção histórica muitas dessas expectativas até pelo tempo de convivência, as relações interpessoais que influenciam muito se dissipam e criam-se outras expectativas normais no meio de todo esse processo e mais quando isso é no Iala, que tem muitas contradições. (M. Educanda, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Mis expectativas desde que me postularon era grande, construir y formar parte de una escuela de cuadros políticos latinoamericanos no es poca cosa. Requiere de mucho compromiso y disciplina revolucionaria. En fin, mis espec-

tativas fueron satisfechas a pesar de lo dificultoso que fue la construcción del Iala. Fue un logro importante construir una universidad de campesinos(as), indígenas y afrodescendientes y que esté al servicio de los mismos. (A. Educando, OCN – Paraguai. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Mis expectativas eran: por un lado las temáticas a tratar, ya que cada tema a tratar tendría una experiencia práctica la cual pudiera hacer más comprensible lo estudiado. Y por otro lado la interacción con diversas realidades, fuera de mi propia realidad. Ya que salir de mi país e interactuar con personas de otros países enriquecen el debate y nutren el conocimiento que se pueda tener da la realidad latinoamericana; me encontré con las diferencias que puedan haber entre cada países de los que participamos en el curso, pero de ella comprendía que nos une un propósito, la lucha que a diario se haga desde cada parte de ésta, nuestra América, por hacer posible el cambio de la historia y por reescribir la historia desde los vencidos ya que los vencedores, han destrozado el curso de las sociedades. (L. Educando, CNA – Colômbia. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Entretanto, também se percebem, em alguns depoimentos, os limites da própria articulação e acompanhamento dos processos de formação da VC no que diz respeito à clareza e amplitude de seu projeto. É o caso que se percebe no depoimento de uma educanda do Iala Paulo Freire, na Venezuela.

Pues en la realidad no tenía ninguna, pues toque apenas venia ingresando a la organización y no tenía ninguna idea de lo que era la propuesta de la escuela que pretendía formar la VC en conjunto con el gobierno bolivariano. Y durante el curso tampoco se dio mucho énfasis a dar información realmente de lo que se pretendía con la creación de esta escuela. (R. Educanda, Unorca – México. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Quando passamos para a análise dos depoimentos dos(as) entrevistados(as) no que diz respeito às reais contribuições do curso/atividade/escola da VC para sua vida militante, percebemos que os principais elementos apontados foram: clareza dos objetivos, táticas e estratégias de luta; ampliação da capacidade de análise; ampliação dos conhecimentos sobre questão agrária,

organização social, soberania alimentar e agroecologia, entre outros temas; fortalecimento do compromisso político com sua organização; fortalecimento para o desempenho das atividades cotidianas na sua organização e para o trabalho de base; distintas formas organizativas; construção da identidade latino-americana; consolidação de relações políticas; formação pessoal.

Nas linhas que seguem, se transcrevem alguns depoimentos de educadores, coordenadores, dirigentes e educandas a respeito do significado dessas experiências de formação política para a formação de quadros das organizações e da articulação internacional de organizações do campo. Algumas delas acabam apontando brevemente limites que ainda necessitam ser superados, temas que serão tratados posteriormente. Mesmo que possa parecer um tanto extensa, a sequência de depoimentos carrega grande riqueza de detalhes e opiniões. Nesse sentido é que se destinam algumas páginas para tais relatos.

Bueno tuvo un gran impacto, basta el presente pues la manera de ver la educación y los movimientos sociales desde otra perspectiva. [...] El hecho de sentirse parte de un verdadero movimiento que ayuda en prol de los más necesitados y de la clase trabajadora [...]. A mantener el ideal de un movimiento social que trabaja en conjunto con la clase trabajadora y con su militancia, para la construcción de una sociedad en donde quepamos todos e todas. (R. Educanda, Unorca – México. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Tanto o curso quanto a experiência de construção desta nova universidade latino-americana, em um país em plena efervescência da luta revolucionária, contribuíram fundamentalmente para a compreensão da necessidade da luta e da organização de camponeses e camponesas para a necessária transformação do modelo produtivo e da sociedade. Contribuiu na construção e formação de uma nova consciência social, política, cultural e produtiva, em prol da soberania alimentar dos povos, da soberania sobre os territórios e modos de vida, assim como a defesa dos direitos dos camponeses e camponesas. Proporcionou uma experiência organizativa muito ampla, devido a grande diversidade cultural e de modos de pensar que conformaram a universidade e das mais diversas adversidades que enfrentamos durante todo o processo de construção e consolidação da universidade, fomos forçados a criar, recriar, modificar, adaptar nossa forma de organização por muitas vezes, para atender nossas necessidades

e demandas do momento histórico que vivíamos e que vivia o país e o processo revolucionário; para tanto, construímos nossa própria forma de organização e nossa própria identidade de uma universidade popular, socialista e camponesa. Contribuí com elementos teóricos para a compreensão e discussão de temas políticos e sociais, mas também contribuiu muito para a discussão política, social e técnica da produção agroecológica, permitindo a multiplicação destes conhecimentos e experiências junto às mulheres do MMC, promovendo assim a soberania alimentar das famílias camponesas e a soberania sobre seus territórios e modos de vida. (I. Educanda, MMC – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

La formación desarrollada en sus diferentes etapas y niveles, ha sido y es muy importante para mejorar la cualidad política y técnica de las organizaciones de donde provienen los educandos; sean estas de niveles de base, regionales o nacionales. Los movimientos sociales venimos haciendo activismo desde siempre; sin embargo se ha visto casos en los que la falta de formación adecuada de sus dirigentes, ha ocasionado que las luchas conseguidas con movilización, se las pierda en las mesas de negociación con los Estados o gobiernos. En lo concreto, conozco muchos compañeros y compañeras que pasaron por los diferentes procesos de formación nacionales e internacionales, y se han desempeñado de buena manera en roles directivos de sus organizaciones; y promovido/apoyado para que otros compañeros continúen nuevos procesos de formación. (F. CPP e Membro da Comissão de Formação Andina, Fenocin – Equador. Entrevista realizada em agosto de 2013)

A formação na escola da via está contribuindo principalmente para a formação política militante, devido ao conteúdo político que tivemos no Iala, o que seguramente não teríamos em nem um outro curso convencional. (M. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

[...] Amplió claramente la capacidad de análisis que yo tenía sobre la realidad, sobre la estructura de la sociedad en la que vivimos, sobre la identidad en construcción de Nuestramérica como pueblo con historia común. Aportó relaciones personales muy fructíferas vinculadas a la militancia en diferentes países, [...]. Nuestra organización, a partir de la participación sistemática (desde el año 2007), en los cursos Latinos de la ENFF, adquirió una metodología de trabajo

más elaborada. Los cursos ayudaron para que nosotros podamos re-pensar nuestras formas organizativas tanto en los diferentes frentes de masas que componemos (Sindical, territorial, estudiantil) como para la estructura general del Frente y su proyección política. La cualificación de nuestra militancia aportó significativamente en la claridad de nuestros análisis de estructura de nuestra sociedad Argentina y la planificación de nuestras intervenciones en la coyuntura. La concepción metodológica de la formación como un todo integral en el que se incluye la dimensión del trabajo como pedagógica, también la cultura, y hasta los momentos de ocio, brinda una experiencia contundente para concebir la militancia como una forma de vida, integral y no como un simple aporte a una causa, para ser realidad en los “tiempos libres” de nuestra vida. El curso aportó también a la consolidación de algunas relaciones políticas que se venían haciendo como [...] la construcción del Alba de los movimientos sociales a partir de la carta de Belém en 2009. (D. Educando –Frente Darío Santillán – Argentina. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Articulação, mobilização, suporte, respaldo internacional, e principalmente como espaço de unidade entre as diversas organizações do campo no mundo. (E. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em outubro de 2013)

[...] creo que el rol de formar formadores, como es el propósito del curso, es brindar herramientas teóricas y contribuir para que desde cada concreta realidad, el militante, el formador, piense y plante herramientas metodológicas en el desarrollo de cada una de las actividades que le llame a hacer la lucha social. (L. Educando, CNA – Colômbia. Entrevista realizada em agosto de 2013)

O curso em si contribuiu no preparo para trabalhar com a sociedade, desde um âmbito social, político e técnico, onde tivemos uma formação política vivida na prática já que estávamos em um território de processo de revolução permanente que vinha e vem acontecendo em Venezuela. Os 6 anos de estudo e convivência em coletivos nos proporcionou melhorar quanto cidadão a viver em sociedade onde todos somos iguais e temos os mesmo direitos onde o socialismo é fundamental. (A. Eucanda, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Tem ajudado no método de trabalho com famílias camponesas organizadas que tem a transformação do cenário em que se inserem como perspectiva de vida. (A. Educando, MPA – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Contribuiu para minha formação como ser social, abriu caminhos para obter conhecimentos e aportou para dinamizar minha militância nos trabalhos com a base. Também colaborou para aprender da diversidade de nossa latinoamérica e dos companheiros com quem pude compartilhar no decorrer dos anos, além de deixar um leque de oportunidades onde posso contribuir desde a organização para com as demais organizações. (R. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

O Iala foi a minha primeira escola de formação da Via Campesina que eu participei, e agradeço pela oportunidade de fazer parte da construção daquela história que foi mais que uma escola de formação, foi uma vida, vida coletiva onde a coletividade era acima de tudo o mais importante na condução de todo processo coletivo de formação [...]. (A. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

O curso foi uma experiência única, onde fomos protagonistas de vários momentos históricos dentro da conjuntura de Venezuela. As contradições políticas vivenciadas durante os seis anos de formação contribuíram muito para fazer leitura de realidades que muitas vezes nos deparamos dentro de nossas organizações sociais. (E. Educando, PJR – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Em conhecimentos técnicos. Em conhecimento político. Integração latino-americana, levando em conta que o problema que atenta a sociedade é um problema estrutural de condução política, econômica e social (D. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Los cursos o escuelas de formación de la Via Campesina contribuye en mi militancia en comprender la realidad desde la integralidad, permitiendo preparar como militante no solo en lo técnico científico sino también en lo socio político, asumiendo desde el ser, saber y hacer un compromiso de transformar

la realidad (D. Educando, OCN – Paraguai. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Contribuyó en mi formación personal porque ahora tengo más claros mis objetivos de vida, porque luchar y estar comprometido con la organización a la que pertenezco. También a seguirme formando en lo que se me inculco desde las luchas campesinas para siempre conservar mis principios y no olvidar la clase de donde vengo y defenderla. (M. Educanda, ATC – Nicaragua. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Nos trechos dos depoimentos acima selecionados, alguns elementos repetem-se com bastante ênfase, como aspectos importantes para a formação dos intelectuais orgânicos para a luta de classes no campo. É o caso do fortalecimento da perspectiva organizativa e de luta contra-hegemônica no campo, a partir dos aspectos político-organizativos e técnicos trabalhados nos cursos e escolas de formação, o que demonstra a qualificação da atuação da militância e dirigentes em seus respectivos movimentos. Também é mencionada a importância do papel da coletividade e do protagonismo dos participantes na construção dos próprios processos de formação e das transformações nos países onde estes se realizam. A integração latino-americana como elemento do internacionalismo é outro aspecto retomado, assim como a instrumentalização para a realização dos trabalhos com as comunidades e base dos movimentos nos quais os participantes atuam.

A formação e a territorialização

Nas entrevistas realizadas, apontou-se intencionalmente uma questão relacionada a território com a finalidade de buscar na opinião dos diferentes sujeitos dos processos a relação existente entre a formação e o território ou territorialização. Percebe-se que essas relações pareceram estabelecidas a partir de diferentes perspectivas ou leituras sobre o tema, várias compreensões acerca do território seja ele material e imaterial. Em síntese, alguns apontam território como espaço de resistência e luta, outros, numa perspectiva de construção do novo homem e da nova mulher, outros, como lugar de relações socioprodutivas, enfim, território e territorialização contra a hegemonia do capital como uma necessidade da continuidade da existência

humana. Como exemplo, destaca-se o depoimento de um educando sobre sua experiência na formação, a qual:

Permitiu-nos entender e problematizar muitas realidades no processo de territorialidade do novo homem e da nova mulher, o despertar de uma nova consciência política ecologicamente correta um bem estar social e soma de todos esses elementos contribui para organização das comunidades camponesas do campo no processo de formação. (E. Educando, PJR – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

A respeito do papel da formação na territorialização contra-hegemônica, o tema se destaca, a partir das escalas locais, regionais e internacionais; desde o entorno onde se localiza a escola, ou se realiza o curso ou atividade, ou mesmo no estado ou país onde se realiza, assim como em escalas regionais, como o caso do bioma amazônico, e internacionais. Como uma construção de territorialização imaterial (identidade, unidade e estratégia) que se materializa nos diferentes territórios particulares, mesmo que essa territorialização em geral seja repleta da vida cotidiana e dos desafios advindos dos territórios particulares, locais.

Peter Rosset (2010) analisa na entrevista que há diferentes tipos de escolas e cada uma com determinado impacto nos territórios, algumas mais, outras menos. Em sua análise, as escolas que mais incidem nos territórios são as que têm um acompanhamento mais sistemático junto às comunidades vizinhas nas quais se realizam trabalhos de base. Segue abaixo sua análise:

[...] En el caso de las escuelas que he visitado, [...], he visto tres tipos: 1. Las escuelas que enfatizan la formación técnica-profesional-militante de campesinos/as jóvenes; 2. Las escuelas que ofrecen capacitación agroecológica a campesinos/as (cursos muy cortos y puntales); 3. Las escuelas que apoyan procesos agroecológicos territoriales (Niceto Pérez en Cuba). En mi experiencia, las escuelas de tipo 1, muchas veces tienen poca relación con las comunidades y los territorios que los rodean. Los chicos salen a hacer algún tipo de “trabajo social” en las comunidades, pero igual en muchos casos los vecinos perciban poco o ningún impacto de la escuela. Las escuelas de tipo 2, tienen poco impacto territorial también, porque generalmente llegan de manera casi “al azar” personas para recibir capacitaciones puntuales (ej, como hace composta),

pero no son parte de un proceso territorial tipo “campesino a campesino” o “comunidad a comunidad,” así que tienen poco o nulo efecto multiplicador. La escuela (Niceto Pérez) de tipo 3, es elemento clave y central en el éxito territorial nacional de “campesino a campesino”, ya que ofrece cursos especializados para los promotores, facilitadores y coordinadores del movimiento campesino a campesino, y además da cursos de sensibilización para dirigentes de las organizaciones y para funcionarios públicos sobre como ellos pueden facilitar al movimiento en sus territorios. (P. Educador e Membro Dirigente da VC – México. Entrevista realizada em agosto de 2013)

No caso do papel da escola na territorialização em escala local, ou melhor, onde está localizada a escola, ou se realizam cursos e atividades, destacam-se os seguintes depoimentos com exemplos concretos das diferentes dimensões da incidência desses processos de formação nas comunidades:

Em primeiro lugar a universidade aproxima e traz as comunidades para dentro de espaço “acadêmico” que sempre esteve muito distante das mesmas, e que por outro lado, também separa os educandos e educandas das comunidades, por isso, levando estes últimos até as comunidades vizinhas e outras comunidades para que não se separarem da realidade concreta que vivem as campesinas e campesinos, e para promover nestes espaços a organização política e social destas famílias, no caso fortalecendo a experiência dos conselhos comunais, comunas, cidades comunais e cooperativas impulsionadas pelo processo bolivariano. E impulsionando processos produtivos agroecológicos em vias da Soberania Alimentar e também na promoção conjunta com a comunidade de espaços alternativos de comercialização dos alimentos produzidos nas comunidades, gerando maior renda às famílias. Se gera um processo horizontal de integração e confiança entre a universidade e as comunidades e entre as comunidades também, a universidade se torna uma referência para as comunidades nas mais diversas questões, inclusive de intercâmbio cultural e esportivo. Se constrói um novo modelo de educação freiriano, robsiniano e gramsciniano onde tod@s aprendem de tod@s, e tod@s ensinam a tod@s, verdadeiro intercâmbio de saberes, conhecimentos e experiências. (I. Educanda, MMC – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

[...] Con los hechos, como la practica agroecológica, el trueque en que fuimos atraídos, la mística “revolucionaria”, la organicidad, finalmente, se insistió en que hay otros modos de hacer. Por lo menos se practica lo que en la legislación bolivariana está preocupada: soberanía alimentaria, Reforma Agraria Integral, Agricultura Campesina, Agroecología, Semillas Campesinas [...]. (M. Educador e CPP – México. Entrevista realizada em outubro de 2013)

Função formativa, pedagógica. [...]. Desde o conhecimento de distintas organizações da América, com culturas variadas, formas de pensar o mundo e agir nas realidades diferentes, concepções diferentes de método etc., portanto, um exercício de construção coletiva do conhecimento. [...], também o acampamento realizou atividades em comunidades camponesas, e para essas comunidades houve também relevância na troca. Os camponeses venezuelanos receberam e partilharam seus conhecimentos sobre o próprio campo, o trabalho com jovens camponeses de diversos países. Com isso também reanimaram na luta com o projeto que estava sendo construído na Venezuela [...]. (A. CPP – MAB – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Focando no caso da Elaa, situada no Assentamento Contestado, conquistado por famílias organizadas no MST em 1999, a escola tornou-se uma referência inegável para as famílias, em que pese as debilidades e incapacidades de se ter estruturado precariamente o sistema de produção agroecológico, respondendo muito mais no plano teórico, acadêmico, político, mas também da ação dos educandos e educandas nos agroecossistemas locais. A Elaa atrai um sem número de estudantes brasileiros e internacionalistas que aí vem para desenvolverem estágios e suas pesquisas acadêmicas nos níveis de graduação e pós-graduação – especialização, mestrado e doutorado, oportunizando uma expansão tanto das relações da Via Campesina com a sociedade como junto às famílias do Assentamento. A escola também se constitui num polo cultural relevante, seja realizando atividades culturais diversas de expressão artística, seja de caráter político, como tem atraído de forma crescente um sem número de visitantes, como servindo de espaço para a realização de encontros, cursos, congressos, seminários organizados por sindicatos de trabalhadores, partidos políticos de esquerda, universidades, movimentos sociais, redes e organizações de agroecologia. [...]. Tudo isto vale dizer, segundo as particularidades locais,

se estende para as demais escolas de agroecologia indicadas acima onde tenho atuado. (J. CPP, MST– Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

En concreto, desde la experiencia en donde he estado vinculado, ahí desempeñó un rol de activador en la discusión de temas importantes desde el punto de vista productivo agroecológico, así como también desde el punto de vista de la necesidad de generar concretamente espacios de auto organización de las comunidades que están en ese territorio. Ello ha generado en ocasiones buena receptividad de la gente, aunque a veces dicha vinculaciones se dan un poco forzadas, por las dinámicas propias, y no se logra articular la complejidad que hay en un territorio específico. Otro del rol que ha desempeñado esta experiencia, ha sido como espacios de encuentro de gente de las propias comunidades, lo cual es de suma importancia para la vida social de esas comunidades. Además ha ayudado a ser un incentivo de un conjunto de personas que vive en esas zonas, incentivos desde dos puntos de vista: uno en el área de la formación personal y colectiva y otro en el impulso de proyectos productivos sociales. (H. CPP e Educador, FNCEZ – Venezuela. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Considero que en el caso del Iala que se ubica en Sabaneta-Barinas, el papel desempeñado fue importante ya que a través de el se creó un espacio para la integración tanto de las comunidades aledañas como para quienes estaban de pasada, o sea los internacionales. Esta integración dio paso a que la población del territorio conociera mas de cerca de los procesos integracionista que hablaba el Comandante Chavez. (M. Educanda, ATC – Nicaragua. Entrevista realizada em agosto de 2013)

O curso veio aproximar a universidade das comunidades ao entorno pelas diversas atividades realizadas pelos educandos e professores e a coordenação política-pedagógica (CPP), desde os âmbitos culturais, esportivos como também na parte produtiva. (V. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

[...] buscando adotar em seu método pedagógico a pedagogia da alternância, alternando em tempo escola e tempo comunidade o que possibilitava o trabalho junto às comunidades camponesas, transformando a formação acadêmica no

processo-troca de saberes entre educandos e camponeses (H. CPP, MPA – Brasil. Entrevista realizada em setembro e 2013)

Também sobre esse aspecto, são mencionados alguns limites que, ao mesmo tempo, são tomados como desafios no sentido de fortalecer e qualificar as iniciativas dos cursos e escolas em territórios onde eles se localizam. Seguem abaixo alguns depoimentos sobre o assunto:

Creo que durante el periodo que participe en este espacio de formación, faltó más integración con las comunidades más cercanas al instituto, para poder fomentar espacios de intercambio con los agricultores de la zona. Si se desarrollaron prácticas comunitarias, pero muchas de ellas lejos de la zona de influencia. [...] El Iala, tiene un gran potencial y creo que debe ser un referente tanto en temas productivos como formativos, y por lo tanto su papel tanto en Barinas como en Venezuela debe ser relevante. Abrir las puertas a todas las organizaciones y campesinos de la zona y promover espacios de intercambio como talleres, eventos, clases, etc. (E. Educador – Ecuador. Entrevista realizada em agosto de 2013)

[...] El Barrio en el que se emplaza la escuela percibe con claridad la presencia de un gran número de extranjeros durante esos días que transcurre el curso. El vínculo que se da es netamente comercial y no es muy grande el intercambio. Hubo un momento en que parte de la turma fue a la escuela del barrio para realizar una jornada de juegos con los/as niños/as, esa actividad fue evaluada muy positivamente. En el momento en que realicé el curso no se percibía un papel, una función concreta del curso para con el territorio donde se desarrollaba. Por lo que puedo saber, hoy la situación en la ENFF es diferente, y hay un vínculo mas arraigado con la comunidad, con participación de jóvenes del barrio en la escuela, a través de cursos específicos para sus características. Eso ha mejorado, aún más, la relación entre la escuela y el resto de la comunidad. (D. Educanda, Frente Darío Santillán – Argentina. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Como objetivos e perspectivas, ou seja, lineamentos político-pedagógicos que norteiam os cursos e escolas de formação, o depoimento abaixo de Claudio demonstra a relação que estes devem ter com as comunidades no sentido de fortalecer uma luta mais ampla e ir consolidando territórios

de resistência e contra-hegemônicos, assim como de produzir e difundir conhecimento relacionado à agroecologia e à soberania alimentar:

Vou considerar aqui os territórios de acordo com as atividades: Atividade 1: no território onde o Iala Paulo Freire [...], nós enquanto Via tínhamos dois objetivos centrais: fortalecer as comunidades camponesas locais, do ponto de vista cultural, produtivo e em uma perspectiva de classe camponesas que cumpriria um papel na revolução bolivariana. O segundo objetivo macro seria construir bases concretas e científicas com base nas lutas emanadas por movimentos camponeses ligados à Via Campesina, conectando os conhecimentos empíricos, os conhecimentos da realidade com os conhecimentos científicos na perspectiva da luta de classe, criando base concreta para questionar a nível de América Latina no desenvolvimento do capital no campo através do agronegócio. [...]. Atividade 2: nesta segunda iniciativa, se trata do Iala Amazônico, que está em construção, tem desempenhado um papel de dialogar sobre a problemática do território de abrangência da pan-Amazônia, com base no avanço do capital nesta região, visando a extração de matéria-prima, construção de barragens e outras infraestruturas para saquear este território. O Iala cumpre o papel de articulador dos movimentos da Via Campesina e de outras organizações camponesas, mas também cumpre o papel de produção de conhecimento relacionado à agroecologia e educação do campo, assim como um espaço de irradiação de sonhos, lutas e estratégia de resistências. (C. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Também percebemos, em vários depoimentos, a importância da formação para a construção de territórios e territorialização em escalas regionais ou nacionais, desde a perspectiva de realizar a disputa de modelos agrícolas, por um lado o agro-hidronegócio e a mineração, e por outro a luta pela soberania alimentar e produção agroecológica. Territorialização que se dá desde a unidade de organizações do campo, da estratégia, da luta e do enfrentamento e da realização de experiências produtivo-organizativas locais. A seguir, alguns depoimentos sobre isso:

O Iala Guarani é uma importante atividade de formação da Cloc-Via Campesina, o principal papel que se pretende com a escola é o fortalecimento da luta dos movimentos camponeses a nível nacional e regional. Também desenvolve

o papel de contribuir na construção de um outro modelo de agricultura que se contraponha ao agronegócio, que com seu sistema altamente dependente de agrotóxicos e outros insumos químicos, gera dependência e expulsão do campesinato do campo, o Iala busca através da formação científica e política fortalecer um modelo popular de agricultura com base na agroecologia que contribua para a melhoria de qualidade de vida dos camponeses e que não seja prejudicial ao meio ambiente e à saúde humana. (J. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Iala Guarani é resultado de um processo histórico de luta dos movimentos camponeses articulados na Cloc-V Ccumpre uma importante função no território guarani, no sentido de articular e exercitar uma unidade mínima político-organizativa em torno da construção do Instituto. Por mais que seja ainda uma experiência que está germinando, tem sido um espaço de articulação, debate e projeção de novos militantes, por mais que tenha muitos limites e um potencial no marco da integração nacional e regional e formação de militantes. (F. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Papel de fundamental importância visto na educação/conhecimento a nível nacional [...] pouco se sabe ou conhece sobre os países vizinhos latinos e mesmo sobre o papel brasileiro na conjuntura latino-americana. (G. Educanda, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Creio que um elemento diz respeito à simbologia de termos construídas uma experiência a partir e pelos camponeses(as) organizados pela Via Campe-sina. [...], marcada pela disputa de projetos de desenvolvimento, cujo projeto hegemônico se reproduz pela subordinação e/ou desterritorialização dos sujeitos que não cabem nesse modelo, ou seja, os camponeses, os povos indígenas e as comunidades quilombolas. Então, a construção do Iala Amazônico na perspectiva de fortalecer o projeto contra-hegemônico, apresenta-se como uma ferramenta de fortalecimento de uma identidade coletiva capaz de desempenhar uma série de ações ora de caráter reivindicatório, ora de caráter de classe. Sobre as ações – a partir de um instrumento como o Iala Amazônico –, ganham relevância a capacidade de mobilizar diferentes sujeitos e articular muitos territórios para a implementação de práticas formativas, agrícolas e produtivas vinculadas à educação do campo e à agroecologia. Portanto, ações que provo-

cam uma tomada de posição na sociedade por meio de diálogos entre saberes populares e acadêmicos, de utilização de técnicas/práticas da permacultura, do cultivo das sementes crioulas, da recuperação dos solos, da defesa da floresta e de outros bens que a vasta Amazônia nos presenteou. (A. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

A escola [...] é um espaço aberto para a formação política e técnica, para além do curso de tecnólogo, pois também acontecem outros cursos curtos, encontros, reuniões e visitas que passam conhecendo a escola e também levando para si e para suas organizações algo sobre a Via Campesina e o MST (a escola esta situada no assentamento Contestado, que é uma conquista do MST). (P. CPP, CNA – Colômbia. Entrevista realizada em setembro de 2013)

Em escala latino-americana, ou internacional, as análises e depoimentos assinalados nas entrevistas afirmam de maneira geral, a “latino-americanização” do território onde se realiza a escola, ou atividade de formação, desde uma perspectiva de luta, construção e fortalecimento de processos socioprodutivos e organizativos, como uma espécie de integração de escalas territoriais para o fortalecimento da construção de uma nova perspectiva para o campo, um projeto que seja fundado na biodiversidade e numa nova forma de relações sociais e com a natureza para a produção da existência humana. Abaixo seguem trechos de depoimentos que apontam de, certa forma, esses aspectos:

A ENFF, por sua característica nacional e internacional, não restringe seu trabalho ao território onde está estabelecida. Sua função é formar militantes e quadros dos movimentos sociais brasileiros e latino-americanos. Acredito que ao longo de seus 8 anos vem desenvolvendo essas atividades e podemos dizer que já é uma referência para as organizações sociais na área da formação política e ideológica. Mas também desenvolve atividades com a comunidade local, como por exemplo, o curso jovem agricultor do futuro que está em andamento com jovens estudantes do bairro onde a escola está localizada. (L. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

El territorio donde se realiza el curso se enriquece de la presencia del curso, si es continuada por más de dos años mucho más ya que son procesos largos.

Se fortalece el Movimiento que actúa como sede por la presencia de militantes, en los últimos años muchos jóvenes, provenientes de distintos países de Latinoamérica con historias de luchas, coyunturas políticas y prácticas políticas diversas. Se fortalece por la mística latinoamericana que se genera en el curso y el lugar pasa a ser una referencia de la lucha, no solo para la población cercana sino en algunos casos del país o la región. También se fortalece por el conocimiento y debates que se dan durante el curso sobre la realidad del territorio donde se realiza el curso ya que en las materias historia, por ejemplo, se privilegia la historia de los lugares donde se realiza el curso. Habitualmente se realizan salidas, visitas y acciones de luchas en las comunidades y territorios cercanos a donde se realiza el curso, este tipo de actividades también fortalece al territorio más allá de los participantes activos del curso. Durante un mes ese territorio se “latinoamericaniza”. En el caso de Paraguay 2011 donde el curso no se realizó en instalaciones ni en un territorio con presencia de los movimientos el curso no desempeña un papel tan relevante para el territorio. Por ejemplo como se realizaba en instalaciones ajenas no se podían plantear actividades de trabajos colectivos, mingas, etc. para contribuir con la auto sustentación o embellecimiento del local. (F. CPP e Educando, MNCI – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Acredito que desempenha um papel de luta que extrapola o local, quando recebe jovens de outras localidades seja da região ou de outros países. Um papel de fortalecer o intercâmbio, os desafios, as esperanças, os problemas e encontrar uma leitura comum da realidade, bem como ajuda a fortalecer os planos de lutas onde depois cada movimento social buscará pelas condições próprias desenvolver. Tenho uma análise muito positiva da formação e educação numa perspectiva de integração das realidades e consciências. (J. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

[...] Así pues, que estos espacios formativos apoyen la formación de los diversos militantes de los movimientos sociales de la región, es un aporte fundamental para el fortalecimiento de estos mismos. La región está pasando por un proceso de integración y esto fortalece las relaciones internacionalistas entre las organizaciones. (C. Educando, Movimiento Tierra y Libertad – Peru. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Assim, conforme os diferentes depoimentos anteriormente mencionados, as escolas e cursos de formação têm um papel fundamental na construção de uma territorialização contra-hegemônica. Seja pelas experiências socioprodutivas e político-organizativas de comunidades locais, com o trabalho de base, seja na construção e fortalecimento da unidade de organizações a nível regional e nacional, seja em seu caráter internacional, através das linhas estratégicas e das ações e lutas concretas. Também é visível em alguns depoimentos uma espécie de interescalaridade de territórios imateriais na ação concreta do internacionalismo, ou “latino-americanização” dos territórios locais, sob uma perspectiva de construção de territorialização contra-hegemônica.

Os limites das experiências de formação da VC

Um aspecto importante a ser levado em conta a partir das entrevistas realizadas foi a identificação de vários limites que ainda necessitam ser superados nas experiências de formação da Via Campesina em seu processo de territorialização material e imaterial de resistência contra-hegemônica. Esses limites, que ao mesmo tempo são tomados como desafios para a luta e a construção desses e de outros processos, podem ser caracterizados da seguinte forma:

- problemas das próprias organizações nesse período histórico, que se refletem nos processos de formação;
- questões de alianças e autonomia: a contradição estado x movimentos sociais;
- massificação de escolas, cursos e atividades de formação político-profissional;
- relação pedagógica entre a formação política e profissional;
- a questão dos educadores e coletivos de acompanhamento político-pedagógico-produtivo;
- aspectos de condições econômico-financeiras;

Esses desafios estão também relacionados em grande medida ao tipo de característica dessas experiências de formação. Por exemplo, as questões geradas nas experiências de escolas de formação político-profissional em

agroecologia, que, por si só, têm imbricada a necessidade de escolarização. Essa característica tem a peculiaridade de realização de parcerias e acordos de cooperação com instituições educacionais já regulamentadas ou com governos. Essa peculiaridade provoca, em determinados momentos, tensionamentos que estão em essência relacionados à distinta dinâmica político-organizativa de cada parceiro, ou mesmo à forma de conceber a educação/formação de e para camponeses e demais sujeitos do campo. Esses tensionamentos vão desde a construção e efetivação dos programas dos cursos, concepções teóricas e métodos, de realização cotidiana da formação. Mais adiante são detalhados esses elementos.

Abaixo, iniciamos a análise dos limites e desafios que elencamos acima. A partir de cada item mencionado, comentamos e relacionamos os depoimentos a seguir.

Quando nos referimos aos limites e desafios relacionados às próprias organizações sociais do campo nesse período histórico, vários depoimentos assinalam questões como: dar maior prioridade à formação articulada com as lutas e a organização; estabelecer alianças sem perder de vista o político-pedagógico; superar práticas divisionistas entre os movimentos sociais; superar os limites institucionais na relação estado x movimentos sociais; a participação das mulheres dos processos de formação; buscar a unidade dentre a diversidade; garantir a qualidade da formação técnica; a falta de preparação anterior e nos processos seletivos para a participação dessas experiências, entre outras. Abaixo, seguem alguns trechos de depoimentos e análises dos(as) entrevistados(as) que tratam desses elementos, acrescidos de outros que posteriormente serão desenvolvidos.

Os limites são os limites das lutas em determinado período. Se não houver articulação entre as lutas e as outras atividades de formação, há uma dispersão de energia. (S. Educadora, Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Bom, os desafios são muitos. Sinto que a formação política e a educação política ainda não estão dentro das prioridades estratégicas dos movimentos sociais, vejo que é importante e necessário manter e construir espaços, escolas, cursos, atividades de formação em nível regional, mas se no país e dentro de cada organização não fazer a formação política massiva da militância, acabará tornando-se mais um evento de formação. É necessário desenvolver e criar comissões de

formações da Via Campesina nacional, criar cursos de formação entre os movimentos em nível nacional e regional e estadual o que é muito importante, se não acaba o militante participando do curso em nível de América do Sul, mas no seu país não tem uma instância de formação que aglutine em nível nacional os seus militantes formadores. Outro limite é quanto ao processo de formação de formadores, as iniciativas em nível nacional ainda são frágeis... Precisamos de muitos formadores de base, formadores organizadores de cursos e atividades de formação. Criar um grupo/equipe de formadores da região que pudessem dar suporte teórico às diversas iniciativas de formação que existem na região. Criar programas de formação política comuns em todos os níveis e acoplados com a luta. Onde há processos de lutas sociais a formação tende a caminhar e ser aceita com mais facilidade e abertura para o trabalho, caminhar junto à formação política – luta social – organização política na tentativa de avançar da resistência a ofensiva de disputa política do território local até o nacional e internacional. (J. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

En esta coyuntura de crisis política, económica de un sistema suicida ihumano y criminal que orienta tecnócrata de la llamada educación, la propuesta formativa es necesario trascender las experiencias pedagógica, política, educativa de la vía campesina en todos los espacios del mundo, viendo la diversidad como una fortaleza de resistencia ante la amenaza, unificando más visiones, misiones, es decir conocer y socializar todas las experiencia formativa en distinto niveles y masificar mas en todos lados. En las alianzas tanto gobiernos, otras universidades, ONGs visualizar con profundidad para no perder de vista lo político pedagógico. Superar y trascender práctica y actitudes divisionistas entre movimientos sociales que impide una consolidación más rápida de los proyectos o propuestas formativas. Antes la inmensidad de estos desafios enfrentando a uns enemigos que nunca va renunciar de querer controlar la manera de pensar o actuar de la sociedad es la de seguir globalizando la luchas y las esperanza teniendo como centro de orientación la vida. (D. Educando, OCN – Paraguai. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Acho que um dos limites também é um dos potenciais que são as diferenças de pauta, concepção sobre determinados temas. Podem gerar divergências, mas também construção coletiva de conhecimento, projetos, articulações. No caso das atividades formais de escola que são construídas em parcerias com universi-

dades/institutos/escolas existem limites institucionais que precisam ser superados e não dependem somente da Via Campesina, mas também das próprias instituições. (A. CPP, MAB – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

A formação integral técnica-política, os movimentos sociais necessitam de militantes com essa formação. Outro limitante que é muito forte ainda é a participação da mulher nos vários setores da militância. (E. Educando, PJR – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Los límites a ser superados, por ahora, son los que le indiquen los cambios que cada realidad, de cada país y organización, sufren en su diario vivir. Creo que se debe hacer una caracterización de los distintos actores sociales que hacen vida, luchan y resisten en el territorio americano, para desde ahí plantear herramientas metodológicas y pedagógicas en el hacer de la formación política y dialogar desde cada experiencia de trabajo de base en cada escenario (país, realidad, contexto y organización social). (L. Educando, CNA – Colômbia. Entrevista realizada em agosto de 2013)

[...] a) La dimensión del proyecto no fueron asimilados por la mayoría de los militantes seleccionados para el curso producto de ello la desertión del 65% de los educandos. b) La falta de experiencia en la construcción de un espacio de formación universitaria, sumado a esto la complejidad de sustituir o en todo caso combinar la educación popular con el modelo hegemónico de formación universitaria, en ese sentido estos límites se puede superar dentro de la Vía Campesina fortaleciendo y ampliando el cuadro de formadoras formadores universitarios multidisciplinario. c) El Iala durante mucho tiempo se mantuvo como un satélite porque las organizaciones campesinas locales no asumían el proyecto como tal, en ese sentido, la Vía Campesina en primera instancia, debe consolidar las bases sociales locales organizadas porque al fin y al cabo es la que va garantizar la continuidad y la sustentabilidad del proyecto de formación. Pero por otro lado, la instancias internacionales de la Vía siempre debe marcar presencia y acompañar los procesos formativos. d) La falta de comprensión de la dinámica del Estado Bolivariano. El momento político del proceso revolucionario no permitía desarrollar en su totalidad nuestra propuesta pedagógica, y nosotros como Vía Campesina, en vez de reconocer esa naturaleza del proceso pasamos más tiempo enfrentando al Estado sabiendo que muchas de esas con-

tradiciones no íbamos a cambiar, era necesario consolidar las coincidencias y dialogar sobre las diferencias y dejar que las contradicciones antagónicas ser metabolizadas por el proceso en su totalidad. (A. Educando, OCN – Paraguai. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Um dos maiores desafios para serem superados pelas atividades da Via Campesina é o compromisso por parte de alguns militantes da Via, que muitas vezes não estão devidamente preparados para enfrentar os desafios dos cursos e das escolas da via. (V. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Envolver os movimentos sociais dos territórios e do país na coordenação permanente da universidade, pois estes terão maior conhecimento sobre as problemáticas locais e nacionais e saberão como lidar melhor com as mesmas. Garantir qualidade na formação técnica, que muitas vezes fica em segundo plano em relação à formação política, ambas devem andar juntas em prioridade e qualidade. Promover a Soberania Alimentar da universidade por meio da produção agroecológica e diversificada de alimentos, impulsionando e garantindo condições para o trabalho de campo, com acompanhamento técnico de professores e técnicos especialistas em cada área. Garantir a maior participação de jovens mulheres militantes dos movimentos sociais como educandas destes cursos, promovendo um debate mais profundo sobre as questões de gênero e o modelo patriarcal e machista da sociedade, levando esta discussão para as comunidades e espaços de atuação da universidade. Realizar processos similares e profundos de seleção dos educandos e educandas nas organizações e países, inclusive com o acompanhamento de um grupo/comissão da universidade ou da Via Campesina em cada organização ou país, para garantir grupos mais coesos e verdadeiramente militantes. Garantir diversidade de organizações e países nos representantes da coordenação político-pedagógica Promover a participação nos processos políticos, organizativos e formativos para os trabalhadores e trabalhadoras da universidade. (I. Educanda, MMC – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Existem limites como o compreender o outro que deve ser superado. Muitas vezes as escolas/cursos/atividades são pensadas por uma região que pouco conhece a outra região em que vai ser aplicada a atividade; muitas vezes, pela

correria e até pela falta de apoios políticos e técnicos nos países onde vão ser realizadas as atividades, acabamos não levando em consideração o que as organizações acham de tal assunto, de tal forma de se organizar uma mística, uma comida etc. e acabamos fazendo tudo do nosso ponto de vista pessoal e de nossa organização base. Devemos sempre considerar o conjunto das organizações e dos países que nos recebem, respeitando suas formas de se organizar e se somando a isso. (N. Secretaria Operativa Cloc. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Primeiro acredito que as organizações da Via Campesina, muitas delas têm dedicado pouco tempo a fazerem formação política ideológica de seus militantes. A exemplo, há uma queda no envio de militantes da Via Campesina para os cursos na ENFF, as organizações urbanas que estão vinculadas a Alba tem enviados mais militantes aos cursos que as camponesas. E já temos experiências que uma organização que não se dedica a formação de seus militantes a tendência é não se manter por muito tempo. Segundo: há uma demanda maior das organizações a enviarem militantes aos cursos formais (aqueles que certificam, em parcerias com instituições de ensino como universidades). Terceiro, a formação política ideológica do militante não se restringe a cursos apenas, é necessário que o militante tenha experiências concretas de trabalho com a base e nesses momentos de descenso de massa (especialmente no Brasil) muitas organizações não têm conseguido criar novos militantes e quadros políticos que possam ajudar a resolver os problemas do povo, e somente os cursos não resolvem esses limites da formação. (L. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Hay algunos dentro de los cuales está, la necesidad de realizar un análisis de la realidad particular en donde se implementan dichas escuelas, no porque no se estén realizando, pero si hay que profundizar en ello, ya que las realidades son tan complejas y ricas que a veces con tanta voluntad que se pone en cada uno de esos esfuerzos desde la organizaciones, se puede para por alto algunas de esas condiciones propias de las zonas. Como segundo, se debe realizar mayores esfuerzos en la articulación entre organizaciones que activan y que forman parte de la vía campesina, esto es de suma importancia a mi modo de ver, porque tiene que ver no sólo con el buen cumplimiento de los objetivos, sino que ello puede expresar parte del desarrollo mismo de las organizaciones y

como se van desarrollando a través estas articulaciones y prácticas de horizontalidad en sujeto político de transformación social. Se hace necesario clarificar los esfuerzos con los camaradas de la instituciones estatales, y no lo menciono sólo en la dicotomía entre el Estado y movimientos, sino que en el caso de Venezuela donde el gobierno ha venido demostrando una fuerte voluntad concreta y palpable para ayudar en los esfuerzos de las organizaciones sociales como Vía Campesina, con mayor razón se hace necesario esa clarificación, para lograr mayor se articulación entre estos actores comprometidos con los objetivos de los proyectos. [...] Esto no desmerita la existencia real de movimientos del campo, pero estos elementos influyen en la dinámica de dichas organizaciones, y sus formas de transformar un territorio social. (H. CPP e Educador, FNCEZ – Venezuela. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Com relação às questões de aliança e autonomia expressas essencialmente na contradição estado x movimentos sociais, as principais reflexões giram em torno das experiências de criação de escolas e cursos que mesclam a formação política e a escolarização, sejam elas nos cursos de tecnólogo, graduação ou especialização em agroecologia. Essas experiências estão entre o limiar da necessidade de criar uma nova forma de educação, com novos cursos, novos programas, novas metodologias e na necessidade de regularização, ou institucionalização desses processos. As contradições e tensionamentos que surgem emergem desses limiares. E essas contradições e tensionamentos tomam dimensões distintas em cada tipo de território que são realizadas.

Por exemplo, são distintos os tensionamentos existentes entre os movimentos sociais e o governo bolivariano, dos tensionamentos existentes entre os movimentos sociais e o novo governo do Paraguai com a saída de Lugo, ou ainda os tensionamentos dos movimentos sociais e o governo brasileiro. Tensionamentos gerados de uma relação de alianças. Proporcionalmente, outras formas de tensionamentos existem entre os movimentos sociais e governos como da Colômbia e do Chile, por exemplo, onde é menos corrente a construção de alianças com governos, e sim no âmbito da sociedade civil. Entretanto, parece existir algo em comum que ocorre na relação movimento social x Estado – seja qual tipo de governo for – e que perdura nas mais diferentes relações: a questão da autonomia nos processos de luta e de construção das propostas político-pedagógicas desses cursos e escolas.

Essas contradições, expressas nessas experiências, apontam para a necessidade de refletir mais sobre os limites e possibilidades dessas alianças, assim como refletir sobre os limiares existentes entre luta pela política pública – nesse caso, o direito à educação – e luta por uma transformação social mais ampla. Seriam estes os desafios históricos da luta da classe trabalhadora? Seriam desafios estratégicos ou metodológicos? Seriam desafios de metodologias estratégicas? Essas inquietações não são desenvolvidas nesse trabalho, mas como fruto da investigação, são retratadas aqui como perguntas para possíveis novas investigações.

A seguir, alguns relatos que apontam as contradições existentes, desde as experiências de formação político-profissional, sobre a relação Estado x movimentos sociais:

[...] nesse momento, creio que o principal desafio é superar, ou pelo menos aprender a conviver, com a contradição: Estado X movimentos sociais. Na minha modesta opinião falta, de ambas as partes, uma melhor compreensão do que é legal e o que é legítimo! [...]. (D. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Algo que es clave dentro de todo proceso organizativo, y más aún en la formación es la Autonomía, misma que se ve condicionada o comprometida en algún grado, cuando nuestros procesos dependen en gran medida de la “cooperación o solidaridad”. Si bien decimos que la formación es una tarea y actividad permanentes, [...]. Hay experiencias y debates en LVC en torno al tema de Autonomía de las organizaciones y procesos formativos; el Iala Paulo Freire puede ilustrar mejor esto; una alianza del movimiento campesino con el Gobierno, [...], creo que se debe avanzar en esta discusión, en la cual los estados garanticen financiamiento para nuestras experiencias de educación popular, entendida esta como un derecho de un sector tan importante como el movimiento campesino; sin dejar de luchar por nuestra autonomías. [...]. (F. CPP e Comissão de Formação da Região Andina, Fenocin – Equador. Entrevista realizada em agosto de 2013)

En el caso del Iala-PauloFreire, los límites que necesitan ser superados son múltiples. Primero, al ser un instituto internacional y el resultado de un convenio entre La Vía Campesina y el Gobierno de la Republica Bolivariana de

Venezuela hace falta superar la falta de claridad sobre el papel de cada sujeto. Es decir, definir el papel del Estado *vs* el papel de LVC. Con los papeles de cada uno bien definidos, cada sujeto puede ejercer sus responsabilidades según sus capacidades. Segundo, dentro de cada sujeto (Estado, LVC) hace falta superar la falta de unidad (política, ideológica, etc.). Por ejemplo, cuando quedaba muy obvia la falta de unidad de criterios dentro de la Coordinación Política Pedagógica (CPP) o dentro de la comunidad estudiantil, miembros del Estado (Director General, Sub-Director Académico, y Sub-Director Administrativo) aprovechaban para imponer sus criterios a toda la comunidad. Tercero, hace falta superar la debilidad (ideológica, formativa, etc.) en la selección de educandos, miembros de la CPP, profesores internacionalistas, y si posible, miembros de la administración (Estado). [...], la LVC debería imponer criterios mínimos cuando seleccionando nuevos miembros de la comunidad. No hacerlo es invitar problemas de múltiples características. El Iala-Paulo Freire es una experiencia sumamente importante en la lucha por la soberanía alimentaria y contra la ideología dominante (en el campo y en las universidades). [...]. Este resultado, [...] merece ser defendido y divulgado. (J. Educador, Venezuela. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Los límites que tienen que superar las organizaciones campesinas: ser más creativos y no depender siempre de los presupuestos externos; más continuidad a los trabajos sociales; promover la unidad de todos los sectores campesinos. (B. Educanda, Acadei – Paraguai. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Considero que estas escuelas de formación de cuadros de la Via Campesina deben tener mucho cuidado con las formalidades, con el tema de la Institucionalización, por el caso de Iala Venezuela. Es necesario que haya autonomía organizativa y política pues es el tema de vanguardia en la formación de la via, es decir, todo el planteamiento del tiempo comunidad, el tiempo escuela, el tiempo trabajo y toda la experiencia en las formas de organicidad que se logran en los cursos de formación, que es muy importante en la formación de cuadros, pues es ahí donde se interioriza sobre la base de la vivencia ese tema de lo colectivo, de la necesidad de organizarse, de movilizarse, y de la formación permanente desde la colectividad hacia lo personal. (R. Educando, ANUC-UR – Colômbia. Entrevista realizada em setembro | de 2013)

Outra observação apontada nas entrevistas foi o desafio de massificar as escolas, cursos e atividades de formação político-profissional da Via Campesina, sejam eles somente no caráter político-organizativo, sejam eles no caráter político-organizativo-profissional. Abaixo, seguem alguns depoimentos a respeito:

[...] fazemos parte de uma articulação, de uma mesma estratégia da Via Campesina internacional em massificar o movimento agroecológico e impor sucessivas derrotas aos nossos inimigos, por meio de ações e processos de formação da consciência de classe. No entanto, nos limitamos ainda a desenvolver nossas próprias experiências, dentro de cada curso, de cada escola, ou de cada região sem relacionar/vincular todas essas experiências; razão que explica limites como a: articulação e rodízio de educadores populares, de intercâmbios entre educandos e CPP's; a circulação dos instrumentos de comunicação e, por fim a dificuldade de mobilizar recursos financeiros para as atividades formativas e produtivas. (A. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Desde o meu ponto de vista ainda falta massificar a união entre todas as organizações que fazem parte da Via Campesina para garantir a formação, o intercâmbio etc. (E. Educanda, PJR – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Outro limite – desafio – relacionado é o da relação existente entre a formação política e profissional nos processos de territorialização. Nas entrevistas, foi apontada como dificuldade quando num processo de formação político-profissional se dá mais ênfase à formação política em detrimento da técnica ou específica.

Entonces, el reto real, es como combinar lo bueno de las Escuelas de tipo 1, con lo fundamental de las Escuelas de tipo 3,² en la dinamización de procesos territoriales. (P. Membro dirigente da VC – México. Entrevista realizada em agosto de 2013)

2 Rememorando, em outro trecho de sua entrevista, Peter aponta que as escolas de tipo 1 são as escolas que enfatizam a formação técnica-profissional-militante, e as escolas de tipo 3 são as escolas que apoiam os processos agroecológicos territoriais.

Com a experiência que tive, que foi formação em uma área técnica, eu acho que deve enfatizar mais nos estudos técnicos porque em alguns momentos se enfatizou mais na política e a parte técnica ficou um pouco déficit, não que uma é mais importante que a outra, eu acho que as duas partes têm que caminhar junto por igual. (A. Educanda, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Seguindo nas análises dos limites/desafios, outro mencionado foi a necessidade de viabilização de coordenações político-pedagógicas que acompanhem todos os processos pedagógicos realizados no curso, ou escola ou atividade em geral. Esses coletivos, ao que indicam as avaliações, às vezes têm um limite na sua composição numérica; às vezes, por não terem uma preparação anterior que corresponda ao nível dos desafios que se apresentam; outras vezes, ainda não conseguem estabelecer um método ou uma dinâmica de acompanhamento. Ainda nesse campo, apresenta-se a dificuldade de compor um coletivo internacional de educadores que possam contribuir nessas escolas e cursos durante o tempo que seja necessário. Essa questão envolve a viabilização financeira e de condições de vida desses educadores, por mais que em sua maioria realize trabalho voluntário. Mas também envolve a dificuldade de realizar essa articulação e construir essa rede internacional.

En mi opinión, el Iala-Paulo Freire desempeña un doble papel (uno positivo, otro negativo) junto a las organizaciones sociales del campo. Primero, el positivo: Cuando las organizaciones miembros de La Vía Campesina hacían un buen acompañamiento de sus militantes (es decir organización x acompañando educando de X) entonces se lograba el fortalecimiento del compromiso con la transformación social, con la organización, además de un mejoramiento en las capacidades del militante para aportar. Este aspecto del papel del Iala-Paulo Freire es fundamental, y en los casos concretos donde hubo un buen acompañamiento se logró consolidar la firmeza ideológica de los/las educandos para el bien de ellos mismos, sus organizaciones, y claro, sus pueblos. Ahora bien, en los casos que yo ví del abandono por parte de las organizaciones hacia los/las educandos, los resultados concretos fueron la debilidad ideológica, sentimientos de frustración política, y la búsqueda de soluciones personales (y no colectivas) [...]. Este es un aspecto negativo para las organizaciones y los/

las educandos [...]. El resultado de este aspecto negativo: organizaciones que pierden la oportunidad de formar cuadros y contar con su compromiso a largo plazo en la batalla de ideas. [...]. (J. Educador, Venezuela. Entrevista realizada em agosto de 2013)

E necessário superar um grande desafio, o compromisso de todas as organizações na qual forma parte da Via, assumirem a participação no processo político-pedagógico durante esteja acontecendo a formação dos educando/as independente o tempo que leve, a distância, o curso, é necessária esta troca de saberes e construir junto com as organizações (métodos, planejamentos, enfim). (F. Educanda, MPA – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

De acuerdo a la experiencia uno de los limites claves que debe superarse es el acompañamiento de dirigencia adulta en estos procesos, ya que normalmente son jóvenes quienes participan. (M. Educanda, ATC – Nicaragua. Entrevista realizada em agosto de 2013)

E necessário potencializar espaços de formação e educação de militantes, que aprofunde o debate acerca da agroecologia e da formação e multiplicação de militantes e dirigentes. Também é preciso assumir o projeto de Iala de maneira comum, pôr o conjunto das organizações com uma linha única e clara em torno do mesmo. Ter um grupo de professores que sejam, mas liberados para estar de maneira permanente em nossas escolas. Ter uma equipe de coordenação permanente, com autonomia e clareza política que atue com direcionamento comum. [...] Iala Guarani é um processo novo para as organizações da Cloc-VC [...].(F. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

[...]. Respecto de la conformación de la CPP hay movimiento que envían a compañeros que no han realizado previamente el curso Cono Sur y/o no están preparados, ni muchas veces dispuestos, para asumir y desarrollar la tarea. En este sentido un desafío es poder mantener a los militantes en el rol del CPP durante un periodo mayor a dos o tres años.[...]. (F. CPP e Educador, MNCI – Argentina. Entrevista realizada em agosto de 2013)

[...] Considero de vital importancia que todas las organizaciones estén más involucradas en los procesos de formación de los educandos, realizando un

seguimiento integral, tanto en la formación como tal, cuanto al finalizar el mismo, garantizando así que se mantenga un estrecho vínculo de los (educandos-militantes) con su organización y que al final se le puedan abrir las puertas de procesos en los que se puedan desempeñar militante y laboralmente. Por las dificultades iniciales que se presentaron en el establecimiento del Instituto, lamentablemente se dio la deserción de muchos educandos incluso de algunas organizaciones completas, esto obviamente debilitó el proceso por ejemplo al salir casi todas las organizaciones indígenas. Sin embargo la firmeza de las compañeras y compañeros tanto educandos como educadores y las organizaciones que siempre creyeron en el proceso lograron mantener y revivir el instituto. No obstante considero que se debe mantener el principio de unidad en la diversidad. Felicitar a las compañeras y compañeros de LVCI por hacer el esfuerzo de mantener todos estos espacios de formación de campesinos y para campesinos, pues hacen un importante aporte a los grandes desafíos que tenemos para lograr verdaderos cambios en el sector rural. [...] Para esto se requiere establecer espacios de intercambio de saberes en condiciones de respeto y con metodologías que se distancien de la academia que se encuentra encavernada y alejada de la realidad del campo. Una educación liberadora, que vea la agroecología como una bandera de lucha para lograr ese nuevo mundo que soñamos y que no solo es posible sino imprescindible. (E. Educador – Ecuador. Entrevista realizada em agosto de 2013)

[...] Outro limite de fundamental importância [...] coisas que não acontecem deixando seus quadros muitas das vezes fora da discussão ou sem acompanhamento quando, mas se necessita e isso leva a algumas desistências ou perdas de quadros importantes ou que nos poderiam ser úteis. (R. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

[...] también es fundamental que haya una participación más proporcional de las organizaciones que tienen militantes en la escuela o curso, por la necesidad de una colectivización y diversidad de experiencias, en los procesos de dirección, de formación y por una sencilla razón de acompañamientos a sus militantes. Las organizaciones deben asumir la formación de sus cuadros no solo para apoyarlos en ese proceso sino también porque después de terminar deben retornar a su base social a materializar todo lo aprendido y a aportar en

el trabajo de base. (R. Educando, Anuc-UR – Colômbia. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Haver mais acompanhamento da Via Campesina nas atividades da Via Campesina.[...] O processo de seleção dos integrantes que irão para cursos de longa duração tem que ser mais acompanhado [...]. (D. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Acompañamiento en los cursos/escuelas o actividades; compromiso con los militantes de las organizaciones que hacen parte de esa actividade, curso o escuela; facilitación de formadores de la Via Campesina para esas actividades; cursos anticipados de los integrantes que formaran parte de esa actividad. (R. Educanda, Unorca – México. Entrevista realizada em agosto de 2013)

O limite econômico-financeiro está relacionado diretamente a proporcionar condições objetivas para a realização da formação, como o caso de: passagens; pagamento de energia e água durante o curso; alimentação; viabilização de material pedagógico (livros, internet, computadores, laboratórios). Isso se percebe mais frequentemente em cursos e escolas de formação que não são regularizadas. Mas há também o limite de recursos que viabilizem a atividade desses futuros profissionais (no caso da agroecologia) para atuarem como tal. Abaixo seguem alguns depoimentos sobre isso:

Um dos limites que os cursos enfrentam é o financeiro [...]. Um dos grandes desafios é a permanência das pessoas que fazem os cursos pela VC de continuar dentro das organizações. A VC forma ótimos profissionais mais não dá conta de manter estes profissionais em projetos concretos, e o sistema acaba absorvendo e desvirtuando essa formação. (G. Educanda, MMC – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Claramente la cuestión económica es otro límite, porque se evalúa muy positivamente la visita a experiencias concretas de lucha y construcción de los movimientos sociales. Y el transporte, es un gasto mas, sumado a los innumerables gastos que para el conjunto de los movimientos sociales proporciona una experiencia como esa de reunir más de 70 personas de diferentes países durante

4 meses. [...] (D. Educando, Frente Darío Santillán – Argentina. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Uma das principais, acredito que seja a precariedade das condições em que se desenvolve o processo, em razão dos limites econômicos. Também os recursos humanos com que contamos é bastante limitada, faltam professores com disposição e capacidade técnico-científica para o ensino. [...] Apesar dos limites enfrentados devido à conjuntura política que enfrentamos na América Latina, os processos como o Iala Guarani são muito importantes para a construção de uma perspectiva de integração e de luta internacionalista, que supere as questões locais e contribua para a formação da consciência sobre o sistema internacional de domínio capitalista. (J. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Um dos principais limites a serem superados é a estrutura prática (laboratórios, centros temáticos, entre outros), uma vez que são imprescindíveis para a formação profissional na atual conjuntura. Esta debilidade se deve à falta de investimentos governamentais nos centros de formações coordenadas pela Via Campesina. (M. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Na análise de um dos membros da CPP da Escola Latino-Americana de Agroecologia, percebe-se a retomada do elemento do acompanhamento político-pedagógico dos cursos a serem realizados por membros da VC e, assim, relacionando aos aspectos das limitações financeiras e econômicas. Segue abaixo seu depoimento:

No desenvolvimento do processo da escola, tem-se verificado uma debilidade, fragilização da representação política dos movimentos sociais e organizações do campo diretamente responsáveis pela mesma. Isto gera prejuízos tanto no âmbito político, uma vez que sobrecarrega a equipe permanente que em muitas situações se vê incapaz de tomar certas decisões, como tal distanciamento repercute sobre o processo pedagógico, uma vez que os educandos e educandas se veem carentes de orientação e acompanhamento por parte de seus movimentos e organizações. Tal situação também repercute fortemente sobre o processo político, organizativo e pedagógico na medida em que os movimentos e organizações acabam não assegurando a presença de militantes na compo-

sição da equipe permanente da escola. Aspectos orçamentários e financeiros e de infraestrutura têm sido crônicos, e acabam por prejudicar sobremaneira o processo político e pedagógico. O processo pedagógico implica na conexão das educandas e educandos com seus movimentos sociais e organizações, e se a ausência de um coletivo de militantes na conformação da equipe permanente repercute significativamente no período do tempo escola, tal situação também se manifesta problematicamente no período do tempo comunidade, onde é regra a insuficiente ou ausente orientação política e pedagógica, traumatizando o desenvolvimento técnico, político, organizativo e militante da coletividade discente. (T. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Dos autores das entrevistas realizadas para esta investigação, todos e todas estão envolvidos na militância de suas organizações, trabalhando ou não em projetos de produção agroecológica, e, em alguns casos, estudando para aprimoramento de seus conhecimentos.

Com essas entrevistas, sistematizadas a partir dos elementos que mais foram apontados pelos diferentes sujeitos que estiveram ou estão envolvidos nos processos de formação político-profissional da Via Campesina, finalizamos as análises acerca do tema deste trabalho, que tinha por objetivo analisar as políticas de formação da Via Campesina América do Sul e seu papel na construção contra-hegemônica a partir do pensamento de Gramsci. Consideramos, dessa forma, que a política de formação da Via Campesina, a partir das mais diferentes dimensões mencionadas no decorrer deste texto, seja uma dimensão importante da luta pela territorialização contra-hegemônica, seja ela material/imaterial ou econômica/político-ideológica.

A política de formação da VC, mesmo que ainda embrionária em muitos aspectos, desempenha um papel estratégico no fortalecimento das organizações locais e na articulação internacional de movimentos sociais do campo, assim como na construção e fortalecimento da produção agroecológica nos marcos da estratégia da soberania alimentar.

Essa dimensão da luta pela territorialização contra-hegemônica – a formação política e profissional – se expressa e se materializa nos seguintes aspectos: estudo imbricado com a prática; internacionalismo; trabalho sócio-produtivo-organizativo ou apenas de intercâmbio com comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes; no exercício da organicidade

interna; no método árduo de construir unidade a partir da diversidade; e no embate ideológico ao domínio do sistema capitalista e suas consequências.

Essa territorialização, com caráter de resistência, aporta para a luta de classes no campo e para a luta de classes em geral, atuando na construção de uma hegemonia que contraponha o capital e suas consequências para a humanidade. Importante também finalizar mencionando que é inegável a contribuição da Cloc-VC na proposição de uma luta por mudanças estruturais dentro dessa organização internacional, mas com a clareza de que essas mudanças não ocorrem apenas com a luta dos camponeses, indígenas, afrodescendentes e trabalhadores assalariados do campo. Tais mudanças ocorrem, indubitavelmente, na colaboração entre as diferentes classes trabalhadoras, e com a reinvenção de instrumentos organizativos que possibilitem a catarse, o avanço para uma consciência para si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central analisar as políticas de formação da Via Campesina na região América do Sul e seu papel na luta contra-hegemônica no campo. Observamos, a partir das reflexões realizadas desde o processo de sistematização das experiências de formação desenvolvidas pela organização, assim como pelas entrevistas realizadas e a análise dos conceitos relacionados ao estudo dessa temática, que sim, as políticas de formação da VC têm um papel fundamental na luta contra-hegemônica. Esse papel se expressa na necessidade de forjar quadros políticos e profissionais; em sua estratégia de luta; sua perspectiva de classe; e sua proposta político-pedagógica, que envolve a relação intrínseca entre estudo/trabalho produtivo/trabalho sociopolítico nas comunidades/método.

Nestas considerações finais, retomamos alguns dos principais aspectos identificados e trabalhados nos cinco capítulos anteriores e as principais questões que não foram aprofundadas, por não serem bases temáticas deste estudo, mas que podem ser temas de novos estudos.

Um dos aspectos mencionados anteriormente é a trajetória existente da conformação de escolas de educação popular e processos de formação política dos trabalhadores como elemento que sempre acompanhou a luta da classe. Forjar novos militantes e novos quadros que pudessem construir as próprias organizações sociais foram inquietações que acompanharam os diferentes momentos históricos da luta social. No caso da Via Campesina, as primeiras experiências de formação iniciaram em 1998, com a formação de militantes de base, alguns anos mais tarde, da I Conferência, de fundação

dessa organização, em 1993. O primeiro curso foi o Curso de Formação de Militantes do Cone Sul.

Muitos dos/das militantes que participaram desse curso estão realizando hoje tarefas de trabalho de base ou de direção nas suas organizações, partícipes da VCI, ou ainda na própria articulação internacional de organizações do campo. Mais tarde foram realizadas outras diferentes atividades que tinham o objetivo de realizar formação, como, por exemplo, os acampamentos de juventude, as campanhas, os cursos de militantes da região andina, as escolas de mulheres, as escolas de comunicação, as escolas e cursos de agroecologia, seminários de formação política, encontro de formadores em agroecologia.

O I Seminário sobre Formação Política da Via Campesina Internacional, ocorrido em junho de 2007 na Escola Nacional Florestan Fernandes, tinha como objetivo começar a discutir e elaborar um programa de formação comum para a VCI, a partir das diferentes experiências de formação e da trajetória da esquerda na construção de processos de formação. A perspectiva desse seminário era primeiramente buscar identificar essas experiências, analisar os aspectos comuns e avançar construindo uma linha política de formação da organização.

Hoje podemos considerar que essa política de formação da VCI ainda é um processo em construção, mesmo que algumas linhas políticas já estejam mais claras, entre elas: a formação político-profissional (especialmente em agroecologia, mas também em outras áreas como o caso de formadores, ou de comunicadores populares do campo); a formação de militantes de base; e a formação de dirigentes. Também estão mais claros alguns aspectos metodológicos comuns, como o caso da mística, organicidade, trabalho e o vínculo orgânico com as comunidades onde se realiza o curso ou a atividade.

A construção da política de formação da VC se deve particularmente à busca de encontrar as singularidades das experiências já existentes. Deve-se primordialmente à realização, ao fortalecimento e à consolidação de um coletivo de formação da organização que possa desenvolver atividades como encontros, seminários, reuniões que busquem a unidade existente entre as diferentes experiências que são realizadas com o intuito de promover processos de formação internacionalistas. Entretanto, não seja o único espaço em que se discute elementos da política de formação. Ela também é discutida, explícita ou implicitamente, nas próprias linhas políticas da

organização como um todo. Afirmamos, com isso, que organização e formação caminham juntamente, e uma influi na outra na medida em que vão construindo uma territorialização e uma territorialidade contra-hegemônica do capital no campo.

A formação como elemento estratégico da organização acompanha e contribui no debate e no avanço da perspectiva da soberania alimentar e da agroecologia como elementos de um projeto de nova forma de vida do campo. Também consideramos que a questão do internacionalismo, da unidade e o método de organização são considerados como elementos estratégicos, e são, ao mesmo tempo, questões-chave nas experiências de formação realizadas até então. Esses elementos contemplam aspectos políticos e profissionais da política de formação da VC.

Mesmo que a busca da unidade pela diversidade de experiências e formas político-organizativas seja ponto de constantes tensionamentos e contradições, consideramos que, se essa diversidade é discutida coletivamente (pelos diferentes sujeitos envolvidos no processo), os processos organizativos tendem a dar saltos de qualidade. Mas, se ignorada a diversidade em detrimento de orientações verticalizadas, abrem-se caminhos para a construção de um território imaterial com pouca consistência. A organização e a formação da VCI não se legitimam como representação dos diferentes movimentos sociais do campo, se não levada em conta tamanha diversidade. Essa é uma questão de constante preocupação.

Tanto é que, conforme Vieira (2011), a ideologia da Via Campesina Internacional ainda não tem um caráter de busca de mudanças estruturais. Ela tem marcas da luta antineoliberal e anti-imperialista, mas não está ainda nos marcos de ser uma ideologia anticapitalista. Mesmo que seja bastante evidente que as organizações sociais que fazem parte do continente latino-americano – Cloc – VC, constantemente apontam em seus discursos a necessidade de luta por mudanças estruturais, e mais especificamente da luta pelo socialismo. Mas, em caráter mundial, a Via Campesina busca a partir do que é consenso entre as grandes regiões, construir lutas e linhas estratégicas comuns dentre a imensa diversidade de organizações sociais do campo. E estas representam em grande medida formas de consciência social que estão fundadas nas contradições e na forma de atuação particular do capital naquele determinado território onde vive e atua.

Em princípio, a análise que se realiza é que as condições materiais e objetivas de vivência das contradições particulares do sistema capitalista proporcionam o desenvolvimento de determinadas formas de consciência dessas contradições. Inicialmente, não de sua totalidade de ação, mas a partir da sua vivência local de um sistema que se desenvolve de maneira desigual e combinada. A possibilidade de avanço da consciência social para outras formas de consciência reside em parte na luta internacionalista, que desde a construção conjunta de análises e da construção de lutas em comum possibilitam maior clareza da atuação do capital no campo em suas diferentes formas e territórios.

O internacionalismo, assim como o método de construir a organização política, é um espaço onde se possibilita a unidade e a coerência no território imaterial, na consciência individual e coletiva das organizações que fazem parte dessa articulação. Aí, reside também o papel da formação política de militantes e quadros, que se dá a partir das escolas, cursos, e atividades formativas, mas essencialmente na atuação cotidiana na organização política. Esta última tem um papel-chave para abrir as inquietações e possibilidades de avanço na consciência organizativa e do sistema capitalista em sua totalidade. Somente com essas inquietações à flor da pele, ou com a necessidade da busca de respostas, é que as atividades de formação político-profissional realizadas pela VC têm um caráter realmente pedagógico.

Nesse sentido, são também pedagógicas as assembleias de mulheres e jovens, as conferências, as reuniões, os encontros, e congressos, as campanhas e as diferentes atividades realizadas no intuito de construir a unidade na leitura da conjuntura e do planejamento das ações. São pedagógicos os intercâmbios de experiências, a mística e o ato de avaliar as ações realizadas reprogramando-as. Então, consideramos que a organização política e a formação político-profissional são elementos das linhas políticas de formação da VC, e nessa correlação é que se constituem os elementos pedagógicos para o avanço de consciência, o que, a partir dos conceitos trabalhados por Gramsci (1976), ocorre a partir da formação do intelectual coletivo e do intelectual orgânico.

O intelectual coletivo é a própria organização em seus aspectos político-pedagógicos na construção de identidade e de consciência em si, assim como da possibilidade da catarse, ou da passagem para a “consciência para si”, ou seja, da negação da identidade particular que combate as consequên-

cias particulares do capitalismo para assumir-se como classe em geral que luta por mudanças estruturais do sistema.

Assumir-se inicialmente como classe em si perpassa pela construção da identidade, de reconhecer as iguais condições de vida e dificuldades vivenciadas, assim como de reconhecer o inimigo comum. Assumir-se como classe em si está relacionado, por exemplo, a agrupamentos de camponeses, de indígenas, de quilombolas, de trabalhadores sem terra, de ribeirinhos, de pescadores, de quebradeiras de coco, de assalariados do campo. Agrupar-se e vivenciar a organização em si propicia condições objetivas e subjetivas para o reconhecimento dos limites e contradições de uma classe em particular combater um sistema totalitário. Compreender-se em meio a essas contradições pode possibilitar, a partir de certas mediações, como o internacionalismo e o método, compreender-se como classe para além de si mesma, como classe para si, como classe em geral incorporando todas as suas especificidades e particulares.

Assumir-se como classe em geral ao mesmo tempo está relacionado à compreensão do desenvolvimento do capital em sua totalidade e a como particularmente atua em cada realidade. Consideramos que é um ato de dois movimentos constantes, o de assumir-se como classe em si na compreensão do todo e assumir-se como classe para si, reconhecendo as diferenças e peculiaridades.

Concretamente, afirmamos que a formação do intelectual coletivo – a Via Campesina – desde seus elementos estratégicos como internacionalismo, método e a luta pela soberania alimentar através da agroecologia, possibilita a interação entre as diferentes e diversas organizações sociais do campo e suas particulares condições de vida. Possibilita a interação entre as organizações sociais indígenas, de comunidades afrodescendentes, camponeses e trabalhadores assalariados. Essa interação provoca tensionamentos de concepções, de formas político-organizativas, de métodos de trabalho, que ao mesmo tempo geram uma tomada de consciência dessas diferenças, dessa diversidade e do que há em comum nessa diversidade. Uma interação que pode promover a busca do que é singular entre os particulares. Podemos afirmar, nesse sentido, que na essência da proposição do intelectual coletivo em Gramsci (1976), em seu caráter pedagógico, a Via Campesina assume característica político-pedagógicas para a luta de classes no campo.

Entretanto, tomando em conta a necessidade de luta por mudanças de caráter estrutural, é necessário o encontro da totalidade das classes sociais, não somente das classes sociais trabalhadoras do campo. É necessária a relação dos sujeitos sociais do campo com as classes sociais urbanas, como o operário fabril, os trabalhadores autônomos (camelôs), servidores públicos etc. Sobre esse tema, desde o ponto de vista de gramsciano, é necessária uma aliança de caráter estratégico que possibilite despir-se dos corporativismos para o ato de assumir-se enquanto classe universal, classe para si.

Gramsci (1987) também analisava que, na discussão da questão agrária em seu período histórico, era insuficiente propor a luta pela distribuição de terras improdutivas. Nesta, em determinado momento, o camponês se veria sob condições nas quais não conseguiria manter sua sobrevivência. O camponês passaria por novos processos de desterritorialização. Assim, se sobressalta, em Gramsci (1987), a necessidade de uma aliança operário-camponesa na perspectiva de desconstruir os corporativismos, inserir os camponeses numa luta anticapitalista e de unificar para a construção de uma sociedade socialista. Essa seria uma forma de construir uma nova territorialização,¹ a territorialização de caráter socialista e que abrangesse todas as classes sociais distribuídas a nível nacional conforme o desenvolvimento do capital na Itália naquele período – a saber, os camponeses do norte e os operários do sul. Esse projeto, para Gramsci, deveria ser puxado pelos operários.

É para a construção de uma territorialização de caráter socialista que Gramsci (1967; 1970; 1982; 2000) apontava a necessidade de as organizações sociais forjarem seus próprios intelectuais orgânicos. Entendendo intelectuais orgânicos não como acadêmicos, mas como quadros políticos que tivessem condições de impulsionar a organização da classe trabalhadora. Esses intelectuais orgânicos não necessariamente seriam homens e mulheres letrados ou acadêmicos, poderiam ser inclusive analfabetos. O potencial da projeção do intelectual orgânico era justamente forjar dirigentes que pudessem construir a luta política e econômica numa perspectiva da luta socialista, ou de mudança estrutural da sociedade.

1 Ele não utiliza esses termos. Usar os termos território e territorialização nesse caso é fruto da reflexão e da relação dentre os conceitos realizados durante a investigação.

Analisando a história da Via Campesina e sua relação com o conceito de Gramsci sobre intelectual orgânico, consideramos que o ato de construir e fortalecer a organização política como intelectual coletivo, e ainda, em seu caráter de articulação internacional, traz em si a tarefa histórica de forjar, a partir da luta do campo, seus próprios intelectuais orgânicos, seus próprios quadros. Estes, por sua vez, têm um papel fundamental na construção da organização, ou do intelectual coletivo na perspectiva de avanço da consciência das massas e da construção de um projeto para o campo que contraponha a territorialização do capital.

A própria vivência entre organizações do campo de diferentes continentes, a busca de unidade por determinado método e o internacionalismo possibilitam condições objetivas para o avanço da consciência coletiva desses sujeitos, tanto em relação à análise da territorialização do capital no campo, como na construção de suas estratégias de luta e de territorialização contra-hegemônica. É no que fazer cotidiano dos encontros, assembleias, reuniões, conferências, dos cursos, escolas e atividades de formação que se constroem as condições objetivas para que cada organização do campo se identifique na especificidade de outras organizações do campo e avance na consciência coletiva dos problemas comuns de seus territórios.

É também nesse que fazer cotidiano que se possibilitam as condições para uma catarse, dimensionando um salto qualitativo da organização e da construção de suas próprias linhas estratégicas para além da territorialização de resistência, para uma incisiva desterritorialização do capital em sua totalidade. A territorialização contra-hegemônica à qual a Via Campesina se propõe nos dias de hoje está circunscrita em um caráter de resistência e de contraposição econômica e ideológica às consequências do desenvolvimento do capital no campo, o que ocorre por meio das experiências locais de agroecologia e da construção de novas formas e relações de produção, assim como da luta política e ideológica. Entretanto, essas experiências ainda acabam subsumidas à ordem estabelecida, ou seja, à hegemonia do capital no campo. Um exemplo muito comum é a produção agroecológica numa pequena área circundada pelo agronegócio, onde comumente passam aviões despejando agrotóxicos. Estes acabam se espalhando também a essas pequenas áreas de resistência, por mais que seja como resquícios e não como aplicação direta.

Essas contradições também ocorrem em certa medida nas experiências de formação político-profissional da VCI. As tímidas e poucas experiências de formação de profissionais – tecnólogos, engenheiros e/ou especialistas em agroecologia – com uma leitura crítica da sociedade se confronta com toda a dimensão da hegemonia do capital na educação, que compreende uma incisiva aposta nas propagandas veiculadas pelos meios de comunicação em massa, assim como uma enorme gama de cursos em agronegócio ou com programas de cursos com ênfase no agronegócio. Assim, as experiências de formação da Via Campesina Sudamérica com caráter contra-hegemônico ainda são iniciativas muito tímidas. Necessitam ser massificadas. E esse é um dos desafios apontados pelos entrevistados(as).

Mesmo assim, nessas tímidas iniciativas da VCI, por meio de seus cursos e escolas de formação, consideramos que a territorialização contra-hegemônica acontece. Esta se dá pela luta ideológica e pela concretização de experiências e experimentos em agroecologia nos territórios das escolas e das comunidades camponesas a seu entorno (territorialização material e imaterial). Também consideramos que a territorialização contra-hegemônica ocorre no fortalecimento das organizações sociais do campo que, por meio de sua ação coletiva e dos seus próprios intelectuais orgânicos, produzem novas condições e novos patamares de luta.

Há, portanto uma relação intrínseca entre a organização e o quadro/militante, o intelectual coletivo e o intelectual orgânico. Um influencia o outro em um constante processo pedagógico de luta e de territorialização contra a hegemonia do capital. Há uma relação político-pedagógica entre o intelectual coletivo e o intelectual orgânico nessa territorialização. O lugar dos cursos, escolas e atividades de formação nessa relação está justamente na possibilidade de sistematizar os conhecimentos; de clarificar as contradições que se sentem e não se veem, ou de identificar contradições que nem se sentem, nem se veem; de debater as diferenças, as teorias em sua relação intrínseca com as práticas – a *práxis*. E mesmo com os diferentes limites apontados desde as entrevistas, e que são ao mesmo tempo desafios, a realização destes possibilitam um aporte qualitativo na intervenção desses intelectuais orgânicos em suas respectivas organizações e no próprio intelectual coletivo dos sujeitos do campo em nível internacional.

Quando afirmamos que a organização desses sujeitos em nível internacional constrói territorialização contra-hegemônica do capital, é porque as

suas ações de luta, sua estratégia e seus processos de formação questionam e enfrentam as consequências do desenvolvimento do capital no campo. Contrapõem-se, segundo Santos (2003), a espaços e territórios fundados na sociedade “do dinheiro”, que produzem em uma “fragmentação generalizada e esquizofrênica” do lugar e das consciências, onde se instaura a ideologia dominante e o senso comum, como afirmava Gramsci (1970; 1995).

A produção e a reprodução da territorialização do capital forjam em suas contradições a possibilidade de uma nova forma de consciência, que, entrando em conflito entre as relações vividas e a ideologia que lhe é imposta, pode provocar rebeldias individuais ou particulares, específicas a cada grupo, e que, se identificando, lutam por questões comuns. Entretanto, Santos (2003) explicita que a passagem dessa consciência em si para uma consciência para si necessita do conhecimento da totalidade, ou (des)fragmentado. Como diria Gramsci (1995), dar “unidade e coerência” ao pensamento. Compreender a totalidade de como o capitalismo atua de maneira desigual e combinada é um passo importante para a passagem para uma consciência para si. Mas também conhecer a totalidade dos diferentes sujeitos do campo em ação através de seus diversos instrumentos político-organizativos é outro passo importante para essa passagem. Formar um “bloco histórico revolucionário”, para Santos (2003), exige uma “interpretação sistêmica e cuidadosa” de modo a buscar a compreensão da totalidade e a proposição de uma nova política, de uma nova economia.

Consideramos que esses dois vieses, a compreensão da totalidade do sistema capitalista em suas diversas manifestações e a relação-unidade dos diferentes sujeitos do campo organizados, são elementos em potencial na conformação da Via Campesina Internacional, que realiza a luta pela territorialização contra-hegemônica. Por sua ótica de território e territorialização (material e imaterial), a Via Campesina vai forjando a resistência ao projeto hegemônico do capital e, nesse processo, aprendendo as possibilidades e a necessidade da ruptura e da ofensiva numa perspectiva de mudança estrutural da sociedade. As políticas de formação da Via Campesina carregam, nesse sentido, a possibilidade de clarificar e impulsionar essa necessidade.

Aspectos peculiares dos processos de formação que envolvem parcerias dos movimentos sociais com instituições formais de educação e/ou Estado para a regulamentação de cursos e escolas em agroecologia são os constantes

tensionamentos que ocorrem devido às dinâmicas distintas de existência de cada parceiro. São formas distintas de atuação, muitas vezes com concepções distintas de escola, processos pedagógicos e da própria agroecologia. Esses tensionamentos vão desde a luta pela criação desses cursos e escolas até cada momento de sua concretização, revelando-se, assim, na construção dos programas de estudo, nos processos de seleção e no acompanhamento político pedagógico. Parece bem importante esse tema, já que se repete de maneira comum nas diferentes particularidades, a saber, no Iala Paulo Freire, Elaa, Iala Amazônico, Iala Guarani, entre outras experiências.

Fazendo um paralelo com a concepção de Gramsci (1976) sobre o Estado, este é, via de regra, da classe hegemonicamente dominante. Numa relação intrínseca com a sociedade civil, o Estado seria uma trincheira avançada da luta de classes. E mesmo que haja contradições e disputas entre movimentos sociais e Estado, há também contradições e disputas dentro da sociedade civil organizada, e também dentro do próprio Estado. Mas fica a pergunta para posteriores investigações: por que, na relação movimentos sociais e Estados de caráter progressista, ou mesmo neodesenvolvimentistas, há tensionamentos na construção desses cursos e escolas regulamentados oficialmente, mas com dinâmicas e processos pedagógicos distintos dos tradicionais? Seria apenas por aspectos burocráticos peculiares ao Estado? Seria pela natureza do Estado, independente do tipo de governo que nele está? Seria por outros tipos de contradições ainda não evidenciadas? Nesses casos, quais seriam tais contradições?

Muitos outros questionamentos acompanharam essa investigação desde o início, e outros foram realizados no decorrer desse trabalho. Entretanto, essas questões não foram desenvolvidas na pesquisa, ou foram apenas brevemente mencionadas. Isso porque não consistiam no objeto central de estudo, ainda que estivessem relacionados a ele, inclusive podendo tornar-se determinações do objeto. Por exemplo, podemos citar:

- Por que, em meio à crise estrutural do capital, parece existir maior consentimento e apatia à dominação? Como atua a ideologia dominante para manter-se em hegemonia?
- Por que a luta espontânea parece ter maior peso em momentos de crise do capital? Há um esgotamento dos instrumentos político-organizativos construídos até o momento que buscam novas for-

mas de territorialização? Haveria uma primazia pela organização local como caminho para combater a totalidade da territorialização hegemônica do capital?

- Qual seria o papel das organizações sociais do campo nesse contexto histórico de luta? Qual o papel da articulação internacional de organizações do campo para a luta de classes tendo em vista o horizonte da luta pela mudança de caráter estrutural?

Por fim, consideramos que, mesmo com essas perguntas não respondidas e orbitando toda a trajetória da investigação, o papel das políticas de formação da Via Campesina Sudamérica na territorialização contra a hegemonia do capital é fundamental e está relacionado à necessidade de forjar intelectuais orgânicos que, de seus territórios de luta e suas organizações sociais, possam compreender a totalidade da dinâmica do capital no campo, assim como a totalidade dos sujeitos do campo em organização. E assim, forjar e serem forjados por um intelectual coletivo que busque como horizonte a luta pela mudança estrutural da sociedade.

REFERÊNCIAS

- I ENCUENTRO Latinoamericano de Formadores(as) en Agroecología. *Parte I*. Produção: Brigada Audiovisual de Iala Paulo Freire. Barinas, Venezuela: 2009. Vídeo Digital (4 partes), color. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yeFTm17R4rs>>. Acesso em: out. 2012.
- ACOSTA, A.; GUDYNAS, E.; HOUTART, F. et al. *Colonialismos del siglo XXI: Negocios extractivos y defensa del territorio y América Latina*. Barcelona: Icaria Editorial, 2011.
- ALBUQUERQUE, K. *Curso Cone Sul: uma experiência transformadora*, Pastoral da Juventude Rural, 9 jun. 2012. Disponível em: <http://www.pjr.org.br/teste/index.php?option=com_content&view=article&id=162:curso-cone-sul-uma-experiencia-transformadora&catid=38:artigos&Itemid=58>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ANDRADE, M. C. de. *Poder político e produção do espaço*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1984.
- BATISTA, A. F.; ANZILAGO, J. O agronegócio na América do Sul: movimentos sociais e espacialização das transnacionais do grupo ABCD. In: REIS, A. T.; BATISTA, A. F. (Orgs.). *Ensaios sobre a Questão Agrária*. São Paulo: Outras Expressões, 2013. cap.2, p.27-44.
- BATISTA, F. Raízen define investimento em etanol celulósico, *Brasilagro*, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.brasilagro.com.br/index.php/noticias/detalhes/11/49563>>. Acesso em: abr. 2013.
- BARCA, L. Os últimos dias de Gramsci. In: _____. *Buscando per mare con la X Mas*. Roma: Riuniti, 2002. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv271.htm>>. Acesso em: dez. 2012.

- BARTRA, A. *La explotación del trabajo campesino por el capital*. 1.reimp. México: Ediciones e Impresiones Pedagógicas, AS; Editorial Macehual, 1982.
- BEZERRA, C. S. Cultura e Hegemonia: a construção do debate cultural em Gramsci e os desafios contemporâneos. *Cadernos de estudos ENFF*. Gramsci e a Formação Política. 1.ed. São Paulo: Imprensa Cromosete, nov. 2012. v.5. p.109-63.
- BIANCHI, Á. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BORRAS, S. M. Jr. *La Vía Campesina*. Un movimiento en movimiento. Trad. Beatriz Martínez Ruiz. Amsterdam: TNI/FIM, 2004. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/geac/portal/wp-content/uploads/2012/11/BORRAS-La-Via-Campesina-espanhol.pdf>>. Acesso em: ago. 2013.
- BRASIL DE FATO. *Código da Mineração*: “a urgência é do mercado”, afirma Carlos Bittencourt, 17 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/13631>>. Acesso em: 15 ago. 2013.
- BUONICORE, A. *A Vida e a Obra de Antônio Gramsci*. [S.I.: s.n.], 2011. Disponível em: <<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2011/01/vida-e-obra-de-antonio-gramsci.html>>. Acesso em: 28 jun. 2012.
- CADERNOS DE ESTUDOS ENFF. *Gramsci e a Formação Política*. 1.ed. São Paulo: Imprensa Cromosete, nov. 2012. v.5.
- CAMPOS, C.S. S. *Pobreza e exclusão feminina nos territórios do Agronegócio – o caso de Cruz Alta/RS*. 2009. 233f. Tese (Doutorado em Geografia). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- CARONI, I. A dialética marxista: uma leitura epistemológica. In: LANE, S. T.M.; CODO, W. (Orgs.). *Psicologia Social*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. Disponível em: <<http://historiaformatransforma.blogspot.com.br/2012/06/dialectica-marxista-uma-leitura.html>>. Acesso em: 22 maio 2013.
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 10.ed. São Paulo: Ática, 1998.
- CECEÑA, A. E.; AGUILAR, P.; MOTTO, C. *Territorialidad de la dominación*. La Integración de la Infra-estructura Regional Sudamericana. 1.ed. Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica/Iirsa, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/61806877/Territorialidad-de-la-dominacion-Ana-Esther-Cecena-Iirsa>>. Acesso em: jul. 2013.
- _____. Introdução. In: _____. (comp.). *Hegemonias e Emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales/CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/hegemonias%20final.pdf>>. Acesso em: ago. 2013.
- CEFURIA. *3 Anos de Escola Latino-americana de Agroecologia – Elaa*. Programa Movimento, 10 set. 2008. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=w4aIMGlk554&feature=youtu.be>>. Acesso em: mar. 2013.
- Cloc. *Declaração Final da Primeira Escola Andina de Mulheres da Cloc-Via Campesina*. Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo, 13 jul. 2012. Disponível em: <

- declaracion-final-de-la-i-escuela-andina-de-mujeres-de-la-cloc-via-campe-sina>. Acesso em: jan. 2013.
- COUTINHO, C. N. Cronologia da Vida. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v.1. p.49-74. Disponível em: <<http://www.aceesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=123>>. Acesso em: 28 jun. 2012.
- _____. Introdução a Gramsci. In: *Cadernos de Estudos ENFF*. Gramsci e a Formação Política. São Paulo: Imprensa Cromosete, nov. 2012. v.5. p.17-44.
- DEGASPARI, S.; VANALLI, T. R.; MOREIRA, M. R.G. *Apostila de Normalização Documentária*. Com base nas normas da ABNT. Presidente Prudente: Unesp, 2011.
- DELANEY, D. *Territory: A Short Introduction*. Malden: Blackwell, 2005.
- DESMARAIS, A. A. *La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants*. Black Point: Fernwood Publishing, 2007a.
- _____. La Via Campesina: globalização e poder dos camponeses. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 10, n.10, jan.-jun. 2007b. p.165-73.
- DIAS, E. F. Gramsci e a política hoje. *Cadernos de Estudos ENFF*. Gramsci e a formação política. São Paulo: Imprensa Cromosete, nov. 2012, v.5. p.45-87.
- EM PRATOS LIMPOS. *As 10 maiores empresas de agronegócio do Brasil*, 20 set. 2010. Disponível em: <<http://pratoslimpos.org.br/?p=1685>>. Acesso em: jul. 2013.
- ENGELMANN, S. Iala realiza debate sobre crise climática e disputas territoriais na Amazônia, MST, 30 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Iala-realiza-debate-sobre-crise-climatica-e-disputas-territoriais-na-Amazonia>>. Acesso em: jan. 2013.
- ESCOLA Latino-americana de agroecologia. *Os 7 anos de Elaa*, 5 out. 2012. Disponível em: <<http://escolalatinamericanaagroecologia.blogspot.com.br/search/label/videos>>. Acesso em: mar. 2013.
- ESTADÃO. *Metade da madeira retirada de MT é ilegal*, 27 out. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,metade-da-madeira-retirada-de-mt-e-ilegal-,951618,0.htm>>. Acesso em: jul. 2013.
- EXAME. *As dez maiores empresas de agronegócio do Brasil*, 15 set. 2010. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/as-10-maiores-empresas-de-agronegocio-do-brasil?p=1#2>>. Acesso em: jul. 2013.
- _____. *As 50 maiores empresas do agronegócio em 2011*, 5 jul. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/as-50-maiores-empresas-do-agronegocio-em-2012>>. Acesso em: 1 ago. 2012.
- _____. *Edição Especial – 40 anos*. Edição 1044E, ano 38, jul. 2013. 742p.
- FERNANDES, B. M. *Espacialização e territorialização da luta pela terra*. A formação do MST no Estado de São Paulo. 1994. 208f. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Departamento de Geografia.

- _____. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro*. Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1979-1999). 1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Departamento de Geografia.
- _____. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época. v.92).
- _____. *Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. Lincoln Institut of Land Policy; Harvard University, 2004. Disponível em: <http://www.geografia.ffeclh.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf>. Acesso em: fev. 2013.
- _____. *Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005.
- _____. *Entrando nos territórios do território*. [2008?]. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf>. Acesso em: fev. 2013.
- _____. (Coord.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Clacso/Editora Expressão Popular, 2008. 424p.
- _____. A geopolítica da questão agrária mundial. Presidente Prudente. *Revista Nera*, n.18, jun. 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdata-luta/boletim_data_luta_06_2009.pdf>. Acesso em: jun. 2013.
- _____. *Sobre a tipologia de territórios*. Disponível em: http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf. Acesso em: fev. 2013
- FERNANDES, B. M.; WELCH, C.; GONÇALVES, E. C.. *Questão agrária e disputas territoriais no Brasil*. [2010?]. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/docentes/geo/cliff/QUESTAO%20AgrARIA/FERNANDES%20ET%20AL%20Politica%20fund_uso%20da%20terra%202012.pdf>. Acesso em: fev. 2013.
- FRANCISCO NETO, J. (Trad.). Presidente da Nestlé diz que água deve ser privatizada. *Brasil de fato*, 24 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12746>>. Acesso em: maio 2013
- FREITAS JUNIOR., G. Megaprojeto privado cria rota exportadora no Norte, *Amazônia*, 24 jan. 2013. Disponível em: <<http://amazonia.org.br/2013/01/megaprojeto-privado-cria-rota-exportadora-no-norte/>>. Acesso em: jun. 2013.
- GARCIA, A. S. In: ZUBIZARRETA, J. H. et al. (ed.). *Empresas Transnacionales en América Latina*. La internacionalización de las empresas brasileñas: consensos y conflictos. Madrid: UPV/EHU, Hegoa e Omal, 2013. p.189.
- GARCIA, A.; MENDONÇA, M. L. Transnacionais brasileiras são denunciadas por movimentos latino-americanos. *Brasil de fato*. 12 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/4209>>. Acesso em: jul. 2013.
- GIMÉNEZ, E. H. *Campesino a campesino: Voces de Latinoamérica* Movimento Campesino para la Agricultura Sustentable. Manáguá: SIMAS, 2008. 294p. Disponível

- em: <http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/pcac_web1.pdf>. Acesso em: ago. 2013.
- GIRARDI, E. P. *Proposição Teórico-Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. 2008. 349f. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (Nera), Faculdade de Ciências e Tecnologia.
- GRAMSCI, A. *La formación de los intelectuales*. Versión al español Ángel González Vegas. México: Editorial Grijalbo S.A., 1967.
- _____. *Introducción a la Filosofía de la Praxis*. Barcelona: Ediciones 62 s/a, 1970.
- _____. *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1971.
- _____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. *A questão meridional*. Seleção e Introdução de Franco de Felice, Valentino Parlato. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico. v.72)
- _____. *Concepção dialética da História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *Necesidad de una preparación ideológica de la masa*. Edición Digital, Marxists Internet Archive, 2000. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/gramsci/index.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2011.
- _____. *Carta al Comité Central del Partido Comunista Soviético*. Edición Digital, Marxists Internet Archive, 2000. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/gramsci/oct1926.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2013.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.5.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho. Coedição Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.1.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- _____. *Tudo Começou com Maquiavel*. As concepções de Estado em Marx, Engles, Lênin e Gramsci. Trad. de Dario Canali. 14.ed. Porto Alegre: L&PM, 1996. 96p.
- GUDYNAS, E. El nuevo extractivismo progresista en America del Sur. In: ACOSTA, A.; GUDYNAS, E.; HOUTART, F. et al. *Colonialismos del siglo XXI*. Negocios extractivos y defensa del territorio e América Latina. España: Icaria Editorial, 2011. p.75-92.
- HOLANDA, M. N. A. B. de. *Lukács e o estranhamento em Marx*. [200-?]. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/Thomaz>>. Acesso em: abr. 2012.
- HOSHINO, C. Educando para a libertação. *Brasil de fato*, 13 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/10092>>. Acesso em: mar. 2013.

- IASI, M. L. *Processo de consciência*. São Paulo: CPV, 1999.
- INCRA. *Escola Latino-americana de Agroecologia completa 3 anos*. 30 set. 2008. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/2055-escola-latino-americana-de-agroecologia-completa-tras-anos>>. Acesso em: mar. 2013.
- INGENIERÍA SIN FRONTERAS. *Nace el Iala Guaraní, una experiencia formativa de la Vía Campesina en la región sudamericana*. 2010. Disponível em: <http://admin.isf.es/UserFiles/File/federal/iala_viacampesina%282%29.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2013
- ISF Navarra. Reto 4. Formación en Ingeniería Agroecológica para personas campesinas e indígenas en Paraguay. *Ingeniería sin Fronteras*, 17 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.cumpletureto.org/?p=627>>. Acesso em: 3 de mar. 2013.
- JACKSON, G.D. *Comiterns and a Peasant in East Europe: 1919-1930*. New York: Columbia University Press, 1966.
- LA VÍA CAMPESINA – PARÁ. *Instituto Latino-Americano de Agroecologia (Iala) é lançado em Parauapebas*, 28 jan. 2009. Disponível em: <<http://laviacampesina-pa.blogspot.com.br/2009/01/instituto-latino-americano-de.html>>. Acesso em: mar. 2013.
- LAJOLO, L. *Antonio Gramsci. Uma Vida*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LARCA, L. *Os últimos dias de Gramsci*. 2007. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=126>>. Acesso em: 28 jun. 2012.
- LIMA, R. R. A. de *Gramsci, os conselhos de fábrica e a crítica da economia política*. [20-]. Disponível em: <http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Ricardo_Rodrigues_Alves_de_Lima.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2013.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Disponível em: <<http://www.fae.edu/pdf/biblioteca/O%20Principe.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2012.
- MARX, K. *Para a crítica da economia política*. Lisboa: Editorial Avante/Edições Lisboa-Moscovo, 1982. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: I capítulo seguido das teses sobre Feurbach*. Trad. Silvio Bonizete Chagas. São Paulo: Centauro Editora, 2002.
- _____. *Contribución a la crítica de la economía política*. Moscú: Editorial Progreso, 1989.
- _____. *A Guerra Civil na França*. Digital Rocket Edition, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/guerracivil.html>>. Acesso em: 28 jun. 2012.
- _____. *O Capital. Crítica da Economia política – O processo de produção do capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- _____. *Crise estrutural necessita de mudança estrutural*. Conferência de Abertura do II Encontro de São Lázaro, UFBA, 13 jun. 2011. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/Thomaz>>. Acesso em: abr. 2012.
- MITIDIERO JUNIOR, M. A. *A agricultura capitalista no Brasil*. Territorialização: conceito explicativo da luta pela terra? Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra9/territorializacao.html>>. Acesso em: 23 dez. 2010.
- MMC. *Declaración Final de II Encuentro Continental de Formadoras y Formadores Agroecológicos*. 3 ago. 2011. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/noticias/080811_declaracao_cloc.html>. Acesso em: 1 mar. 2013.
- MOCASE. *Comenzaron los Cursos de la Universidad Campesina*. 12 mar. 2013. Disponível em: <<http://mocase-vc.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.
- MONTEIRO, T. Belo monte é forma de viabilizar definitivamente a mineração em terras indígenas. *Jornal da cidadania*, 12 set. 2012. Disponível em: <<http://telmadmonteiro.blogspot.com.br/2012/09/belo-monte-e-forma-de-viabilizar.html>>. Acesso em: jun. 2013.
- MOREIRA, R. J. *Terra, poder e Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MST. *Via Campesina forma primeira turma de Residência Agrária no Pará*, 4 dez. 2012. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/14162>. Acesso em: jan. 2013.
- NÓRCIO, L. Agência Brasil. Escola Latino-americana de Agroecologia leva novas técnicas a pequenos produtores e incentiva intercâmbio cultural. *Ecodebate*, 24 maio 2010. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/32736-escola-latino-americana-de-agroecologia-leva-novas-tecnicas-a-pequenos-produtores-e-incentiva-intercambio-cultural>>. Acesso em: set. 2012.
- OLIVEIRA, T. C.; FELISMINO, S. C. Formação política e consciência de classe no jovem Gramsci (1916-1920). In: BATISTA, R. L. (Org.). *Anais I Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação*. 1.ed. Marília: Ed. Gráfica Massoni, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/6seminariotrabalho.htm>>. Acesso em: jun. 2012.
- OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura e Indústria no Brasil. *Campo Território: Revista de Geografia Agrária*, v.5, n.10, p.5-64, ago. 2010.
- _____. de; MARQUEZ, M. I. M. (Orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- PAULO NETTO, J. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.
- PIZETTA, A. M. J. A construção da Escola Nacional Florestan Fernandes: Um processo de formação efetivo e emancipatório. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, UFJF, on-line, ed. especial, fev. 2007. Acesso em: st. 2012.
- QUAINI, M. *Marxismo e Geografia*. Trad. Liliana Lagana Fernandes. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- RÁDIO MUNDO REAL. *Moldando futuro*. Encontro de Formadores e Formadoras de Agroecologia da Via Campesina na Guatemala. 1 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.radiomundoreal.fm/Moldando-futuro?lang=es>>. Acesso em: mar. 2013.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder: Crítica da geografia política clássica*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RANIERI, J. *A Atualidade da Categoria Estranhamento e o seu lugar na forma Contemporânea do trabalho pelo capital*. [200-?]. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/Thomaz>>. Acesso em: abr. 2012.
- RAISG. Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada. *Amazonia bajo presión*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012. Disponível em: <http://raisg.socioambiental.org/system/files/AmazoniaBajoPresion_10_12_12.pdf>. Acesso em: jul. 2013.
- REGINA, N. *Cloc realiza a XIV turma do curso de formação do Cone Sul*. MST, 30 maio 2012. Disponível em: <<http://mstrio.casadomato.org/cloc-realiza-a-xiv-turma-do-curso-de-formacao-do-cone-sul/>>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- RIBEIRO, A. Grupo JBS entra no ramo da mídia. Um boi, uma boiada. *Carta Capital*, 4 mar. 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/destaques_carta_capital/um-boi-uma-boiada>. Acesso em: jul. 2013.
- ROMERO, J. T. Agitador bolivariano creó nexos com organizaciones campesinas del norte. *ABC Color*, 7 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/agitador-bolivariano-creo-nexos-con-organizaciones-campesinas-del-norte-423366.html>>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- _____. Instituto que ligo dinero de Itaipú es campo de enternamiento ideológico. *ABC Color*, 28 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/instituto-que-ligo-dinero-de-itaipu-es-campo-de-entrenamiento-ideologico-443690.html>>. Acesso em: mar. 2013.
- ROSSET, P. M.; TORRES, M. E. M. Del conflicto de modelos para el mundo rural emerge la vía campesina como movimiento social transnacional. *Journal of Peasant Studies*, Routledge, UK, v.37, n.1, p.149-75, 2010.
- SADER, E. (Org.) *Gramsci: sobre poder, política e partido*. Trad. Eliana Aguiar. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SANDRONI, P. (Org.) *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora BestSeller, 1999.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SECCO, L. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006. 239p.
- SINDICATO Agrario EHNE. *La Vía Campesina: las luchas del campesinato en el mundo*. Gobierno Vasco, 2008. Disponível em: <<http://viacampesina.net/downloads/PDF/viacas.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2013

- SILVA, A. A.; FERNANDES, B. M.; VALENCIANO, R. C. (Coords.). Socioterritorial: relações sociais, território e assentamentos. *RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais*. Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente: [s.n.], 2006.
- SILVA, R. M. L. da. *A dialética do trabalho no MST: a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes*, 2005. 320f. Tese (Doutorado em Educação). Niterói, Universidade Federal Fluminense.
- SILVEIRA, M. L. S. Notas sobre poder e estado no pensamento político de Gramsci. *Cadernos de Estudos ENFF*. Gramsci e a Formação Política. São Paulo, nov. 2012, v.5. p.89-108.
- SOSA, B. M. et al. *Revolução agroecológica: el movimiento de campesino a campesino de la Anap en cuba*. La Havana: Anap; La Vía Campesina; Oxfam, 2010.
- SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORREA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SPOSITO, E. S. *Geografia e filosofia*. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- STRONZAKE, J. Iala: do sonho coletivo à experiência concreta. *MST*, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/jornal/291/internacional>>. Acesso em: mar. 2013.
- THOMAZ JUNIOR, A. *O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil*. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:2IevyHx8JzMJ:www.sbsociologia.com.br/portal/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D1586%26Itemid%3D171+%&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: abr. 2013.
- _____. Leitura geográfica e gestão política na sociedade de classes. *Boletim Gaúcho de Geografia da AGB/Porto Alegre*, Edição Especial do XVII Encontro Estadual de Professores de Geografia, Ijuí, n.24, p.31-42, 1998. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:TMAtsMfqTAYJ:www4.fct.unesp.br/thomaz/Fotos%2520Tese/Tese_Livre%2520Docencia/Textos/VOL2_Final/arquivos_PDF_v2_impress%25E3o/Texto%25201-V%25202-final.pdf+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: abr. 2013.
- _____. Por uma Geografia do Trabalho! Reflexões Preliminares. *Scripta Nova: Revista Electronica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, Universidad de Barcelona, v.VI, n.119 (5), 1 ago. 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-5.htm>. Acesso em: abr. 2013.
- _____. O agro-hidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. *Revista Campo-Território* (revista de geografia agrária), on-line, v.5, n.10, p.92-122, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042/8245>>. Acesso em: jul. 2013.
- _____. Se camponês, se operário! Limites edesafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: _____; CARVALHAL, M. D.; CARVALHAL, T.

- B. (Orgs.). *Geografia e trabalho no século XXI*. Santa Cruz do Rio Pardo: Editora Viena, 2006.v.2, p. 130-67. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/LivrogeoseculoXXI_2.pdf>. Acesso em: abr. 2013.
- _____. *Trabalho e classe trabalhadora no século XXI*. Uma contribuição à crítica aos limites da teoria. [200-?]. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/Thomaz>>. Acesso em: abr. de 2013.
- _____. *Trabalho mutante e territórios em disputa*. Presidente Prudente, versão on-line, jun. 2007. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:p-oC-HnkI7kJ:www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA81/1TextoThomaz.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: abr. 2013.
- THOMPSON, E. P. *Algumas observações sobre a falsa consciência*. 1977 (versão original). Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B0oJkXF5m1XYWF6UFJKTWk4X3M/edit>>. Acesso em: abr. 2013.
- UFPA. *Educação do Campo, Permacultura e Agroecologia*. Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará – FREC. 15 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.frecsupa.net.br/2012/05/educacao-do-campo-permacultura-e.html>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- VIA CAMPESINA. *Cartilha Via Campesina: a articulação internacional dos camponeses*. [S.I.: s.n.], [200?]. 28p. Documento impresso.
- _____. Declaração de Shashe. *Land Research Action Network*, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.landaction.org/spip.php?article617&lang=en>>. Acesso em: mar. 2013.
- _____. *Escuela Nacional de Agroecología de Ecuador gradúa a su II Promoción Marlon Lozano Yulán*, 13 nov. 2012. Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/agricultura-campesina-sostenible-mainmenu-42/1520-escuela-nacional-de-agroecologia-de-ecuador-gradua-a-su-ii-promocion-marlon-lozano-yulan>>. Acesso em: fev. 2013.
- _____. Paraguay: Sobre ABC Color y su campaña sucia contra el Iala Guaraní. *Aporrea*, 3 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/internacionales/a149359.html>>. Acesso em: mar. 2013.
- _____. *Que és la Via Campesina?* [S.I.: s.n.], [200?]. p.7. Documento impresso.
- VIA CAMPESINA INTERNACIONAL. *Comissão de Agricultura Camponesa Sustentável, La Via Campesina: Relatório das atividades de outubro de 2008 a agosto de 2010*. São Paulo, 13 ago. 2010. 18p.
- VIEIRA, F. B. *Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina*. São Paulo: Alameda, 2011.
- ZONTA, M. Odebrecht onipresente no Peru. *Brasil de fato*, 26 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.brasiledefato.com.br/node/11367>>. Acesso em: jul. 2013.
- ZUBIZARRETA, J. H.; GONZÁLEZ, E.; RAMIRO, P. (Orgs.). Introdução. In: *Diccionario crítico de empresas transnacionales: Claves para enfrentar el poder de las grandes corporaciones*. Barcelona: Icaria Antrazyt Economía, 2012. Disponível em: <http://www.icariaeditorial.com/pdf_libros/Diccionario%20de%20empresas%20transnacionales.pdf>. Acesso em: ago. 2013.

SOBRE O LIVRO

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 27,5 x 49,0 paicas

Tipologia: Horley Old Style 11/15

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Oitava Rima

